

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

FRANCISCO NABUCO DE ALMEIDA BARRETO NETO

**BIOENERGIA E EXCLUSÃO REGIONAL: a não política
nacional agroenergética e os girassóis do RN**

NATAL

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FRANCISCO NABUCO DE ALMEIDA BARRETO NETO

**BIOENERGIA E EXCLUSÃO REGIONAL: a não política
nacional agroenergética e os girassóis do RN**

Tese apresentada por Francisco Nabuco de Almeida Barreto Neto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Área de concentração: desenvolvimento regional
Orientadora: Prof^a Dr^a. Valdênia Apolinário

NATAL

2009

FRANCISCO NABUCO DE ALMEIDA BARRETO NETO

**BIOENERGIA E EXCLUSÃO REGIONAL: a não política
nacional agroenergética e os girassóis do RN**

Tese apresentada por Francisco Nabuco de Almeida Barreto Neto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Área de concentração: desenvolvimento regional

Tese defendida e aprovada em 09 de dezembro de 2009

Banca examinadora:

Professora Dra. Valdênia Apolinário, UFRN/DEPEC

Professor Dr. Orivaldo Pimentel Lopes Júnior, UFRN/CCHLA/PPGCS

Professor Dr. Edmilson Lopes Júnior, UFRN/CCHLA/PPGCS

Professor Dr. Rodson Ricardo Souza do Nascimento, UERN

Professor Dr. Carlos Minor Tomiyoshi, UFCG/DEAG

A presente Tese de Doutorado é dedicada a Artêmia Maria de Araújo Barreto (minha mãe), Armênia Maria de Araújo Barreto (minha irmã), Irenaldo Revoredo Barreto (meu pai - em memória), Beatriz de Moraes Nabuco (minha filha e meu TUDO), Valdetário Ferreira Rocha (amigo incondicional em todas as horas, sobretudo nas piores).

Doutor Bautista Vidal, Dr René Iturra, Dr Hanna Safieh (a presente tese em todos os seus momentos possui pedaços dos senhores em tantas discussões, discordâncias produtivas e ensinamentos); professores Doutores Orivaldo Lopes, Márcio Valença e Edmilson Lopes (apoio sempre presente nos vários momentos dessa longa jornada); professor Doutor Gabriel Vitulo e os colegas da Pós-Graduação de tantos embates efervescentes; Aluísio Dutra (assessor parlamentar do deputado Henrique Eduardo Alves) que sempre comprou a idéia e tentou ajudar no que podia e no que não podia (mas no mínimo ouvindo e dando força); Senador Garibaldi Alves Filho, por ter nos colocado como palestrante na subcomissão de biocombustíveis do Senado Federal onde tivemos a oportunidade única de por nossa tese a prova no mundo real; a garotada de estagiários do laboratório da Pós-Graduação do CCSA por terem nos aguentado por vezes 10 horas ao dia enfurnado ali dentro e enchendo a paciência deles com os problemas de computadores e programas arremidos; grande José Rodrigues (Zelão) funcionário do DEPEC sempre atento a todas as necessidades de se existir dentro dos intermináveis trâmites burocráticos e pronto para agir como agiu; nobre Otávio Revoredo Costa que é a própria eficiência com qualidade total no funcionamento da secretaria da Pós Graduação em Ciências Sociais, sempre rápido, atento e atencioso; empresário rural Adolfo Pereira da Fazenda Bebida Velha e todo o seu pessoal que tantas vezes nos recebeu em sua propriedade para tratarmos de produção bioenergética (sua delicadeza, inteligência, conhecimento, competência e hombridade descomunais nos foram de suma importância), Livânia Frizon e seu marido Son, companheiros de campo de difícil definição, por todos os anos de parceria, debates e muito trabalho, nas tantas viagens a assentamentos no Rio Grande do Norte, sempre na luta pela modernização e o desenvolvimento do povo na terra conquistada; Sérgio, grande amigo, motorista totalmente profissional, que nos acompanhou com completa segurança pelas jornadas do Rio Grande do Norte e do Nordeste; especialmente agradecemos a Pedro Barreto Guerra e família (primo, um dos pouquíssimos a saber de toda a saga e apoiá-la incondicionalmente), Pedrão Guerra (filho de Pedro, primo e sobrinho atento as discussões e dando força a tudo), tia Zita que com sua generosidade sem limites nos acolheu em imensa tempestade, Inayana e Stuart (primos amados, por tudo), Dr Diogo José Barreto de Menezes (também primo) incansável em fazer o bem; aos membros da banca por aceitarem participar da análise do nosso trabalho; professora Doutora Valdênia Apolinário, amiga de tanto tempo e tanta estrada desde a graduação, cuja orientação foi digna de sua imensa competência profissional.

Aos que foram pedras no caminho, eu ainda não passarinho, mas vocês passaram.

“Pensar e a todo momento e a todo custo. Pensar dói, cansa e só traz aborrecimentos. Mas pensar não é facultativo. Se o cérebro, a mínima parte dele que seja, deixa de estar alerta por um momento, penetram lá, como parasitas difíceis de erradicar, ‘idéias’ vindas da imprensa, do rádio, da televisão, da propaganda geral, dos produtos em série, do consumo degenerado, dos doutores em lei, arte, literatura, ciência, política, sociologia. Essa massa de desinformação, não só inútil como nociva, nos é, aliás, imposta de maneira criminososa nos primeiros anos da nossa vida. E se, algum dia, chegamos a pensar no verdadeiro sentido do termo, todo o restante esforço da existência é para nos livrarmos de uma lamentável herança cultural. Pois, infelizmente, o cérebro humano é um dos poucos órgãos do corpo que não têm uma válvula excretora. E as fezes culturais ficam lá, nos envenenando pelo resto da vida, transformando o mais complexo e mais nobre órgão do corpo numa imensa fossa, imunda e fedorenta. Um lamentável erro da Criação.” (Millôr Fernandes)

RESUMO

Analisa a relação entre a produção de biocarburantes e a questão regional. Acredita-se que a produção agroenergética é uma “vocação” brasileira, contudo, a atual política nacional agoenergética e a experiência dos assentamentos rurais apoiados pela Petrobras, no Rio Grande do Norte, não incluem efetivamente as regiões Norte e Nordeste do Brasil, tampouco os pequenos produtores rurais (assentados ou não) nos benefícios decorrentes da atual mudança na matriz energética mundial. A metodologia utilizada inclui a pesquisa secundária concernente ao tema, tais como livros, documentos oficiais, sites, bases estatísticas entre as demais fontes, e ainda a análise de discurso tomando por base entrevistas realizadas junto à Petrobras e com importantes autoridades científicas, institucionais e sindicais relacionadas à questão agroenergética e a inclusão sócio-econômica da agricultura familiar neste processo. Os principais resultados indicam que a correlação entre agroenergia e a questão regional apresenta inúmeras potencialidades e desafios. Aponta para a possibilidade de reversão/redução dos históricos indicadores de fome e pobreza que assolam o Norte e o Nordeste. Contudo, também indica que a não política agroenergética no atual governo federal, assim como experiências da Petrobras nos assentamentos do Rio Grande do Norte são exemplos claros de “não política” que podem agravar o quadro de disparidades regionais de forma abissal, caso não haja aproveitamento deste momento histórico. Por fim conclui que urge a criação de uma empresa de economia mista (nos moldes da Petrobras) e integradora especializada na produção de biocarburantes, que trate desta questão com a urgência e importância que o Brasil ocupa no cenário agroenergético mundial, numa perspectiva verdadeiramente incluyente e abrangente.

ABSTRACT

This doctoral thesis presents an analysis of the production of bicarbonates and related regional development in Brazil.

It is widely believed that one of Brazil's "vocations" lies in the agro-energy sector. However, current national agro-energy policies, together with the experience of *Petrobras* (the national oil company) in rural settlements in the state of Rio Grande do Norte, show that Brazil has fallen short of effectively including the North and Northeast regions of the country, let alone small-scale rural producers (residing in rural settlements or not), in the development process and related benefits from the country's participation in the current world energy grid.

The methodology entails secondary research related to the theme, such as books, official documents, websites and statistical databases from diverse sources, in addition to an analysis of statements from interviews of *Petrobras* representatives and other important scientific, institutional and labor union authorities, in relation to agro-energy issues and the socio-economic participation of family-based agriculture in this process.

Principal findings show a correlation between agro-energy and regional development, creating the potential for numerous opportunities and challenges. Findings demonstrate the possibility of reversing/reducing historically rooted indices of hunger and poverty that continue to devastate the North and Northeast regions. At the same time, the thesis points to a potentially catastrophic increase in regional disparities, should the present historic moment not be seized upon so as to include these regions. Classic examples of "non-policy" at the federal level are presented as evidence of the absence of a regionally focused agro-energy policy in the current government, reinforced by the experiences of *Petrobras* in the Rio Grande do Norte rural settlements.

Finally, the thesis concludes that there is an urgent need to create a government-sponsored enterprise (with a structure similar to *Petrobras*) with the purpose of implementing a truly broad and inclusive development process for the bicarbonates production sector, while remaining attentive to Brazil's opportune and critical role in the world's current agro-energy scenario.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Agroenergia, cenário geral das assimetrias regionais e aspectos metodológicos do	11
2 MUDANÇA NA MATRIZ ENERGÉTICA MUNDIAL.....	22
2.1 A nova matriz energética e a questão regional.....	26
2.2 Uma não política para uma não inclusão.....	28
2.3 A atuação dos EUA no cenário Bioenergético.....	35
2.3.1 Obama, e as águias agroenergéticas.....	38
2.4 Sangue suor e lágrimas na crônica de uma morte anunciada.....	42
2.5 Cenário Nacional da Produção de Etanol e Oleaginosas.....	69
2.6 Uma política de Estado para uma questão de Estado.....	80
2.7 Petrobras: inclusão dos micro e pequenos produtores rurais?.....	83
3 O NOVO RURAL.....	92
3.1 O novo rural proveniente da modernização da agropecuária brasileira.....	93
3.2 Novas relações sociais de trabalho no meio rural: o trabalhador pluriativo.....	104
3.3 O novo rural dos “sem-sem”.....	109
3.4 O novo rural proveniente da não ruralidade típica.....	113
3.5 O Novo Rural Agroenergético.....	117
3.6 O novo rural agroenergético e a produção de alimentos.....	118
4 O PROGRAMA PETROBRAS FOME ZERO E A PRODUÇÃO.....	125
4.1 Programa Petrobras Fome Zero no RN de 2004 a 2007: perfil dos municípios e abrangência da ação.....	141
4.2 Duas Entrevistas, Muitas Considerações.....	155
4.2.1 Considerações sobre a entrevista com Livânia Frizon.....	171
4.3 Segunda Entrevista - O INCRA.....	180
4.3.1 Outras considerações - agora sobre o INCRA.....	190
4.4 Resultados Econômicos.....	194
5 COM A PALAVRA BAUTISTA VIDAL.....	196
6 CONCLUSÃO.....	214
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	224
APÊNDICE.....	234
ANEXOS	238

1 INTRODUÇÃO

O mundo vivencia a mudança de sua matriz energética. Ao invés do petróleo, a fonte principal de energia passa a ser o sol, na forma de biocombustíveis. O Brasil insere-se nesse contexto como grande potência mundial, tendo em vista ser ele o país que criou essa perspectiva energética com o Pró-Álcool durante o Governo Geisel, em meio a primeira grande crise mundial do petróleo.

As possibilidades de que essa imensa oportunidade se materialize como construção de um processo de produção e distribuição eqüitativa de riquezas em todo território nacional irá depender exclusivamente da capacidade do Estado Nacional de gerar essa perspectiva distributivista, através de políticas públicas inclusivas com um sistema de integração agroindustrial de micro, pequenos e médios produtores rurais, dentro de uma perspectiva de produção multivariada de espécies agrícolas passíveis de produção de etanol e óleo vegetal sob as mais diversas condições de solo, clima, disponibilidade de água e tamanho das propriedades rurais em todo território nacional. Também fará parte desse processo o modelo de rentabilidade a partir da determinação da divisão social do trabalho que ocorrerá entre indústria e agricultura. Ou seja, se o processamento industrial para a produção de etanol será exclusivamente realizado através grandes usinas, ou se também por micro destilarias, o mesmo ocorrendo para a produção de óleo vegetal.

No Rio Grande do Norte a Petrobras, através do Programa Petrobras Fome-Zero em parceria estabelecida com a Cooperativa dos Ricicultores do Apodi e Região – COOPERA, realizou trabalho com 367 famílias de micro e pequenos produtores rurais (em sua maioria assentados) totalizando uma área plantada de girassol de 1.663 hectares abrangendo oito municípios: São Bento do Norte, Caiçara do Norte, Jandaíra, Ceará-Mirim, Parazinho, João Câmara, Pedra Grande e Touros.

O presente trabalho tem por meta a análise sócio-econômica da experiência supracitada aliada ao processo nacional de construção ou não de uma política bioenergética includente e abrangente também no sentido da equalização das já tão graves disparidades regionais.

1.1 Agroenergia, cenário geral das assimetrias regionais e aspectos metodológicos do trabalho

Biocombustível é energia solar transformada pelo processo de fotossíntese nas plantas em energia química:

O Sol irradia anualmente o equivalente a 10.000 vezes a energia consumida pela população mundial neste mesmo período. Para medir a potência é usada uma unidade chamada quilowatt. O Sol produz continuamente 390 sextilhões (390×10^{21}) de quilowatts de potência. Como o Sol emite energia em todas as direções, um pouco desta energia é desprendida, mas mesmo assim, a Terra recebe mais de 1.500 quatrilhões ($1,5 \times 10^{18}$) de quilowatts-hora de potência por ano (ENERGIA Solar e Meio Ambiente. São Paulo, SP: **Ambiente Brasil**, 2007. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br> > Acesso em: 7 ago. 2007).

A fonte maior de energia é, portanto, o imenso reator de fusão nuclear: o sol. E o sol não é do Sudeste, nem do Centro-Oeste, muito menos do Sul. Somos um país ensolarado, equatorial, tropical, tropical de altitude, tropical atlântico, subtropical e semi-árido. Mas para que a fotossíntese ocorra, além de sol, precisamos de água. E somos o país das águas em todo o território nacional, inclusive no chamado nordeste semi-árido, detentor dos maiores reservatórios artificiais de água em áreas semi-áridas do planeta. *Portanto, restringir a produção de energia a umas regiões e outras não é suicídio sócio-econômico (ou homicídio) por motivos que apresentaremos. Não incluir micro e pequenos produtores rurais, inclusive e, sobretudo, aqueles provenientes de um tão demorado e doloroso processo de reforma agrária não é uma alternativa possível diante de um país cujo cotidiano se barbariza e a barbárie se cotidianiza.*

O Centro-Sul é uma macro-região composta por 10 estados (mais o Distrito Federal). Seu território tem extensão de 3.107.292,37 Km² o que equivale a 36,49% do território nacional. Sua população estimada é de 118.446.295 indivíduos (64,32 % da população nacional). Produz nada menos que 80,6 % do PIB nacional e 81,6% do PIB agropecuário.

Se seqüenciarmos todos os municípios agropecuários do Brasil e escolhermos os 100 maiores PIB's agropecuários do Norte-Nordeste e confrontarmos com os 100 maiores do Centro-Sul, encontraremos que apenas 10 municípios do Norte-Nordeste se encontram relacionados entre os 100 maiores:

Tabela 1

PIB Agropecuário – Ano 2004

Ranking	Estado	Município	PIB em RS 1.000,00
3	PE	Petrolina	391818,9053
12	BA	São Desidério	294616,1748
21	PA	São Félix do Xingu	243347,802
30	PA	Santarém	199846,0849
32	BA	Barreiras	196078,6618
43	PA	Paragominas	177071,6834
70	PA	Medicilândia	142925,4606
85	BA	Juazeiro	132971,3155
87	MA	Balsas	131499,1431
94	BA	Luís Eduardo Magalhães	128634,7534

Fonte: IPEA DATA

Dos 100 maiores PIB's agropecuários do Brasil apenas o pólo irrigado de Petrolina figura numa excelente terceira posição. O Norte aparece com 4 municípios, todos do Pará (colocações 21, 30, 43, 70) e o Nordeste com 6 municípios sendo 4 da Bahia (posições 12, 32, 85 e 94), 1 de Pernambuco (com a supracitada Petrolina) e 1 do Maranhão. Em 1000 municípios analisados com maiores PIB's agropecuários, o Norte-Nordeste aparecem apenas com 117. Desses, 63 estão no Norte e 54 no Nordeste. No Norte 56 municípios relacionados estão no Pará (88,8%), apenas 4 em Rondônia e 3 no Amazonas. No Nordeste, dos 54 municípios relacionados, 26 estão

na Bahia (48,1%), 12 em Pernambuco (22,2%), 8 no Maranhão (14,81%), 4 na Paraíba (7,4%), 2 no Rio Grande do Norte (Baraúnas na posição 307 e Mossoró na 528ª colocação), 1 em Sergipe e 1 no Piauí.

Da agropecuária para a indústria. O PIB industrial do Norte foi de 27,1 bilhões de reais em 2004. Esse PIB se encontra concentrado nos estados do Amazonas (15,7 bilhões) e Pará (9,3 bilhões). Portanto, dois estados respondem por 87,1 % do PIB industrial da maior região do país. Essa concentração é ainda maior, na medida em que apenas a cidade de Manaus concentra 88,43 % do PIB industrial do estado do Amazonas e 51% do PIB de toda a Região Norte. No Pará, apenas 6 cidades de um total de 143 municípios produzem 74% do PIB do Estado. Essas 6 cidades paraenses juntamente com Manaus respondem por 72,8% do PIB industrial de todo o Norte.

Além de baixa produção, a concentração industrial também é a principal característica do Nordeste. Em todos os estados nordestinos, os 10 maiores PIB's industriais municipais concentram acima de 75% do PIB industrial de todo o Estado. Sergipe (86%), Rio Grande do Norte (77,70%), Piauí (82,55%), Pernambuco (75,62%), Paraíba (81,64%), Maranhão (83,64%), Ceará (76,1%), Bahia (76,87%); nada se comparando a Alagoas, cuja capital, sozinha, detém 75% do PIB industrial do Estado. Isso quer dizer que possuímos pouquíssimos centros produtivos em relação ao território, seus municípios e sua população.

Somos imensos vazios produtivos com raras e poucas exceções. A pobreza nacional deve-se em grande medida a incapacidade de geração equitativa de crescimento em grande parte do território do Nordeste e do Norte. Não podemos creditar essa problemática à seca. Aliás, nesse contexto, Petrolina colocando-se como terceiro maior PIB agropecuário nacional demonstra que se vem fazendo uso das águas de Sobradinho para fruticultura irrigada, atraindo indústrias e todo seu aparato multiplicador a montante e a jusante da agricultura, o que pouco ou nada acontece no Nordeste de grandes reservatórios d'água. O Maranhão é parte do Norte (muita água e terras de qualidade) e o Norte é mata e água, sem nada. A não produção resulta inquestionavelmente em pobreza.

Segundo o Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2004, o quadro de moradores em domicílios particulares com insegurança alimentar moderada ou grave é a seguinte:

Tabela 2

Moradores em domicílios particulares com insegurança alimentar moderada ou grave – PNAD - 2004

Região	População	% Região	Indigentes
População Norte	14.698.878	11,95	4.726.013
População Nordeste	51.019.091	48,53	19.192.745
Norte-Nordeste	65.717.969	60,48	23.918.758
População Sudeste	78.472.017	26,46	10.464.111
População Sul	26.973.511	7,93	3.136.385
População Centro-Oeste	13.020.767	5,13	2.028.819
População Centro-Sul	118.466.295	39,52	15.629.315

Fonte: PNAD 2004. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/>>

Muito embora a população do Centro-Sul seja aproximadamente 1,8 vezes superior a do Norte-Nordeste possui 8,2 milhões de indivíduos a menos na condição de insegurança alimentar moderada ou crônica em relação a esta última. Mesmo tendo a população do Norte uma população bem menor do que a região Sul e tendo os índices de insegurança alimentar relativos da ordem de 11, 95% (provavelmente dada a piscosidade da região, o que dá aos ribeirinhos a garantia de uma alimentação pouco variada, mas não escassa), os valores absolutos de insegurança alimentar ultrapassam a Região Sul em 1,6 milhões de indivíduos. Já o Nordeste segue sua “tendência histórica” ao sofrimento. O índice absurdo de 48,53% de sua população em situação de indigência é a representação definitiva de sua incapacidade de gerar a superação do subdesenvolvimento pela maior parte do seu território. Aproximadamente 19 milhões de indivíduos em estado de indigência, superior ao agregado do Centro-Sul (15,5 milhões) e com uma população inferior à metade desta última grande região são números que deveriam levar a ações imediatas, pois a indignação já foi neutralizada pela cotidianização da barbárie.

Não há questão histórica mais importante do que equacionar essa situação de completo desequilíbrio sócio-econômico em pleno século XXI. Levar produção, tecnologia, produtividade, lucros, salários, efeitos multiplicadores de investimentos e renda. Só que as oportunidades históricas não se apresentam sempre. Muito menos em segmentos econômicos capazes eficazmente de levar a mudanças rápidas e contundentes do atual *status quo*. A era dos biocombustíveis é esse momento histórico ímpar. No entanto para que ela se concretize como móvel das mudanças que almejamos de equidade no processo de produção e distribuição de riquezas, necessitamos abordar a atuação do Estado Nacional como indutor da ação produtiva em suas múltiplas variantes e, ao mesmo tempo, acompanhar os avanços (também entraves e até retrocessos) que os programas em implantação para a produção de biocombustíveis no universo dos micro e pequenos produtores possa gerar.

O Rio Grande do Norte está sendo palco de uma ação por parte da Petrobras que se apresenta como momento privilegiado para a análise das duas situações supracitadas. O Projeto Petrobras Fome Zero, implementado com 367 famílias abrangendo o total de 8 municípios é um ponto de extrema importância para a análise abrangente do sentido da ação do Estado quanto à formatação de uma política bioenergética, bem como quanto aos resultados concretos desses embriões de integração produtiva.

Na expectativa de atingir os objetivos do presente trabalho utilizou-se uma metodologia multivariada. Não poderia ser diferente, tratando-se de tema tão novo (por isso, talvez, polêmico) no cenário nacional e mundial.

Em primeiro lugar houve intenso diálogo (além de pesquisa documentativa com a realização de cinco entrevistas) com dois protagonistas da existência do pró-álcool. O primeiro deles o Dr José Walter Bautista Vidal, ex-secretário de energia do Governo Geisel e criador do Pró-Álcool (contato iniciado em 2000 até o corrente ano de 2009). Em paralelo, as discussões ocorreram com um outro protagonista do pró-álcool e pesquisador sênior do MCT, Dr René Iturra (este de 2003 até hoje). Esses diálogos devem ser colocados na metodologia, na medida em que se constituíram numa fonte de debate permanente (muitas vezes diária) sobre o tema. Aliás, foi nesse intenso exercício intelectual que decidimos deixar a questão agroenergética do ponto de vista *eminentemente energético* (temas centrais da discussão dos dois cientistas citados) para nos embrenharmos pela questão das repercussões de um mundo que passa a mudar sua concepção de obtenção de energia do petróleo para outras fontes, das quais a principal passa a ser a produção de biocombustíveis, no qual o Brasil é eixo

fundamental com todas as suas assimetrias regionais quanto ao desenvolvimento, em particular, agroindustrial. A partir daí surgiu a base do nosso trabalho, qual seja, a preocupação de identificar como no cenário federativo está sendo trabalhado o desenvolvimento agroenergético.

Paralelamente a todo o debate que ocorria com os doutores Bautista Vidal e René Iturra ações efetivas se desenrolavam no Rio Grande do Norte. Utilizando-se de trabalho já desenvolvido (e do qual fizemos parte) pela Associação Regional e Comercial do Mato Grande (ARCO) através da sua presidente e ex-líder do MST no RN, Livânia Frizon, estendemos a utilização do programa de doação de óleo diesel firmado com a Petrobras no contexto do Fome Zero para plantio de sorgo granífero. Precisamente, nossa participação nesse programa se deu na gênese, quando negociamos a parceria entre a Associação dos Criadores de Frango do Rio Grande do Norte com a ARCO. Uma vez atuando no Governo Federal, o autor gerenciava a os nove estados nordestinos através da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e utilizou como argumento aceito pela CONAB o fato de que o sorgo granífero é um substitutivo do milho para o fabrico de ração aquícola cuja matéria prima era encarecida pelo frete pago pelo transporte de grãos dos principais estados produtores. Desta feita Incluiu-se o sorgo granífero no programa de compra direta a preços mínimos em decorrência de ação realizada junto a CONAB em Brasília-DF. Tendo relativo êxito, as ações foram mais adiante. Não mais sorgo granífero deveria ser plantado, mas girassol, oleaginosa de boa qualidade e fonte de proteína animal. O autor obteve as primeiras sementes (cinco quilos) como doação da Associação dos Agricultores Familiares de Palmeira das Missões-RS. Essas sementes foram entregues pessoalmente no apartamento do Dr Bautista Vidal em Brasília-DF. Naquele momento não existia semente de girassol no mercado (tinham se esgotado com o frenesi da notícia do novo mundo que se iniciava). Assim, para que pudéssemos dar início ao plantio dessa oleaginosa no RN, contamos novamente (pois já era nosso parceiro no trabalho com o sorgo granífero) com a valiosíssima colaboração do empresário Adolfo Pereira Carneiro Filho da Fazenda Bebida Velha, especializada na produção de sementes. Uma vez obtidas sementes de qualidade e na quantidade necessárias, começou o plantio de girassol nos assentamentos do Mato Grande, mas já institucionalizada através de parceria firmada entre a ARCO e a Petrobras, basicamente nos mesmos moldes do que se firmara antes com o programa do óleo diesel: o girassol seria plantado nos assentamentos com a doação do óleo diesel para os tratores pela Petrobras e, na safra, a petroleira se comprometeria em adquirir as sementes a cinquenta centavos de real por quilo (preço de mercado a época). Foi aí

que as nossas preocupações com o desenvolvimento agroenergético brasileiro no cenário de assimetrias regionais passaram a tomar uma nova configuração. O mundo dos assentamentos rurais e pequenos produtores do Nordeste e do Norte. Acompanhamos *in loco* os dois primeiros anos de atuação da ARCO junto aos assentamentos do Mato Grande e contamos com valorosa contribuição da sua equipe técnica que nos forneceu todos os dados referentes aos contratos e ao plantio/colheita devidamente compilados.

O que foi uma ação de poucos, se tornou institucional. Não apenas a ARCO firmou um contrato com a Petrobras como passou a ser para o Governo Federal fonte de propaganda, símbolo dos programas governamentais para não apenas os assentamentos rurais como toda a agricultura familiar no Brasil. Essa posição foi adotada inicialmente pelo Banco do Brasil e, em seguida, pela equipe de propaganda do Presidente Lula que utilizou (e continua a utilizar) a ARCO (com aparições de sua presidente) inclusive já na campanha presidencial do segundo mandato. Isso nos trouxe uma forte contribuição metodológica. Se a ARCO e a região do Mato Grande no RN eram o grande exemplo de programa governamental federal na área agroenergética envolvendo assentamentos, então os resultados desse programa serviriam de parâmetro para análise do que estava acontecendo nesse meio no Brasil.

Mas antes mesmo de chegarmos aos dados dos “girassóis do RN” precisávamos ter em vista o cenário mundial agroenergético e, nele, o papel desempenhado pelo Brasil no contexto de um posicionamento estratégico internacional. Nesse âmbito passamos a buscar informações de fontes diversas, em sua maioria propiciada pelo mundo impressionantemente vasto da Internet. Passamos a fazer o acompanhamento sistemático de todas as notícias relativas ao tema agroenergia, disponibilizados por sites diversos públicos e privados, não apenas sobre o cenário puramente agroenergético, mas, de todo o universo que gira em torno dele, como por exemplo, o acompanhamento das informações disponíveis sobre a política agroenergética norte-americana (os EUA são a grande potência agroenergética do mundo, juntamente com o Brasil), a posição européia (da qual não podemos deixar de lado o material remetido pelo Dr Iturra da Espanha onde reside atualmente) e mesmo a situação do petróleo com o acompanhamento, dentre outras fontes, dos relatórios de produção anual da OPEP. Na verdade sem o mundo da (e na) internet o presente trabalho dificilmente poderia ser realizado com os recursos que dispomos (zero real). Formulamos então a primeira parte do trabalho. O que é o mundo agroenergético, qual a posição do nosso país como produtor nesse mundo, e

qual a formulação de políticas nacionais dos dois maiores protagonistas, quais sejam, o Brasil e os EUA.

Os dados apresentados nas tabelas sobre a produção nacional foram obtidos nos sites do IBGE Cidades, IBGE Estados e CONAB. Dados relativos a produtividade de cada espécie agroenergética para obtenção de óleo e etanol foram extraídos dos sites da EMBRAPA, UNICA (União da Indústria de Cana de Açúcar), Biodieselbrasil (privado) e Portal do Biodiesel (do Governo Federal). Outras informações econômicas sumamente necessárias para análise foram também extraídos do IPEA DATA. Sobre as exportações brasileiras o site utilizado foi o portal Alice Web do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.

Para a visualização precisa de cada um dos 27 estados da Federação no tocante ao estado da produção de biocombustíveis, bem como da estratégia anunciada para produção de etanol por parte dos EUA foi de importância central a utilização do Google Earth. Essa ferramenta foi tão importante quanto as demais supracitadas, na medida em que viabilizou a viagem por satélite aos espaços geográficos reais onde se busca obter informações.

Os portais do Senado Federal e da Câmara dos Deputados foram amplamente utilizados para a cobertura do dia-a-dia político da discussão sobre a problemática bioenergética. Também a ida a Brasília para contato direto com a Subcomissão de Biocombustíveis da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal (CRABIO) foi de importância vital para a aquisição de informações políticas não encontráveis em outro cenário que não o da *real politic*. Nesse cenário a participação deste autor como palestrante na sessão ordinária da trigésima reunião conjunta da CRABIO realizada em maio de 2008, foi experiência das mais proveitosas para a formulação desta tese, na medida em que foi possível confrontar os dados e posicionamentos trabalhados pelo autor com os dos parlamentares do Centro-Sul do país, possibilitando uma visão clara dos “mundos agroenergéticos” vividos no Brasil nas unidades federadas. Também na capital da república, visitas ao Ministério das Minas e Energia, Ministério da Agricultura e do Abastecimento, CONAB e Ministério do Desenvolvimento Agrário foram essenciais, pois também forneceram informações e impressões não oficialmente expressas em documentos. Aliás, a caminhada da pesquisa não poderia existir sem tais informações de bastidores. Isso porque boa parte das informações oficiais, possuem a tendência a transformar o quadro nacional em tonalidades “*cor de rosa choque*”.

Como eixo teórico da pesquisa, adotamos o “Novo Rural” do Professor José Graziano da Silva. Sem delongas, acreditamos ser a mais abrangente e incisiva abordagem não apenas sobre as transformações existentes no campo brasileiro como também sobre as conseqüências da exclusão dos milhões de assentados e pequenos produtores desse processo de transformação. É importante aqui anotar que a exposição pública do posicionamento do professor quanto a essa questão foi um dos motivos (senão o principal) que lhe custou o cargo como um dos principais ministros do primeiro governo Lula.

De grande importância foi a utilização do clássico “A Industrialização de São Paulo” do Professor Dr Wilson Cano, para se entender sob a luz de um retorno histórico como a ação concentradora dos complexos agroenergéticos no Centro-Sul *levarão* a abismos regionais intransponíveis, caso persista a atual não política agroenergética nacional.

Como material absolutamente fundamental para nosso trabalho foram realizadas quatro entrevistas. Na primeira delas foi entrevistada Livânia Frizon (janeiro de 2007), presidente da ARCO-Mato Grande e ex-líder do MST no Rio Grande do Norte. Essa entrevista não teve por foco simplesmente a questão da produção local de girassol. Sendo Livânia Frizon uma militante da agricultura familiar, advinda do Sul do país (nascida no Rio Grande do Sul e criada em Santa Catarina) e, ademais, tendo sua formação sido toda realizada no âmbito da agricultura familiar (a sua família é de agricultores familiares sulistas) ela conhece a fundo o que de mais definido como familiar tem a agricultura nacional. Mas isso não bastava. Como ex-líder do MST antes de vir ao Rio Grande do Norte, a entrevistada participou de todo o movimento nacional de reforma agrária, daí possuindo uma visão privilegiada dos assentamentos rurais nas cinco regiões brasileiras e de seus ocupantes. Obviamente, como outra importantíssima contribuição a entrevistada não apenas foi o eixo organizacional da produção de girassol no RN como, como já dissemos, passou a ser símbolo estatal dos benefícios da agricultura familiar propiciada pela reforma agrária no Brasil de maneira geral, bem como da produção agroenergética nessas áreas em particular.

A segunda entrevista foi realizada com o principal funcionário do INCRA no Rio Grande do Norte com experiência em assentamentos rurais do Norte e do Nordeste, Dr Heleno Gomes da Silva (março de 2007). O INCRA é uma instituição com bastante experiência. Entrevistar funcionários de carreira e não os de cargos comissionados (esses variam ao sabor dos gostos políticos) nos dá uma visão mais isenta da situação. Ademais, a escolha do entrevistado partiu de variadas conversas com

lideranças de assentamentos e a própria Livânia Frizon. Objetivou-se com a entrevista em tela ter uma opinião balizada da experiência no trato com assentamentos. Quem é o assentado do Rio Grande do Norte e das Regiões Norte e Nordeste? Qual seu perfil como agente produtivo? É ele um produtor familiar do meio rural? Está apto a desempenhar tarefas produtivas complexas? Por fim, o entrevistado nos disponibilizou dados só transparentes (ou mesmo existentes) dentro da estrutura operacional do INCRA, quais sejam, a quantidade de assentados e assentamentos e a área destes por estado da Federação. É importante frisar esse aspecto, pois os sites governamentais infelizmente, inclusive o do INCRA, não disponibilizam essas informações para uso científico. Talvez por precaução a agressões dos adversários da reforma agrária. Talvez por mera desorganização no tratamento e disponibilização pública dos dados obtidos, tendo em vista que cada órgão estatal possui autonomia para trabalhar sua existência na net.

A terceira entrevista foi realizada com o Sr Ulisses Costa Soares (setembro de 2007) então responsável pela pequena estrutura de produção de biodiesel da Petrobras no Rio Grande do Norte. Mais precisamente o entrevistado era o comandante das ações (ou não ações) agroenergéticas da Petrobras no RN. Portanto, ninguém melhor para responder, dentre várias, duas questões principais, quais sejam, qual o papel da Petrobras na produção nacional de agroenergia, bem como o sentido da sua atuação no Rio Grande do Norte. Ora, há um imenso hiato entre a propaganda da Petroleira e sua atuação real. Isso é plenamente possível de ser detectado (e já tínhamos feito isso) através de várias fontes no Congresso Nacional (das quais, uma das principais foi a da CRABIO). No entanto extrair informações da própria petroleira (tarefa de imensa dificuldade) era um desafio importante. Conseguimos, não sem resistências de toda ordem. Na verdade, só conseguimos entrar nessa caixa preta através de muita articulação política realizada a partir do Distrito Federal (vide agradecimentos).

Para uma compreensão viva da situação geopolítica nacional na era dos biocombustíveis entrevistamos um dos maiores especialistas mundiais na problemática da geopolítica do petróleo no Oriente Médio. Trata-se do Professor Dr Hanna Yousef Emile Safieh (agosto de 2008), secretário geral da Confederação Palestina para a América Latina e o Caribe (COPLAC). Biocombustíveis são substitutos do petróleo como base da energia líquida transportável. Qual foi então a história do petróleo no Oriente Médio e porque essa situação tem levado a tanto derramamento de sangue? Como decorrente dessa situação, estará o Brasil (mais precisamente o seu território amazônico no extremo Norte) correndo riscos de desnacionalização territorial através,

inclusive, de conflitos armados dada a importância dos biocombustíveis no cenário atual? A entrevista concedida pelo referido professor é contribuição das mais valiosas, pois advinda da experiência de quem viveu e vive em contato direto com o sangue derramado pelo seu povo, em grande parte devido à busca encarniçada e secular do “ouro negro”.

O Professor Dr José Walter Bautista Vidal, criador do Pró-Álcool encerrou nossa estrutura de entrevistas, o que foi feito em outubro de 2008. Trata-se não apenas do criador da era agroenergética, mas também, no momento do refluxo do Pró-Álcool ocorrido nas décadas de 80 e 90, um batalhador incansável por esse ideal. *Ninguém nesse país sustentou sob todas as dificuldades a tese do Brasil como potência mundial agroenergética.* Durante algum tempo (e o conheci nesse exato momento) o Dr Bautista era uma voz solitária num oceano de desconhecimento e descaso. Aliás, *afirmamos*, foi ele quem deu ao governo Lula (precisamente ao próprio Lula no Palácio do Planalto em audiência fechada de 2 horas e 30 minutos) o discurso que tornou o presidente uma personalidade agroenergética mundial. Hoje novamente reconhecido (desde 2007 o estado de São Paulo passou a conceder o Prêmio Bautista Vidal às melhores invenções e pesquisas para o setor agroenergético a cada ano) o Dr Bautista Vidal gentilmente nos concedeu entrevista sobre a situação atual da política agroenergética brasileira.

2 MUDANÇA NA MATRIZ ENERGÉTICA MUNDIAL

Certamente imaginar cifras bilionárias oriundas do meio rural agroindustrial e dentro de um mesmo território nacional não é algo que se possa fazer tão facilmente. Nesse contexto, multiplicar essas cifras tornando-as multibilionárias aparentemente se apresenta como ficção, devaneio, ou ambos.

Está-se vivendo uma mudança radical na matriz energética mundial que sai da indústria petrolífera e adentra-se definitivamente para a esfera agroindustrial. Exatamente essa mudança credencia a falar de recursos monetários de múltiplos bilhões, pois é esta a escala econômica do universo da produção de energia que move os motores a gasolina e óleo diesel em todo o planeta.

Iniciando a tratar das cifras supracitadas, os 11 países membros da Organização dos Países Produtores de Petróleo - OPEP - produziram, apenas no ano de 2005, 30,6 milhões de barris/dia, o que ao final do ano, a preços de mercado, equivaleram a US\$ 1.443 trilhões (um trilhão e quatrocentos e quarenta e três bilhões de dólares). Uma parte desse petróleo produzido foi consumido nos próprios países produtores e uma outra parte passou a se constituir em reservas estratégicas. O valor do petróleo exportado pela OPEP em 2006 foi de US\$ 868.3 bilhões. Somente o seu mais poderoso membro (a Arábia Saudita) produziu em 2006, petróleo equivalente a US\$346,9 bilhões, dos quais US\$ 215,4 bilhões foram exportados. Como última exemplificação da riqueza gerada pelo mundo petrolífero, a soma da produção em dez anos (1995 a 2005) registrada pela OPEP foi de US\$ 9.858 trilhões, dos quais foram exportados US\$ 3.385 trilhões de dólares.

Atualmente a produção de petróleo e derivados não mais se sustenta enquanto fonte principal de fornecimento de combustíveis líquidos. O mundo que vivenciara duas grandes crises mundiais de fornecimento (1973-1974 e 1979-1980) passara a conviver com a perspectiva de que o fornecimento mundial de petróleo chegaria ao fim em algumas décadas. O momento chegou.

Desde a primeira guerra do golfo (1990-1991) o alerta era de que a obtenção pelas grandes potências do petróleo oriundo da Ásia e do Oriente Médio necessário ao

crescimento do consumo, só poderia se dar através da utilização intensiva da força. No mínimo a era da obtenção de petróleo fácil se encerrara. Veio a invasão do Iraque (segundo maior detentor de reservas de petróleo do planeta, atrás apenas da Arábia Saudita) em março de 2003 e com ela a apresentação dos custos humanos e financeiros da manutenção do eixo energético nas fontes de petróleo. A situação foi se tornando mais complexa e no Irã, a perspectiva de um programa nuclear de êxito em termos bélicos, derrubou a idéia de continuidade de estratégias de obtenção de reservas petrolíferas por vias militares. A situação se agravou até o reconhecimento público da insustentabilidade da manutenção dessa matriz energética:

O sinal de alarme é acionado cada vez mais freqüentemente, tanto pelos dirigentes políticos quanto por especialistas independentes. Em seu último relatório bienal 'Perspectivas Energéticas Mundiais', publicado em 7 de setembro de 2005 e relativo ao período de 2004 a 2030, a Agência Internacional de Energia (AIE) expressa um sentimento quase generalizado, ao afirmar que 'os riscos para a segurança energética aumentarão muito, em curto espaço de tempo', e que 'a vulnerabilidade a perturbações no nível de reservas se acentuará com o aumento do comércio global'. Durante seu discurso de ano novo, no dia 5 de abril de 2006, o presidente francês Jacques Chirac, por sua vez, expressou a 'necessidade de preparar-se para a era pós-petróleo' como a grande questão do século [...] Como bem diz um anúncio publicitário recente do grupo norte-americano Chevron Texaco: foram necessários 125 anos para que o mundo consumisse o primeiro trilhão de barris de petróleo, mas serão necessários apenas 30 anos para que se consuma o segundo — o que corresponde ao total das reservas comprovadas. (SARKIS, Nicolas. **Bem-vindos ao fim da Era Petróleo**. São Paulo: Le Monde Diplomatique, mai. 2006. Disponível em <<http://diplo.uol.com.br/2006-05,a1307>>. Acesso em 01 jun. 2007).

As declarações do então presidente da França bem como a posição assumida pela Chevron Texaco, ocorreram após o reconhecimento público por parte do Chefe de Estado dos Estados Unidos da América de que o consumo de petróleo não mais poderia se manter como principal fonte de energia para o desenvolvimento da potência estadunidense. No dia 01 de fevereiro de 2006, discursando para o Senado (discurso este em que se afirmam as principais plataformas para o ano corrente) o presidente George W. Bush anunciando a necessidade de esforços para a redução de 75% das importações de petróleo ao Oriente Médio até 2025 sentenciou:

Os estados Unidos são viciados em petróleo, que é geralmente importado de partes instáveis do mundo. A melhor forma de quebrar esse vício é por meio da tecnologia. Aplicando o talento e a tecnologia da América, esse país pode melhorar drasticamente o ambiente, ir além de uma economia baseada em petróleo e transformar nossa dependência do petróleo do Oriente Médio uma coisa do passado. (BUSH afirma que EUA são "viciados em petróleo". **Folha OnLine**, São Paulo, SP, 01 fev. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u92159.shtml>> Acesso em: 03 jul. 2007).

Nunca uma única declaração, tinha dito e significado tanto para o futuro da humanidade desde que o petróleo passou a ser utilizado em motores de combustão interna em substituição à energia a vapor, que tinha por base a queima de carvão mineral ou vegetal¹. Trata-se de direcionar os investimentos em combustíveis líquidos para o etanol, cuja tecnologia produtiva fora inventada pelo Brasil, mas já é amplamente dominada pelos EUA em termos produtivos e comerciais. Mais precisamente os Estados Unidos dividem com o Brasil a posição de maiores produtores mundiais de etanol². Ocorre que a principal fonte de produção de etanol norte americana é o amido de milho, cuja produtividade é inferior à cana-de-açúcar. O álcool produzido tendo por base o amido de milho tem uma produtividade de 3.200

¹ O petróleo apareceu como combustível a partir da invenção dos motores de combustão interna, criados e aperfeiçoados em finais do século XIX e início do século XX. Na verdade, um desses motores tinha sido originalmente testado com óleo vegetal. O motor a diesel, inventado pelo alemão Rudolf Christian Karl Diesel (daí a homenagem ao motor e ao combustível) que em 1897 registrou a patente de um motor à combustão baseada na reação química de um óleo puro com o oxigênio até atingir-se uma proporção que diante de uma fonte de ignição gera uma explosão. O abandono do óleo vegetal como combustível para os motores diesel decorreu da inexistência da produção agrícola em escala industrial de óleo vegetal, bem como da facilidade com que começaram a aparecer as fontes de petróleo. Um outro motor de combustão interna, foi fundamental para a ratificação do petróleo como matriz energética. Estamos tratando do motor criado pelo também alemão Nikolaus August Otto (doravante chamado de motor de ciclo Otto), em 1876, utilizando como combustível um líquido volátil derivado do petróleo (a gasolina).

² A produção brasileira de etanol na safra 2007/2008, estimada por cálculos da CONAB, chegará a 20 bilhões de litros. Segundo a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (UNICA), na última safra, o país produziu 16,7 bilhões de litros. Estima-se que a produção norte-americana tenha sido de 18 bilhões de litros.

litros/hectare, portanto abaixo da metade do rendimento brasileiro com a cana de açúcar que gira em torno dos 7.000 litros por hectare. Em termos de preço, enquanto o álcool extraído de cana de açúcar no Brasil custa em média 20 centavos de dólar, o álcool de milho americano custa 47 centavos por litro.

A declaração do presidente Bush mexeu imediatamente com as inversões de capitais. Isso porque somente os planos do Departamento de Energia dos Estados Unidos de substituição de 30% do consumo de gasolina por etanol até 2030 gerarão uma demanda norte-americana de 230 bilhões de litros, o que equivale a aproximadamente 14 vezes a nossa produção atual. Não estamos tratando aqui da União Européia, Japão e China, por exemplo. Os investimentos mundiais agora começam a se espalhar para a produção agroindustrial. A nova matriz energética mundial passa a ser não mais um processo extrativo, mas agroindustrial:

A negociação foi mantida em absoluto sigilo por seis meses e concluída com discrição na manhã de 10 de junho. Na sala de janelas largas de um prédio comercial em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, estavam apenas o holandês Auke Vlas, representante da trading americana Cargill, maior comercializadora de alimentos do mundo, e o empresário Maurílio Biagi Filho, um dos mais importantes donos de usinas de álcool do país. O encontro foi rápido -- Vlas trouxe os documentos já assinados e Biagi preencheu as poucas linhas que lhe foram reservadas. A partir daquele momento, o empresário retirou-se da Cevasa [...] Com a aquisição, a Cargill ingressa em um novo ramo de negócios no Brasil, o de energia. Sua principal concorrente, a Bunge, também tem feito prospecções no Brasil e, segundo especialistas, deve anunciar em breve uma compra semelhante." (SALOMÃO, Alexa; ONAGA, Marcelo. **Etanol o mundo quer. O Brasil tem**. São Paulo: Abril.Com, 2006. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0870/negocios/m0082575.html> > Acesso em 20 jul. 2006).

Os investidores internacionais já se colocam em posição para a produção no Brasil³. O primeiro mega-investimento em usinas para exportação

³ A mobilização é intensa, veloz e de difícil acompanhamento na íntegra. Enumeramos alguns investimentos representativos: Cargill (maior comercializadora de alimentos do mundo) - comprou a Cevasa (uma das maiores usinas de álcool do Brasil). Bill Gates, fundador da Microsoft, adquiriu 25% da Pacific Ethanol para produzir álcool de milho nos Estados Unidos.

de etanol está sendo feito pelo conglomerado Mitsui & Co. Trata-se da construção de 40 usinas no entorno do álcoolduto avaliado em 4,1 bilhões de reais que será construído pelo governo brasileiro com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC - ligando as cidades de Senador Canedo (GO) e Paulínea (SP). O objetivo é fazer a interligação do álcool produzido pelas usinas da Mitsui ao porto de São Sebastião (SP) com objetivo de exportação, a partir de 2011, de aproximadamente 3,5 bilhões de litros de álcool por ano, segundo avaliações de Petrobras.

Os investimentos não apenas passam a se destinar a produção de etanol. A Toyota já anunciou que vai produzir motores a álcool no Brasil para comercialização já em 2008 dos seus carros modelo Corolla para venda no mercado brasileiro e, sobretudo, visando exportações para os EUA.

Especula-se que ele esteja prospectando compra de usinas no Brasil. Larry Page e Sergey Brin, do grupo Google, foram ao interior de São Paulo no início do ano passado para conhecer o negócio agroenergético (já devem estar investindo). George Soros comprou a usina Monte Alegre em Minas Gerais. O grupo UBS/Pactual e o Credit Suisse Group, começam a trabalhar no lançamento de ações de usinas nas bolsas de valores. O primeiro fundo de private equity criado para usinas, com patrocínio do banco francês Société Générale, arrecadou mais de 200 milhões de dólares em pouco mais de um mês. A família Ermírio de Moraes investiu 40 milhões de dólares em duas empresas destinadas à pesquisa de ponta no setor alcooleiro. Em junho de 2006, a anglo-holandesa Shell passou a exportar álcool brasileiro para os Estados Unidos. Grandes fundos de investimento estão sendo criados nas principais bolsas de valores do mundo. A estimativa, segundo a Cleantech Venture Network é de que, entre 2005 e 2009, os investimentos de fundos de venture capital em tecnologias limpas em todo o mundo cheguem a cerca de US\$ 10 bilhões.

2.1 A nova matriz energética e a questão regional

As manchetes de jornais e os noticiários de TV, ainda meio atônitos, passaram a anunciar uma “nova” era, brasileiríssima como a caipirinha, que chega e encanta. Somos o país dos biocombustíveis, do etanol e do biodiesel. Enfim, somos a potência do mundo e o mundo quer negociar com o Brasil. Começa a se coroar na forma de resultados econômicos ainda não dimensionados (de tão elevados que serão) os imensos esforços de desenvolvimento de todos os elementos que envolvem primeiramente a tecnologia do etanol a partir do PROÁLCOOL instituído durante o governo Geisel pelo Decreto Nº 76.593, de 14 de novembro de 1975, em plena crise mundial do petróleo. Nossa capacidade de enriquecer é efetivamente gigantesca:

No Brasil, o potencial de produção de energia renovável já é conhecido e reconhecido no mundo desenvolvido e é indiscutivelmente fantástico. Muitos brasileiros, entretanto, parecem desconhecer sua potencialidade nessa área. O país possui cerca de 325 milhões de ha de terra imprópria para a agricultura e pecuária, com aptidão florestal (a utilização de metade dessa área, que representa 20% do território nacional, permitiria a produção sustentada do equivalente em energia, a 6,5 bilhões de barris de petróleo por ano, em forma de óleos vegetais de dendê e outras espécies arbóreas). Dos 309 milhões de ha apropriados para a agricultura utiliza-se aproximadamente 60 milhões de ha. Se a metade dessa área não utilizada fosse cultivada com plantas “energéticas” visando a produção de combustíveis líquidos (etanol e óleos vegetais, principalmente), se poderia produzir o equivalente a pelo menos sete milhões de barris de petróleo por dia, isto é, aproximadamente quatro vezes o consumo nacional. (ITURRA, 2000, p. 12).

Mas o enriquecimento que se prevê contém complexidades também enormes que, na forma com que se vem conduzindo, trará imensa riqueza, certamente com grande impacto positivo na geração de emprego e renda, só que concentrada regionalmente e excludente do ponto de vista dos agentes produtivos (ou ao menos não tão incluyente como poderia ser).

Tendo em vista o imenso avanço do agronegócio nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a produção em larga escala de etanol e óleo vegetal lá estão localizadas. Obviamente que os capitais nacionais e internacionais se localizarão também nessas regiões dado a existência em operação desses complexos.

Temos então a seguinte situação com relação às referidas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste segundo dados extraídos do IBGE:

1) Lá se encontram plenamente estabelecidos os Complexos Agroindustriais (CAI's) do etanol e da soja (embora oleaginosa de baixa produtividade, única existente em larga escala industrial no Brasil);

2) São regiões vastíssimas, com áreas imensas ainda não utilizadas para a expansão dessas culturas (e mesmo de outras oleaginosas que virão a compor o universo da produção de óleo vegetal para biocombustíveis das quais a mais produtiva e promissora é o dendê);

2.1) O Centro-Sul é responsável por 94,5% da produção de álcool do Brasil. Essa produção está dividida entre os seguintes estados: Espírito Santo (1,16%), Goiás (4,66%), Minas Gerais (6,32%), Mato Grosso do Sul (3,42%), Mato Grosso (4,95%), Paraná (6,73%), Rio de Janeiro (0,86%), Rio Grande do Sul (0,02%) e São Paulo (66,40%).

Percebe-se o imenso espaço para a expansão da produção de álcool nesses estados. Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul produzem 13,3% da produção nacional de álcool de cana de açúcar. Isso é quase o triplo da produção de todo o Norte/Nordeste que é de 5,48%. Esses três estados juntos possuem 1,6 milhões de km², mais do que toda a região Nordeste (1,55 milhões de km²). São estados gigantes que já internalizaram os complexos agroindustriais (CAI's) do álcool e da produção de óleo vegetal. Possuem terras excelentes com índices pluviométricos mais do que satisfatórios (sabemos que não é o caso de vastas áreas nordestinas).

Temos ainda mais um Gigante: Minas Gerais. Outro imenso território, potente política, econômica e empresarialmente, com 586,5 mil Km², detém atualmente 6,3% da produção nacional de álcool de cana de açúcar (portanto, também mais do que toda a produção nordestina). São Paulo dispensa comentários. Tem área, *know how* e capital.

Caso o critério para a produção nacional de biocombustíveis seja meramente o mercado, esses estados irão concentrar a produção brasileira construindo o maior fosso de disparidades regionais de toda a nossa história. Possuem muita área, com os CAI's definidos e, conseqüentemente, prioritariamente atrativos ao capital global.

Infelizmente, essa exclusão foi ratificada oficialmente (quem diria) no lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Do total previsto de gastos para a produção de biocombustíveis da ordem de 17,4 bilhões de reais, apenas 140 milhões de reais ficaram para a região Nordeste e 53 milhões para a região Norte. No final das contas apenas 1,1 % da verba foi destinada ao Norte/Nordeste. A quase totalidade, ou seja, R\$ 17.207.000.000,00 (dezessete bilhões, duzentos e sete milhões de reais) ficaram com o Sudeste, Centro-Oeste e um pouco para o Sul.

Tabela 3

Programa de Gastos para a Produção de Biocombustíveis no PAC

Regiões	Biodiesel (R\$ milhões)	Etanol (R\$ milhões)	Álcoolduto
Norte	53	-	-
Nordeste	140	-	-
C.-Oeste	357	2.984	4.100
Sudeste	316	8.500	
Sul	330	628	-
Total	1.196	12.112	4.100

Fonte: Presidência da República – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Que o mercado discrimine regiões em busca dos complexos agroindustriais já instalados é absolutamente normal e parte constitutiva da dinâmica de funcionamento do sistema. No entanto, que o Estado Nacional reproduza essa discriminação e mais, no contexto do lançamento de um Plano que visa acelerar o crescimento econômico é de uma temeridade absoluta.

2.2 Uma não política para uma não inclusão

A produção de biocombustíveis possui especificidades que só poderão ser plenamente desenvolvidas a partir de recursos destinados para tal. Exemplificando: a produção de pacotes tecnológicos de produção em escalas diferenciadas de várias oleaginosas, com a melhoria das espécies a serem utilizadas e adaptações a diferentes territórios (é o caso do dendê, do pinhão manso, do girassol dentre outras); a pesquisa aplicada no desenvolvimento tecnológico e econômico de outras espécies propícias à produção de etanol, portanto capazes de alargar a produção nacional em termos territoriais e de forma mais estratificada em termos sociais entre os micro e pequenos produtores rurais (é o caso da mandioca e do sorgo sacarino). A partir daí, poderá ocorrer de maneira mais eficiente a inclusão sócio-econômica de produtores assentados e pequenos produtores rurais como especialistas na produção agroenergética; a criação de agricultores especializados na produção agroenergética a partir dos pacotes tecnológicos definidos.

Do ponto de vista da nossa atual incapacidade de gerar um planejamento para uma abordagem correta sobre o mundo bioenergético, a definição dos recursos do PAC para produção de oleaginosas se deu através da observância de que o centro nacional da produção de óleo de soja é o Centro-Sul do país. Equívoco retumbante pelo fato de ser a soja uma cultura excelente como produtora de proteína e medíocre em termos de extração de óleo vegetal⁴.

Ao contrário do álcool, infelizmente passamos mais de 30 anos com pouco ou nenhum desenvolvimento tecnológico para a produção de oleaginosas. Ainda bem que as exceções existem e desde 1974 a “rainha das oleaginosas” tem sido pesquisada e melhorada sob a competente atuação do que hoje é a Embrapa Amazônia Ocidental⁵.

⁴ Segundo dados do Governo do Estado da Bahia em ação conjunta com o Governo do Estado do Paraná/IAPAR, a produtividade média (litros por hectare) de 11 oleaginosas pesquisadas é a seguinte: 1) Dendê – 7.700 l/ha; 2) Amendoim (1000-1250 l/ha) e Pinhão Manso (1280-1400 l/ha); 3) Mamona (900-1000 l/ha) e Canola (880-1056 l/ha); 4) Girassol (680-816 l/ha); 5) Soja (360-720 l/ha); 6) Tungue (600-700 l/ha); 7) Cártamo (450-600); 8) Nabo (320-420). Faz-se fundamental afirmar que a variação dos parâmetros de obtenção de litros por hectare cultivado deve-se a diferentes modalidades de cultivo, solo, pluviometria, irrigação, mecanização, etc. De qualquer forma, a distância da produtividade do dendezeiro para as demais oleaginosas é abissal, com a ressalva de ser uma cultura com 3 anos para a primeira colheita e idade produtiva de 34 anos, portanto considerada perene.

⁵ Infelizmente, por falta de uma política pública adequada, o dendê é ainda pouco explorado. Exportamos em 2006, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, US\$

O dendezeiro começa a produzir comercialmente três anos após o plantio. A produção é de 4 a 6 toneladas de óleo/ha/ano, distribuída ao longo do ano, por mais de 25 anos consecutivos. Socialmente, por ser cultura perene, com utilização intensiva de mão-de-obra, sem entressafras, permite a interiorização e a fixação do homem no campo e viabiliza a sua integração a um sistema econômico de alta rentabilidade. Em média, cada 10 hectares de dendezal significa trabalho rentável para uma família, por 25 anos [...] Pesquisas de melhoramento genético do dendezeiro são conduzidas pela Embrapa Amazônia Ocidental, no Campo Experimental do Rio Urubu, no Município de Rio Preto da Eva-AM, a 140 km de Manaus-AM. Naquele Campo estão instalados 412 hectares de plantios experimentais, entre ensaios de melhoramento genético, manejo de solos, nutrição de plantas e coleção de germoplasma de dendê (*Elaeis guineensis*), de origem africana, e caiaué (*Elaeis oleifera*), de origem americana [...] Plantadas em zonas marginais ou ótimas para o cultivo da planta, apresentam produtividade de 15 a 40 toneladas de cachos/ha/ano (BASES TECNOLÓGICAS DA AGRO-INDÚSTRIA DO DENDÊ. **Embrapa Amazônia Ocidental**, Manaus, 2006. Disponível em: <<http://www.cpa.embrapa.br/portfolio/>>. Acesso em: 20 jun. 2006).

Segundo dados obtidos no Instituto Agrônomo do Estado do Paraná e na Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, a percentagem de óleo extraído do dendê é de 22%. Com uma produtividade máxima de 40 toneladas de cacho/hectare/ano e mínima de 15 toneladas de cacho/hectare/ano (de acordo com a citação acima) tem-se uma produtividade de extração de óleo máxima de 8.800 litros/hectare/ano e mínima de 3.300 litros. Isso é absolutamente fenomenal, se levarmos em consideração que a produtividade da extração de óleo da soja varia de 360 a 720 litros por hectare/ciclo.

No entanto, por falta de uma política de produção de biodiesel quase que paramos por aí. Produzimos óleo de soja em quantidade, mas a soja é uma péssima oleaginosa sendo uma grande produtora de proteína. Mais precisamente, a política

10,9 milhões (24 mil toneladas) de óleo de dendê, todo ele produzido no Pará. Para uma comparação imediata, as exportações brasileiras de etanol no mesmo período foram de 1,4 bilhões de dólares (2,4 bilhões de toneladas).

tem sido a “não política” representada pela perspectiva única da compra de óleo de soja pela Petrobras. Essa situação é particularmente complicada na medida em que o consumo mundial de diesel é a base de todo o sistema de transporte de passageiros e carga. Enquanto a gasolina move automóveis de uso familiar em sua maioria, os motores de ciclo diesel movem caminhonetes, caminhões, ônibus, tratores leves e pesados, embarcações as mais diversas (de embarcações pesqueiras, passando por barcos de passeio, transatlânticos e mega navios transportadores de carga), trens e geradores elétricos. Ou seja, o diesel é responsável pela geração de energia num dos fundamentos basilares dos custos de produção de todo o sistema econômico planetário.

Por outro lado ter na produção de cana de açúcar a única fonte produtiva para o etanol é uma estratégia, no mínimo, temerária num país gigantesco como o Brasil, dotado de imensa diversidade ambiental e humana. Vastas áreas do território não são propícias à produção de cana, mas excelentes para a produção de sorgo sacarino (por exemplo). Isso sem falar na produção de álcool de amido de mandioca, relegada ao descaso científico no processo de evolução real do Pró-Álcool. Falamos na sua evolução real, pois o decreto de criação o Pró-Álcool previa uma produção diversificada de insumos:

DECRETO Nº 76.593, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1975

Institui o Programa Nacional do Álcool e dá outras Providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art 1 º Fica instituído o Programa Nacional do Álcool visando ao atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos.

Art 2 º A produção do álcool oriundo da cana-de-açúcar, da mandioca ou de qualquer outro insumo será incentivada através da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produção agrícola, da modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras, anexas a

usinas ou autônomas, e de unidades armazenadoras.” (BRASIL. Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975. Institui o Programa Nacional do Alcool e dá outras Providências. **DIÁRIO OFICIAL [da] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**, Brasília, 14 nov.1975. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=123069>>. Acesso em: 20 mar. 2005).

O segundo parágrafo do Decreto que institui o Pró-Alcool é absolutamente claro. Tratava-se de construir uma estratégia produtiva de etanol a partir de múltiplas variedades vegetais ricas em produção de açúcares e capazes de levar (com muita pesquisa e desenvolvimento) a níveis de produtividade que chegassem a uma rentabilidade crescente a produção de álcool. Vejamos o que diz a Embrapa sobre a produção de álcool a partir do sorgo sacarino:

Dentre as diversas matérias-primas renováveis disponíveis para produção de álcool carburante, especial destaque vem sendo dado ao sorgo sacarino. A rapidez do ciclo de produção, as facilidades de mecanização da cultura, o teor relativamente alto de açúcares diretamente fermentáveis contidos no colmo e a antecipação da colheita em 4 meses com relação à cana justificam esta posição de destaque. Ensaio nacionais de sorgo vem sendo desenvolvidos, coordenados pelo Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo/EMBRAPA (Sete Lagoas, MG)

Os resultados obtidos até o momento evidenciam o potencial desta cultura como matéria-prima para produção de álcool carburante. O Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte/EMBRAPA, integrado ao Programa Nacional de Pesquisa em Energia vem desenvolvendo a experiência da interação cana/sorgo para a produção de álcool em micro-usina. Tal atividade encontra-se ainda em fase de ajuste do processo industrial, sendo que as informações obtidas até agora, de caráter preliminar, não podem ser tomadas, como definitivas[...]”⁶ (COSTA, Fernando Paim et. Al. **Notas sobre métodos de colheita**

⁶ Os dados apresentados pela Embrapa para o cultivo de sorgo sacarino mostram uma produtividade por hectare de 6.484 litros de etanol extraído do caldo do sorgo de colmo com folhas e 6.730 litros por hectare de sorgo de colmo sem folhas. Já a produtividade do álcool de cana de açúcar, segundo o Datagro, é de 6.800 litros por hectare. A diferença dos dados é que enquanto a Embrapa trabalha o plantio e extração de álcool de sorgo sacarino numa estrutura de campo, os dados do Datagro são de uma produção industrial em curso. Mesmo assim, chegamos a uma conclusão clara, qual seja, a de que o sorgo sacarino tem uma produtividade excelente e que se tratada em termos industriais pode, inclusive, ser melhorada. Essa constatação, de per si, é o suficiente para que questionemos a não política de disseminação dos estudos para obtenção de outras fontes além da cana de açúcar.

de sorgo sacarino para a produção de álcool. Campo Grande: Embrapa Gado de Corte, [2006?]. Disponível em <<http://www.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/bp/bp01/>>. Acesso em: 10 jan. 2008).

Um outro cenário em que, por exemplo, a produção de álcool a partir do amido extraído da mandioca seja viável tecnológica e economicamente é absolutamente fundamental, pois incluída em larga escala. Nossa planta ancestral, a mandioca, é conhecida e plantada pelos agricultores brasileiros em todo o território nacional:

Quando do início Pró-Álcool, a mandioca também foi incluída neste programa. Porém, foram instaladas algumas indústrias de produção de álcool de mandioca, em regiões não tradicionais, ou em fim de ciclo do pólo mandioqueiro, o que fez com que o empreendimento se tornasse inviável.

Entre os exemplos estão os municípios de Curvelo-MG, onde jamais uma indústria desta seria viável; Sinop-MT; e, o sertão da Bahia, que apresenta solo semelhante a áreas desérticas. Houve, também, instalação de duas usinas em Santa Catarina, em áreas que foram consideradas pólos mandioqueiros dos anos 50, mas que, no início dos anos 80, perderam essa condição, com a transferência de indústrias para os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. Foi instalada outra usina, ainda, no interior de São Paulo, a única ainda em operação.

Como podemos analisar, a mandioca naquela época, e até hoje, ficou de fora desse processo, apesar de ser uma matéria-prima de excelência para a produção de álcool. A mandioca é produzida em todos os Estados do Brasil, tem baixos custos, é uma cultura de poucos riscos, baixos investimentos, além de ser um produto, genuinamente, brasileiro.

Para se construir uma usina de álcool de cana-de-açúcar, com capacidade de moagem anual de um milhão de toneladas de cana, faz-se um investimento na ordem de R\$ 130 milhões a R\$ 140 milhões, se incluído neste valor o parque industrial e a parte agrícola. Esta moagem ocorre num período de seis a sete meses por ano, com produção estimada de 85 milhões de litros de álcool, necessitando-se de área agrícola de cerca de 13 mil hectares de terra, considerando-se produtividade, média, de 77 toneladas por hectare.

Para se construir uma usina de álcool de mandioca com capacidade de moagem anual de 300 mil toneladas de mandioca é necessário investimento na ordem de R\$ 25 milhões, incluindo-se neste valor o parque industrial, de, aproximadamente, R\$ 20 milhões, e mais R\$ 5 milhões no plantio de mandioca, no sistema de parceria com contrato, plantando-se variedades adequadas, para serem colhidas em épocas diferentes do ano.

Hoje temos estas variedades e podemos estimar produção na ordem de 60 milhões de litros de álcool, pois podemos extrair até 200 litros de álcool por tonelada de mandioca, necessitando, para isto, área de

10 mil a 11 mil hectares de terra, com produtividade da ordem de 28 toneladas por hectare.

Como se pode analisar, com o valor do investimento de uma usina para moagem de um milhão de toneladas de cana por ano é possível se montar cinco usinas de mandioca, beneficiando-se, mais de 1.100 produtores de mandioca, e gerando-se benefícios para mais de 13 mil pessoas, durante 300 dias úteis por ano, com produção de 300 milhões de litros de álcool.

Isto favoreceria não somente as pessoas, mas o País [...].(FADEL, Antonio Donizetti. **O potencial da mandioca para fabricação de etanol**. Paranaíba, Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca, 2006. Disponível em <http://www.abam.com.br/revista/revista14/alcool.php>. Acesso em 21 out. 2006).

Os dados apresentados foram retirados de artigo publicado no *site* da Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca em artigo escrito por Antônio Fadel, proprietário da empresa Halotek Fadel Industrial Ltda. Pode ser que aqui existam exageros de produtores associados querendo viabilizar a atividade de produção de álcool a partir do amido de mandioca. No entanto, é de notório saber que as pesquisas com mandioca foram relegadas a último plano pelo Pró-Álcool, como o foram aquelas destinadas a produção de oleaginosas, o que precisa ser totalmente revisto.

Os motivos para o direcionamento dos recursos em P&D em quase sua totalidade para a cana de açúcar não são objeto do presente trabalho. Mas o fato é que a cana terminou por existir de forma soberana, negando tudo o mais. Olhando pelo lado bom, ao menos desenvolvemos nossa primeira grande atividade agroenergética. No entanto, isso não significa que devemos continuar no erro de relegar variedades com potencial produtivo. Aliás, mesmo no contexto da cana de açúcar a matriz produtiva escolhida está ligada a grandes usinas para o beneficiamento do produto. Ora, desta feita, teremos uma situação bastante clara na qual o eixo da rentabilidade do setor estará nas mãos dos grandes usineiros. Porque não o investimento em pequenas e micro-usinas? Elas existem e atuam de forma dispersa e muitas vezes ainda experimentalmente. Sua implementação, numa perspectiva tecnologicamente adequada, pode trazer ganhos de rentabilidade significativos para pequenos produtores individuais ou cooperativados.

A questão central do que estamos levantando é que o Brasil desponta com uma imensa oportunidade de geração de riquezas de forma equânime em todo o território nacional abrangendo pequenos, médios e grandes produtores. Tem espaço

para todos. Definir o modelo correto para a inclusão do maior número de agentes produtivos é tarefa central para o presente momento, antes que distorções ocorram em patamares irreversíveis. Infelizmente, novamente a experiência adquirida com o Pró-Álcool tem sido jogada fora e a não política atual para o setor está tornando a produção exclusiva para o etanol extraído da cana de açúcar em grandes destilarias:

O Decreto Nº 83.700, de 05/07/79, que criou o conselho nacional do álcool (CNAL) para a produção geral do PROÁLCOOL, estabeleceu as principais políticas e diretrizes para implementação do Programa, nas quais a menção mais explícita a pequenas unidades é que seria considerada a possibilidade de implantação de minidestilarias estrategicamente localizadas, visando a participação de pequenos produtores rurais e industriais e ao atendimento a características regionais. Posteriormente, o Decreto Nº 85.698 de 04 de fevereiro de 1981, regulamenta a situação das unidades produtoras de álcool hidratado com capacidade de produção de até 5.000 litros/dia em alguns pontos importantes, e impõe também uma série de restrições de ordem legal. Na prática, essas restrições impediram o escoamento do excedente dessas unidades para comercialização, que por sua vez terminaram decretando também a “morte morrida” das microdestilarias no Brasil.

A partir dessa abertura, entretanto, diversas instituições e empresas públicas e privadas dedicaram significativos esforços no sentido de viabilizar essa alternativa. A Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia de São Paulo, por exemplo, foi pioneira junto à EMBRAPA, em definir como microdestilarias as unidades produtoras de álcool etílico com capacidade de produção de até 5 mil litros diários, reservando o termo minidestilarias para as unidades de produção na faixa de 10 mil a 60 mil litros por dia [...] Quanto ao processo tecnológico, as produções básicas para a produção de álcool hidratado numa microdestilaria são semelhantes a uma destilaria comercial, se levar em conta somente as operações unitárias. As diferenças estão nos equipamentos adotados, que são, além de bastante simplificados, de dimensões muito menores. Noutras palavras, as microdestilarias são uma simplificação tecnológica das unidades de grande escala – sem ser entretanto uma miniaturização das mesmas, uma vez que foram desenvolvidos equipamentos de concepção específica para o trabalho nas pequenas unidades – visando às facilidades operacionais e baixo capital de investimento. Dessa forma, o resultado é uma unidade industrial que pode ser compatível, em tamanho com as necessidades de combustível de propriedades agrícolas, cooperativas, associações etc. (ITURRA, 2001,p. 12).

Particularmente afirmamos de forma peremptória que não possuímos qualquer tipo de discriminação quanto aos grandes capitais sejam eles nacionais ou multinacionais (obviamente desde que não nos usurpem), muito pelo contrário. No entanto, com as oportunidades que nos anuncia a era dos biocombustíveis, com a variedade de espécies vegetais produtoras de álcool e óleo vegetal, precisamos pensar uma diversidade maior de modelos produtivos que tenham abrangência em todo o Brasil e levando em consideração também a diversidade de produtores. Vamos excluir do processo os pequenos produtores e trabalhadores rurais assentados? Ora, a reforma agrária tem como objetivo não apenas a divisão de terras, mas a inclusão sócio-econômica na qual a introdução de excluídos no mundo rural com a posse da terra é de imensa importância, mas não se justifica de *per se*. É preciso lembrar que a dinâmica de reprodução da agricultura familiar é simples, não necessitando de acréscimos sucessivos de lucratividade exigidos pelos grandes capitais cujo circuito de reprodução é ampliado. Isso dá grande margem de manobra aos formuladores de políticas produtivas na medida em que se flexibilizam as rentabilidades aceitáveis pelos diversos tamanhos de capitais e tecnificação dos produtores. Qual o destino do dendê, a mais produtiva de todas as oleaginosas? Qual a política de P&D para as demais oleaginosas e espécies produtoras de álcool? O Norte e o Nordeste possuem uma boa parte das suas áreas inaptas à cana de açúcar. Se no sul da Bahia e em todo o Norte o Dendê é a grande oleaginosa, o que será produzido na Chapada do Apodi no Rio Grande do Norte, ou no semi-árido nordestino de maneira geral com a efetiva utilização dos nossos grandes reservatórios, imensos e absolutamente subutilizados? São muitas as questões que precisam ser trabalhadas com a urgência decorrente de uma negligência de 32 anos, num momento em que o mundo clama por energia de biomassa.

Enfim se a política governamental for a do "*laissez faire, laissez aller, laissez passer*" (*deixai fazer, deixai andar, deixai passar que em economia se traduz como deixem que os capitais resolvam os problemas sem interferências*) o avanço mercantil, tecnológico e empresarial já existente no mundo da agroenergia do etanol no Centro-Sul (que vem se ampliando "em progressão geométrica") gerará focos imensos de disparidades e exclusões, abertos indefinidamente. O Brasil de tantos brasis assistirá a ampliação de suas já tão intensas disparidades para patamares inimagináveis.

2.3 A atuação dos EUA no cenário Bioenergético

A última visita do presidente Bush ao Brasil teve fins absolutamente claros, quais sejam, os de estabelecer as bases de uma atuação conjunta entre os dois países no cenário bioenergético que se inicia. Nesse cenário, fica evidente o papel do Brasil como espaço privilegiado para a localização de grandes plantas produtivas, muito embora tenha se firmado um protocolo bilateral em que países da América do Sul, Central e do Caribe serão escolhidos após estudos de viabilidade econômica para implantação de unidades agroenergéticas.

A primeira questão que está colocada é que os EUA não possuem território para produção de etanol (e futuramente biodiesel) nas proporções desejadas para essa nova revolução energética e as necessidades do seu próprio mercado bem como, futuramente, do mercado mundial. *Portanto, os EUA já começam a internacionalizar a indústria do etanol e o Brasil é central para esse processo por motivos tecnológicos, geopolíticos, empresariais e territoriais.*

O Brasil possui a tecnologia da produção de etanol de cana de açúcar com alta produtividade; além de ser um país de grandes dimensões com liderança no continente e no próprio caribe neutraliza o presidente venezuelano Hugo Chavez e sua proposta (essencialmente falaciosa) de uma política de integração energética com os países produtores de petróleo e gás, sendo incluído aí, também, os biocombustíveis; *joint ventures* ou mera aquisição de empresas brasileiras serão feitas em grande quantidade, possibilitando aos EUA a apropriação de *know how* para atuação produtiva planetária; por fim o território nacional, área principal para a produção de biocombustíveis do planeta, é objeto dos desejos mais sonhados, sendo o governo brasileiro cortejado para aproximações futuras de maior relevância, pois por mais que os EUA busquem áreas para a produção de biocombustíveis jamais poderão dispor de um território tão grande e unificado como o brasileiro e, nesse contexto, necessariamente (ao menos hoje) tem que propor parceria.

O problema das questões acima arroladas é que nós inventamos a indústria dos biocombustíveis e já não somos mais os líderes mundiais da produção nem de etanol. Devemos lembrar que os EUA são o maior produtor de soja do mundo (potencializando-se como um futuro líder mundial no fabrico do diesel de óleo vegetal). Além disso, a Alemanha é a maior produtora mundial de biodiesel (extraindo óleo de

nabo forrageiro e comprando óleo de palma) possuindo, inclusive, postos distribuindo B100 (utilização de 100% de óleo vegetal para a produção de biodiesel).

Na verdade não temos uma política interna definida para a produção de biocombustíveis (deixando inclusive o Norte e o Nordeste fora desse processo). Para piorar as coisas, um país radicalmente pragmático e com muito dinheiro como os EUA passa a ser o formulador das propostas de política produtiva e comercial mundial para a área em tela (inclusive as duas proposições principais que são a formatação de um mercado mundial e de uma entidade nos moldes da OPEP para o controle mundial da produção e dos preços nesse novo setor), quando ao Brasil caberia esse papel.

É preciso que se tome um posicionamento mais pró-ativo sobre as questões aqui tratadas. Caso isso não ocorra seremos conduzidos pelo processo e, logo-logo, não seremos mais nada (ou muito pouco) em termos de peso na condução da política mundial bioenergética, passando de locomotiva a vagão de terceira classe da grande potência norte-americana.

Em sua visita à unidade da Petrobras em Guarulhos-SP, o Presidente George W. Bush afirmou que a produção de etanol (leia-se a produção de biocombustíveis dos quais o etanol é apenas sua fase imediata) *é um problema de segurança nacional para os EUA:*

Se dependermos do petróleo de fora, temos a questão de segurança nacional. Nossa dependência de "outra pessoa" significa que estamos dependentes de suas decisões. A dependência cria problemas para todos, não só para os EUA. A demanda do petróleo na Índia e na China aumenta o custo do petróleo para nossos países também (BUSH afirma que EUA são "viciados em petróleo". **Folha OnLine**, São Paulo, 01 fev. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/mundo/ult94u92159.shtml>> Acesso em: 03 jul. 2007).

Quando os norte-americanos consideram uma coisa importante eles agem. Porém, quando eles vêem algo como "*questão de segurança nacional*" então suas ações passam a não ter limites (quaisquer tipos de limites). Os capitais dos EUA (muitas vezes com a ação direta e incisiva do seu Estado Nacional) virão em enormes proporções em busca de valorização e serão

investidos mundialmente na produção de biocombustíveis sendo nosso país o principal território para tal.

O que está se configurando é uma entrada gigantesca de capitais norte-americanos no Brasil com um processo brutal de desnacionalização da produção bioenergética brasileira (até porque ela ainda é muitíssimo pequena frente ao que virá a ser nas próximas décadas com a aproximação do fim efetivo das reservas de petróleo) através da compra de empresas nacionais (*com know how produtivo embutido*). Com isso os EUA passarão a deter o completo domínio mundial da produção de biocombustíveis.

Nós não temos capitais privados à altura de suportar a pressão financeira de uma estratégia de poder norte-americana tida como de segurança nacional. Eles possuem muito dinheiro e pragmatidade. As propostas de aquisição de empresas nacionais e de áreas para produção serão em cifras impossíveis de serem deixadas de lado por qualquer empresário ou proprietário rural brasileiro. Ademais o real, mesmo valorizado, ainda varia numa proporção de 2 para 1 em relação ao dólar o que dá a moeda americana grande vantagem aquisitiva. Isso sem falar no fato de que a produção agrícola (ao contrário da produção mineral) não possui dispositivos de regulação para entrada de capitais, salvo em áreas de fronteira.

Haverá uma enxurrada de investimentos norte-americanos capitaneados pela atuação estratégica do seu aparato de Estado, que poderá levar à desnacionalização da produção e da pesquisa brasileira de biocombustíveis, nos retirando como eixo do processo de construção da nova geopolítica energética planetária.

2.3.1 Obama, e as águias agroenergéticas

A imprensa mundial abordou recentemente a eleição do primeiro presidente negro norte-americano como um evento de proporções humanas nunca antes vista. Barack Obama passou a encarnar o que comumente se denomina de forma infantil “o *politicamente correto*”.

Para os fins do presente trabalho não nos interessa nada que não sejam as ações no cenário agroenergético. Afirmamos isto pois no caso dos EUA, Obama representa a continuidade, talvez bem mais acirrada, do que já tinha sido abordado por Bush quanto ao cenário energético mundial, ou seja, de que a produção agroenergética norte-americana será encarada como questão de segurança nacional para os EUA:

[...] Nós somos, e sempre seremos, os Estados Unidos da América.

Foi a resposta que levou aqueles a quem foi dito durante tanto tempo para serem cínicos e receosos e duvidarem do que somos capazes de fazer e para colocar as mãos na arca da história e vergá-la mais uma vez em direcção à esperança num dia melhor. [...] Neste país, levantamo-nos e caímos como uma nação só, como um povo. Resistamos á tentação de voltar a cair no mesmo sectarismo, mesquinhez e imaturidade que envenenou a nossa política durante tanto tempo. Relembremos que foi um homem deste Estado que pela primeira vez carregou a bandeira do Partido Republicano até à Casa Branca, um partido que teve por base a autoconfiança, a liberdade individual e a unidade nacional. Esses são os valores que todos partilhamos. E apesar do Partido Democrata ter conquistado uma grande vitória esta noite, fazemo-lo com a humildade e a determinação de sarar o que nos divide e que impediu o nosso progresso. E para todos os que têm os olhos postos em nós esta noite, para além das nossas costas, dos parlamentos aos palácios, para aqueles que se juntaram à volta de rádios nos cantos mais esquecidos do mundo, as nossas histórias são diferentes mas o nosso destino é partilhado, e uma nova aurora se levanta na liderança americana. Para aqueles que querem destruir o mundo: nós vamos destruir-vos. Para os que querem paz e segurança: nós apoiamos-vos. E para aqueles que se interrogam sobre se a luz de liderança da América continua viva: esta noite provamos, mais uma vez, que a força da nossa nação não vem do nosso poder militar ou da escala da nossa riqueza, mas do enorme poder dos nossos ideais: democracia, liberdade, oportunidade e esperança[...]
(DISCURSO de Posse do Presidente dos EUA. **Jornal De Notícias**, São

Paulo, 21 jan. 2009. Disponível em <http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1074616> Acesso em: 16 mar, 2009, grifo do autor).

O discurso da vitória de Obama foi absolutamente claro quanto à duas questões centrais. A primeira delas, a de que o papel do presidente é dar aos Estados Unidos o fortalecimento da posição de potência mundial dominante. Império é império e os “filhos de César” não podem querer outra coisa que a manutenção do *status quo*. Nessa perspectiva uma segunda questão aparece, a de que Republicanos e Democratas podem ter suas diferenças, mas elas se completam nas grandes decisões estratégicas para a Nação. Assim, o que temos é um posicionamento claro. Haverá mudanças de planos, mas nem

tanto. A reta traçada é e sempre foi a mesma, ser país dominante no mundo. E mais, com um aviso que para nós brasileiros deve ser considerado como absolutamente preocupante. É que no país dos super-homens “**Para aqueles que querem destruir o mundo**” um primeiro aviso : “**nós vamos destruí-los**” (DISCURSO de Posse do Presidente dos EUA. **Jornal de Notícias**, São Paulo, 21 jan. 2009. Disponível em <http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1074616> Acesso em: 16 mar, 2009, grifo do autor).

Obama segue a mesma política internacional dos seus predecessores. *O que é ameaçar o mundo?* Para os americanos sempre foi aquilo que os atrapalha no caminho da construção permanente da grande nação americana do norte que apesar da sua “democracia, liberdade, oportunidade e esperança” tem no seu absoluto poderio militar e na força de vontade de potência do seu povo (no melhor sentido nitszchiano) a força inigualável de buscar a todo custo seus interesses.

Bush era homem do petróleo. A ameaça do mundo era o Oriente Médio e a Ásia, grandes fontes de petróleo. Obama continuará a sê-lo enquanto os EUA precisarem de petróleo, mas o fim dos tempos dos vícios do petróleo anunciada por Bush se abre com Obama na era dos perigos que ameaçam o mundo. E abriu com a surpreendente vitória de um filme promocional de Al Gore (ex-candidato democrata a presidência dos EUA e grande apoiador de Obama) sobre o aquecimento global. “*Uma verdade inconveniente*” foi dirigido por Davis Guggenheim, e recebeu o Oscar de Melhor Documentário de 2007 tendo Al Gore como narrador, baseado nas suas palestras dadas pelo mundo afora sobre o aquecimento global. Curiosamente, mais ou menos no mesmo período, um brilhante documentário intitulado *The Great Global Warming Swindle* (a Grande Farsa do Aquecimento Global) produzido pelo canal 4 britânico e posto no ar em março de 2007, foi relegado ao mais absoluto desconhecimento da grande mídia. Onde essas peças se encaixam?

Sabemos do papel que a Amazônia vem assumindo no discurso hegemônico do aquecimento global. Ela é, nada mais, nada menos, que colocada como principal eixo de compensação do CO₂ emitido na terra pelos humanos que pretensamente vem causando um aquecimento planetário, sendo este abordado numa perspectiva messiânica e apocalíptica. Deveria ser óbvio, mas a obviedade se manifesta quando a desgraça se estabelece. O Brasil, detentor do maior território amazônico está sendo emparedado num clássico processo de formação de um discurso hegemônico no qual, a continuar no ritmo que vem sendo veiculado, trará a justificativa necessária para

uma intervenção dos EUA a partir do consentimento da ONU, provavelmente dentro de uma coalisão com outras potências ávidas por energia⁷.

Ora, a primeira Guerra do Golfo se deu em nome da democracia através do ataque em massa de um antigo aliado norte-americano, o Iraque e seu ditador, que cometeu a loucura de tentar reanexar o Kuwait. Num Iraque destruído, a segunda Guerra do Golfo ocorreu em nome da humanidade a partir do massacre de um povo que não oferecia a menor resistência para nada, quanto mais ameaçar a humanidade com armas de destruição em massa, essas sim, nas mãos das grandes potências. Tudo isso foi mais que aceito midiaticamente. Provavelmente, a covardia da invasão das “tropas de coalisão” (eufemismo para justificar a invasão norte-americana com seus sócios) será num futuro não muito distante encarada como uma das maiores barbáries bélicas da história humana. Muito haverá para se contar do assassinio não divulgado de um gigante militar contra uma nação absolutamente empobrecida.

O hoje satanizado Bush filho foi comemorado numa imensa propaganda de construção da imagem totalmente absurda de que um Iraque empobrecido possuía armas de destruição em massa. O Iraque estava colocando o Planeta Terra em risco. Hoje isso já parece absurdo. Mas a morte veio a *Mach 3* e em massa. Ninguém nos EUA se opôs. No mundo, poucos se atreveram ao menos a discordar. Esse mesmo mundo não se oporia à invasão do Irã que passou a ter a figura do seu presidente eleito banalizada como a de um fanático. Essa banalização só deixou de acontecer quando o Irã permitiu a entrada de empresas petrolíferas russas em troca de proteção militar. Bush chegou a anunciar a terceira guerra mundial. Blefe. Mas blefe porque o adversário era outro. E foi aí que a Casa Branca decidiu admitir, pelo próprio Bush, que os EUA eram viciados em petróleo. É que a guerra se tornara cada vez mais perigosa. O Irã não mais se colocava nas situação de fragilidade do Iraque, ao mesmo tempo em que as perdas dos “aliados” se misturava com o massacre até hoje não dimensionado de iraquianos.

Pois bem, se os democratas reconhecem a importância do partido republicano como “*um partido que teve por base a autoconfiança, a liberdade individual e a*

⁷ O Brasil está utilizando-se do discurso do aquecimento global para a venda de biocombustíveis, sobretudo nesse momento o etanol. Para nós é uma faca de dois gumes. Até que ponto ela cortará para o nosso lado é uma incógnita. Acreditamos que o melhor caminho seria trabalhar no discurso de que temos um combustível baseado numa fonte ilimitada de energia, o Sol, e que dada nossa posição geográfica e nossa característica territorial de unidade quase continental, possuímos a grande área contínua planetária para produzir biocarburantes.

unidade nacional” certamente não é por acaso. Aliás vem de longe o anedotário político de que nada é mais republicano do que um democrata. Afinal, o

legendário (ao menos para os americanos) John Kennedy, forçado ou não, fez parte da guerra fria e agiu a contento. Enviou e aumentou tanto a presença dos “conselheiros militares” americanos como também a presença bélica efetiva no Vietnã, inclusive com a introdução dos “boinas verdes”. Morreu Kennedy e assumiu o também democrata Lyndon Johnson que, em definitivo, completou a tarefa de entrada velada dos EUA na guerra.

A crise energética mundial colocou os EUA na posição de buscar novas alternativas energéticas. Curiosamente surgiu no discurso do democrata Obama, um inimigo oculto absolutamente novo e incrivelmente amplo: os *inimigos do planeta*. Democratas, Al Gore, aquecimento global, Barack Obama, inimigos do planeta a serem destruídos. Coincidências demais para um povo acostumado a dizer “*Nós somos, e sempre seremos, os Estados Unidos da América*”, não como uma afirmativa nacional, mas como crença arraigada do seu poder imperial. Não é o novo presidente americano quem trabalha a perspectiva agroenergética e, provavelmente, a tomada da Amazônia (não apenas a brasileira) assim como não foi Bush nem pai nem filho que criaram a geopolítica do petróleo dos EUA. *É parte do pensamento americano, agir para manutenção do império*. E mantê-lo faz com que se ajam em várias frentes.

Enfim, se Bush anunciou a insurgência de uma nova era pela incapacidade de manutenção de um mundo energético baseado como fonte principal no petróleo (e colocando as medidas para tal) Obama tratará de dar continuidade a esse processo só que com maior “poder de fogo” agindo na implementação de uma estratégia de médio e longo prazos, tanto na parte tecnológica e produtiva (o que é continuidade do que já estava previsto no fim do governo Bush) como, o que é o fundamental, no arraigar do emparedamento dos países tropicais do planeta (dos quais o principal deles é o Brasil) através da construção do discurso hegemônico da intocabilidade das suas áreas. Os EUA possuem um ambicioso projeto próprio que lhes dará a sua tão esperada liberdade energética. Para os que possam duvidar disso, eis o resultado no campo do etanol do primeiro encontro entre os presidentes Lula e Obama ocorrido em 14 de março de 2009.

O encontro de sábado também serviu para deixar claro que os EUA não pensam em abrir tão cedo o mercado americano para o etanol produzido no Brasil, uma reivindicação que Lula e os usineiros

brasileiros tem feito com insistência. Na entrevista ao lado de Lula, Obama admitiu que as barreiras tarifárias impostas ao álcool importado geram tensão entre os dois países, mas disse que o problema só será solucionado " com o tempo " . Num encontro na sexta-feira em Washington, o secretário de Agricultura dos EUA, Tom Vilsack, disse a representantes da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) que não há a menor possibilidade de eliminar as tarifas do etanol no curto prazo. A legislação em vigor assegura sua manutenção até o fim de 2010 e sua retirada agora poderia aumentar os problemas gerados pela crise econômica para a indústria americana de etanol. (ENCONTRO Lula-Obama reduz chances de Doha, **O Globo**, Rio de Janeiro, 13mar.2009. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/03/16/encontro-lula-obama-reduz-chances-de-doha-754854135.asp>> Acesso em: 25 abr. 2009).

Os EUA possuem um projeto próprio. Não é a crise que objeta a retirada do protecionismo ianque à entrada do etanol brasileiro em seu território. A crise é a justificativa de Obama para a proteção do projeto estadunidense de produção. Afinal eles também detêm a tecnologia, inclusive de cana de açúcar como já dissemos e não irão usar seu mercado para fortalecer um gigante do setor como o Brasil. ***Uma nova ninhada de águias surge: as águias agroenergéticas.***

2.4 Sangue suor e lágrimas na crônica de uma morte anunciada

As grandes sociedades são aquelas (utilizando-se a forma de enxergar nietszchiniana) que conseguem transpor o caminho que separa o homem do super-homem. Essa é a história mesma da humanidade: superação. Superação exige arrojo, decisões corretas e firmes em momentos críticos. Esse é o caminho da transformação humana e social.

Alguns exemplos curtos devem ser dados. Vargas construiu o capitalismo no Brasil em suas bases institucionais, sem as quais seríamos ainda algo por ser feito, inclusive quebrando os poderes político-militares das oligarquias estaduais e definindo o poder na União. Kubitscheck, com um impressionante arrojo, transferiu acertadamente a sede da capital de um paraíso tropical geopoliticamente ultrapassado

para o serrado, assumindo o ônus político de tudo isso, inclusive de transferir todo o corpo administrativo do Estado (seus três poderes com respectivos aparatos) do belíssimo Rio de Janeiro da década de 1950. Não é fácil e, como se não bastasse, dando a um engenheiro e um arquiteto de vanguarda a tarefa de fazer uma cidade planejada e absolutamente artística. Brasília é arte estudada pelo mundo. Brasília instituiu o Centro-Oeste tal como ele é hoje. E o maior de todos os arrojos, aquele que semeou o mundo como nós conhecemos? A expansão ultramarina a partir do século XV:

O camponês dos arredores de Lisboa só passa a ter consciência do oceano atlântico somente quando tenta proteger suas vinhas das fortes brisas marinhas e das partículas de sal por elas trazidas. Em alguns aspectos, sem dúvida o mar desempenhou um papel mais importante na história de Portugal do que qualquer fator isolado. Isso não significa que os portugueses fossem uma raça de aventureiros, homens do mar mais do que camponeses ligados a terra. A três ou quatro séculos a porcentagem de homens que foram ao mar em navios em busca de sua subsistência era por certo menor em Portugal do que nas regiões de Biscaia, da Bretanha, da Holanda setentrional, da Inglaterra meridional, e de algumas regiões bálticas. (BOXER, 2001, p.28)

Portugal não era uma nação de navegadores, muito pelo contrário, tinha tudo para não sê-lo, a começar pelo número reduzido de sua população. Tornou-se um império marítimo tão somente por determinação, vontade de potência. Mais do que isso, um império marítimo que “descobre” o mundo e domestica os trópicos como nenhum outro império ultramarino. Raça bravia, perspicaz, corajosa, determinada. Raça de super-homens.

E o contrário? O que pode a falta de ação, indeterminação individual e societária fazer?

Nessa triste história de juízos equivocados, feitos por pessoas bem intencionadas e capazes, chegamos agora ao nosso clímax. O fato de havermos todos chegado aquela situação torna os responsáveis por ela, por mais honrosos que fossem seus motivos, culpados perante a história. Para olharmos para traz para vermos o que

havíamos sucessivamente aceito ou jogado fora [...] No entanto, quem se recusa a lutar pelo direito quando pode facilmente vencer sem derramamento de sangue, que se recusa a lutar quando a vitória é certa e não custa um preço alto demais, pode chegar a um momento em que é forçado a lutar em meio a todas as probabilidades adversas, contando apenas com uma precária chance de sobrevivência. E pode haver um caso ainda pior. Pode-se ter que lutar quando não há nenhuma esperança de vitória, porque é melhor perecer do que viver na escravidão. (CHURCHILL, 2005, p.25)

A morte anunciada do não feito para evitar a Segunda Guerra Mundial começou do esmagamento econômico da Alemanha depois da primeira guerra e das atitudes de covardia das nações européias (sobretudo da França e da Inglaterra) ante uma Alemanha armada e beligerante. Os motivos para a não ação eram nobres até. Possivelmente justificáveis: a lembrança da Primeira Guerra. Mas a não percepção da necessidade de tomadas de decisão fortes em momentos drásticos levou à segunda imensa carnificina. Uma Alemanha militarizada com um líder carismático determinado a construir sua posição de império planetário diante de uma Europa temerosa e absolutamente indefinida. A intenção de evitar a guerra levou a guerra, pois guerra era o que queria a Alemanha hitlerista. Não existia a não guerra a partir do rearmamento alemão e da ascensão dos nazistas ao poder. O que existia era a tomada de posição das duas principais potências européias de esmagar antecipadamente as pretensões nazistas que, diga-se de passagem, não eram hegemônicas politicamente em território alemão (Hitler perdeu as eleições em Berlim e sofria oposição interna dentro das próprias forças armadas já durante a guerra, inclusive com um atentado que quase o matou, a chamada Operação Valquíria).

E nossa morte anunciada? Enquanto a maioria da sociedade brasileira nada sabe (nem teria o porquê, já tem problemas demais para resolver no dia-a-dia), a era dos biocombustíveis se instala em definitivo e de maneira acelerada no olho do furacão do ocaso da era do petróleo, com complexos agroindustriais definidos e capitais globais em plena ação de investimentos. Não somos profetas do apocalipse, mas a não tomada de decisões vitais na nova era energética quanto ao Nordeste e o Norte tem sido objeto de análise antes mesmo da existência do problema em si. Vejamos o que diz Artur César Ferreira Reis em livro publicado pelo Senado Federal:

Não fui contra povos nem contra organizações. Fui a favor do Brasil. Sustentei como venho fazendo nas páginas da *Revista de Política Internacional*, que se edita nesta capital, a urgência de um estado de consciência em torno ao destino do extremo norte. Porque não é apenas o Nordeste que compõe área a exigir a atenção do poder federal, ou antes, da vontade nacional disciplinada e mobilizada para uma operação de envergadura, que signifique maturidade e convicção de que o investimento em energias, de capacidade, sob a forma de planejamentos exequíveis e executados com segurança, honestidade e alto sentido cívico, é um investimento reprodutivo, capaz de assegurar não apenas a continuidade integral da prática em sua base física atual, mas o impulsionamento de suas energias criadoras, a significarem riqueza, bem-estar e progresso. (...) Quero lembrar que, se no decorrer dos séculos XVII e XVIII, a Amazônia constituiu uma das regiões sobre que incidiu o interesse político e a ação militar de povos que a disputaram pelas armas, em conflitos que nem sempre a diplomacia soube fazer cessar, séculos em que vivíamos sob a soberania européia, como partes integrantes de um império ultramarino cobiçado, disputado pelos que desejavam participar da partilha dos novos mundos em descobrimento. No século XIX, quando experimentávamos a liberdade política e as responsabilidades da vida autônoma e o ingresso das nações soberanas, nem porque essa situação tivesse se assegurado, encerrara-se aquele interesse. Ingleses, franceses e norte-americanos pretenderam estar presentes à nossa situação no sentido da elaboração de novas condições existenciais a afirmarem-se, porém, sob a direção de soberanias e etnias estranhas àquelas que haviam desvendado e realizado a ocupação inicial, criando a fronteira política, que devera ter sido acompanhada pela fronteira econômico-demográfica. Os estadistas imperiais revelaram-se admiráveis no senso de responsabilidade a respeito da situação. Houve toda uma vasta e ininterrupta política de defesa do patrimônio territorial do país com relação à Amazônia, como houve uma política imperial no tocante aos negócios do Prata, à frente de tais estadistas a figura imensa de grandeza do visconde do Uruguai. Sob a República, os hiatos foram, no entanto, constantes (REIS, 1965, p.91-92)

Como se observa a questão amazônica já vem há muito sendo pensada como problema fundamental por grandes brasileiros e pelo próprio Senado Federal, representante político das unidades federadas e entidade legislativa que tem como prerrogativa discutir e deliberar sobre questões de segurança nacional e integridade territorial. Nesse contexto, fazemos uso de uma longa citação que mostra até que ponto se chegou a pensar a problemática amazônica pelo Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis. Em item intitulado “A Integração Amazônica Representa a Grande Operação

Geopolítica do Futuro, Importando na Maturidade Brasileira” o autor assim apresenta a questão:

A maturidade de um país não se representa apenas na decisão de seus homens de governo, nos seus feitos militares felizes, na estruturação de uma economia alicerçada na produção em massa que satisfaça os mercados internos, e nas relações exteriores realizadas na medida em que haja produção exportável, desnecessária para o consumo interno. *Uma nação adquire a altura de uma maturidade quando realmente pode enfrentar os problemas de uma vida interior e lhes deu a devida solução, isto é, aquela compatível com a sua dignidade, os seus foros de cultura, visando a satisfação do bem-estar de suas populações. Enquanto, portanto, essa nação tiver pela frente a desafia-la os problemas graves de sua conjuntura social, econômica, a ocupação dos seus espaços ermos, o desenvolvimento dos mistérios de sua geografia o domínio e a posse efetiva de seu território, por onde possa caminhar sem hesitações e perigos, sem os sobressaltos e os desconfortos das ligações precárias ou que exigem espírito pioneiro, da aventura dos séculos XVII e XVIII, a elevação dignificadora dos padrões de vida dos seus contingentes humanos, assegurando saúde, alimentação, habitação, salário, instrução, evidentemente esse país ainda não alcançou a maturidade que pensa possuir. E está exposto a perigos sem conta, inclusive aqueles de, a qualquer momento, ter de sujeitar-se ao vexame de ser chamado a permitir que povos mais fortes, desconhecendo a sua legislação e os seus princípios de vida, mas considerando capazes, fortes, dispostos, com o viço necessário a empresas de monta, e utilizem de suas áreas despovoadas onde a imprevidência nacional se fez sentir deixando que se criasse ali uma condição de vida precária.*

No particular do Brasil e da Amazônia, será que não estamos dispostos a perigos? O Brasil já alcançou realmente a pretendida maturidade, tendo pela frente os problemas no Nordeste e os da Amazônia; naquele onde uma população que cresce desmedidamente sofre os horrores de condições físicas que não mostramos capacidade para triunfar num mundo onde as técnicas criadas pela natureza, neste onde ocorre o deserto e onde as populações teimam em manter-se aferradas a modos de existência, e a usos de terra e comportamentos econômicos rotineiros, que são uma contradição com o progresso que se constata facilmente no sul do país? Já aqui se fez, mais de uma vez, uma mensuração da gravidade da situação que se está criando para a própria integridade do Brasil com o desequilíbrio entre norte e sul, desequilíbrio que cresce, desenvolve-se, provocando a situação exótica da existência de um país aqui desenvolvido e ali profundamente subdesenvolvido.

A maturidade para o Brasil não pode ser um objetivo para o futuro muito distante. Criamos a base física da pátria na demonstração admirável de que tínhamos condições para realizar. Por que não poderemos criar a outra situação, isto é, aquela não apenas da posse

física, mas social, econômica e definitiva, integrando o todo nacional num harmonioso conjunto, que se complemente em suas várias áreas e subáreas?

A maturidade do Brasil, permitam que conclua com pessimismo, há de ser uma realidade. Quando, porém, tiver dominado a Amazônia, tirando-a da condição de página de geografia e transformando-a num vigoroso capital de civilização onde, em vez do rio e da floresta comandando, esse comando esteja nas mãos dos homens. (REIS, 1965, p.94-95 grifo do autor)

As linhas anteriores reproduzidas foram escritas em 1966 e publicadas pelo Senado Federal em 2001. O Brasil passou a pensar em agroenergia em 1975. Em 2001, mesmo com álcool nas bombas, nosso pensamento sobre o assunto tinha estancado. Renasce agora com o fim declarado da era do petróleo. Ferreira Reis anunciava a precariedade de nossa visão sobre uma questão geopolítica central: a questão amazônica. De quebra ainda abordava a problemática nordestina, cancro nunca definido de nossa história federativa. Tratemos das duas questões separadamente.

A questão amazônica voltou a ser tratada pelos governos militares como problema estratégico central. Foram instituídas a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA - criada em 28/02/1967 para a dinamização industrial de Manaus em crise com o fim da era extrativa da borracha) e a Superintendência do desenvolvimento da Amazônia (SUDAM - em 26 do outubro de 1966). Como principal braço de pesquisa para a região amazônica na década de 1950 havia sido concebida em 1952 e instalada em 1954, o Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA). Temos aqui a ação do Estado na construção do espaço amazônico como territorialidade nacional. Como resultado efetivo se tem uma região que se considera brasileira, com dois importantíssimos enclaves industriais: Belém e Manaus. Por tais ações de Estado, sedimentou-se a territorialidade amazônica como brasileira. Sem ela, é difícil imaginar o cenário atual. Mas, certamente, a Região estaria bem mais inóspita do que é. Ou seja, ao Estado Nacional coube a construção (e cabe) da formação da territorialidade amazônica como verde e amarela. Sem isso, o nada e a total desregulamentação da ocupação é o resultado lógico.

Paramos por aí com a falência do Estado Nacional na década de 1980. Com a reconstrução de um novo Estado (que nunca foi liberal, portanto muito menos neoliberal) a partir de 1986 (o governo Sarney dará os primeiros passos de uma longa

reestruturação que será seguida, com mudanças de foco, mas manutenção das linhas gerais pelos seus sucessores, de FHC a Lula) a questão amazônica entrou em choque letárgico. A tarefa de colonização da região não foi exitosa em sua plenitude durante os governos militares (apesar de vários avanços) e quase que esquecida da Nova República para cá. Obviamente que não temos a parada completa das ações. O Sistema de Vigilância da Amazônia (bastante criticado no ato da sua implantação) é importante para a centralização de informações sobre a Região. Mas é quase nada frente às tarefas de uma efetiva integração de um território tropical continental, quase que integralmente não explorado e sob os olhos vorazes de um mundo sedento de energia.

A Amazônia será tomada pelas grandes potências mundiais. O motivo é a busca de energia na era bioenergética. As etapas dessa tomada já foram lançadas a tempo com a construção de um discurso global amazônico como patrimônio planetário, hora de recursos hídricos, hora de culturas primitivas que precisam ser “preservadas”, hora de biodiversidade, tudo isso convergindo para uma construção hegemônica (no melhor sentido gramsciano) de territorialidade internacionalizada e fundamental para a existência planetária, hoje não devidamente cuidada pelos Estados Nacionais detentores do imenso território, o principal deles sendo o Brasil. Segundo Ferreira Reis essa estratégia vem de longe e, curiosamente, também desenvolvida pelos norte-americanos:

No particular dos Estados Unidos, surgiu com o caso da navegação do Amazonas. Já em 1826, por indicação do ministro brasileiro acreditado em Washington, o Sr Silvestre Rebelo, incorpora-se uma companhia para navegar o grande rio com barcos a vapor. Até aquele momento, todo o transporte de mercadorias e passageiros era realizado em embarcações a remo e a vela. A essa flotilha ligavam-se alguns milhares de pessoas, que as tripulavam ou delas eram proprietárias. À chegada do primeiro barco, Belém alarmou-se. Porque a navegação a vapor provocaria a ruína de quantos tinham suas atividades funcionando em ligação com as referidas flotilhas. Mais – esses braços a vapor eram estrangeiros e poderiam provocar a desnacionalização da região. A entrada do *Amazonas*, pois assim se denominava o barco, foi proibida.

Seguiu-se a viagem de dois oficiais da marinha norte-americana – Herdson e Gibbon – que, pelo Ucaiali e pelo Madeira, penetraram o vale, atingindo por fim Belém, de onde se dirigiram aos Estados Unidos. Ali apresentaram extenso e importante relatório ao Governo, que o remeteu ao Senado, interessado em reconhecer a importância da Amazônia no que ela poderia proporcionar ao “bem-estar da

humanidade”. Publicada em dois alentados volumes, a exposição dos dois oficiais provocou sensação. Realmente, a Amazônia aparecia, nas páginas que escreveram, como um mundo aberto à iniciativa dos povos capazes, e entre esses não pareciam estar incluídos os brasileiros [...] A essa altura, a opinião pública norte-americana vinha sendo mobilizada, à volta do Amazonas como problema da humanidade, pela série de artigos e de pronunciamentos feitos em assembléias por um outro oficial da Marinha, o tenente Matthew Fontaine Maury, que o descobrira e o vinha indicando aos seus conacionais para a façanha da ocupação e da exploração econômica (REIS, 1965, p. 45-46).

A Amazônia tem sido objeto de contendas internacionais desde Tordesilhas. Mas um gigante vizinho há muito observa a região. Seus motivos passados eram pequeníssimos comparados aos contemporâneos. Hoje e apenas hoje, a Amazônia se coloca como problema verdadeiramente central para uma disputa entre grandes potências militares. O que se tem é a disputa pelo eixo central do desenvolvimento mundial, que são os combustíveis líquidos transportáveis, hoje saindo da base petrolífera e ingressando de maneira definitiva para a agroenergia, dependente de terra, água e sol, tudo isso existente em proporções colossais no território amazônico.

Imaginar um futuro beligerante no Brasil, tendo como atores potências mundiais numa época em que as armas são ultra-sofisticadas e as matanças são sempre em massa parece ficção apocalíptica. É que a humanidade (e nós, sorridentes e eternamente esperançosos e pacíficos brasileiros, muito mais) tem a esquisita tendência de achar que as desgraças humanas são (individuais ou coletivas) sempre para os outros. Nós não morremos ou sofremos desastres ou somos afetados por guerras. Os outros (quem quer que sejam os outros) são. Só que agora “os outros” somos nós. Entramos no cenário internacional com a mais nobre de todas as matérias primas.

As fronteiras são móveis. Sempre foram e continuarão a ser. E a rapidez da sua mobilidade é de caráter sócio-econômico e político. Alguns desavisados de plantão podem acreditar que o fim da Segunda Guerra Mundial enterrou a era imperial clássica e que o fim da guerra fria colocou no lixo as preocupações fronteiriças. Nada mais enganoso. Se as guerras por petróleo mostram claramente a dinamicidade e o vigor dos conflitos territoriais pelo “ouro negro” o anúncio por especialistas de todo o mundo de uma escassez crescente desse recurso para os próximos decênios trouxe à

tona novamente (pois tinha se iniciado na década de 1970) a era agroenergética. E nesse sentido o Brasil começa a amargar a complexidade de ser o maior país do planeta em condições de produzir em larga escala biocombustíveis para o mundo. Mas aí se encontra, contraditoriamente, o problema.

Falamos de Brasil sempre como unidade. Esquecemos de vez que essa unidade política assegurada no império e costurada com maior efetividade a partir de Vargas é composta por 27 estados federados com assimetrias gigantescas de desenvolvimento sócio-econômico e mesmo de colonização do território. E aí entra a gravíssima questão da Região Norte.

A Região Norte oficialmente definida é composta por 7 estados. Imenso de território, com baixíssima densidade populacional e dinamicidade econômica. Juntos esses estados contam com 3.853.327,23 Km² que equivalem a nada menos que 48,54% do território nacional. Em contraste, sua população soma 14.623.316 milhões de habitantes (segundo a contagem de 2007 pelo IBGE) o que equivale a apenas 7,95% da população nacional. Vasto território absurdamente desabitado. Mas as coisas podem ser mais complexas. Essa Região com quase a metade do território nacional produz apenas 5,06 do PIB Nacional (IBGE, números de 2006). Mas as coisas podem piorar um pouco mais. O seu maior estado, o Amazonas (gigante com área 1% superior a Região Nordeste, 41% maior que a Região Sudeste, 63% maior que o Sul e com território 2,2% inferior ao imenso Centro-Oeste) tem 81,5% do seu PIB e 51% da sua população apenas na capital, Manaus. Aliás, Manaus foi a última grande ação do Estado Nacional com vistas a retomar a problemática das disparidades regionais. Sem a Zona Franca, o Amazonas estaria no neolítico, como seus aborígenes.

Infelizmente o Brasil vem sucumbindo a uma visão absolutamente distorcida do território amazônico. Precisamente, trata-se de uma região abandonada pelo Estado Nacional no sentido de dar complemento a sua fixação no território nacional através de uma política efetiva de colonização. E por colonização estamos tratando de tudo que a ela se precisa fornecer. Trata-se de todo um complexo de ações de infra-estrutura e de deslocamento populacional que efetivamente torne povoada a Região fazendo sua integração efetiva (e não meramente midiática) ao território nacional. Só que colonizar é caro, sempre foi. Todo e qualquer processo de colonização necessita de obtenção de atividades econômicas rentáveis que justifiquem os gastos enormes despendidos na empreitada. É assim desde 1492.

Não é desconhecido, muito pelo contrário, a avalanche midiática internacional que vem sofrendo a Amazônia com fins mais que absolutamente claros de levar a uma posição política de, no mínimo, internacionalização daquelas terras. Isso porque a tomada de um território por nações estrangeiras, ademais com a extensão da Região Norte, necessita da criação de um discurso que se torne hegemônico. Assim, tem se espalhado como um vírus midiático de ataque frontal ao cérebro nacional e internacional a idéia de que aquela área é fundamental para, intocada, ser a própria fonte da saúde do Planeta: o pulmão é um órgão vital no corpo humano e, sendo do Planeta, da humanidade. O Planeta corre perigo, estão matando a floresta amazônica. Esse é o discurso. E ao menos que a idiotice tome conta da nossa capacidade reflexiva, aí está o discurso hegemônico capaz de justificar futuras intervenções na Região.

Em 2005 o Exército Brasileiro foi em missão ao Vietnã no que foi denominada de *Primeira Comitiva Militar do Exército Brasileiro ao Vietnã*. Abaixo segue artigo escrito em O Observatório da Imprensa que consideramos singular para a análise em tela:

Cochilos e preconceitos na cobertura da mídia

Por Mário Augusto Jakobskind em 25/1/2005

De que forma a grande mídia tem dado cobertura à área militar? Esta pergunta deveria merecer alguma reflexão dos editores e também dos pauteiros, um setor vital na rotina do noticiário diário. Nos últimos anos, órgãos de imprensa que nos chamados anos de chumbo compactuaram com o arbítrio, têm apresentado as Forças Armadas de forma visivelmente preconceituosa. Qualquer jornalista ou mesmo cidadão medianamente informado sabe muito bem que, a partir dos anos 1990, a potência hegemônica, os Estados Unidos, tem dado ênfase à política de enfraquecimento e liquidação dos exércitos latino-americanos (sem esquecer que, no período da Guerra Fria, os mesmos Estados Unidos utilizaram os setores militares, brasileiro e latino-americano, para defender interesses vinculados ao grande capital).

Ou, então, como é desejo recente do(s) governo(s) estadunidense(s), transformar as Forças Armadas dos países latino-americanos em meras forças policiais com a função de combater o narcotráfico e o terrorismo.

Foi o que aconteceu na 6ª Conferência de Ministros da Defesa das Américas, realizada em Quito, em novembro passado, quando o secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, tentou de todas as formas que se aprovasse a formação de uma Junta Interamericana de Defesa com a

finalidade de combater o "terror regional". Esse projeto acabou brechado graças à firme oposição de Brasil, Argentina, Venezuela e Canadá. O fato não mereceu o destaque devido, muito menos serviu de gancho para aprofundar a discussão da relevante matéria do papel das Forças Armadas. Qual foi o motivo? Desinteresse, preconceito, falta de visão jornalística ou apenas cochilo?

Outro fato solenemente ignorado pela mídia e que, sem dúvida, mereceria a máxima atenção, por seu grande interesse jornalístico, foi a recente visita de uma comissão de militares brasileiros ao Vietnã. A informação não seria difícil de ser obtida. Bastaria um pauteiro atento fazer uma incursão ao site do Exército Brasileiro para ficar sabendo que o Estado-Maior do Exército, por proposta do Comando de Operações Terrestres (Coter), enviou comitiva militar ao Vietnã.

Armação do Pentágono

Segundo o Exército, "a visita teve por objetivo realizar os contatos com as Forças Armadas daquele país e viabilizar, em futuro próximo, intercâmbios sobre a Doutrina da Resistência nos níveis estratégico, tático e operacional". Além de Hanói foram visitadas as cidades de Haiphong, Ho Chi Min – antiga Saigon – e a província de Cúchi, que abriga 250 quilômetros de túneis construídos na Guerra do Vietnã. A comitiva foi composta pelos seguintes oficiais: coronel Luiz Alberto Alves Rolla, do Coter, tenente-coronel Moraes José Carvalho Lopes, do Centro de Instrução de Guerra na Selva (Cigs), major Cláudio Ricardo Hehl Forjaz, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, e capitão Paulo de Tarso Bezerra Almeida Simões, do CIGS.

Pesquisa mais apurada, neste mesmo site, poderia destacar uma entrevista concedida pelo general-de-Exército Cláudio Barbosa de Figueiredo, chefe do Comando Militar da Amazônia. O oficial não escondeu que o Brasil vai recorrer a ações de enfrentamento semelhantes às de países como o Vietnã e o Iraque, em caso de conflito na Amazônia. Segundo Figueiredo, "a estratégia da resistência não difere muito da guerra de guerrilha e é um recurso do qual o Exército não abrirá mão num possível confronto com país ou grupo de países com potencial econômico e bélico maior que o do Brasil". E acrescentou: [...] se deverá contar com a própria selva tropical como aliada para o combate ao invasor. (JAKOBSKIND, Mário Augusto. **Cochilos e preconceitos na cobertura da mídia**. Rio de Janeiro: Observatório da Imprensa, 2005. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=313JDB003>> Acesso em: 12 mar. 2009).

A matéria acima é mais que exemplar. Ela aponta para duas situações fundamentais sobre a defesa do território. A primeira delas diz respeito à estratégia dos principais países do mundo de criar uma situação de

enfraquecimento dos exércitos latino americanos. A segunda questão abordada é a do objetivo da missão do exército brasileiro no Vietnã. O que se tem é que concretamente o Exército passa a se preparar para um possível confronto militar em território amazônico com um ou mais inimigos de grande poder bélico internacional. A partir da visita supracitada, o chefe da comitiva do Exército Brasileiro nesta missão, Coronel Luiz Alberto Alves Rolla do Comando Militar do Nordeste escreveu documento sucinto intitulado *Conhecimento auferidos pela 1ª comitiva militar do Exército Brasileiro ao Vietnã* (vide íntegra do documento anexo):

A vivência prática acumulada pelas Forças Armadas Vietnamitas, ao longo de dois séculos de guerra, adquirida nos Teatros de Operações (TO), contra poderosos e diferentes inimigos, fez com que a Nação do Vietnã passasse a ser conhecida mundialmente.

Para contrapor-se às políticas imperialistas dos países do continente asiático e ao domínio colonialista e expansionista das grandes potências (respectivamente: na Idade Antiga, com a invasão dos mongóis; na Idade Média, com a violação do seu território pelos chineses e japoneses; na Idade Moderna, com a tentativa de colonização dos franceses e, finalmente, na Era Contemporânea, com a invasão do império norte-americano), as Forças Armadas Vietnamitas desenvolveram uma Doutrina Militar própria: a Doutrina do Combate de Longa Duração.

As Forças Vietnamitas, ao longo dos tempos, travaram inúmeros combates em que impuseram derrotas a potências militares incontestavelmente superiores, utilizando-se da Doutrina do Combate de Longa Duração. Isto permitiu e possibilitou o desenvolvimento de técnicas e táticas de Combate de Resistência, nos níveis estratégico e tático.

Considerando esse contexto, e visando a uma aproximação com a nação Vietnamita, em particular com as suas Forças Armadas, a Força Terrestre do Brasil, por proposta do Comando de Operações Terrestres (COTer), planejou a criação da 1ª Comitiva Militar do Exército Brasileiro, enviada posteriormente em visita ao Vietnã. A missão precípua da comitiva era buscar, inicialmente, uma aproximação com a Força Terrestre Vietnamita, tendo por finalidade agendar, em futuro próximo, visitas e reuniões de intercâmbio doutrinário em que seriam trocados conhecimentos militares nos níveis estratégico, operacional e tático, com ênfase nas áreas de inteligência, operações e emprego de tropa (pequenas frações) em região de cobertura vegetal (floresta tropical). [...] Finalmente, e como conclusão deste artigo, poder-se-ia afirmar que, a par dos ensinamentos auferidos pela comitiva que visitou o Vietnã, no ano próximo passado, o primeiro passo do nosso objetivo foi alcançado, o de consolidar uma aproximação com as Forças Armadas Vietnamitas, visando a uma integração e troca de conhecimentos sobre a Doutrina de Resistência. Fruto de nossa visita, o Governo do Vietnã, já incrementou e implantou uma Aditância Militar junto à Embaixada Vietnamita em Brasília. (ROLLA, Coronel Luiz Alberto Alves. **Conhecimento auferidos pela 1ª comitiva militar do Exército Brasileiro ao Vietnã**. Recife: Comando Militar do Nordeste,

2005. Disponível em:
<www.cmne.eb.mil.br/noticiascmne/materiavietnan.htm>. Acesso em
21 abr.2009).

Em 09 de maio de 2007, o Ministério da Defesa e o Exército Brasileiro lançaram um documento intitulado *Diretriz Geral do Comandante para o Exército* assinado pelo General de Exército Enzo Martins Peri (Comandante do Exército). Nessas diretrizes gerais encontra-se passagem essencial sobre a questão amazônica: “*A Amazônia continuará a receber a mais alta prioridade no âmbito da Força. Estratégias específicas para sua defesa devem ser estudadas, treinadas e aperfeiçoadas, particularmente a Estratégia de Resistência*” (PERI, General de Exército Enzo Martins. **Diretriz Geral do Comandante para o Exército**. Brasília: Ministério da Defesa, 2007. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/docs/DIRETRIZ.doc>> Acesso em 05 fev. 2009).

O problema é real e mais simples do que se imagina. A tabela abaixo elaborada pela Embrapa Amazônia Oriental mostra a área potencial para produção de óleo de dendê em território amazônico:

Tabela 4
Potencial produtivo para dendezeiros por Estado

ESTADO	Número de Hectares (Milhões)
Acre	2,5
Amapá	0,5
Amazonas	54,0
Bahia	0,9
Pará	5,0
Rondônia	2,0
Roraima	4,0
Tocantins	1,0
TOTAL	69,9

Fonte: EMBRAPA Amazônia Oriental

Se compararmos a existência dessas áreas nos estados considerados oficialmente como pertencentes à Região Norte teremos uma área zoneada para plantio de 68 milhões de hectares. Se fizermos uma simples consideração entre esses números e a área colhida de cana de açúcar e soja no ano de 2007 (dados do IBGE)

temos que essas duas imensas culturas agroindustriais, base da produção nacional de etanol e óleo vegetal foi de 7.080.820 de hectares colhidos de cana e 20.565.279 hectares para a soja. Essas duas culturas (essencialmente concentradas no Centro-Sul) somam juntas, portanto, 27.646.199 hectares. Ora, isso equivale a 40,65% da área potencial para o cultivo de dendê no Norte do país. Mas a comparação não para por aí. Como a produtividade do dendê é de aproximadamente 5 toneladas de óleo por hectare/ano, enquanto a da soja é de 600 kg/hectare ano, caso toda a área plantada de soja fosse esmagada para produção de óleo teríamos uma produção anual de aproximadamente 12,3 milhões de toneladas. Se essa mesma área fosse produzida com dendê no Norte teríamos a fabulosa produção de 108,8 milhões de toneladas de óleo. O interesse mundial passa a ser imediato. Sobretudo dos grandes consumidores mundiais de petróleo e neles, obviamente os EUA que construíram uma guerra mundial (a guerra do Golfo) para se apoderar do petróleo Iraquiano.

Como nunca vivemos a desgraça da cobiça mortal e em massa de grandes potências (ao menos da independência para cá) buscamos a opinião de quem vivenciou existencial, política e tecnicamente a divisão do seu mundo pela busca de petróleo. Para tanto, realizamos em maio de 2008, entrevista com o Professor Doutor em Físico-Química pela Universidade Belga de Louvran, militante palestino ex-presidente e atual secretário geral da Confederação Palestina para a América Latina e o Caribe (COPLAC), Professor Dr Hanna Safieh.

Nabuco – Hanna, você conhece a fundo a questão do petróleo e, nela, a questão da geopolítica do petróleo. Normalmente as pessoas no Brasil não têm entendimento do significado de divisão internacional, do significado de guerras internacionais, do que significou a questão do petróleo para a sua região (Oriente Médio). Em primeiro lugar eu queria as suas credenciais. Você é doutor em...

Hanna Safieh – Físico-Química da Combustão pela Universidade Católica de Louvran (Bélgica) e tenho dois mestrados também de lá.

Nabuco – Hanna, você foi dirigente palestino...

Hanna Safieh – Eu fui presidente das comunidades latino-americanas de origem palestina, que tem a Confederação Palestina que nós temos quinhentos mil filiados e nós fomos presidente durante oito anos dessa entidade. Atualmente eu sou Secretário Geral.

Nabuco – É COPLAC a sigla...

Hanna Safieh – É Confederação Palestina para a América Latina e Caribe

Nabuco – Hanna, eu queria que você narrasse para mim a questão da história do petróleo e o significado dela para a região de vocês.

Hanna Safieh – A região do Oriente Médio e para o mundo. É o seguinte, vamos para poder entender bem a maneira com que a geopolítica do petróleo foi conduzida, nós precisamos ir já nas origens de quando foi que o petróleo foi escolhido como fonte básica da energia do mundo. Você sabe que a revolução industrial foi feita à base do carvão mineral. O carvão mineral tem os seus problemas de extração – que são pedras, rochas que precisam ser quebradas uma por uma dentro de minas subterrâneas onde circula o gás metano de vez em quando e até os dias de hoje temos acidentes dentro das minas e geralmente custa muito caro. Por exemplo, dois países ainda que exploram muito o carvão mineral (a China e os Estados Unidos), agente escuta anualmente um, dois ou três acidentes graves aonde tem centenas de mortes. Dois, o carvão mineral sendo pedras, ele é muito complicado para o transporte. Os sólidos não fáceis de transportar de um lado para outro do mundo. Nós estamos falando da revolução industrial não é? Em meados do século XIX as potências daquela época estavam preocupadas com o que é que elas iam substituir, o que vai substituir o carvão mineral para o motor da energia mundial. Da economia mundial. Porque o que gera a economia mundial é justamente a produção industrial e a produção industrial precisa de energia. E essa energia de que estamos falando é de um volume muito grande. Nós não estamos falando de um volume pequeno. Lembre-se que a Arábia Saudita produz sozinha 8 milhões de barris de petróleo por dia. Para agente ter uma idéia de que estamos falando. Nós não estamos falando de uma quantidade pequena de energia.

Você sabe que para as nações, eles raciocinam em cima de um tripé. Quem domina, tem quem domina as fontes de energia, acumula as riquezas e o acúmulo das riquezas traz o poder. E como todas as nações fazem uma luta pelo poder, resultado, a luta pelo poder se transforma numa luta pelas fontes de energia. Resultado, nessa indecisão nos meados do século XIX do que é que ia substituir o carvão mineral, eles estavam fazendo estimativas, os economistas, de que o carvão mineral seria a fonte principal de energia até 1920. Quando terminou a guerra de secessão nos Estados Unidos, em 1860 um coronel chamado coronel Dreick, na Pensilvânia nos Estados Unidos, ele estava cavando um poço de água e de repente jorrou petróleo e com muita força. Isso foi um *up* para a história do Petróleo como substituto da energia. Por que? Porque o petróleo já era conhecido por todo o mundo desde a antiguidade. Onde é o Iraque hoje, o petróleo é uma fonte, tem “olheiros” (como se fosse de água), só que jorram com pequena pressão como “olheiros de água”. Era usado na antiguidade para impermeabilizar os navios, era utilizado para fazer estradas (juntar com areia pra fazer estradas para passar as carroças), construíam casas com ele porque misturavam a areia com essa massa viscosa e faziam paredes com ele, usavam nas lamparinas, usavam para a guerra (lembra que faziam nas catapultas uma bolas misturando petróleo com pedra etc e atavam fogo para jogar no inimigo). Bom, resultado, era conhecido o petróleo, mas não sabiam se ele poderia vir a ser a fonte de energia para o mundo inteiro. Mas quando na Pensilvânia jorrou em grande quantidade, disseram “puxa é isso aqui que vai ser o substituto” porque sendo líquido o petróleo é muito mais fácil que o carvão mineral para ser transportado, porque você bota ele em dutos, bota pressão e você empurra ele nos dutos e você recolhe do outro lado. Para carregar em cima de navios é muito mais fácil que carregar pedras. Os volumes que você pode transportar são muito maiores que pedras. As pedras como elas são sólidas e não se deformam, elas ocupam um volume muito maior porque você vai ter nos navios espaços vazios enormes. Bom, tem uma série de vantagens o petróleo.

Agora aonde tinha o petróleo conhecido naquela época? Bom, um pouco nos Estados Unidos porque jorrou lá petróleo, mas era o Oriente Médio, era onde tinha o petróleo conhecido era no Oriente Médio. E daí, as nações, as potências daquela época, que eram aliadas entre elas, que eram a Grã Bretanha a França e os Estados Unidos eles, em diversas reuniões entre eles, decidiram que o Petróleo iria ser o substituto e o petróleo se encontrando no Oriente Médio que era dominado naquela época pelo Império Otomano, o Oriente Médio fazia parte do Império Otomano, que estava em decadência e que estava quase no fim da vida dele. Aí eles montaram um

plano de que como é que eles podem dominar o Oriente Médio para conseguir esse petróleo para eles depois da queda do Império Otomano.

Nabuco – A data disso...

Hanna Safieh – Estou falando para você em volta tudo isso de 1870 a 1880. E pra isso elaboraram um plano para dominar essa região depois da queda do regime do Império Otomano. Lembro a você que o Império Otomano caiu em 1919, depois da Primeira Guerra Mundial. Mas voltando lá no século XIX, por volta de 1880, se elaborou o plano em três pontos. De dividir, depois da queda do Império Otomano, o Oriente Médio (ou seja, os países árabes) em um número muito grande de pequenos países não viáveis nem politicamente nem economicamente. Colocar restrições fortes sobre o acesso desses países a educação, ciência e tecnologia. E limitar o acesso desses países a armamentos. Essas são as estratégias. Simples, (parece ser muito simples) mas ela é eficaz, funciona. E, um anexo a esse plano, para poder consolidar esse plano, para que esse plano pudesse perdurar no tempo (lembra que em 1880 o petróleo vai ser útil para eles em 1920, a previsão era 1920). Na verdade o petróleo entrou com força no mercado internacional em 1930. O erro deles foi só de 10 anos.

Nabuco – Só um parêntese. Então você ta querendo colocar que essa geopolítica tem 40 anos de construção...

Hanna Safieh – Claro, as nações não brincam. Elas sempre se preparam para o futuro. Se ta falando aqui da energia mundial, da demanda mundial de energia que se ela parar fracassam, as nações fracassam. Você já imaginou faltar energia? O que é que vai acontecer com as nações tipo Estados Unidos, Alemanha, Brasil, etc, se nós não temos energia? Você não tem como produzir os bens para a sua sociedade. O caos econômico que vai ser; caos social que vai ter no mundo. Você ta falando do “sangue” da economia. Aí resultado, pra poder consolidar isto eles precisavam de um território no Oriente Médio que pode servir de base pra eles pra poder interferir rápido caso onde aconteça alguma coisa.

Quando você fala a nível internacional para as potências você fala de que uma base para outros países, geralmente as bases que eles escolhem têm que ser uma base que tenha uma costa. Porque para as nações, qualquer país do mundo que tenha uma costa marítima, uma costa qualquer que possa traçar nela, pra eles é uma extensão do território. Eles vêm com os navios deles, atracam, desembarcam, guerreiam, ganham e voltam. Recentemente a guerra das Malvinas em 1982 prova isso. Chegou a Grã Bretanha do Norte da Europa, desceu o Atlântico todinho, foi até o Sul do Atlântico, nas Malvinas, guerreou com os argentinos, ganhou dos argentinos e regressou. Resultado, quando se fala das nações ocidentais querendo um base que tenha uma costa marítima no Oriente Médio, você está falando, se você olha o mapa você está falando da costa oriental do Mediterrâneo. Porque eles descem o Atlântico, entram por Gibraltar no Mediterrâneo, e vão até o final. Vamos ver o mapa que está aqui (nos dirigimos até um mapa F.N). Os países do petróleo estão aqui no Golfo. Os países ocidentais aqui, Estados Unidos, a Grã Bretanha e a França. Para eles virem para o Oriente Médio eles descem entram por Gibraltar, atravessam o Mediterrâneo, aí eles criam uma base aqui, nessa costa oriental. Nesta costa oriental eles colocaram três condições para esta base, para qual o país que vai servir para isso.

O país tem de ser pequeno, com população relativamente pequena. Porque você pode dominar um país pequeno por muito tempo, não pode dominar um país grande. Dois, e esse é fundamental, o país escolhido não pode ter uma barreira natural geográfica. Por quê? Porque as forças, desembarcando nesse país têm de fluir fácil para a região do Golfo, certo? E terceiro, tem de ter uma costa larga. Se você olha a costa do mediterrâneo oriental qual são os países que você tem? Vamos do sul para o norte. Você tem o Egito. Esquece, o Egito é um país muito grande para dominar e as potências têm uma experiência grande em tentar dominar o Egito. A França a Grã Bretanha na história tentaram várias vezes e “quebraram os dentes”. Resultado, esquece! Aí você tem a Palestina, possibilidade, país pequeno, costa larga, grande, costa mediterrânea, não tem barreira geográfica. Depois em cima tem o Líbano, país pequeno, também poderia servir, só que ele tem uma barreira geográfica natural terrível, que é o Monte Líbano. Naquela época era oito meses do ano intransponível, porque anualmente a neve acumula mais de dois, três metros de neve em cima. Naquela época era intransponível. Até hoje também viu? Forças terrestres não passam fácil não viu? De maneira alguma. Resultado, foi escolhida a Palestina, e fazer da Palestina uma base ocidental (a serviço do ocidente) para poder dominar o Oriente Médio. Caso se tenha qualquer necessidade de intervenção seria através dessa base.

Ok? Ficou claro essa parte? Isso aqui foi por volta de 1880 que foi feito isso. E as potências começaram a trabalhar em função disto.

Eu não vou entrar nos detalhes da questão Palestina e como é que a questão judia se incrustou no problema e que era uma outra questão. Resultado, no final das contas esses países ocidentais sustentaram o Império Otomano até enquanto eles podiam. Tava totalmente decadente, tava falido e eles estavam sustentando o Império porque era bom que ele tomava conta deste território enquanto eles não precisavam do território. Entendeu? Até a chegada da Primeira Guerra Mundial o Império Otomano se colocou do lado dos alemães e se colocou com o eixo, a aliança do eixo, contra os aliados que eram a França a Grã Bretanha e os Estados Unidos que entrou na guerra. Quando terminou a guerra, da Primeira Guerra Mundial, você lembra que formaram a Sociedade das Nações. E o primeiro ato que a sociedade das nações tomou foi de colocar a Palestina sob mandado Britânico! Porque eu falei que tinha entrado a questão judia lá dentro. Você veja, as potências tinham escolhido em 1917 (através da declaração Balfour) eles decidiram de fazer a colonização da Palestina através dos judeus. Certo? Que é isso que eles votaram na Sociedade das Nações que a Palestina fica sob mandado britânico. E você pode abrir hoje a sua internet e ver o mandado britânico sob a Palestina, ver quais são as resoluções da Sociedade das Nações, quais são as resoluções, você vê claramente que foi colocado sob mandado Britânico para poder criar um Estado Judeu na Palestina. Mas que seria a serviço deles, que teria a responsabilidade de cumprir com aquele papel que eles desenharam em 1880. Entendeu? Isso que foi feito! E aí dominaram aquela região através disso. Até hoje a questão palestina, a palestina ainda está sendo dominada pelas forças sionistas que criaram o Estado de Israel, e até hoje esse Estado está fazendo o papel que as potências queriam, que garante o fornecimento de petróleo para eles etc. O Oriente médio...o plano deu tão certo que até hoje o Oriente Médio está dividido num número grande de países. O Oriente médio está inviável, politicamente e economicamente, com toda essa riqueza de petróleo está indo para tudo, menos para os países árabes, para os povos árabes. Resultado, o plano deu certíssimo com eles. E esse plano vai continuar. Estou dando agora o exemplo do Oriente Médio. O Oriente Médio teve também mais outros detalhes durante todo esse tempo que eu não estou citando pois estou pegando macroscopicamente. Mas você sabe muito bem que em qualquer lugar do Oriente Médio, onde o povo do Oriente Médio queria tomar as rédeas do seu destino, sempre foi esmagado com fogo, sangue, tudo que você quiser viu? Todas essas revoltas foram dominadas dessa maneira, e você teve intervenções dramáticas no Oriente Médio. Você sabe que (não me lembro se foi em 1952 ou em

1953, no máximo 1954) no Irã, onde teve o movimento nacionalista iraniano que era o Mossadeq, ele foi simplesmente assassinado pela CIA (hoje não é segredo pra ninguém). Foi assassinado o primeiro ministro (Mossadeq no Irã) e trouxeram um menino, da família Parlev e disseram “agora esse menino vai ser o imperador de vocês, o Xá” e ficou o Xá até 1976, quando teve a revolução Iraniana do Aiatolá Khomeini. No Iraque, o tempo todo teve intervenções das potências estrangeiras dentro do Oriente Médio pra poder dominar sobre o petróleo.

Pra não ficar somente falando de Oriente Médio, você sabe bem que todos os países onde foi descoberto petróleo sofreram esse tipo de pressão. Você sabe bem que na África, por exemplo, você teve nos anos 60 uma guerra extremamente sangrenta, que foi a guerra do Biafra, na Nigéria. O Biafra é justamente a região onde foi descoberto o petróleo lá na Nigéria e foi provocada uma guerra lá que morreram eu não sei dizer a você quantas centenas de milhares ou se chega a milhões. Que foram massacres terríveis que foram cometidos no Biafra nos anos 60. A guerra do Biafra se não me engano foi em 1967, 1968, 1969, 1970. Foi muito, muito, muito violenta, marcou fortemente os anos 60. E desta maneira sempre você tem isto aqui. Todos os livros que falam sobre a história do petróleo repetem a mesma questão, qual seja, a de que a indústria dos países desenvolvidos funcionam a base do sangue dos países onde se encontra o petróleo. De um modo geral foi isso aqui que aconteceu.

Até você percebe no mundo movimentos pacifistas entre aspas que nascem nessas potências e que as pessoas pensam que são pacifistas, mas não são pacifistas. Por exemplo, no Oriente Médio, teve uma tentativa de querer fazer paz porque as potências pensavam que não iam mais necessitar do petróleo de lá. Nos anos 80 começou o movimento de pacificar o Oriente Médio; por quê? Porque as nações pensavam que realmente já decidiram qual iria ser o substituto para o petróleo. O substituto ia ser a energia nuclear. Só que quando chegou Chernobyl, Chernobyl chegou e botou uma pedra, que a energia nuclear não pode ser a fonte principal da energia do mundo inteiro, porque ela necessita de uma tecnologia muito avançada, ela precisa de uma responsabilidade muito grande das nações de manter os equipamentos, porque a manutenção de uma central nuclear não é fácil. Custa dinheiro e não é fácil. Resultado, o país que é pouco estável pode chegar lá e sacrificar a manutenção a favor de outra coisa e provocar um desastre. Só que um desastre nuclear não afeta somente onde acontece. Chernobyl afetou toda a Europa Ocidental. Eles conseguiram “abafar” o assunto, mas até quase o ano de 1999 eu vi dados que no sul da França ainda existiam pessoas atingidas pela radiação e que escaparam de Chernobyl. A energia nuclear não é um brinquedo.

Se você me pergunta sobre “e aí, qual vai ser o futuro das nações”? Qual vai ser a energia do futuro das nações? É muito difícil de responder a isto. Primeiro vai ser um grande mix. Vai ser energia solar, vai ser energia eólica, a hidroelétrica é sempre uma opção grande, mas ela é limitada pelas reservas de água (que no Brasil são grandes mas que os outros países não têm) vai ser um pouco da energia nuclear também, **mas eu acho que vai entrar a bioenergia com uma força muito grande como energia renovável, porque é a única maneira. Ela é líquida, fácil de ser transportada, não é muito complicada de produzir.**(grifo do autor)

Na questão, digamos, do álcool como fonte de energia, isso já tá quase dominada essa tecnologia com rendimentos muito fortes na parte de extração de álcool da cana, a fermentação para produzir mais álcool. Isso aqui foi muito desenvolvido. Eu não tenho os números na cabeça, mas quando se começou...na verdade o álcool começou há muito tempo a ser utilizado como energia. Ele teve duas fases. Ele teve uma fase, nos anos 20 e 30, teve uma segunda fase nos anos 50, logo depois da Segunda Guerra Mundial (e durante a Segunda Guerra Mundial) e chegou com força com a crise do petróleo de 1973. Se agente vai pegar de 1973 quando vai chegar realmente com força, como energia a ser queimada e se sustentou. A produção de álcool com base na cana foi muito pequena no início. Hoje, talvez, ela está vinte vezes maior. Porque todos os estudos, as pesquisas que foram feitas sobre fermentação, sobre a produção de álcool, destilação, tudo isso aqui, teve um resultado fantástico. Os motores também. Inicialmente de 1973, 1975, 1976, 1980...se comprava um carro a álcool você estragava o seu motor. O fator corrosivo do álcool era muito forte. Hoje já fazem com materiais que agüentam isso, que sustentam isso, tudo isso tranquilo.

Sobre a parte de diesel, sobre o biodiesel. O biodiesel ainda está fazendo os primeiros passos. Industrialmente hoje a produção já é relativamente considerável. O governo brasileiro teve o mérito muito grande de chegar e não ficar demorando para jogar isso no mercado. O biodiesel está sendo feito ainda em três formas. Usam eles em três formas. Eles usam ele na forma mesmo de biodiesel que exige a transesterificação do óleo vegetal. Essa reação da transesterificação industrialmente ainda não está super bem dominado. Isso aí vai ter que ter muita pesquisa nessa área para poder chegar a resultados cada vez mais fortes. Eu não tenho a menor dúvida que aqui no Brasil temos um quadro de cientistas capaz de superar essa fase e em tempo recorde. Só não foi feito porque não estava na prioridade e não tinha financiamento para isso. Hoje o governo federal está colocando recursos para esses estudos, bastante para isso. Eu acredito que nos próximos 5 a 6 anos nós vamos ter

um resultado muito importante. Você sabe bem que na ciência os resultados científicos quase seguem a teoria quântica. A gente passa uma fase assim onde as coisas estão se desenvolvendo assim e de repente aparecem os resultados todos de vez. É lógico, com todo mundo hoje sendo financiado para estudar várias áreas, vários aspectos disso aqui, todos estão estudando, resultado, não tem resultados novos pois a pesquisa precisa de 4 a 5 anos. Daqui a 4 a 5 anos você vai ver estourar os resultados: um sobre fermentação, outro sobre a transesterificação, outro sobre a produção agrícola, outro sobre não sei o que e o produto disto, o que se chama de tecnologia não é o resultado de uma pesquisa. Tecnologia é o somatório de um número enorme de pesquisas e seus resultados que fazem com que você tenha uma nova tecnologia.

Esse foi um primeiro ponto. Um segundo ponto, foi super inteligente por parte do Brasil, de pegar o óleo vegetal e colocar no craque da destilação do petróleo (na fase anterior ao diesel) jogar lá dentro e destilá-lo. Aí sai junto com o diesel. No lugar de você ter cinco litros de diesel de gás você vai ter sete (por exemplo). Foi uma excelente idéia de fazer isto porque já força a criação de o pessoal começar a produzir esse óleo vegetal em grande quantidade. Porque pra você fazer esse plantio, produção, estimular as pessoas, você tem de plantar, recolher e colher, certo? O que é que o Governo Federal ia fazer com tanto óleo vegetal armazenado? Ou ele quebrava as indústrias de óleo comestível, aí o que é que ia fazer com isso. Aí encontrou essa saída: joga na refinaria e mistura ele e sai destilado como diesel. Perfeito.

Segunda coisa, pegou o diesel e começou a fazer como o álcool (pegaram a gasolina e começou 5% de álcool, hoje estamos de 25 a 30% de álcool na gasolina) aí começou, não sei, coloca 2 a 3% de óleo vegetal dentro do diesel e queima nos motores. Perfeito.

Nabuco – Agora Hanna, eu queria dar um encaminhamento para a entrevista pelo seguinte, outro dia aqui conversando com você e você fez uma transposição espetacular (que eu na verdade tava pensando isso, mas não tinha subsídios para fazer maiores afirmações) da questão geopolítica dos biocombustíveis. Pela primeira vez o Brasil entra no cenário mundial como elemento estratégico (como entrou a região de vocês) para a questão energética. E aí me lembro que você pegou e disse o seguinte: **o Brasil é um gigante de pés de barro. Qualquer força do Oriente Médio hoje tem umas forças armadas maior e mais capaz do que a nossa** (grifo do autor). Eu, recentemente, reli esse livro, “Amazônia, Integridade do Brasil” de Artur

Cezar Ferreira Leite (esse é um dos maiores entendedores, falecido recentemente, sobre a questão amazônica). Foi um livro escrito em 1966 e Reeditado Pelo Congresso Nacional em 2001 com Ramiz Tebet (falecido ano passado) como presidente do Congresso. Nesse livro o autor já coloca que na verdade desde Tordesilhas que a Amazônia é área de contenda internacional. E mais precisamente no século XIX os estados Unidos entram na questão. Naquele momento os Estados Unidos entram por motivos outros (agrícolas e de obtenção de pescado e especiarias) mas entram e entram já querendo tomar efetivamente o território e já colocando a questão da Amazônia como uma necessidade para os norte americanos e criando (é curioso isso aqui), o autor coloca já em 1966 que o discurso dos americanos para a entrada na Amazônia no século XIX era o discurso da Amazônia como necessidade para o bem estar do planeta. **Então quando você colocou a questão do Brasil como um “gigante de pés de barro” me veio na cabeça o seguinte: nós brasileiros temos sempre a idéia de que as catástrofes mundiais acontecem no restante do mundo, não aqui. Quando na verdade boa parte das catástrofes já estão aqui: a fome, a violência extremada etc. Então a Somália é distante, a Somália não está no Nordeste está na Somália, quando na verdade também ela está no Nordeste. Então transferindo essa questão do petróleo para os biocombustíveis (que na verdade é uma transferência de questão), e aí quando você coloca que foram 40 a 50 anos de construção geopolítica até que ela realmente agisse, eu queria que você desse a sua opinião sobre essa questão. E inclusive quando você me mostra no mapa os elementos necessários para a entrada (invasão) das grandes potências para a produção de energia e quando agente olha nesse mesmo mapa que a entrada na Amazônia é de uma facilidade absurda e de uma extensão absurda, com rios com calado de 150 metros, entrada de um lado e de outro do continente com o Canal do Panamá cortando no meio. São inúmeras as possibilidades com um território absolutamente descolonizado. Eu queria ter a sua opinião sobre a questão agora sob a ótica de uma geopolítica mundial bioenergética (grifo do autor).**

Hanna Safieh - Você falou muito certo. A Amazônia sempre foi por várias razões extremamente importante. Eu vou citar um exemplo. A Amazônia hoje ela é fundamental para os Estados Unidos por causa do oxigênio, porque ela cobre o déficit de oxigênio dos Estados Unidos. Agora voltando para o nosso problema de energia, evidentemente quando nós falamos de bioenergia se está falando de plantação. E quando se fala de plantio você precisa de área. Você precisa de grandes áreas e

áreas que têm condições de produzir em condições competitivas. Condições competitivas você vai tê-las se você tem água...terra abundante, água abundante e sol abundante. Isso aqui você olhando o mapa, você vai ter isto nas regiões a nível da Amazônia, do Nordeste, você vai chegar na África em volta do Congo (mais ou menos). Se você chega um pouco lá em cima (isso aqui porque o clima não é totalmente horizontal), você terá isso aqui na Índia (um pouco). Mas você sabe bem que em todos os territórios que você tem, você tem, digamos, a África ta ainda muito problemática hoje, com as suas guerras entre os Estados, guerras internas, guerras tribais etc, tudo isso ainda a África está em turbulência e dois, ela está longe ainda de poder estabilizar e chegar a ter, digamos, terras grandes disponíveis para o plantio racional para biocombustível. Vai chegar no futuro, digamos, mas vai levar tempo. A Índia vai ser muito complicado plantar, fazer grandes plantios na Índia, porque a Índia tem população enorme, os donos de terras são de pequenos lotes. O único território que pode ter grandes possibilidades é o território amazônico e o Nordeste brasileiro (fora o Centro-Sul F.N).

Evidentemente (eu não tenho documento que comprova isto) mas evidentemente a transposição do Rio São Francisco não é uma coisa estranha a produção de bioenergia. Porque temos áreas enormes e muito férteis no Nordeste brasileiro que não estão sendo plantadas por falta de água. E trazendo água para isso aí a coisa muda. Essa transposição de água é extremamente positiva e economicamente viável.

Evidentemente como diz você, todas as potências ou elas querem ter as fontes de energia ou dominar, certo? Nós no Brasil nós temos que ter muito cuidado porque nós somos privilegiados pela natureza, nós estamos com um território que permite isto, permite esta produção grande de bioenergia. Nós vamos ser muito disputados pra poder. Cada um que quer meter a sua colher aqui dentro. Nós vamos precisar ter uma diplomacia (que sempre a diplomacia brasileira se destacou de saber resolver os problemas de maneira negociada, nós temos diplomatas de primeira linha, o Itamaraty sempre foi uma instituição muito sólida no Brasil) agora nossas forças armadas não são suficientes para o território que a gente tem. Ainda os governos não investiram fortemente nisso aqui por duas razões: uma porque custa muito caro e o Brasil ainda precisamos investir na nossa infra-estrutura e se eles vão para investir fortemente nas forças armadas (numa corrida armamentista) vai ser problemático, **mas tem de acontecer, não tem como escapar** (grifo do autor). Especialmente essa crise atual, que aconteceu agora entre a Colômbia e o Equador e a maneira com que a Venezuela reagiu, a diplomacia brasileira foi muito hábil de poder contornar a crise, certo, mas

essa crise já é um sinal que podemos ter problemas na Amazônia. Tudo que aconteceu, isto foi na Amazônia! E temos que fortificar. Não temos como deixar de fortalecer militarmente o Brasil para proteger, porque uma vez que começa...nós temos na verdade uns 15 a 20 anos ainda pra se preparar, porque o petróleo com certeza vai ficar até 2020, 2025 como a fonte principal da energia mundial. Vai decrescendo viu, mas vai ficar ainda esse tempo como principal. Em 2025, 2030 já começa a ter problemas com petróleo porque o petróleo não pode ser usado na sua totalidade para energia, que o petróleo passou a ser também um insumo fundamental na nossa sociedade de bem-estar através da petroquímica. Tudo que a gente usa tem dentro dos seus insumos o petróleo. Dentro da escova de dente que agente usa tem plástico, aí temos nossos sapatos, nossas maquinarias, todos os instrumentos que agente usa, de telefone de computadores etc. O petróleo está em tudo que agente usa. Tudo.

Nabuco – A Amazônia é um imenso vazio com apenas dois enclaves que são Manaus e Belém.

Hanna Safieh – Você está falando da questão da habitação...

Nabuco – Exatamente, é um imenso vazio com dois enclaves industriais.

Hanna Safieh – Bom, veja bem que a Amazônia até agora, digamos, se faz alguma coisa racional tem como fazer uma ocupação do território da Amazônia programado e planejado sem provocar grandes danos. Porque o solo da Amazônia é um solo muito fino, não tem muita profundidade, pouco profundo. É um péssimo solo para a agricultura mas ele é bom para a árvorecultura.

Nabuco – Uma dessas árvoreculturas é o Dendê que é a mais produtiva de todas as oleaginosas...

Hanna Safieh – Resultado, você pode começar simplesmente a começar a fazer uma programação de tirar áreas de desmatamento de certas áreas da Amazônia e replantar com árvores oleaginosas. Se você faz esse plantio lógico que você faz concentrações habitacionais para poder tomar conta. Tem de abrir estradas...

Nabuco – Uma programação de colonização do território amazônico...

Hanna Safieh – Sim.

Nabuco – Agora, pra concluir, poderemos ou não poderemos ser o Oriente Médio nos próximos 40 anos?

Hanna Safieh – Eu não tenho dúvida que o Brasil vai ser um dos principais fornecedores de energia para o mundo nesse século XXI.

Nabuco – E em decorrência...

Hanna Safieh – Chegando nos meados do século XXI eu acho que o Brasil vai ser uma das grandes potências porque vai ser o fornecedor...se tudo sair bem como está sendo planejado, o Brasil não sofre nenhuma divisão entre ele. Não sofre ocupações externas. O Brasil vai ser um dos principais fornecedores da energia para o mundo, um dos principais fornecedores de alimentos para o mundo e um dos principais fornecedores de produtos industrializados para o mundo.

Nabuco – Em decorrência dessa questão energética, essa é a grande questão, também poderemos ser um dos grandes elementos de cobiça e divisão como aconteceu no Oriente Médio?

Hanna Safieh – **Com certeza. A palavra que eu estava procurando era justamente essa, cobiça. Nós vamos ser muito cobiçados...**(grifo do autor)

Nabuco – Podemos ser divididos então...

Hanna Safieh – **Nossos estrategistas têm de trabalhar todas essas hipóteses para poder prevenir que ela não aconteça. E tudo isso na história mundial aconteceu! Resultado, nós temos de ser inteligentes e começarmos a nos preparar de hoje para evitar que isso aconteça conosco. Eu sempre repito em todas as minhas conferências dizendo o seguinte sobre a geopolítica internacional: NÓS, NO BRASIL TEMOS DE ESTUDAR MUITO BEM, MUITO BEM, A FUNDO, A HISTÓRIA DO ORIENTE MÉDIO PARA A GENTE TIRAR AS LIÇÕES PARA QUE ISSO NÃO ACONTEÇA CONOSCO. ESTUDAR, VER TUDO O QUE ACONTECEU E NOS PREPARARMOS PARA QUE ISSO NÃO ACONTEÇA CONOSCO** (grifo do autor).

Nabuco – Hanna, a única coisa que tenho a dizer é agradecer, de novo, por mais uma aula.

Hanna Safieh – Não tem que agradecer nada...

A entrevista com o professor Hanna foi elaborada com o objetivo de levar uma informação mais dilatada ao público em geral da problemática em tela. Não estamos tratando de questões agrícolas, mas de um momento ímpar de reestruturação histórica da base do sistema de produção de riquezas. O problema é que nessa reestruturação nós somos o grande eixo e não estamos preparados estrategicamente para suportar a cobiça mundial que cairá sobre nossas costas.

O professor Hanna Safieh foi bastante condescendente com a questão (talvez por não querer ser alarmista), ao ponto de ser suave em algumas conclusões. Se temos que aprender com a história do Oriente-Médio para agirmos na geopolítica

bioenergética então, por exemplo, 15 anos é muito pouco tempo e nós já deveríamos estar agindo fortemente. Não estamos.

Os países do oriente médio (16 ao todo) possuem um território de 6.820.244 km². Somente o estado do Amazonas tem 1.570.745,68 Km² (23% da área do Oriente Médio) de terreno com imensas dificuldades para construção de infra-estrutura. Por outro lado, enquanto que a população do Oriente Médio está em torno de 363,4 milhões de habitantes, toda a população do Norte do Brasil é de 14,6 milhões de habitantes. A esmagadora maioria do Oriente Médio simplesmente não tem serventia para a agricultura. Não é o caso do Norte, muito pelo contrário.

Estudar a história do Oriente Médio⁸ é, acima de tudo, entender que a nossa entrada no cenário energético mundial é absolutamente repleta de falta de compromissos com a estratégia geopolítica. Não a possuímos. Não temos nenhum plano pragmático de atuação para colonização amazônica e justificar a fraqueza das nossas forças armadas por questões econômicas hoje, é absurdo. A agroenergia amazônica financia mais que suficientemente uma “corrida armamentista”. Mas ao contrário, o que temos é a completa falta de política agroenergética, inclusive com a mística de que o território amazônico é igual, prestando-se apenas para plantio agroflorestal, sem falar num ministério do meio ambiente que internacionaliza cotidianamente a região perante a opinião pública mundial e um executivo que aceita e concorda com tais posições pois não a demite diante dos perigos mais que anunciados.

Recentemente o Brasil celebrou um acordo militar com a França. Não é um acordo simples, mas trata-se de um amplo espectro de ações de treinamento e defesa conjunta de territórios com aquisição de equipamento bélico:

No início de 2008, foi assinado entre as partes um significativo acordo de cooperação militar denominado [Status of Force Agreement](#). Os Presidentes Lula e Sarkozy tiveram 4 encontros em 2008 para consolidar a aliança estratégica Brasil-França na área de Defesa. O

⁸ O Oriente Médio é composto por 16 países. São eles Arábia Saudita (2.217.949 km²), Iêmem (**531.869km²**), Palestina, Israel (20.700 km²), Líbano (10.452km²), Síria (185.180 km²), Bahrein (665 km²), Irã (1.648.195 km), Jordânia (97.740 km²), Omã (212.457 km²), Emirados Árabes (83.600 km²), Iraque (434 128 km²), Kuwait (17 818 km²), Catar (11.437 km²), Turquia (800.000 km²) e Egito.

primeiro encontro será em 12 de fevereiro, no Oiapoque, na fronteira Brasil-Guiana.

Em 23 de dezembro de 2008, eles assinaram um protocolo formal para a Aliança Estratégica e deflagraram os grupos de trabalho bilaterais para definirem novos programas em diferentes áreas de interesse.

Embora envolva também a área civil, o carro-chefe da Aliança Estratégica é mesmo a área de Defesa, com [Contratos de US\\$ 12 Bilhões](#) envolvendo 4 submarinos de propulsão convencional (diesel-elétricos) **SBR**, 1 nuclear **SNB**, 50 helicópteros EC-725, Programa Soldado do Futuro, etc.

Uma cooperação importante é o projeto do Satélite Geoestacionário Brasileiro ([SGB](#)), iniciativa que envolve vários ministérios e órgãos governamentais. As duas partes decidiram aprofundar a cooperação em matéria de sistemas satelitais geoestacionários de telecomunicações, de navegação e de meteorologia no quadro do projeto de desenvolvimento do satélite geoestacionário brasileiro.

Os grupos europeus Thales Alenia Space e EADS Astrium desejam construir e/ou desenvolver em conjunto com o Brasil o sistema satelital, negócio que, se viabilizado, deve envolver mais de US\$ 600 milhões. O governo brasileiro já discute a possibilidade de modelagem do SGB a partir de Parcerias Público Privadas, isto é, prestação de serviços por entes privados por meio de concessão remunerada pelo Estado.

Para 2009, ainda será possível o fornecimento de 26 caças Rafale F3 para a FAB no Programa [FX-2](#). Está em estudo ainda parceria para um sistema de monitoramento do território brasileiro e das áreas marítimas, com o objetivo prioritário de proteger as vastas reservas de petróleo recém-descobertas no litoral brasileiro, na camada do [Pré-Sal](#). (ACORDO ESTRATÉGICO COM A FRANÇA. Brasília: Ministério da Defesa, 2008. Disponível em http://www.defesabr.com/MD/md_franca.htm>Acesso em: 13 set. 2008).

Entramos no cenário internacional e sob a cobiça internacional. Nosso vizinho do Norte é um Império, pragmático quando se trata em ganhar dinheiro. Na verdade pragmatismo não falta as potências internacionais que sob a ação hegemônica norte-americana viabilizaram a invasão do Iraque duas vezes. Como o presente capítulo é para uma reflexão extra sobre a problemática tratada na nossa tese, não nos alongaremos mais. Contudo, encerraremos com uma reflexão feita de maneira despretensiosa por Joaquim Nabuco, na segunda metade do século XIX, quando então o mesmo servia à embaixada brasileira nos Estados Unidos:

Não se pode dizer desse país que ele tem ideal. É o país prático por excelência, que tem a admirável qualidade de bem ou mal governar-se a si mesmo. Não lhe falta virilidade, mas tudo nele serve a fins materiais. A instrução pública, que está tão desenvolvida, só tem tido esse desenvolvimento por ser um elemento do business. Ganhar dinheiro é o fim real da sociedade americana [...] Quanto ao ideal, discute-se hoje a ocupação do México como se fosse território americano. Cuba, que tem acreditado nas simpatias americanas, esvai-se em sangue, enquanto eles discutem se devem tomar ações, ser acionistas da independência da ilha, que é uma companhia que apenas não tem acionistas, por não prometer dividendos. Um jornal que governa um partido, sob condições, admira-se de que o governo do México ponha obstáculos à invasão armada de seu território, acha que as suas perguntas são impertinentes e aconselha ao governo que não se explique. Invadir um país sem explicar-se, e quando se é vizinho, e se está em paz! O tratado com a Inglaterra, que resultou no congresso de Genebra, levaria a crer que os Estados Unidos são o país do direito internacional. A política estrangeira americana, porém, resume-se em um princípio: o interesse americano. Esse procedimento com o México descobre a verdade sobre o auxílio prestado pelo governo de Washington a Juarez e o fuzilamento de Maximiliano I. O México pertence aos Estados Unidos. O que é extraordinário, porém, é que uma fração do país tão adiantada como o Norte deseje ainda acrescentar aos golpes militares os pronunciamentos, e fazer um mosaico ainda maior de fraude, de anarquia, de militarismo e de revolução, do que a história do Sul já nos parece. (MELLO, 2007, v. 1, p. 182-183).

Os motivos norte-americanos, de anexação para o caso amazônico, são hoje infinitamente superiores do que aqueles estabelecidos para a tomada de parte do território mexicano e da ilha de Cuba. O que continua a mesma é a pragmaticidade beligerante do seu povo e da sua diplomacia. É fato que começamos a nos dar conta das tarefas da nossa defesa. Mas falta um elo desse processo, a colonização efetiva e imediata do Norte do país.

2.5 Cenário Nacional da Produção de Etanol e Oleaginosas

Desde a entrada da agroenergia como questão mundial para a solução presente e futura do dilema energético que o Brasil vem tratando do assunto como se há muito fosse uma questão já resolvida e que abarcasse todo o território nacional.

Muitas foram as declarações do Presidente Lula sobre ser “mercador” da nova era dos biocombustíveis. O Governo Federal tem feito alarde e muita campanha institucional de um País agroenergético, exemplo para o mundo. Somos uma unidade nacional agroenergética. Sim, pois quando se fala do assunto, os representantes do Governo Federal, e o próprio Presidente da República, se referem a uma unidade federativa produtora de agroenergia. Desaparecem as diferenças técnicas e produtivas existentes entre os estados federados e tudo passa a aparecer como homogêneo. Nada mais enganoso.

As tabelas que seguem mostram a produção por estado de cana de açúcar, soja, girassol, mamona e dendê. Tais culturas representam a totalidade das utilizadas para a produção agroenergética nacional. Deve-se ter em conta que aqui ainda não apresentamos os dados de produção de etanol e óleo vegetal. Por enquanto trata-se da produção agrícola das espécies vegetais, sem processamento.

Na Tabela 5 temos a produção por estados de cana de açúcar, única espécie vegetal produzida no Brasil com fins de obtenção de etanol.

Tabela 5

Produção por Estados de Cana de Açúcar em 2008

Estado	Cana de açúcar área colhida hectare	Cana de açúcar tonelada	Cana de açúcar rendimento médio Kg/ha (quilograma por hectare)	% Brasil Área Colhida	% Brasil tonelada
Brasil	7.080.920	549.707.314	77.632	100	100
SP	3.890.414	329.095.578	84.591	54,94	59,87
RJ	132.344	5.965.446	45.075	1,87	1,09
EP	68.816	4.436.412	64.467	0,97	0,81
MG	496.890	38.741.094	77.967	7,02	7,05

Total Sudeste	4.588.464	378.238.530	82,43	64,80	68,81
PR	538.931	45.887.548	85.145	7,61	8,35
RS	35.767	1.426.978	39.896	0,51	0,26
SC	17.740	734.562	41.407	0,25	0,13
Total Sul	592.438	48.049.088	81,104	8,37	8,74
MS	191.577	15.839.993	82.682	2,71	2,88
MT	219.217	15.000.313	68.426	3,10	2,73
GO	278.000	22.387.847	58.625	3,93	4,07
DF	568	30.335	53.406	0,01	0,01
Total C. Oeste	689.362	53.258.488	77,258	9,74	9,69
Total C. Sul	5.870.264	479.546.106	81,69	82,90	87,24
MA	42.311	2.440.358	57.676	0,60	0,44
PI	12.372	779.482	63.003	0,17	0,14
CE	40.098	2.251.239	56.143	0,57	0,41
RN	61.424	3.836.626	62.461	0,87	0,70
PB	120.004	6.222.223	51.850	1,69	1,13
PE	356.520	19.637.061	55.079	5,03	3,57
AL	410.821	24.993.144	60.837	5,80	4,55
SE	38.616	2.401.966	62.201	0,55	0,44
BA	107.042	6.279.183	58.660	1,51	1,14
Total Nordeste	1.189.208	68.841.282	57,888	16,79	12,52

Fonte: IBGE Estados

Tabela 5
Produção por Estados de Cana de Açúcar em 2008 (continua)

Estado	Cana de açúcar área colhida hectare	Cana de açúcar tonelada	Cana de açúcar rendimento médio Kg/ha (quilograma por hectare)	% Brasil Área Colhida	% Brasil tonelada
RO	847	55.302	65.291	0,01	0,01

AC	1.022	37.138	36.338	0,01	0,01
AM	5.955	343.302	57.649	0,08	0,06
RR	375	1.290	3.440	0,01	0,00
PA	9.455	677.844	71.691	0,13	0,12
AP	80	2.430	30.375	0,00	0,00
TO	3.714	202.620	54.555	0,05	0,04
Total Norte	21.448	1.319.926	61,541	0,30	0,24
Total Norte-Nordeste	1.210.656	70.161.208	57,953	17,10	12,76

Fonte: IBGE Estados

O Brasil produziu em 2007 uma área total de 7.080.920 hectares, perfazendo uma produção total de 549,7 milhões de toneladas de cana de açúcar. A Região Sudeste teve 64,8% da área colhida em todo território nacional (4.588.464 hectares) com uma produção de 378,2 milhões de toneladas, o que equivale a 68,81% da produção brasileira, com uma produtividade média de 77,6 toneladas por hectare. Somente o estado de São Paulo foi responsável por 54,94% da área plantada (3.890.414 hectares) e 59,87% do total produzido (329 milhões de toneladas), com uma produtividade média de 84,6 toneladas por hectare. Na verdade a produção paulista corresponde a 84,78% da produção sudestina. O segundo maior produtor dessa Região é Minas Gerais com 496,8 mil hectares colhidos (7,02% da área colhida nacional e 10,82% do Sudeste) e 38,7 mil toneladas colhidas (7,05% da produção nacional e 10,24% da produção regional), com uma produtividade média de aproximadamente 78 toneladas por hectare. O significado desses números é incisivo. Apenas dois estados da Federação participam com 61,96% da área colhida e 66,92% de toda a produção nacional.

Outro dado de extrema importância diz respeito à produtividade por hectare do estado de São Paulo. Nada menos que 84,5 toneladas por hectare. Comparativamente, os dois maiores produtores do Nordeste, respectivamente Alagoas (5,80% da área colhida e 4,55% da produção nacional) e Pernambuco (5,03% da área colhida e 3,57% da produção brasileira) possuem produtividades de 60,8 toneladas por hectare e 55 toneladas por hectare respectivamente. Isso quer dizer que os dois principais produtores nordestinos não apenas produzem menos mas sua produtividade

média por hectare é também bem menor das verificadas tanto em São Paulo como em Minas, os dois maiores produtores sudestinos.

Na Região Sul, o grande produtor é o Estado do Paraná com uma área colhida de 538,9 mil hectares (7,61% da área colhida nacional), uma produção de 45,8 mil toneladas (8,35% da produção brasileira) e a maior produtividade média por hectare do país, 85,1 toneladas por hectare. Na verdade a produção paranaense corresponde a 95,5% da produção regional.

Com relação ao Centro-Oeste, o maior produtor é Goiás com 3,93% da área nacional colhida (278 mil hectares), 4,07% da produção brasileira (23,3 mil toneladas) e produtividade 58,6 toneladas por hectare (considerada baixa em termos nacionais). Como Goiás tem se configurado em área de expansão da fronteira agrícola para produção de cana de açúcar, talvez a baixa produtividade represente a adaptação dos produtores a nova cultura. No total, a Região Centro Oeste responde por 9,74% da área colhida (689,3 mil hectares), 9,69% da produção nacional (53,2 mil toneladas) e produtividade média de 77,2 toneladas por hectare.

A mega região denominada de Centro-Sul (Sul, Sudeste e Centro Oeste) responde por 82,9% da área colhida de cana de açúcar no Brasil (5.870.264 de hectares), 87,24% da produção nacional (479.546.106 toneladas) e produtividade média de 81,69 toneladas por hectare. O Nordeste é responsável por 16,79% da área colhida (1.189.208 hectares), 12,52% da produção (68.841.282 toneladas) e uma produtividade média de 57,8 toneladas por hectare. Já a produção de cana de açúcar na Região Norte é ínfima, respondendo apenas por 0,30% da área plantada e 0,24% da produção.

Os números apresentados sobre a produção nacional de cana de açúcar evidenciam uma realidade absolutamente preocupante em termos regionais. A produção da matéria prima principal para a produção de etanol no Brasil está concentrada numa mega Região, altamente capitalizada, com grandes grupos nacionais e internacionais, atuando na agricultura a montante e a jusante dela. Sendo a cana de açúcar a mais produtiva planta sendo produzida no mundo para a obtenção de etanol e estando esse mercado de etanol já formatado em todo território nacional e rapidamente se formatando nos Estados Unidos, Europa e Japão temos, então, que o principal produto agroenergético em comercialização está ultra-concentrado na ponta da agroindustrialização brasileira, numa mega Região com vasto território de fronteira agrícola a ser utilizado, excelentes terras, maior regularidade climática e recursos hídricos abundantes para irrigação. Mas a concentração é ainda maior.

Se o etanol é um produto já com mercado amplamente formado (e ampliando-se internacionalmente) a outra matéria-prima para os biocarburantes é o óleo vegetal para produção de biodiesel.

A principal planta produzida no Brasil para extração de óleo vegetal é a soja.

Tabela 6

Produção por Estados de Soja em 2008

Estado	Soja área colhida Hectare	Soja tonelada	Soja rendimento médio Kg/ha (quilograma por hectare)	% Brasil Área Colhida	% Brasil Tonelada
SP	475.973	1.243.833	2.613	2,31	2,15
RJ	-	-	-	-	-
EP	-	-	-	-	-
MG	884.982	2.417.996	2.732	4,30	4,18
Total Sudeste	1.360.955	3.661.829	2,69	6,62	6,33
PR	4.007.323	11.876.790	2.963	19,49	20,53
RS	3.890.183	9.929.005	2.552	18,92	17,16
SC	385.496	1.111.456	2.883	1,87	1,92
Total Sul	8.283.002	22.917.251	2,767	40,28	39,61
MS	1.718.031	4.846.031	2.820	8,35	8,38
MT	5.075.079	15.275.087	3.009	24,68	26,40
GO	2.168.441	5.937.727	2.738	10,54	10,26
DF	52.606	142.720	2.712	0,26	0,25
Total Centro Oeste	9.014.157	26.201.565	2,907	43,83	45,29
Total Centro Sul	18.658.114	52.780.645	2,83	90,73	91,23
MA	384.474	1.125.094	2.926	1,87	1,94

PI	217.006	484.940	2.234	1,06	0,84
CE	350	1.086	3.102	-	-
RN	-	-	-	-	-
PB	-	-	-	-	-
PE	-	-	-	-	-
AL	50	120	2	-	-
SE	-	-	-	-	-
BA	851.000	2.298.000	2,700	4,14	3,97
Total Nordeste	1.452.880	3.909.240	2,691	7,06	6,76

Fonte: IBGE Estados

Tabela 6
Produção por Estados de Soja em 2008 (continua)

Estado	Soja área colhida Hectare	Soja tonelada	Soja rendimento médio Kg/ha (quilograma por hectare)	% Brasil Área Colhida	% Brasil Tonelada
RO	88.890	259.069	2.914	0,43	0,45
AC	100	300	3.000	0,00	0,00
AM	646	1.931	2.989	0,00	0,00
RR	7.000	20.300	2.900	0,03	0,04
PA	53.553	154.015	2.875	0,26	0,27
AP	-	-	-	-	-
TO	304.096	731.672	2.406	1,48	1,26
Total Norte	454.285	1.167.287	2,570	2,21	2,02
Total Norte-Nordeste	1.907.165	5.076.527	2,662	9,27	8,77

Fonte: IBGE Estados

Sem delongas, 90,73% da área plantada (18.658.114 hectares) e 91,23% da produção (52.780.645 toneladas) se encontram no Centro-Sul. Na verdade, a produção de soja não se deu como procedimento para produção de óleo vegetal, até porque a leguminosa não é uma oleaginosa nata e sim fonte de proteína de alto nível utilizada para alimentação humana e animal (base inclusive da cadeia de produção de proteína) que se extrai óleo. Com o recomeço da produção de biocarburantes e a adição gradual de óleo vegetal no diesel a soja passou a adquirir um segundo significado, qual seja, o de produtora de óleo. Assim, a grande concentração de produção de óleo para fins de adicionar como mistura no diesel passou a ser os locais onde já se plantava soja em grande quantidade.

A produção de óleos vegetais no Brasil está fortemente concentrada no agronegócio da soja e, apesar do imenso potencial para a produção de outras oleaginosas/oleíferas. Graças ao clima e a disponibilidade de terras, a participação do Brasil no mercado mundial é pequena.

O único óleo produzido em larga escala é o óleo de soja, entretanto a produção deste é praticamente toda absorvida pelo mercado interno. O Brasil se caracteriza pelo monopólio do óleo de soja.

Apesar de todo o barulho que se faz sobre biodiesel, nada foi discutido ainda para melhorar o desempenho deste setor, de forma a reduzir a dependência ao óleo de soja em gerar excedentes que possam ser utilizados como biomassa energética. Entende-se que não há a menor possibilidade de avanço do programa de biodiesel enquanto essa questão não for resolvida (PORQUE TEM QUE SER DENDÊ. **Embrapa Amazônia Ocidental**, Manaus, 2006. Disponível em:<http://www.cpatu.embrapa.br/publicacoes_online/livros/biodiesel-por-que-tem-que-ser-dende> Acesso em 02 jan. 2008).

Apesar dos graves pesares, a produção de óleo vegetal com fins exclusivos de utilização como biocarburante vem sendo objeto de expansão. Na Tabela 7 temos a produção de girassol que veio a se expandir no rastro do cometa da agroenergia no Brasil.

Também aqui a produção é feita quase que exclusivamente no Centro Sul. Lá concentram-se 95,26% da área colhida (78.138 hectares) e 96,14% da produção (91.637 toneladas) e uma produtividade média de 1.173 quilos por hectare. A área plantada é ínfima (assim como a produção) se comparada a soja, mas os números mostram que uma cultura com maior aptidão para produzir óleo está sendo realizada, novamente em sua esmagadora maioria de forma concentrada no Centro Sul, notadamente no Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás.

Tabela 7
Produção Nacional de Girassol-2008

Estado	Girassol área colhida Hectare	Girassol tonelada	Girassol Rendimento médio Kg/ha (quilograma por hectare)	% Brasil Área Colhida	% Brasil Tonelada
SP	-	-	-	-	-
RJ	-	-	-	-	-
EP	-	-	-	-	-
MG	-	-	-	-	-
Total Sudeste	-	-	-	-	-
PR	1.531	1.904	1.243	1,87	2,00
RS	30.989	21.448	1.444	37,78	22,50
SC	-	-	-	-	-
Total Sul	32.520	23.352	0,718	39,64	24,50
MS	7.739	9.089	1.174	9,43	9,54
MT	20.365	32.202	1.581	24,83	33,78
GO	17.514	26.994	1.541	21,35	28,32
DF	-	-	-	-	-
Total Centro Oeste	45.618	68.285	1,497	55,61	71,64
Total Centro Sul	78.138	91.637	1,173	95,26	96,14

Tabela 7
Produção Nacional de Girassol-2008 (continua)

Estado	Girassol área colhida Hectare	Girassol tonelada	Girassol Rendimento médio Kg/ha (quilograma por hectare)	% Brasil Área Colhida	% Brasil Tonelada
MA	-	-	-	-	-
PI	-	-	-	-	-
CE	-	-	-	-	-
RN	-	-	-	-	-
PB	-	-	-	-	-
PE	-	-	-	-	-
AL	-	-	-	-	-
SE	-	-	-	-	-
BA	3.891	3.679	945	4,74	3,86
Total Nordeste	3.891	3.679	945	4,74	3,86
RO	-	-	-	-	-
AC	-	-	-	-	-
AM	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-
PA	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-
TO	-	-	-	-	-
Total Norte	-	-	-	-	-
Total Norte-Nordeste	3.891	3.679	945	4,74	3,86

A Tabela 8 mostra a produção nacional de mamona.

Tabela 8

Produção Nacional de Mamona em 2008

Estado	Mamona Baga área colhida - hectare	Mamona- Baga tonelada	Mamona Baga rendimento médio Kg/ha (quilograma por hectare)	% Brasil Área Colhida	% Brasil Tonelada
SP	1.848	17.229	9.323	1,13	15,23
RJ	-	-	-	-	-
ES	-	-	-	-	-
MG	2.397	3.644	1.520	1,47	3,22
Total Sudeste	4.245	20.873	4,917	2,60	18,45

Fonte: IBGE Estados

Tabela 8

Produção Nacional de Mamona em 2008 (continua)

Estado	Mamona Baga área colhida - hectare	Mamona- Baga tonelada	Mamona Baga rendimento médio Kg/ha (quilograma por hectare)	% Brasil Área Colhida	% Brasil Tonelada
PR	289	445	1.539	0,18	0,39
RS	3.730	5.072	1.359	2,28	4,48
SC	-	-	-	-	-
Total Sul	4.019	5.517	1,373	2,46	4,88

MS	640	494	771	0,39	0,44	
MT	1.345	895	665	0,82	0,79	
GO	659	859	1.303	0,40	0,76	
DF	-	-	-	-	-	
Total Centro Oeste	2.644	2.248	850	1,62	1,99	
Total Centro Sul	10.908	28.638	2625	6,67	25,31	
MA	114	68	596	0,07	0,06	
PI	12.931	2.452	189	7,91	2,17	
CE	9.616	1.415	147	5,88	1,25	
RN	122	92	754	0,07	0,08	
PB	1.959	1.707	871	1,20	1,51	
PE	5.551	2.301	414	3,39	2,03	
AL	233	125	536	0,14	0,11	
SE	-	-	-	-	-	
BA	121.295	75.660	623	74,17	66,87	
Total Nordeste	151.821	83.820	552	92,84	74,08	
RO	-	-	-	-	-	
AC	-	-	-	-	-	
AM	-	-	-	-	-	
RR	-	-	-	-	-	
PA	-	-	-	-	-	
AP	-	-	-	-	-	
TO		805	684	849	0,49	0,60
Total Norte		805	684	849	0,49	0,60
Total Norte-Nordeste		152.626	84.504	554	93,33	74,69

Fonte: IBGE Estados

Vendida midiaticamente como sendo a própria planta produtora de óleo para biocombustível se transformou num imenso engodo nacional. Toda a sorte de absurdos vem sendo cometido em seu nome. O primeiro deles é de que é uma planta de fácil manejo necessitando de poucos tratamentos culturais, alta resistência a pragas, baixa necessidade de chuvas e, portanto, a oleaginosa exemplar para utilização em larga escala no Nordeste. No presente item não nos cabe analisar as características da planta, mas de sua produção e produtividade em termos regionais. De fato, observa-se que a grande região produtora de mamona é o Nordeste, com 92,94% da área colhida (151.821 hectares), 74,08% da produção (83.820 toneladas) e com uma produtividade por hectare de apenas 554 quilos por hectare. Baixa produção com baixa produtividade. Comparando-se com a produção de Girassol, por exemplo, os 151 mil hectares de mamona produziram no Nordeste aproximadamente 8 toneladas a menos que os 78 mil hectares de girassol colhidos no Centro Sul.

Por fim, a Tabela 9 mostra o dendê, a mais produtiva de todas as oleaginosas.

Tabela 9

Produção Nacional de Dendê em 2008

<i>Estado</i>	Dendê Área Colhida Hectare	Dendê Tonelada	Dendê-Baga Rendimento Médio Kg/ha(quilograma por hectare)	% Brasil Área Colhida Hectare	% Brasil Tonelada
SP	-	-	-	-	-
RJ	-	-	-	-	-
ES	-	-	-	-	-
MG	-	-	-	-	-
Total Sudeste	-	-	-	-	-
PR	-	-	-	-	-
RS	-	-	-	-	-
SC	-	-	-	-	-
Total Sul	-	-	-	-	-
MS	-	-	-	-	-
MT	-	-	-	-	-
GO	-	-	-	-	-
DF	-	-	-	-	-

Total Centro Oeste	-	-	-	-	-
Total Centro Sul	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE Estados

Tabela 9
Produção Nacional de Dendê em 2008 (continua)

<i>Estado</i>	Dendê Área Colhida Hectare	Dendê Tonelada	Dendê-Baga Rendimento Médio Kg/ha(quilograma por hectare)	% Brasil Área Colhida Hectare	% Brasil Tonelada
MA	-	-	-	-	-
PI	-	-	-	-	-
CE	-	-	-	-	-
RN	-	-	-	-	-
PB	-	-	-	-	-
PE	-	-	-	-	-
AL	-	-	-	-	-
SE	-	-	-	-	-
BA	52.922	203.773	3.850	51,89	18,98
Total Nordeste	52.922	203.773	3850	51,89	18,98
RO	-	-	-	-	-
AC	-	-	-	-	-
AM	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-
PA	49.059	869.771	17.729	48,11	81,02
AP	-	-	-	-	-
TO	-	-	-	-	-
Total Norte	49.059	869.771	17.729	48,11	81,02
Total Norte-Nordeste	101.981	1.073.544	10527	100,00	100,00

Fonte: IBGE Estados

Atualmente sua produção se restringe quase que exclusivamente ao Norte no Pará e no Nordeste ao estado da Bahia, seu celeiro ancestral. A produção baiana ocorreu numa área colhida de 52.922 hectares (51,89% da área nacionalmente colhida), perfazendo uma produção de 203.773 toneladas (18,98% da produção brasileira) e produtividade de 3.850 quilos por hectare. Já o dendê paraense traz diferenças significativas. Muito embora a área colhida no Pará tenha sido quase a

mesma da Bahia (49.059 hectares, o que equivale a 48,11% da área nacional) sua produção foi de 869.771 toneladas (mais de 4 vezes a produção baiana) devido a uma produtividade média por hectare de 17.729 quilos, o que é aproximadamente 4,6 vezes superior a produtividade baiana. Essa diferença vertiginosa de produção e produtividade tem uma causa. Enquanto que na Bahia o dendê tem sido historicamente plantado como uma cultura de subsistência para produção de óleo com objetivos culinários, no Pará se encontram as primeiras grandes produções verdadeiramente agroindustriais para produção de óleo. Muito embora aí esteja a diferença principal, dada a exigência de água do dendê sem a menor dúvida é a Região Norte naturalmente mais propícia para essa cultura. Aliás, não é por acaso que o grande centro de pesquisa e desenvolvimento do dendê se encontra na Embrapa Amazônia Oriental em Manaus.

Para que possamos ter uma melhor visualização da produtividade média das oleaginosas/oleíferas, finalizamos apresentando a Tabela 10. As interrogações existentes quanto à produtividade do pinhão manso deve-se a inexistência de dados conclusivos sobre o assunto.

Tabela 10

Produtividade de oleaginosas/oleíferas, em óleo por hectare

Cultura	Nome Comercial	Produtividade (kg/ha/ano)
Palma (polpa)	Óleo de palma (dendê)	3.500 a 5.000
Palma (amêndoa).	Óleo de palmiste	200 a 350
Soja	Óleo de soja	400 a 600
Mamona	Óleo de mamona	600 a 750
Girassol	Óleo de girassol	600 a 1000
Pinhão manso	Óleo de pinhão manso	(????)

Fonte: EMBRAPA Amazônia Oriental. Nota - As interrogações devem-se a falta de conclusões científicas sobre a produção de pinhão manso

2.6 Uma política de Estado para uma questão de Estado

“*Energia é poder*”, assim sempre afirmou o professor José Walter Bautista Vidal, secretário de Tecnologia Industrial do Governo Geisel e o principal mentor e executor do Pró-Álcool:

A energia produzida no núcleo do Sol se espalha em todas as direções no espaço e alcança, por dia, a superfície da Terra situada a 150 milhões de quilômetros do Sol numa proporção equivalente à energia produzida por todas as reservas de petróleo descobertas em todos os tempos. É esta energia produzida pelo Sol que se transforma em todas as formas energéticas usadas pelo homem e pela natureza, com as três exceções citadas.

O petróleo resulta do acúmulo no fundo de mares e lagos de hidratos de carbono formados nas plantas pela fotossíntese, a partir da radiação solar. Então, são submetidos à ação da fossilização em períodos geológicos de centenas de milhões de anos, quando perdem o oxigênio de suas moléculas e se transformam em hidrocarbonetos. Nesse longo processo de transformação, ele se contamina com componentes químicos do solo, como enxofre, fósforo, entre outros. Assim, cada depósito de petróleo tem ingredientes específicos do meio em que se formou. Ademais, o petróleo assim formado migra e termina localizado em rochas porosas, arenitos, de onde são depois retirados pela pressão do gás de petróleo para ser utilizado pelo homem. Suas reservas são portanto limitadas. Com sua extração, elas vão se reduzindo e tendem à exaustão. Ou seja, são não renováveis, ao contrário das energias que têm origem no sol e que não são submetidas à fossilização. As energias diretamente obtidas pela fotossíntese porém podem se renovar de modo permanente, enquanto houver sol. Elas garantem a sustentabilidade.

As civilizações que dependem do petróleo exclusivo são não sustentáveis e tornam-se vulneráveis com o seu fim, levando a conflitos e tensões de toda ordem e os países que detêm forte poder militar e não dispõem de reservas de petróleo abundante, são levados a invadir outros países com ricas reservas, como é o caso dos EUA no Iraque, para garantir a continuidade de seus abastecimentos fósseis. (VIDAL, J.W. Bautista. A civilização da Fotossíntese II – Contribuição Brasileira para a Paz Mundial. Brasília, 1995. 16 p. Documento escrito não publicado).

O Brasil vive um momento absolutamente rico, em que todos os fatores econômicos e ambientais o coloca na posição de novo fornecedor da base de toda cadeia produtiva mundial, que é a energia líquida transportável e limpa. Só que agora uma energia proveniente de uma fonte inesgotável, que incide sobre nós com grande intensidade: o sol. Como se não bastasse a demanda mundial por uma fonte de energia que se esgota rapidamente (o petróleo) há a possibilidade real de que problemas de ordem ambiental decorrentes grandemente da emissão de gases tóxicos pela queima do próprio petróleo e seus derivados colocam na pauta do dia em todo o planeta a necessidade da produção de biocombustíveis:

EEUU y Europa, por ejemplo, responden por dos tercios de los gases causadores del cambio climático, mientras que los 840 millones de africanos, no llegan al 3%. Sin embargo, las sequías y las inundaciones resultantes del aumento de la temperatura castigarán mucho más a los africanos - y a los suramericanos - que a los occidentales, responsables históricos del calentamiento global (desde que la Revolución Industrial desencadenó el proceso, hace dos siglos y medio, con la exploración y quema del carbón mineral).

En ese escenario, complejo, existen felizmente opiniones y actitudes diferentes, como la de Kofi Annan, que como Secretario General de la ONU, advirtió: 'la acción en el área del cambio climático es particularmente urgente, dadas sus profundas implicaciones en prácticamente todos los ángulos del bienestar humano, desde el empleo a la salud, al crecimiento económico y a la seguridad. Si continuamos tratando los cambios climáticos con una preocupación apenas ambiental - y en lugar de eso reconocemos la naturaleza amplia de esa amenaza - nuestra acción será insuficiente'.

Como respuesta concreta a este desafío, Jefes de Estado y de gobierno de la Unión Europea concordaron en reducir en 20% las emisiones de gases causadores del efecto invernadero hasta 2020, en relación a los valores de 1990. La Cúpula de la Primavera de la UE, realizada el 8 y 9 de marzo en Bruselas, estipuló también para 2020 el objetivo de utilizar 20% de la energía primaria total en la forma de fuentes renovables, entre las cuales y principalmente los biocombustibles, una vez que el desafío energético mayor está en torno de los combustibles líquidos (substitutos del gasóleo y de la gasolina, principalmente). Específicamente, los líderes europeos determinaron la meta común de utilizar 10% de etanol y de biodiésel en el sector de los transportes, hasta 2020. 'Son metas ambiciosas,

pero podemos alcanzarlas... Esta fue la cúpula más significativa de la cual yo ya participé en términos de las conclusiones a que llegamos. Europa mostró al mundo que es posible tomar decisiones importantes', asegura el presidente de la Comisión Europea (CE), José Manuel Durão Barroso.(ITURRA, Antônio René.**Producción, Uso y Comercialización de Biocarburantes: Una Oportunidad Singular para el Desarrollo Sostenible en América Latina**. Madrid, Espanha: Casa da América, 2007. Disponível em <<http://www.casamerica.es/>>. Acesso em 22, mai. 2007).

Como afirmamos ao longo do presente texto, a produção de biocombustíveis é complexa e repleta de nuances capazes de dar sentidos completamente diferentes a cada posicionamento tomado ou não. Diante desse imenso desafio, cabe a ação imediata do Estado Nacional como organizador e dinamizador desse imenso projeto.

Da mesma maneira que no passado a necessidade de sermos auto-suficientes na produção de petróleo, fez com que brasileiros corajosos fossem de encontro a relatórios internacionais forjados sobre a inexistência do “ouro negro” em nosso território e fizeram a campanha do “petróleo é nosso” determinante da criação da Petrobras (marco histórico do processo de industrialização nacional), é chegada a hora de termos a coragem de assumir os biocombustíveis a partir da vontade de potência única para o seu desenvolvimento, não sucumbindo a pressões sejam elas quais forem, pois há muito em jogo. Esta é a grande oportunidade histórica da saída do subdesenvolvimento, pois torna potencialmente viável todo o nosso vasto território como fornecedora de combustível renovável para um planeta em guerra por petróleo, poluído por ele e ávido por mais consumo de energia. Precisamos tornar a produção de biocombustíveis no Brasil também uma questão de segurança nacional.

2.7 Petrobras: inclusão dos micro e pequenos produtores rurais?

A produção agroenergética em áreas de assentamentos rurais, ou de produtores já assentados, é imenso desafio no contexto da distribuição das possibilidades de inclusão produtiva, portanto sócio-econômicas, de parcelas significativas de nossa população rural, sobretudo no Nordeste.

No momento setores da sociedade manifestam-se com receio do novo mundo bioenergético que se aproxima. Basicamente o medo reside na exclusão dos micro e pequenos produtores rurais, ou seja, de que esse mundo seja novamente reservado aos médios e grandes capitais:

As movimentações de países ricos e de grandes multinacionais em torno do tema levam analistas e movimentos sociais camponeses a enxergarem com relutância a entrada de países em desenvolvimento na produção de biocombustíveis. Os impactos ambientais gerados com o aumento das monoculturas, a exploração sobre camponeses e trabalhadores rurais e a ameaça à produção de alimentos estão no rol de preocupações. No Brasil, a aposta do agronegócio é na cana-de-açúcar e na soja – transgênicas, é claro.[...]Para o agrônomo Alexandre Borscheid, a disputa pelo mercado e pelo modelo de produção dos biocombustíveis já começou e, do jeito que está, o campo está limpo para o avanço das transnacionais do agronegócio. ‘Se não houver uma intervenção do Estado para priorizar as políticas para a agricultura camponesa, a tendência é as transnacionais ocuparem esse mercado, que é extremamente promissor economicamente. Elas vão avançar para cima das áreas agrícolas e isso coloca a agricultura familiar em risco. Os agricultores têm que ter produção com autonomia, com projetos próprios, em que se possa garantir a produção de energia líquida preservando os sistemas de produção de alimento’, avalia (CASSOL, Daniel. **Bioenergia, para quem?** São Paulo: [s.n], 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/revista.php?ed=38>> Acesso em: 04, mai. 2007).

As observações feitas mostram o estado de preocupação dos movimentos sociais organizados. Essa preocupação foi exemplarmente expressa pela seccional da FAO para a América Latina e o Caribe em documento recentemente elaborado. O

referido documento trata do desenvolvimento da matriz bioenergética levando em consideração seus impactos quanto à produção de alimentos, a sustentabilidade ambiental e a distribuição de riqueza no meio rural. Sua conclusão é enfática:

A percepção geral é que a terra arável está totalmente ocupada ou que existe pouca margem para ampliar-se a novos cultivos. As cifras para América Latina e o Caribe mostram ao contrário, ou seja que existe ainda grande potencial para seu aumento. Parte desta terra arável disponível poderia ser utilizada para cultivos energéticos que, se estiverem acompanhados de um pacote de políticas e programas bem desenhados, poderiam ir em benefício de milhões de pequenos produtores rurais que atualmente se encontram em condições de pobreza, sem comprometer seus bosques nem a segurança alimentar da região.[...] Ademais considera-se indispensável a implementação de um conjunto de políticas que possam reduzir os riscos na adoção de cultivos bioenergéticos sobre a segurança alimentar:(i)políticas de desenvolvimento e ordenamento territorial começando por uma zona agro ecológica indicativa das terras disponíveis para os cultivos bioenergéticos, assim como o ordenamento dos incentivos e penalidades para o uso de bosques, água, etc.; (ii) políticas tecnológicas que explorem todas as possibilidades de matérias primas da região e que sejam acessíveis aos pequenos agricultores e orientadas à tecnológías de pequena escala, tanto para o segmento agrícola como para o industrial e de consumo final; (iii) políticas de regulamentação dos mercados de produtos e serviços que definam claramente o marco regulatório do uso de biocombustíveis, das normas de comércio, dos seus incentivos e impostos, etc.; (iv) políticas de melhoramento das relações contratuais entre os diversos atores da cadeia produtiva desde a produção primária até o consumidor final, incluindo a inserção da agricultura familiar e a garantia dos direitos trabalhistas; (v) políticas que levem em conta também a estrutura de consumo dos combustíveis de maneira que não se incentive o desperdício em função de um modelo de consumo crescente de energia

(OPORTUNIDADES e Riscos do Uso da Bioenergia para a Segurança Alimentar para a América Latina e o Caribe. Santiago[Chile:CEPAL/FAO, 2007. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/publicacoes.asp>> Acesso em: 27 jun. 2007).

Há terra disponível e em grande quantidade para a produção bioenergética. Contudo, a segurança alimentar e a distribuição de renda irá depender de uma série

de políticas que privilegiem um modelo bioenergético baseado em cultivos variados efetivamente integradores dos micro e pequenos produtores rurais como agentes rentáveis do negócio bioenergético, o que leva necessariamente a uma postura ativa do Estado Nacional montando as bases institucionais e os marcos regulatórios para tal.

No Brasil a realidade não tem se apresentado dessa forma, não existindo, até o presente, indícios de consistência quanto à elaboração de uma política bioenergética que atenda a complexidade produtiva e sócio-econômica posta em tela. Aqui, basicamente, o Estado Nacional aponta suas duas principais ações na atuação da Petrobras junto aos assentamentos rurais no fomento à produção agroenergética sob o foco do programa Petrobras Fome Zero e no lançamento pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Pronaf destinado ao Plano Safra 2007/2008 contemplando recursos para a produção de energias renováveis.

No que concerne ao Pronaf, observa-se claramente que o MDA deu caráter institucional a produção agroenergética criando linha de crédito específico que, inclusive, ultrapassa a esfera meramente agrícola adentrando-se no financiamento de mini-usinas para produção de etanol. Concretamente se estabelece o intento da inclusão dos micro e pequenos produtores rurais através do crédito. Infelizmente tais intenções, corretas e louváveis, estão longe de poderem ser consideradas suficientes.

Para processos significativos de integração dos micro e pequeno produtores rurais, assentados ou não, faz-se necessário uma política de produção baseada na inclusão dos produtores pelo grande capital na forma de integradora da produção. Essa política de integração necessariamente deverá partir da premissa de que a maioria desses produtores (sobretudo aqueles localizados em áreas de assentamento rural) possuem pouca ou nenhuma experiência como agricultores aptos às exigências dos atuais níveis de produtividade social média no setor. Nesse contexto, até o momento, o Governo Federal tem atuado de forma tímida. Precisamente restringiu-se, no âmbito do MDA, à criação de um selo de responsabilidade social, denominado Selo Combustível Social:

O Selo Combustível Social é um componente de identificação concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário aos produtores de biodiesel que promovam a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio de geração de emprego e renda para os agricultores familiares enquadrados nos critérios do Pronaf. Por meio do selo de combustível social, o produtor de biodiesel terá acesso a

alíquotas de PIS/Pasep e Cofins com coeficientes de redução diferenciados, acesso às melhores condições de financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e suas Instituições Financeiras Credenciadas, ao Banco da Amazônia S/A – BASA, ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, ao Banco do Brasil S/A ou outras instituições financeiras que possuam condições especiais de financiamento para projetos com Selo Combustível social. O produtor de biodiesel também poderá usar o selo para fins de promoção comercial de sua empresa. O selo somente será concedido para os produtores de biodiesel que: - Comprem matéria-prima da agricultura familiar em percentual mínimo de: - 50% região Nordeste e Semi-árido; - 10% região Norte e Centro Oeste e, - 30% região Sudeste e Sul.” (SELO Combustível Social. Brasília: MDA, 2007. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=362>> Acesso em: 30, jul. 2007).

Tem-se acima o reconhecimento pelo MDA de que a produção agroenergética no âmbito dos micro e pequenos produtores rurais necessita de um entrelaçamento produtivo com capitais de porte significativo, ligados ao processo industrial de produção de etanol e óleo vegetal/biodiesel.

Dados do MDA mostram que de 1995 a 2006 foram assentadas 905.380 famílias. Juntamente com essas famílias assentadas, os números apresentados pelo IBGE no seu último censo agropecuário (1995) mostram que existiam no Brasil por ocasião da realização do censo 2.402.374 estabelecimentos rurais com até 10 hectares (65% dessas propriedades localizadas no Nordeste) e 1.916.487 estabelecimentos rurais com tamanho variando de 10 até 100 hectares (32% no NE). Portanto o universo da micro e pequena propriedade rural no Brasil é muito elevado. Como a produção bioenergética está ligada umbilicalmente a toda uma estrutura agroindustrial a montante e a jusante da propriedade, sua efetividade necessita não apenas de crédito, mas de pacotes tecnológicos bem definidos, qualificação para cada tipo de atividade agrícola, estabelecimento de contratos com preços de compra definidos, transporte e processamento industrial.

O Brasil, com uma grande quantidade de micro, pequenas e médias propriedades rurais inseridas nas mais diversas realidades de clima e solo, e ademais, tendo por produtores rurais indivíduos carentes de experiência agrícola com patamares de produtividade social média condizentes com a contemporaneidade, não pode esperar que uma política bioenergética possa se desenvolver por estímulos

como o supracitado Selo Combustível Social aos grandes capitais que se deslocam para a área bioenergética⁹.

Por sua vez, a grande empresa de economia mista com controle acionário do Estado brasileiro a se colocar como potencial agente integrador do universo de produtores acima citado é a Petrobras. Sobre os investimentos nesse segmento a empresa afirma:

Para assumir a liderança nacional em biodiesel, fortalecendo-se como empresa integrada de energia, a Petrobras lançou-se à atividade de produção em 2006, dando início à construção de três usinas. As unidades, que somam investimentos de R\$ 227 milhões, em Candeias (BA), Montes Claros (MG) e Quixadá (CE), terão capacidade para produzir cerca de 57 milhões de litros de biodiesel por ano e serão inauguradas até o fim de 2007. Os empreendimentos vão ao encontro do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. A partir de janeiro de 2008, será compulsória a adição do produto ao diesel de petróleo, na proporção de 2%. Para a aquisição de insumos – soja, algodão, mamona e dendê, além de gordura animal –, a Companhia firma parcerias com entidades de pequenos agricultores, valendo-se dos benefícios fiscais do Selo Combustível Social, concedido a indústrias de biodiesel que geram trabalho e renda na agricultura familiar. A meta da Petrobras é produzir 855 milhões de litros de biodiesel por ano até 2011. Para alcançar essa produção a Companhia analisa cerca de 15 outros projetos em várias regiões do País, em parceria com diferentes investidores, desde grandes grupos econômicos até cooperativas de trabalhadores rurais. (ENERGIAS Renováveis: Em Busca Da Liderança. Rio de Janeiro: Petrobras, 2007. Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/portugues/index.asp>> Acesso em: 30, jul. 2007).

⁹ Segundo o MDA, as empresas que conseguiram o até o presente momento o Selo Combustível Social foram: Granol - Anápolis/GO, Granol - Campinas/SP, Soyminas - Cássia MG, Biocapital - Charqueada/SP, Fertibom - Catanduva/SP, Cia Refinadora da Amazônia Brasil Biodiesel - Crateus/CE, Brasil Biodiesel - Floriano/PI, Brasil Biodiesel - Iraquara/BA IBR Inoquímica do Brasil Ltda, Barra Álcool - Barra do Bugre/MT, Ponte di Ferro - Taubaté/SP e Oleoplan - Veranópolis/RS.

Uma meta de 855 milhões de litros de biodiesel para serem produzidos até 2011, investimentos em 4 pequenas usinas da ordem de R\$ 277 milhões com uma alegada capacidade de beneficiar 57 milhões de litros de óleo vegetal por ano são claramente insuficientes como um processo de indução mais equilibrada da produção rural para o público em questão. Aceitando tal conta a Petrobras até 2011 estará beneficiando 228 milhões de litros, restando 627 milhões a serem adquiridos dos grandes produtores, sobretudo de soja. Se analisarmos os dados de investimento em infra-estrutura do PAC para a área bioenergética (investimentos esses declaradamente da Petrobras) observamos que a infra-estrutura para a produção de biodiesel terá um gasto total de 1 bilhão e 196 milhões de reais. Descontados os gastos previstos para usinas destinadas a integrar os micro e pequenos produtores, restam 919 milhões de reais. Ademais, duas usinas em 2 estados nordestinos, numa região que produz apenas 13,77% do PIB agropecuário numa área que corresponde a 18,25% do território nacional não parece ser um investimento relevante.

O contrário ocorre com as inversões previstas para o etanol:

Para estimular a consolidação do mercado internacional de etanol, a Petrobras ingressou na diretoria da recém-criada International Ethanol Trading Association (Ietha) e criou a joint-venture Brazil-Japan Ethanol (BJE), sediada em Tóquio, voltada ao desenvolvimento do mercado japonês do produto. A Companhia também firmou entendimentos com o Central Energy Fund (CEF), da África do Sul, e com a Mitsui, do Japão, para a exportação de etanol.” (ENERGIAS Renováveis: Em Busca Da Liderança. Rio de Janeiro: Petrobras, 2007. Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/portugues/index.asp>> Acesso em: 30, jul. 2007).

Pesos e medidas absolutamente diferentes. A Petrobras, em documento oficial, anuncia participação na diretoria de uma *trade* para atuação na distribuição mundial de etanol além de uma *joint-venture* sino-brasileira sediada em Tóquio já para a formatação do mercado bilionário japonês totalmente dependente das importações mundiais de petróleo, sendo o terceiro maior importador mundial de óleo cru, ficando apenas atrás dos EUA e da China. Segundo o boletim estatístico do ano de 2006 da

Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) o Japão importou 1 bilhão e 617 milhões de barris, a um custo total atualizado (com a cotação de US\$ 72,24 em 30 de julho de 2007) de 116,8 bilhões de dólares.

Já dentro desse universo empresarial a *joint venture* com a Mitsui está em andamento desde maio de 2007. Trata-se de um alcoolduto de 1150 quilômetros ligando a cidade de Senador Canedo (GO) a Paulínia, interligando-se com o porto de São Sebastião-SP de onde será exportado o produto:

A obra vai consumir parte dos R\$ 4,1 bilhões previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o setor de escoamento de álcool e deve garantir, por meio da interligação com o Porto de São Sebastião (SP), a exportação de 3,5 bilhões de litros de álcool por ano, a partir de 2011, de acordo com estimativas da Petrobrás [...] O fornecimento do álcool exportado que passará pelo duto será da parceria entre Petrobrás, a trading japonesa Mitsui e o setor privado. A parceria prevê a construção de 40 destilarias de álcool, a maioria no entorno entre a ponta e o meio do alcoolduto, em Goiás, Tocantins, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A parceria prevê que a Mitsui financie a construção das destilarias, os usineiros entrem com a terra e com a cana-de-açúcar e a Petrobrás com a logística para o escoamento, ou seja, o alcoolduto. O prestígio da estatal brasileira serviria, assim, para avaliar o negócio e ainda para garantir a produção, a logística de exportação e, principalmente, o lucro com a comercialização com combustível (ALCOOLDUTO de 1.150 Km Terá R\$ 4,1 Bi do PAC. São Paulo: O Estado de São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=351554>> Acesso em 05, mai. 2007).

São números completamente diferentes daqueles apresentados para a integração da produção de micro e pequenos produtores rurais. Por tais números percebe-se de forma nítida a completa discrepância de objetivos da Petrobras com os anseios de uma política energética inclusiva e diversificada. Enquanto política de inclusão a Petrobras prevê investimentos em 3 usinas com custos previstos de R\$ 277 milhões para uma produção de **57 milhões** de litros de biodiesel por ano. Em outra ponta, apenas uma empresa japonesa irá construir 40 usinas no entorno de um alcoolduto com seu custo previsto de R\$ 4,1 bilhões para o escoamento de

exportações de **3,5 bilhões** de litros por ano. Mais do que isso, fica clara a posição da Petrobras quanto à preferência de atuar no circuito da distribuição do combustível. Por fim, se subtrairmos esses 4,1 bilhões de reais (já previstos no PAC para a construção do álcoolduto) restam 12,1 bilhões de reais da mesma fonte para serem gastos com etanol nesse mesmo formato.

Os recursos destinados pelo PAC para a produção de etanol baseiam-se nas necessidades de consumo dos mercados americano, europeu e japonês. Em 2006 EUA e Europa importaram da OPEP 9,0 bilhões de barris (petróleo cru), o que equivale em preços atualizados a 654,7 bilhões de dólares. A entrada de capitais norte-americanos e europeus encontra-se em pleno andamento, na mesma linha realizada pelos japoneses. A produção bioenergética adotada é a da monocultura da cana de açúcar.

Vivenciamos um marco histórico provavelmente sem precedentes. Temos a possibilidade de dominar a base estrutural da produção mundial: os combustíveis líquidos. Do posicionamento adotado pelo Estado Nacional dependerá a insurgência de uma era nunca antes vista de multiplicação de emprego e renda em todo o território nacional e grupos sociais, com fatores multiplicadores ainda não dimensionáveis, podendo-se reduzir ou até extinguir a sempre angustiante desigualdade regional. Mas o contrário também é absolutamente verdadeiro: a centralização de toda expansão agroenergética numa macro-região (o Centro-Sul) e sob a ação dos grandes capitais industriais e agroindustriais, expandirá desigualdades regionais e de renda, também em escalas não dimensionáveis.

Atualmente, no Rio Grande do Norte, o Programa Petrobras Fome Zero vem atuando junto a 367 famílias de produtores rurais assentados, em 8 municípios induzindo o plantio de Girassol, conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 10

Programa de biodiesel do território do mato grande 2007

Assentamento/comunidade	Nº FAMÍLIAS	HECTARES
Município: São Bento do Norte		
São Miguel	35	133,5
São Miguel	33	116

P. A 25 de julho	2	12
São Francisco	9	90
Santa Vitória	17	126
Total de famílias e hectares no município	96	477,5

Fonte: Coopera

Tabela 9

Programa de biodiesel do território do mato grande 2007 (continua)

Assentamento/comunidade	Nº FAMÍLIAS	HECTARES
Município: Caiçara do Norte		
Pedrinhas	6	30
Sede	1	12
São Sebastião	5	20
Terra Santa	6	20
Total de famílias e hectares no município	18	82
Município: Jandaíra		
P.A Guarpapes	9	10
P.A Santa Inês	8	16
P. A Trincheiras	14	30
Cabeço	4	10
P. A aroeira	10	48
Total de famílias e hectares no município	45	114
Município: Ceará-Mirim		
P.A Shalom	6	10
Total de famílias e hectares no município	6	10
Município: Parazinho		
Santa Luiza	19	60

Sec. Agricultura	20	275
Alivio	28	70
Bom trabalho	26	80
Parazinho	4	20
Thiago Barbosa	1	5
Francisco Damião	1	40
Total de famílias e hectares no município	99	550
Município: João Câmara		
P.A Modelo I	40	170
P.A Modelo II	8	10
Total de famílias e hectares no município	48	180
Município: Pedra Grande		
Alto da Aroeira	4	70
Santo Antonio	10	50
Sítio Pitombeira	3	15
P.A Boca do Campo	16	70
P.A Bom Sucesso	4	10
Fazenda Novo Horizonte	1	10
Total de famílias e hectares no município	38	225
Município: Touros		
Ramada	12	14
Boa Esperança	5	10
Total de famílias e hectares no município	17	24
Total Geral	367	1.663

Fonte: COOPERA

A parceria estabelecida com as comunidades e assentamentos relacionados foi construída através de contratação pela Petrobrás da empresa Arco-Verde da Paraíba, através de convênio estabelecido com a Cooperativa dos Ricinicultores do Apodi e Região - COOPERA, para realização conjunta (trabalhadores e empresa) dos

preparos culturais, tais como, gradagem, nivelamento, preparo de solo, plantio e colheita.

O presente trabalho acompanha o impacto na agregação de renda dessas famílias a partir dessa experiência agroenergética, bem como a forma de integração utilizada pela Petrobras no intuito de captar o sentido real de atuação da empresa junto a produtores rurais assentados¹⁰. Isso porque há uma diferença com distâncias abissais que separam a criação de programas de integração de assentamentos rurais na produção agroenergética da atuação pontual como programas sociais compensatórios em busca de selos de responsabilidade social que mobilizados midiaticamente camuflam o real sentido estratégico de atuação da Petrobras e, em última instância, da política do Estado Nacional no processo de distribuição das oportunidades de participação (lembrando a clássica figura de imagem do delfinato) do imenso “bolo” bioenergético em construção.

¹⁰ As informações contidas no site da Petrobras (<https://www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial/>) indicam que dos 58 projetos do programa Petrobras Fome Zero até o presente momento, nenhum atua com a produção bioenergética em áreas de assentamento. Nesse contexto, o Rio Grande do Norte passa a ser efetivamente a primeira ação institucional da empresa nesse sentido.

3 O NOVO RURAL

O avanço qualitativo da modernização do meio rural no Brasil levou o autor supracitado a evoluir seu posicionamento para a existência de novas ruralidades que em nada ou muito pouco possuem em comum com o que tradicionalmente se considera rural.

A partir de meados dos anos 80, assistimos à emergência de uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorre há tempos nos países desenvolvidos.

Esse “Novo Rural” como o temos denominado, compõe-se basicamente de três grandes grupos de atividades:

a) um agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias, que vem sendo chamado de *agribusiness* brasileiro;

b) um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e

c) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados. (SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98**. Campinas: Unicamp, 2005. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/textos.htm>

> Acesso em : 27, mar. 2006).

Cenário absolutamente rico, o “novo rural” trata de uma complexa transformação no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações sociais de produção no meio rural que inclui os que acompanham esse processo e “retira de cena” os absolutamente inaptos às transformações, a quem o autor e seus parceiros de pesquisa denominaram de “sem-sem”.

Por outro lado, um contexto de mutação como o aqui abordado, modifica as relações de trabalho familiar e assalariado no campo, constituindo estratégias de sobrevivência não mais vinculadas a uma divisão clara de perspectiva urbana ou rural, mas apresentando as duas ao mesmo tempo, a partir do que se configurar como mais viável nas estratégias de sobrevivência.

Por fim o mesmo espaço rural assume “novas” atividades não percebidas anteriormente (agropecuárias ou não) e que agora passam a ser reconhecidas como rurais, estando essas novas atividades em sua maioria já se desenvolvendo no contexto das mudanças mencionadas. Como exemplo, rapidamente, citamos a carcinicultura, a piscicultura, a malacocultura, a algocultura, todas essas apenas dentro do ramo mais geral chamado de aquacultura.

3.1 O novo rural proveniente da modernização da agropecuária brasileira

Uma agropecuária moderna baseada no *agro-negócio* significa dizer por exemplo (e são muitos os exemplos) que o gado que está sendo exigido na contemporaneidade não é mais qualquer animal, mas um bovino de qualidade, criado dentro dos melhores padrões de higiene e engorda (cada vez mais tendo por exigência o rastreamento), abatido em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, acondicionados em embalagens especiais, com cortes especiais, enfim adicionando valor de forma continuada a partir da continuidade das mudanças existentes na produtividade social média exigida no segmento produtor de carne. Ora, esse segmento hoje é, no Brasil, o mais avançado do mundo e tem sua ponta de lança na bovinocultura do Centro-Sul, tendo São Paulo como eixo principal, responsável por 39,4 % das exportações brasileiras de carne bovina em 1996.

O colocado anteriormente atende pelo nome de teoria do valor. Uma mercadoria (qualquer que seja ela) é unidade dialética entre suas características úteis (de satisfazerem necessidades humanas físicas e/ou espirituais) e sua capacidade de ser vendida no mercado. Essa relação entre utilidade e capacidade de ser vendida é absolutamente tumultuada e interdependente. Produz-se algo com o objetivo de se obter lucro (o que tenderia a conferir menor *status* à utilidade da mercadoria produzida); mas ao se fazer isso numa sociedade que produz ininterruptamente com o mesmo

objetivo, a análise constante da utilidade da mercadoria passa a ser feita, sobretudo em duas de suas características principais impactantes na lucratividade, quais sejam, a qualidade da mercadoria e a produtividade social média com que ela está sendo produzida. Sendo assim, qualidade e produtividade passam a ser determinantes da utilidade social da mercadoria, portanto do alcance das vendas e, em decorrência, da lucratividade obtida com a sua produção e venda. Esse cenário de mudanças permanentes foi se desenvolvendo até atingir o estágio atual de transformações quase que cotidianas. Um mundo em permanente mutação¹¹.

Portanto o que se chama de mercadoria muda permanentemente. Aqueles que conseguem permanecer acompanhando as transformações continuam circulando no meio de uma lucratividade social média do sistema. Os que superarem a média terão uma lucratividade extra. Quem não acompanhar as mudanças, é excluído do mundo do lucro. Essa “lei” geral da produção de mercadorias há muito dominava o meio urbano artesanal e posteriormente industrial. Foi se adentrando gradativamente na agricultura e hoje a domina por completo.

É consenso no âmbito da história econômica brasileira que a modernização da agricultura inicia-se a partir da dinâmica da economia cafeeira. Última grande atividade agroexportadora nacional nasce sob o atraso de relações sociais de produção que tinha por base a escravidão, mas continuou a se desenvolver com a inevitável destruição dela. De qualquer forma, para os fins do presente trabalho, não tratamos das mudanças ocorridas com o fim da escravidão e sim, do papel da produção cafeeira como criadora de uma nova dinâmica no meio rural no sudeste brasileiro. Portanto, o café não é encarado apenas como uma atividade agroexportadora, mas como construtora de novas dinamicidades produtivas rurais. Tal foi a sua importância que mudou completamente a história produtiva do Sudeste e Sul do país. Isso

¹¹ Uma das mais profundas e radicais dessas transformações começa a se fixar como novo centro gravitacional do meio rural no geral e dos Complexos Agroindustriais, no particular. Trata-se exatamente da nova matriz energética mundial que se impõe com o fim da era do petróleo e a necessidade de produção de biocombustíveis. Tendo seu eixo de funcionamento a fotossíntese, põe na terra e nos CAI's seu espaço de atuação.

mostrando que, sob a expansão do modo de produção capitalista no campo, essa atividade logrou transformações quantitativas e qualitativas fundamentais ao desenvolvimento não apenas rural, como urbano dos estados mais poderosos do Brasil. Aceitamos sem contraposições essa tese, estando ela plenamente sintetizada por José Graziano (1988) em “A nova dinâmica da agricultura brasileira”. As situações aí apresentadas servem para demonstrar o que foi e o que não foi transformado na dinâmica da agricultura de boa parte dos nove estados que compõem o que chamamos de Nordeste. E mais, para o que nos propomos na nossa tese, que a agroenergia desenvolve esse papel impulsionador de uma nova dinâmica no meio rural, que não é agrícola nem pecuário, mas com as mesmas características transformadoras (em patamares inclusive bem superiores) um dia exercidas pelo café.

Para Graziano, as necessidades (financeiras, comerciais e infra-estruturais) da economia cafeeira criaram o “ambiente” necessário ao surgimento de novas atividades direta e indiretamente ligadas à economia cafeeira.

As necessidades comerciais e financeiras para a comercialização e a expansão das atividades agrícolas, a necessidade crescente de novos meios de transporte com o deslocamento da produção do café do Oeste, bem como a necessidade de novas máquinas e novos equipamentos (de beneficiamento, por exemplo) e de outros insumos (sacos de junta, por exemplo) fizeram com que o complexo cafeeiro engendrasses fora da fazenda de café atividades complementares como os bancos, as estradas de ferro, as fábricas têxteis, etc., atividades que foram em grande medida financiadas pelos excedentes acumulados pelos próprios fazendeiros de café (SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Economia, 1988. p.8).

A expansão cafeeira não poderia se dar sem a criação de uma “estrutura de suporte” ligada ao café. Toda uma multivariada gama de mercadorias deveria ser produzida para dar suporte à economia cafeeira. A plantação de café deixa gradativamente de ser uma plantação de café. Aliás, para que ela se expanda tem que haver o surgimento de outras atividades, metamorfoseando uma atividade agrícola num complexo, fora da própria fazenda, mas dela

umbilicalmente dependente. No entanto surge um questionamento. Sob quais condições uma atividade rural poderia se metamorfosear num complexo que, ademais, foi responsável (no limite) pelo surgimento de toda uma economia diversificada e não rural? O que determinou que uma atividade rural fosse a base sob a qual se edificou a gênese da transformação do Brasil em país industrial?

Mas porque isso não ocorreu no âmbito do complexo rural que também dispunha de excedentes? Porque apenas com o surgimento do complexo cafeeiro paulista criaram-se as novas oportunidades de investimento resultantes da ampliação da divisão social do trabalho – ou da separação cidade/campo no bojo do qual se implementou um processo de substituição de importações. Aproveitou-se assim uma “oportunidade histórica” – conjugando a disponibilidade de excedentes com a oportunidade de novas inversões que o complexo cafeeiro gerou. ‘A razão’ econômica disso foi bem precisada por Rangel (apud Paim, 1957:11): somente ocorre um aumento da divisão social do trabalho quando, no ato de tentar a substituição de importações, a economia suscita a procura de fatores liberados pelo setor exportador e, em conseqüência, retira fatores antes empregados em “âmbito natural”. Em outras palavras, a expansão das atividades “não agrícolas” engendradas no seio do complexo cafeeiro paulista não poderia ser mais satisfeita internamente nas próprias fazendas, obrigando a um aprofundamento da divisão do trabalho e “delegando” novas funções as cidades. Estabeleceu-se assim, a partir do complexo cafeeiro paulista, uma mudança fundamental com a passagem de uma economia rural fechada e assentada em bases materiais para uma economia aberta e um mercado interno que começava a estruturar-se a partir das indústrias montadas nas cidades, mas ainda voltadas a demanda de segmentos da própria agricultura (SILVA, 1988, p.9).

Valor de uso social, transformando-se em valor de troca com ampla capacidade de circulação internacional. O café era uma excelente mercadoria naquele momento, com grande aceitação internacional. Existia e expandia-se um mercado mundial para o produto. Esse produto com venda internacional, dava lucro nas fazendas. Mas para a continuidade dessa rentabilidade carecia de inversões fora do ramo especificamente rural. Na mesma medida em que se expandia o mercado mundial para o café, as necessidades dessa expansão geravam necessidades de modificação da própria atividade cafeeira. Essas modificações não se davam simplesmente dentro da fazenda. Muito pelo contrário, muitas delas eram simplesmente de natureza não rural. Máquinas

agrícolas, adubos, pesticidas, sacaria, transporte, logística de transporte e acondicionamento, embalagem no varejo. O café para ser café não pode mais ser apenas café. E dele outras atividades surgem e se expandem para, futuramente, se libertarem do próprio café. Portanto a condição essencial é a alta rentabilidade da atividade no meio rural, sua dinamicidade econômica. Por que esse processo de desenvolvimento é fundamentalmente paulista? Graziano Responde,

Vale a pena assinalar que a “oportunidade histórica” não se colocaria mais como alternativa para os outros complexos rurais a partir do momento em que São Paulo se consolida como núcleo dinâmico do processo de industrialização. A divisão regional do trabalho que se estabelece a partir daí, indica a definição de uma “periferia” regional do que se explica basicamente em função de seu “atraso histórico” em relação ao pólo dinâmico, até que se altere o padrão de acumulação. Como explica Cano (1985), antes do processo de integração do mercado nacional a capital comercial dominava o padrão de acumulação nas diversas células exportadoras, o que não consegue ser rompido no momento em que se deflagra a industrialização. Essa “periferia” não consegue competir com a dinâmica de São Paulo, de base capitalista mais avançada, porque seu próprio desenvolvimento histórico havia sido duplamente mais problemático, sua integração ao mercado internacional na fase primário exportadora era débil e as relações capitalistas não haviam se instalado, ou a sua existência era ainda precária.

Perdida a oportunidade histórica de uma industrialização autônoma a “periferia” irá manter o seu atraso relativo ao longo de todo o período de industrialização. Persiste assim o espaço comandado pelo capital mercantil até que o potencial de acumulação do capital industrial leve-o a invadir aquele espaço e a concentração e a centralização forcem a expulsão do capital mercantil para a sua órbita específica.

De forma análoga, a modernização agrícola da “periferia” é problemática: dada a desigualdade na origem (pelo maior avanço do complexo cafeeiro paulista), as regiões periféricas, basicamente as Norte e Nordeste, Minas Gerais e parte do Centro-Oeste não conseguem atingir o grau da modernização da agricultura paulista ou sulina. Apesar do ritmo acelerado de incorporação do progresso técnico, tais regiões não elevam proporcionalmente o nível de produtividade, alargando as disparidades regionais. O esforço de modernização empreendido pelas regiões periféricas não é suficiente nem para elevar a sua participação no produto agrícola nacional, nem para reduzir os contrastes regionais de produtividade. Esse esforço não é proporcionalmente recompensado porque a base de acumulação mais ampla, a magnitude e a concentração do capital e o avanço das relações sociais capitalistas das regiões desenvolvidas propiciam afeitos de ‘ressonância’ que aumentam seu potencial de crescimento, enquanto na periferia essa base é muito mais estreita e precária, bloqueando a própria difusão dos efeitos da modernização (SILVA, 1988, p.9-10, grifo do autor).

A modernização uma vez estabelecida num determinado espaço, tenderá a se expandir, mas no mesmo espaço. Isso porque o que chamamos de modernização são processos complexos, que levam tempo para maturarem e quando o fazem, caso venham a se expandir, não irão buscar espaços desconhecidos. Aliás, não irão buscar mesmo que queiram. Produzir café custou tempo, dinheiro, suor, lágrimas, articulações políticas, benefícios governamentais, derrubada de florestas e preparação da terra, formação de trabalhadores e relações de trabalho específicas. A expansão disso tudo tendencialmente obedece à ampliação de fronteiras próximas. Quando essa atividade “ultrapassa ela mesma” se transformando num complexo, aí sua movimentação se torna ainda mais complicada. Seu fator impulsionador se “cristaliza” num espaço específico. A modernização se retroalimenta também. E assim foi, e assim é. Caso contrário, não podemos explicar as disparidades regionais da gênese do nosso capitalismo que só o Estado Nacional num amplo e prolongado esforço tentou e tenta romper.

Não há absolutamente nada de errado ou minimamente ilógico nas apreciações de Graziano, muito pelo contrário. O que há de irracional é que os nordestinos simplesmente ainda não entenderam isso. Ou seja, a industrialização do Sudeste e Sul teve uma gênese numa atividade dinâmica internacionalmente que impulsionou o surgimento de outras atividades no cenário local para suprir-lhes as necessidades. E mais, que essa dinamicidade, atingido determinados patamares passa a se retroalimentar numa espiral crescente. O que acrescento a Graziano é que essa espiral não apenas é de cunho econômico, mas também político. Esse mundo que já tendo por base uma agricultura de exportação rudimentar, mas a mais lucrativa do país naquele momento, já dominava o cenário político. Sua metamorfose ampliará seu poderio político e, portanto, da própria lógica de atuação do Estado Nacional em benefício desse setor mais dinâmico. É absolutamente natural, até porque os agentes bem mais capitalizados e refinados politicamente não se restringem mais ao meio rural, mas cada vez mais ao cidadão. Cresce e se torna mais ascendente a espiral.

Como parte desse desenvolvimento as antigas formas de subordinação do sistema econômico ao capital mercantil vão se rompendo, dando lugar a uma vagarosa metamorfose do capital com o industrial soltando à frente. A agricultura, no entanto, permanecia atrelada aquelas velhas formas em vastas regiões do país (como o Norte e o Nordeste). **A agricultura paulista, única para a qual a crise transformou-se em elemento dinâmico dá um salto de diversificação na década de 30 (em especial algodão e açúcar), saindo renovada da crise. Mas excetuando a cafeicultura e a cotonicultura em São Paulo em que se incorporam algumas melhorias técnicas , o resto da agricultura continua a crescer nos moldes tradicionalmente extensivos** (SILVA, 1988, p.17, grifo do autor).

Não possuíamos esse setor dinâmico. Muito pelo contrário fazíamos a apologia do glorioso passado oligarca. O Nordeste se inventou como um eterno passado sertanejo e/ou canavieiro escravocrata, emperrando o novo, não se vendo ou se propondo a partir de outras perspectivas que não a de seu passado. Essa não modernização não é fruto apenas da economia, mas a extrapola, passando a ser, inclusive, cultuada como símbolo regional:

Esta verdadeira aversão ao moderno não se localiza apenas em setores dominantes, mas em setores de várias classes sociais. As idéias, as imagens, os enunciados associados ao Nordeste, que o inventaram, são um componente decisivo dessa “falta de capacidade modernizadora”. Existe uma verdadeira falta de legitimidade social do valor da inovação, das novidades, uma falta de aspiração à mudança, um acentuado apego ao tradicional, ao antigo, fazendo com que a modernização atue no Nordeste no sentido de mudar o menos possível as relações sociais, de poder e cultura. A modernização nordestina seria uma “modernização sem mudanças”, bloqueando a necessidade e a legitimidade da independência do indivíduo, levando a aceitação da hierarquia e da proteção pessoal como meios de se proteger do caráter corrosivo das mudanças, dificultando a emergência de qualquer cidadania. Esta falta de legitimidade social do novo faz do Nordeste esta poderosa maquinaria de dissolução da novidade. Torna-a uma região que serve não apenas aos vencedores, mas as parcelas de outras classes sociais, como escudo contra a radicalidade da modernidade; como maquinaria que cega o gume da novidade, que moderniza sem alterar radicalmente as relações que sustentam o antigo (ALBUQUERQUE JR, 1999, p. 312).

Enquanto isso São Paulo buscava a partir das suas oligarquias dar o salto inclusive construindo uma política de imigração para a continuidade dessas transformações.

Com São Paulo dá-se um fato particular. Apesar de ser São Paulo o baluarte atual da escravidão, em São Paulo e nas províncias do Sul ela não causou tão grandes estragos; é certo que São Paulo empregou grande parte do seu capital na compra de escravos do Norte, mas a lavoura não depende tanto quanto a do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais da escravidão para ser reputada solvável.

Tem-se exagerado muito a iniciativa paulista nos últimos anos, por haver a província feito estrada de ferro sem socorro do Estado, depois que viu os resultados da estrada de ferro de Santos à Jundiá; mas, se os paulistas não são, como foram chamados, os ianques do Brasil, o qual não tem ianques - nem São Paulo é a província mais adiantada, nem a mais americana, nem a mais liberal de espírito do país; será a Louisiana do Brasil, não o Massachusetts - não é menos certo que a província, por ter entrado no seu período florescente no fim do domínio da escravidão, há de revelar na crise maior elasticidade do que as suas vizinhas. **No Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande, a emigração européia infunde sangue novo nas veias do povo, reage contra a escravidão constitucional, ao passo que a virgindade das terras e a suavidade do clima abrem ao trabalho livre horizontes maiores do que teve o escravo.** (NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo.** São Paulo, SP: Publifolha, 2000. Grandes nomes do pensamento brasileiro da Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000127.pdf>> Acesso em 12 jan. 2005, grifo do autor).

O alerta sociológico de Nabuco é brilhante. Havia um processo de transformação em curso que passava inclusive pela mudança das relações sociais de produção não simplesmente a partir da eliminação do trabalho escravo mas também pela vinda de trabalhadores estrangeiros com outra lógica societária. A atividade em sua dinamicidade exigia novas lógicas, inclusive com a radicalidade da formação de uma política de imigração.

O fato é que a partir do café, uma dinâmica capitalista se desenvolveu em São Paulo, dinâmica que sai do campo para atividades urbanas industriais inicialmente de suporte apenas ao café, mas posteriormente ligada a todo o desenvolvimento de uma sociedade que gradativamente se enriquece, cria setores assalariados que demandam produtos agora passíveis de produção interna, sempre num contexto de desenvolvimento continuado. O combustível para essa mudança era o café e o fator de ignição, a centelha única capaz de

gerar essa explosão, um novo agente societário, imigrante, moderno como proletário não acostumado à lógica escravista.

O setor dinâmico da economia paulista (e brasileira) era o café e continuou sendo o café com todas as crises. Mesmo assim, muito embora o Estado Nacional tenha enveredado pela política nitidamente industrializante de substituição de importações, a renda gerada para tal advinha do setor cafeeiro, e essa expansão era a do aumento da fronteira agrícola. Após ter mencionado que *“O crescimento com base no aumento das áreas cultivadas perdurou até o final da década de 60, aproveitando-se das fronteiras próximas aos pólos mais desenvolvidos do centro-sul”* (SILVA, 1988, p.17) coloca na página seguinte que *“É verdade que o crescimento agrícola ainda que apoiado fundamentalmente na expansão da área cultivada e em formas tradicionais de tecnologia, lentamente incorporava algumas transformações.”* (SILVA, 1988, p.18). Isso não podia se dar de maneira diferente. Se o café era a atividade rentável de circulação internacional, mesmo com toda a crise, a expansão agrícola (e portanto da dinamicidade da economia) vai estar diretamente ligada ao aumento da área plantada. Mesmo assim, mudanças qualitativas existem, dada a própria relação dialética entre valor de uso e valor de troca. Com o tempo, as exigências para a venda internacional do café levam a transformação na técnica redefinindo a produtividade social média do trabalho.

Obviamente que a presença do Estado também se coloca como a de agente central na dinâmica dessas transformações. Foi assim antes de Vargas com toda política protecionista de compra de estoques e depreciação da moeda nacional. E mesmo com e após Vargas pela continuidade e acirramento dessa mesma política. No entanto, a questão é que uma vez gerado o impulso dinamizador do crescimento no setor cafeeiro, “automatiza-se” a espiral ascendente de multiplicação de emprego, renda e novas atividades que passam a gerar outras espirais.

O processo de modernização, ao mesmo tempo em que implica a mercantilização intra-setorial da agricultura, promove a substituição de elementos do complexo rural por compras extra-setoriais (máquinas e insumos), abrindo espaço para a criação de indústria de

bens de capital e insumos para a agricultura, como se verá mais adiante [...]O processo de modernização, ao mesmo tempo em que implica a mercantilização intra-setorial da agricultura, promove a substituição de elementos do complexo rural por compras extra-setoriais (máquinas e insumos), abrindo espaço para a criação de indústria de bens de capital e insumos para a agricultura, como se verá mais adiante (SILVA, 1988,p.20).

O café não é mais café. E mesmo a necessidade de continuar sendo café gera um processo modernizante que ultrapassa o meio rural.

O aumento da participação do consumo intermediário no valor bruto da produção significa que esta depende cada vez mais de compras (infra e intersetoriais) para que possa se efetivar. Em outras palavras, o processo de produzir se torna cada vez mais complexo, mais dependente da produção de outros setores da economia, mais intensivo no uso de capital fixo e circulante. A participação do consumo intermediário no valor da produção, com a utilização crescente de insumos (químicos, físicos e biológicos), maior tende a ser a proporção do consumo intermediário na produção (SILVA, 1988, p.22).

Essa economia, nascida de uma atividade rural agroexportadora, sob o signo de relações capitalistas de produção foi a base das transformações econômicas dentro e fora do meio rural. No entanto, os limites agora da expansão, passam pelo desenvolvimento de atividades não agrícolas. Não é mais simplesmente agricultura. Faz parte de um complexo de atividades direta e indiretamente ligadas à agricultura, inclusive de setores bem mais *intensivos em capital fixo e circulante*, máquinas, edificações, equipamentos e matéria prima, com novas tecnologias de produção. Não podemos falar mais em agricultura simplesmente e o café com capitalismo fez isso em território nacional, disseminando essas novas relações para as áreas de fronteira do café e para as novas atividades que foram se estabelecendo a partir dele ou não, como o açúcar e o algodão:

Em resumo, a estrutura e a evolução do CAI na década de 70 refletem de forma clara a nova dinâmica agrícola do período recente: uma dinâmica que não pode ser apreendida só a partir dos

mecanismos internos da própria atividade agrícola (como propriedade da terra, a base técnica da produção, a fronteira) nem a partir da segmentação do mercado interno versus o externo. Trata-se agora de uma dinâmica conjunta da indústria para a agricultura-agricultura-agroindústria (SILVA, 1988, p.24).

Mas a principal das atividades não agrícolas fundamentais ao desenvolvimento da agricultura se encontra em outra esfera: a financeira. É o crédito, mas não apenas o crédito específico para a atividade agrícola, pois ela não mais existe de maneira isolada, mas para toda a cadeia que agora gravita em torno da agricultura:

O elemento que dá unidade as diversas atividades dos complexos agroindustriais é que todas elas são atividades do capital, com uma regulação macroeconômica mais geral. As relações intercapitais não são apenas técnicas, mas sobretudo financeiras. A compra de insumos pela agricultura, por exemplo, impõe-se a princípio como necessidade técnica, mas implica de imediato a necessidade de financiamento. Esse não será mais tarefa de agentes isolados (como era o comerciante prestamista), e sim do sistema financeiro instalado, o qual se torna um parâmetro a soldar o movimento da agricultura com o movimento geral da economia. Em outros termos, a modernização da agricultura requer a existência de um sistema financeiro constituído (concretizado inicialmente no SNCR) para que possa ser viabilizada e, ao mesmo tempo, esse sistema passa a ser fundamental na soldagem dos CAI's com o movimento global da acumulação.

Especificamente no que se refere ao capital financeiro na dinâmica da agricultura, o trabalho de Guilherme Delgado aponta os aspectos mais importantes. O corte adotado pelo autor na periodização do desenvolvimento agrícola recente situa-se no final dos anos 60 e, particularmente, no ano de 1965, com a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR. Aquele momento pode ser considerado como ruptura do antigo estilo de desenvolvimento e a implantação de um novo padrão agrícola, resultado da conjugação resultado de alguns fatores fundamentais: a consolidação integrada com complexo agroindustrial e a mudança nas bases técnicas da produção agrícola comandadas pelo complexo; a intensa urbanização e o rápido crescimento do emprego não agrícola, com pressões sobre a demanda de produtos agrícolas; o crescimento e a diversificação das exportações; e, finalmente, a organização do SNCR e a política de crédito rural como principal veículo do projeto modernizador para a agricultura (SILVA, 1988, p.26-27).

Agora Graziano completa o fenômeno da modernização da agricultura pela entrada em cena do mecanismo que efetivamente tornará definitivo esse caráter modernizante, de unidade de toda multiplicidade de atividades

produtoras de bens e serviços para que a atividade agrícola possa se desenvolver e ela mesma dependente desse processo. É o crédito, entendido como um sistema, o Sistema Nacional de Crédito Rural que, na prática, fez jorrar o sangue por todo o organismo criado, desenvolvendo-o. Não cabe aqui contar a história do SNCR (há muitos livros escritos a respeito) mas ele cimenta a modernização, fazendo com que a cadeia denominada de Complexo Agroindustrial (CAI) possa continuar e se expandir.

Fechando então a abordagem de Graziano, uma atividade primário exportadora, numa fase de mudança de modo de produção, com a implantação do trabalho assalariado é responsável, muito gradativamente, pela dinamização da atividade rural no Sudeste-Sul em novas bases, agora eminentemente capitalistas. A expansão da lucratividade nessa atividade e as características inerentes as exigências internacionais do produto forçam a criação em torno do café de atividades que lhe complementam, numa espiral ascendente de lucros, novas exigências dos cafezais, novas atividades para atender a essas exigências. Logo essa lucratividade demanda atividades não destinadas aos cafezais, mas a seus proprietários e funcionários, criando ramos empresariais que vivem indiretamente do café. Mas o café, via Estado, financia outras atividades através do processo substitutivo de importações e a própria existência agrícola capitalista dá margem a novas formações agrícolas não mais cafeeiras e a toda sorte de atividades constituídas para atuação nesses novos ramos agrícolas dinâmicos. E assim por diante, formando não mais uma dicotomia entre campo e cidade, agricultura e indústria, mas um complexo que é agrícola e industrial ao mesmo tempo, numa relação de absoluta simbiose. Tudo isso se completa com a criação do crédito sistêmico para o setor, dando feições que não mais se dissolvem ao complexo, pois viabilizam sua expansão sem entraves, interligando toda cadeia agroindustrial nos mais diversos ramos agrícolas. Essa é a síntese. Esse é o Sudeste-Sul que, por mais que se oponha ou faça críticas, se tornou desenvolvido em todos os parâmetros: tecnológico, produtivo e social, reduzindo pobreza e desigualdades, viabilizando através do Estado a industrialização nacional.

Em resumo, na década de 60, particularmente em seus anos finais, havia um conjunto de condições macroeconômicas e políticas internas que possibilitam uma mudança qualitativa no padrão de desenvolvimento da agricultura e no lugar que ela passava a ocupar no padrão geral de acumulação do país. Essa mudança quantitativa concretizou-se nos Complexos Agroindustriais e no processo de fusão/integração de capitais intersetoriais pelo capital financeiro.

A idéia de que os CAIs são um fato recente na economia brasileira, um fenômeno dos anos 70, só pode ser entendida com base na diferença entre modernização da agricultura e constituição do CAI's. É claro que antes das décadas de 60 e 70 mudanças técnicas importantes se fizeram presentes na agricultura e é claro, também, que sempre houve um segmento importante de processamento agroindustrial do país. Mas enquanto a modernização dependia da importação de insumos químicos, equipamentos e máquinas, ela tinha um limite claro, dado pela capacidade de importar. Assim como o complexo rural dependia das importações para se expandir, a modernização, no seu início, dependia da capacidade de importar a fim de se generalizar. A internalização da produção de insumos e máquinas para a agricultura rompe esse limite; a partir daí a modernização da agricultura caminha com seus próprios pés e os limites agora são colocados por ela mesma, isto é, pelo próprio inserido na atividade agrícola.

A modernização da agricultura, como já foi explicado antes, consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no processo capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas e por meio de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 60.

Na conformação do atual padrão de desenvolvimento agrícola o processo de modernização passou por três momentos decisivos: o da constituição do CAI's, o da industrialização da agricultura e, o mais recente, da integração de capitais intersetoriais sob o comando do capital financeiro.

A constituição dos CAI's pode ser localizada na década de 70, a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, integração que só se torna possível a partir da internalização de máquinas e insumos para a agricultura. (SILVA, 1988, p.30-31).

Essa modernização irá se intensificar. Sua intensificação é quantitativa mas levando a transformações de ordem qualitativa. Se o que se chamava de agricultura e pecuária é absorvida pela dinâmica de funcionamento do capitalismo industrial, agora o meio rural avançará sobre (e será abordado por) atividades não denominadas em termos clássicos como rurais, dando lugar a novas ruralidades.

3.2 Novas relações sociais de trabalho no meio rural: o trabalhador pluriativo

Como já mencionamos, as atividades tradicionais agropecuárias, ao não atuarem na faixa determinada pela nova produtividade social média do sistema passa a empobrecer, seja pela incapacidade da venda do excedente produzido, seja pela não produção de excedente ou pela redução dos rendimentos obtidos por mercadorias produzidas abaixo dos padrões determinados socialmente pelo mercado. Estratégias de sobrevivência começam a ser elaboradas e postas em prática pelas famílias. A mais antiga e radical é o abandono completo do meio rural e a arribada aos centros urbanos. Mas outras alternativas passam a se apresentar. Uma delas é a mercantilização de atividades antes desenvolvidas para o auto-consumo na propriedade familiar. Doces, queijos, biscoitos e tantas iguarias da vasta culinária rural brasileira passaram a ser produzidos com objetivo exclusivo de venda, transformando o que antes era apenas valor de uso essencialmente em mercadoria. Uma outra maneira de organizar o trabalho passa a ser a própria desvinculação deste da atividade agropecuária como forma exclusiva de obtenção de rendimentos.

Para Graziano e Del Grossi (2005), o tempo de trabalho antes livre das famílias que trabalhavam com a agropecuária, agora está sendo vendido como mão de obra para as novas atividades rurais em decorrência da queda do rendimento econômico das atividades agrícolas.

Como consequência dessa queda da renda agrícola, observa-se uma crescente importância das atividades e rendas não-agrícolas entre as famílias rurais. E esse fenômeno é tão forte e rápido que nossos dados apontam que em 1998 o total das rendas não-agrícolas já ultrapassou o montante das rendas agrícolas recebida pelos moradores rurais. Isso significa basicamente que as atividades agropecuárias já não respondem pela maior parte da renda da nossa população rural nesse final de século (SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98**. Campinas: Unicamp, 2005. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/html>>. Acesso em : 27, mar. 2006).

Portanto se tem uma situação que vem se configurando da seguinte forma:

a) Queda do rendimento das atividades rurais em relação às urbanas. A partir de 1998 as rendas não agrícolas ultrapassam as rendas agrícolas no meio rural;

b) Se esperaria um declínio vertiginoso da população rural que, segundo os autores, não vem ocorrendo graças a entrada em cenário das novas atividades rurais: “a PEA rural não-agrícola - vem apresentando um extraordinário crescimento, impedindo até que a PEA rural decrescesse no período 1992/98” (SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98**. Campinas: Unicamp, 2005. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/textos.html>>. Acesso em : 27, mar. 2006).

Os dados apresentados pela Tabela 11 mostram que houve um aumento de 1991, 1992 e 1998 na população ocupada no meio rural, mas um aumento graças ao acréscimo da ocupação não agrícola:

Tabela 11

PEA RURAL -1991-1998			
População	1991	1992	1998
“PEA restrita” Rural	13,9	15.0	14,8
Ocupados	13.8	14.7	14,2
Agrícola	10.7	11.2	9,6
Não-agrícola	3.1	3.5	4,6
Desempregados	0.3	0.3	0,6

Fonte: Tabulações Especiais Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Julho 2000

Mais do que isso, outros dados apresentados pelo Projeto Rurbano¹² denotam uma situação de significativa mutação do trabalho rural em 1997:

Tabela 12

Distribuição das famílias rurais segundo o tipo de ocupação dos seus membros. Brasil 1997

Tipo de Família Rural	Número de Famílias (x 1000)
Agrícola	3.714
Não-Agrícola	1.664
Pluriativa	1.508
Total	6.886

Fonte: Tabulações Especiais Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Julho 2000

Os dados são muito significativos. Precisamente, a soma das famílias rurais com trabalho não agrícola e pluriativas chega a 85,4% das famílias com trabalho exclusivamente agrícola.

Contudo os autores fazem a consideração de que tem aumentado a parcela de desempregados, inativos e pensionistas no meio rural no período da pesquisa.

Na nossa avaliação, se a pesquisa é nacional ela pode estar refletindo com maior força a não dinamicidade do Norte-Nordeste no novo cenário agropecuário brasileiro. Nós nordestinos sabemos a sina rural que acompanha nossos municípios: desemprego, renda proveniente de aposentados e pensionistas além de um poder público dependente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Obviamente que, politicamente, esse é um terreno difícil de atuar. No entanto, Graziano e Del Grossi fazem uma avaliação adicional:

¹² **Projeto Rurbano.** Campinas, SP: Unicamp.
Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano>>. Acesso em: 24 jun. 2006.

O crescimento dessas duas categorias - desempregados e aposentados residentes no campo - é um dos mais importantes indicadores de que o meio rural brasileiro já se converteu também (num lugar de residência dissociado do local de trabalho; ou ainda, de que os espaços rurais não são mais apenas espaços privatizados e local de trabalho; e que as pessoas residentes no meio rural não estão necessariamente ocupadas, nem muito menos ocupadas em atividades agrícolas (SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98**. Campinas, SP: Unicamp, 2005. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/textos.htm>>. Acesso em : 27, mar. 2006).

Essas famílias na verdade (segundo os autores) têm buscado trabalho em atividades urbanas ou não agrícolas, muito embora continuem residindo e também trabalhando no meio rural. A tal situação chamam de *pluriatividade*:

No total, somando urbano e rural, a pluriatividade afeta 39% do conjunto de famílias que estamos considerando (residentes no meio rural F.N), proporção essa que varia relativamente pouco em função da ocupação principal do seu chefe, se empregador (51%) ou conta própria com acesso a terra (41%), ou se pertence a outras categorias de trabalhadores agrícolas e/ou rurais sem acesso a terra (35%), quando se considera tanto a ocupação principal como as secundárias dos membros do domicílio (SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98**. Campinas, SP: Unicamp, 2005. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/textos.html>>. Acesso em : 27, mar. 2006).

São percentuais elevados e bastante visíveis. Como materialização desse fenômeno, no Rio Grande do Norte tal se verifica nos locais onde existem atividades verdadeiramente dinâmicas desse novo rural. Por exemplo, a população rural de Pendências empregando-se na carcinicultura, na região do

Alto do Rodrigues em tarefas da Petrobras ou no circuito da fruticultura irrigada nos arredores de Mossoró. Municípios dinâmicos próximos a áreas rurais (ou circundado por elas) possuem crescentemente essa característica.

A análise da renda nesse novo contexto é particularmente polêmica:

É claro que as famílias empregadoras tem uma renda maior - no caso, quase quatro vezes maior - que a *renda* familiar média *per capita* de todas as famílias rurais brasileiras. Mas podemos notar que as famílias por conta própria têm uma renda familiar média *per capita* inferior à dos empregados rurais. E dentro de cada um dos seus respectivos grupos, as famílias agrícolas são sempre as que apresentam as menores rendas *per capita*. As famílias rurais que tem menor renda *per capita* são as de assalariados agrícolas e pluriativos; e logo a seguir vem as famílias de agricultores familiares por conta própria, agrícolas e pluriativas. **Conclusão: o que puxa a renda média per capita das famílias rurais para baixo é a dedicação às atividades agrícolas** (SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98**. Campinas, SP: Unicamp, 2005. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/textos.htm> >. Acesso em : 27, mar. 2006, grifo do autor).

Essa é uma observação fortíssima se levarmos em consideração que Graziano e Del Grossi trabalham o Brasil, mas sempre com os olhos voltados para a realidade do Sudeste-Sul, bem mais “amena”. Essa realidade transplantada para o Nordeste deve ser bem mais ampliada. No limite isso quer dizer que as tradicionais atividades rurais não se sustentam. O que é a realidade de boa parte do interior nordestino, insustentabilidade absoluta¹³

¹³ Uma realidade pouquíssimo estudada é a da população rural do litoral. Quando tratamos de população rural, curiosamente a imagem que se apresenta é a não litorânea das montanhas, vales e sertões etc. Pois bem, o meio rural litorâneo (não é meu objeto de estudo e portanto não levantarei esses números) provavelmente mais miserável do que o não litorâneo (ao menos no Nordeste). Isso porque a atividade desenvolvida é a da extração pesqueira e cata de crustáceos e alguns moluscos num cenário de extinção de estoques e profunda precariedade dos meios de produção. A miséria litorânea é tremenda, ainda mais num contexto em que esses trabalhadores(as) das águas salgadas e salobras não possuem mais um público para quem vender em quantidade (público agora cativo dos supermercados, com frango barato, lingüiça e carne bem mais em conta). Pode parecer o mais completo absurdo, mas no Rio Grande do Norte há municípios costeiros em que quase não se encontra peixe para comer. Como caçador do mar, o pescador de têmpera arredia (e sua maioria sem outra atividade) se

decorrente da mais completa falta de dinamicidade das atividades rurais? E a perspectiva nortista do não desenvolvimento extrativista vegetal travestido de sustentabilidade? Vem em seguida uma constatação que para o Norte e o Nordeste é uma sentença:

Vejamos agora a composição dessas rendas: nas famílias agrícolas, o peso relativo das aposentadorias e pensões é sempre maior; e no caso dos agricultores familiares por conta própria, chega a representar 20% do rendimento total. Ou seja, se não existissem as transferências da Previdência Social pública, os agricultores familiares seriam seguramente o grupo de famílias mais pobre do meio rural brasileiro em 1998[...]Podemos concluir dizendo que os dados apresentados mostraram uma forte redução do número e da renda daqueles produtores que se denomina de agricultura familiar no âmbito do PRONAF, ou seja, das famílias agrícolas e pluriativas por conta própria e dos empregadores com até dois empregados permanentes. E que muitas dessas famílias estão buscando nas atividades não-agrícolas e na produção de subsistência uma forma alternativa de sobrevivência frente à queda de seus rendimentos provenientes das atividades agropecuárias (SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98.** Campinas, SP: Unicamp, 2005. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br.html>>. Acesso em : 27, mar. 2006).

3.3 O novo rural dos “sem-sem”

No mundo rural contemporâneo em países capitalistas desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, cada vez mais não basta ter um boi, um bode ou uma galinha, mas ter um boi, um bode ou uma galinha socialmente determinada por níveis quantitativos e qualitativos de produção e produtividade também socialmente determinados. Quem é o determinante dessas mudanças? O mercado, entidade fundamentalmente coletiva constituída de consumidores e produtores em permanente relação dialética. Os consumidores determinam a produção e são determinados por ela. Se consome um

multiplica na aposentadoria, seguro defeso e cachaça. Simplesmente, não existe como atividade a pesca para o IBGE. Se buscarmos no IBGE cidades os municípios litorâneos não encontraremos dados sobre a produção pesqueira. Esses são os sem-sem-sem, sendo o “terceiro sem” decorrente do fato de que não se possui nem dados estatísticos nas principais fontes sobre a nossa população. Daí que a miséria não é dimensionada, tampouco o impacto que esse novo rural vem apresentando sobre o rendimento dessas comunidades.

determinado tipo e qualidade de um produto por uma relação de qualidade, preço e renda do consumidor. Mas também se é induzido a consumir um determinado produto (dentro dessa equação) pelos mecanismos midiáticos de venda. Tudo isso determina uma produção e uma produtividade social média em cada atividade. Quem for capaz de produzi-lo fica; quem não for empobrece continuamente se incluindo no que Graziano denomina de os “sem-sem”.

Situação terrivelmente complicada, os “sem-sem” são o produto do desnivelamento em termos regionais das transformações ocorridas no campo, na nossa forma de entender a raiz da atual problemática das desigualdades regionais. Não que os “sem-sem” não existam no Centro-Sul, mas existem em número infinitamente inferior ao “planeta rural sem-sem” que é o Nordeste¹⁴. A não modernização em grande parte do meio rural do Nordeste construiu uma situação de fossilização de atividades e de uma população que não se inclui nos novos padrões de produção e produtividade exigidos.

É difícil “dar nomes aos bois” e o Professor Graziano por honestidade acadêmica (ou infelicidade política) os deu no início do “Programa Fome Zero”, durante o primeiro governo do presidente Lula. Numa frase pronunciada em palestra na Federação das Indústrias do estado de São Paulo (Fiesp), em 7 de fevereiro de 2003 Graziano “pensou alto”: *“Se eles (os retirantes) continuarem vindo para cá (São Paulo), vamos ter de continuar andando em carros blindados”* (MINISTRO assegura que não tem preconceito contra os nordestinos. **Jornal do Senado**, Brasília, 7 fev. 2003. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/jornal/noticia>>. Acesso 12 mai. 2007).

“Pensar alto” é complicado e a vida de pesquisador é demasiadamente diferente da vida política. José Graziano nada disse de inverdade. Segundo a última PNAD, em média 48,53% dos moradores em domicílios particulares do Nordeste são considerados como vivendo em estado de insegurança alimentar moderada ou grave. Em números absolutos isso equivale a 24,7 milhões de indivíduos. Sabemos de onde decorre esse problema, de um meio rural

¹⁴ Iremos sempre nos referir ao Nordeste por motivo de corte metodológico. Mas é idêntica, talvez até mais acentuada, a situação verificada no Norte do país. Isso porque seus municípios são muito isolados, o que dificulta sobremaneira o acompanhamento das mudanças na produtividade social média do sistema.

absolutamente fora dos parâmetros de modernização exigidos para que a produção rural possa continuar no circuito de produção de riquezas.

É de longa data a problemática da imigração nordestina para o Sudeste. Nos últimos 20 anos esse fluxo de gente oriunda do meio rural passou a sair em busca dos centros urbanos mais dinâmicos também dos seus próprios estados no Nordeste. Isso ocorreu graças a graus elevados de falta de dinamicidade no meio rural nordestino, o que eleva sobremaneira o número de pobres e indigentes ao mesmo tempo em que as capitais nordestinas e algumas pouquíssimas cidades da sua vasta hinterlândia adquiriram tal dinamicidade.

O novo rural, portanto, é também constituído dos agentes econômicos excluídos (ou não incluídos) pelo processo de modernização da agropecuária, vivendo de uma agricultura e de uma pecuária (devemos acrescentar de uma pesca) de subsistência num mundo que não aceita tal forma de produção. Obviamente que esse meio rural de subsistência já existia. O diferente, o novo, é que ele não mais consegue subsistir, porque seu excedente cada vez menos possui mercado e, por outro lado, todo o universo ao seu redor foi monetizado, exigindo dinheiro para satisfação de necessidades básicas que não se adquire de maneira minimamente eficiente com a produção de subsistência. Gente no campo que quando produz o suficiente para a criação de um excedente, esse excedente não condiz com as características de produção e produtividade sociais médias exigidas para serem vendidas. Componente humano explosivo numa sociedade de massas. Em seu texto intitulado *“Ainda precisamos de reforma agrária no Brasil?”*, Graziano transborda sua análise do Novo Rural para a realidade da reforma agrária no país.

No entanto, além dessas razões ‘conjunturais’, que decorrem da forma como o país está buscando sua inserção na nova divisão internacional que se esboça, outro conjunto de fatores recoloca a reforma agrária no rol das opções de políticas públicas nesse final de século: *é preciso criar novas formas de ocupação para uma parcela significativa da população brasileira. São brasileiros sem qualquer qualificação profissional que os habilite a procurar outra forma de inserção produtiva no novo mundo do trabalho que se delineia já nesse final de século.* A reforma agrária, nesse início do século 21, não precisa mais exibir um caráter estritamente agrícola, pois os problemas fundamentais da produção e dos preços podem ser

resolvidos pelos complexos agroindustriais já existentes no país. O problema da fome, que afeta milhões de brasileiros, não se deve à insuficiência da produção agrícola, mas à falta de dinheiro para comprar comida. A reforma agrária é necessária hoje para ajudar a equacionar a questão do excedente populacional do país, até que seja completada a “transição demográfica” recém-iniciada. Uma reforma agrária que permitisse combinar atividades agrícolas e não-agrícolas teria ainda a grande vantagem de precisar de menos terra, o que poderia baratear de modo significativo o custo por família assentada. Esse custo é uma forte limitação para a massividade requerida pelo processo distributivo, especialmente nos estados do Sul e do Sudeste. Por que não um assentamento que, além de arroz e feijão, produzisse também casas populares? Ou um ‘pesque-pague’ que desse uma opção de lazer barato às nossas classes médias baixas, confinadas nas grandes metrópoles? Ou guardas ecológicas que protegessem o entorno de parques e reservas florestais e servissem de guias turísticos? Ou caseiros de ‘chácaras de recreio’, com acesso gratuito às terras garantido por regime de comodato? No fundo, trata-se de encontrar novas formas de ocupação para essa população de ex-parceiros, ex-meeiros, ex-bóias-frias, ex-pequenos produtores rurais, marginalizados pela modernização conservadora das décadas passadas. Trata-se de buscar, nas franjas do crescimento da ‘prestação de serviços pessoais’ típica do mundo atual, um conjunto de novas ocupações artesanais que não exijam níveis de qualificação além daqueles que possa ser adquiridos em um treinamento rápido, para atender a esse conjunto de milhões de ‘**sem-sem**’: ou seja, aqueles que não têm nem acesso à terra, nem o privilégio de estarem organizados no Movimento dos Sem-Terra ou outro qualquer (SILVA, José Graziano da, **Ainda precisamos de reforma agrária no Brasil?** Campinas: Unicamp, 2005. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos.htm>> Acesso em: 27 jan. 2005 grifo do autor)

O reconhecimento da insubsistência dos “sem-sem” num mundo produtivo rural totalmente reformado leva a formação de uma nova miséria rural, a exigir novos olhares para novas tomadas de decisões na formulação de políticas públicas. Incluir os excluídos no novo exige a ruptura com as formas clássicas de pensar o meio rural e a tradicional agricultura familiar, inclusive negando-a como possibilidade de fornecer uma existência sustentável. O “novo rural” substitui o velho como alternativa produtiva para a ruralidade. Mudam, portanto, as políticas que devem se efetivar no meio rural aplicadas aos “sem-sem”:

No caso brasileiro, cinco grupos de políticas são fundamentais para o desenvolvimento desse “novo rural”, a saber: políticas de “desprivatização” do espaço rural tais como a criação de programas de moradia rural, recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas para lazer no entorno de reservas ecológicas, parques e represas; e a implantação de uma reforma agrária não exclusivamente agrícola nas regiões Centro-Sul do país; políticas de

urbanização do meio rural visando a criação de infra-estrutura de transportes e comunicações, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação; políticas de geração de renda e ocupações não-agrícolas, que visem estimular a pluriatividade das famílias rurais e outros usos para os espaços rurais (como o turismo, a moradia e a preservação ambiental), promovendo também a re-qualificação profissional necessária dessa população para a sua reinserção nesses novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo; políticas sociais compensatórias ativas, tais como aposentadoria precoce em áreas desfavorecidas, estímulo a jovens agricultores, renda mínima vinculada à educação de crianças (como no caso dos cortadores de cana mirim, das carvoarias), etc.; um reordenamento político-institucional que reconheça as novas formas de regulação que vem surgindo no novo rural e que permitam tanto superar o tratamento individualizado dado até aqui aos beneficiários das políticas públicas, como fortalecer novas estruturas do poder local para que seja possível a efetiva descentralização das atuais políticas públicas do país. Enfim é preciso remover o viés urbano e agrícola das atuais políticas públicas, sem o quê o desenvolvimento do novo rural brasileiro estará comprometido. (SILVA, José Graziano da, **Ainda precisamos de reforma agrária no Brasil?** Campinas, SP: Unicamp, 2005. Disponível em <[http://www.eco.unicamp.br/nea/ htm](http://www.eco.unicamp.br/nea/htm)> Acesso em: 27 jan. 2005).

3.4 O novo rural proveniente da não ruralidade típica

Mas a dinamicidade da economia levou ao meio rural atividades não tipicamente rurais, ligadas mais precisamente a uma existência citadina. Turismo rural, moradias permanentes próximas aos grandes centros urbanos, empreendimentos imobiliários para a classe média e os ricos. Esses empreendimentos de origem urbana trazem consigo uma grande variedade de bens e serviços de suporte ao meio rural. São bares, restaurantes, postos de gasolina, lojas as mais diversas, *lan house's*, locadoras de automóveis etc. Um micro-universo urbano que se transfere ao meio rural tendo em vista a construção de estruturas urbanas nesse meio. Por outro lado, indústrias se instalam, por exemplo, por motivos fiscais em áreas rurais, trazendo consigo a urbanidade de relações sócio-econômicas muito específicas, anteriormente estranhas àquele ambiente.

Contudo o próprio meio rural passa a ser hospedeiro de atividades rurais estranhas num determinado momento histórico. Aliás, nesse contexto o que

Graziano deixa absolutamente claro é o caráter relativo do que se denomina por “novas” atividades agropecuárias:

O termo “novas” foi colocado entre aspas porque muitas atividades, na verdade, são seculares no país, mas não tinham, até recentemente, importância como atividades econômicas. Eram atividades de ‘fundo de quintal’, hobbies pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.), que foram se transformando em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. Essas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agroindustriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos de distribuição, comunicação e embalagens, em busca de nichos de mercados muito específicos (SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98**. Campinas: Unicamp, 2005. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/textos.htm>>. Acesso em : 27, mar. 2006).

Novo como sinônimo de não tradicional e mais, que simplesmente não é constituído de atividades necessariamente agropecuárias. Esse rural não simplesmente agropecuário surge da modernização da agropecuária e da entrada no meio rural de atividades não existentes nesse meio no Brasil.

Nesse contexto, a história de cada segmento desse “novo rural” é, de *per si*, de complexidade significativa. Em primeiro lugar trata-se da instalação de atividades antes absolutamente estranhas a existência humana dentro de um determinado espaço. O surgimento de cadeias de entretenimento no meio rural, cujo caso mais radical conhecido, Las Vegas nos Estados Unidos, é empreitada de enorme envergadura com conseqüências sociais e econômicas por demais intensas.

O surgimento da piscicultura do salmão no Chile e da carcinicultura no Equador, México e Brasil, bem como toda a aqüicultura mundial inverte relações de produção de ponta-cabeça, pelo simples fato de mudar completamente o principal meio de produção que antes historicamente era a terra e agora passa a ser a água. Mas nada disso se compara ao movimento atual de mudança da matriz energética que do petróleo passa para a

fotossíntese. Isso porque ela é a base de todo sistema produtivo de mercadorias.

São muitos os exemplos, a maioria deles ainda por merecerem maiores estudos. Contudo o que se tem de essencial é que o novo rural não é, em absoluto, uma categoria meramente demonstrativa de que novas atividades passaram a fazer parte do meio rural. É muito mais do que isso. *Precisamente possui uma radicalidade, a saber, de que esse novo é muitas vezes a única inclusão possível e que o antigo rural, por eliminação, não se sustenta na contemporaneidade do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção do capitalismo contemporâneo.*

Concordando com essa tese, as conseqüências sócio-econômicas e políticas são absolutamente imediatas para o Nordeste. Região amplamente atrasada no seu meio rural, predominantemente se inventou e reinventou a partir de suas atividades tradicionais nesse espaço.

O Nordeste não é um fato inerte na natureza. Não está dado desde sempre. Os recortes geográficos, as regiões são fatos humanos, são pedaços de história, magma de enfrentamentos que se cristalizaram, são ilusórios ancoradouros da lava da luta social que um dia veio à tona e escorreu sobre este território. O Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram uma realidade e presença (ALBUQUERQUE JR, 1999, p. 312).

Espacialidade fundada historicamente numa sócio-economia tradicional que perdurou em sua quase totalidade territorial. Esse tradicionalismo é perpetuado como cultura, como elemento central da nordestinidade. Nesse contexto, um exemplo interessante existe no Rio Grande do Norte: a Festa do Boi.

A Festa do Boi é, na verdade, um evento que privilegia politicamente um passado *presente apenas no passado*, mas que não existe como realidade econômica. A agropecuária do Nordeste de maneira geral e do Rio Grande do Norte em particular *se acabou*. No entanto há nos meses de outubro de todos os anos em Natal uma festa na qual os principais políticos do estado têm que “pedir a bênção” a uma categoria econômica de produtores absolutamente falidos que não têm nenhuma contribuição à sócio-economia do RN vivendo

exclusivamente (quando conseguem) de benesses do Estado. A Festa do Boi é uma festa do passado como se o passado precisasse ser perpetuado num presente que não existe e não existirá mais. Essa informação assusta apenas aos leigos. Aqueles que minimamente estudam os dados e visitam o campo, conhecem-na. Encerrando essa pseudo- polêmica, uma breve visita ao IPEADATA evidencia que o Rio Grande do Norte possui o vigésimo PIB agropecuário dentre os 27 estados da união (os dados encontram-se, dentre outras fontes, disponíveis no site <<http://www.ipeadata.gov.br/> >)

A festa do boi é um exemplo. Festas do boi se reproduzem do Maranhão até a Bahia, produto da construção de um tipo de Nordeste.

Esse Nordeste é uma máquina imagético-discursiva que combate a autonomia, a inventividade e apóia a rotina e a submissão, mesmo que esta rotina não seja o objeto explícito, consciente de seus autores, ela é uma maquinaria discursiva que tentam evitar que os homens se apropriem de sua história, que a façam, mas sim que vivam uma história pronta, já feita pelos outros, pelos antigos; que se ache “natural” viver sempre da mesma forma as mesmas injustiças, misérias e discriminações. Se o passado é melhor que o presente e ele é a melhor promessa para o futuro, caberia a todos se baterem pela volta aos antigos territórios esfacelados pela história (ALBUQUERQUE JR, 1999, p.85)

Região mitificada no tradicional, no momento em que o tradicional (há muito em crise) se depara com transformações tão radicais que se transformam em fosso de profundezas abissais, podendo gerar um caráter intransponível que serve de mola à continuidade do circuito da pobreza:

Os regionalismos explodem como reação conservadora a este processo de globalização. Os nacionalismos e regionalismos são anacrônicos e reacionários, embora em determinado momento histórico eles tenham possibilitado conquistas sociais e políticas importantes, bem como incentivado a criatividade artística e cultural. Mas estes parecem esgotados na sua potencialidade criativa, visto que se fossilizam no mesmo momento em que um dado feixe de imagens e de enunciados, de sons e de sentidos foram escolhidos como representativos da nação ou da região; no mesmo momento em que esta sedimentação de saberes se apóia numa rede de poderes que se quer perpetuar como defensora da nação ou como representante da região.

Parece, hoje, ser preciso ultrapassar as nações ou as regiões para permitir a emergência do novo, porque a nação, tanto quanto a região, se tornaram maquinarias de captura do novo, do diferente, e

por isso vivem permanentemente em crise. No Brasil estamos sempre carentes de nação, e no Nordeste somos sempre de uma região carente. Quanto mais os golpes de Estado, as ditaduras, as conciliações dos vencedores nos prometem salvar a nação e a região, mais a carência de nação e de região parecem se agravar. Discursos como o da dependência, do subdesenvolvimento como parte do desenvolvimento, da exploração colonial como causas explicativas de nossa situação enquanto país, parecem estar cada vez mais desgastados, porque partem de uma premissa de fundo, que é a de nossa vitimização enquanto país; a culpa por nosso atraso é dos outros, não nosso, enquanto vencedores e vencidos. O mesmo se pode dizer do discurso que gira em torno da denúncia do colonialismo interno, das desigualdades regionais, da exploração do Nordeste pelo Sul e vice-versa. São discursos presos a essa lógica da vitimização, da culpa sendo posta sempre no “outro”, criando um “eu” descomprometido com sua própria condição. O discurso das desigualdades regionais, por exemplo, traz em suas bases a falsa premissa de que um dia existiu ou poderão existir regiões iguais, além de partir da naturalização e homogeneização das regiões que põem em comparação. Na verdade, existem repercussões tanto em nível nacional, como regional, dos mecanismos diferenciados de produção do capital em nível internacional e dos interesses imperialistas, mas tais relações não são hoje externas a nós; elas nos atravessam, são constitutivas de nós; nós as reproduzimos. Não existem, portanto, o externo e o interno (ALBUQUERQUE JR, 1999, p.309-310)

O problema abordado acima é constituído da mesma matéria prima da radicalidade do Novo Rural de Graziano. Graziano é um pensador absolutamente perspicaz na observação das transformações do meio rural brasileiro. Mais precisamente, sendo paulista, academicamente também estabelecido no estado de São Paulo é espectador privilegiado das transformações pois no Centro-Sul na maioria das vezes o novo é a regra. Regra que determina todo o resto, pois é a encarnação da nova produtividade social média. Não acompanhá-lo é a exclusão do mundo econômico.

3.5 O Novo Rural Agroenergético

A dualidade de uma mercadoria está na sua característica de ser ao mesmo tempo e de maneira dialética, valor de uso e valor de troca. Muito embora os

produtores tenham na lucratividade o motivo da produção, a própria lucratividade tem estreita ligação com o caráter social da utilidade. A saber, quanto maior a utilidade conferida a uma mercadoria no cenário comercial mundial, maior a capacidade de se lucrar produzindo-a.

Diferentes mercadorias adquirem diferentes utilidades sociais. No entanto, o mundo das mercadorias tem por base um agrupamento pequeno de insumos (também mercadorias). Produzir mercadorias em grande quantidade e disseminá-las por mercados cada vez mais globais passou a ser tarefa corriqueira e cada vez mais aprimorada no capitalismo a partir da produção em larga escala de energia. Nesse contexto, os principais produtos que geram energia são os combustíveis líquidos transportáveis. São eles os responsáveis pelo transporte em larga escala de mercadorias e de gente por terra por ar e pelas águas (mares, rios, lagos). Na agricultura, a força mecânica dela depende modernamente de forma integral. Ademais se coloca como fonte de produção de energia elétrica a partir de termoelétricas (em grande escala) e de geradores elétricos (em pequena escala). Também é o grande responsável pelo aquecimento doméstico no período de inverno nos países de clima frio.

Sem delongas, a substituição do petróleo por óleo vegetal e álcool como fontes principais de fornecimento de combustíveis líquidos para a humanidade dará ao mundo rural uma nova dimensão ainda a ser pesquisada em sua plenitude. Certamente acompanhará as tendências já existentes de industrialização altamente intensiva em capital. No entanto, estamos tratando da base do sistema produtivo mundial. Portanto, a intensidade das transformações industriais, efetivamente serão imensas e com repercussões sócio-econômicas grandiosas em todo o espaço agrícola.

O presente trabalho não tem por objetivo estudar essas transformações, até porque sua visualização só poderá ser apreendida com maior clareza daqui a alguns anos. No entanto, podemos com certeza visualizar o definitivo avanço industrial na área de esmagamento e refino para produção de álcool e biodiesel que por suas características de escala levam a intensificação da produção de espécies agrícolas variadas, produção em larga escala de insumos e maquinário agrícola, interiorização da produção metal-mecânica na produção de maquinário de esmagamento e refino, incremento das empresas produtoras de pesquisa e desenvolvimento de espécies vegetais, produção de maquinário e implementos agrícolas cada vez mais variados em função das diferentes espécies vegetais utilizadas para a produção de biocarburantes,

criação de setores químicos ligados a óleos vegetais e etanol (similar ao que ocorre no setor petroquímico), especialização dos agricultores, utilização de técnicos e engenhos agrícolas, florestais, químicos fora da área de petróleo. Todo esse universo com os seus respectivos efeitos multiplicadores.

A era dos biocombustíveis estará marcando a radicalização definitiva do novo rural. Rural, agrícola e radicalmente industrial e urbanizante. Nenhuma outra atividade teria a capacidade de levar as transformações no campo a tão distantes e complexos caminhos de maneira tão rápida e intensa. E o motivo é simples: o mundo depende da produção em larga escala de biocombustíveis. Pela escala exigida tem-se a intensificação das mudanças. Nada aqui é mínimo. Tudo é superlativo.

3.6 O novo rural agroenergético e a produção de alimentos

A “polêmica” relativa ao novo rural agroenergético surgiu com declarações irresponsáveis realizadas e disseminadas pelos chefes de Estado Hugo Chávez da Venezuela e Fidel Castro, de Cuba de que a produção agronegética poria o mundo em risco de abastecimento alimentar. Tais declarações geraram um princípio de polêmica. Aqui não gastaremos tempo precioso discutindo futilidades. Cabe, tão somente, do ponto de vista teórico, apresentar a posição adotada pela FAO em termos mundiais e pela sua representação na América Latina, hoje chefiada pelo Professor José Graziano da Silva.

Em artigo publicado em 06 de agosto de 2007, intitulado “AGROENERGIA: O COMPROMISSO DA FAO”, assinado pelo professor Graziano temos:

Para o bem e para o mal, a história do desenvolvimento nunca é monocromática. Suas circunstâncias não se completam num vazio de conteúdo político ou de mobilização social, mas num relevo marmorizado por contradições cujo desfecho depende de correlação de interesses para consumir a supremacia de uma tendência que, mesmo assim, nunca será exclusiva, ainda que dominante.

Essa equação se recoloca cada vez que a humanidade chega às bordas de nova fronteira econômica ou tecnológica. Foi assim nos primórdios da industrialização, no século 19. É assim com a agroenergia no século 21. É preciso desassombro e realismo histórico para distinguir os fatores que podem materializar as promessas inerentes a esses processos das dinâmicas que ameaçam distorcer todo um elenco de possibilidades.

Para não desperdiçar as chances da história nem se perder na massa de forças que ela aciona quando se movimenta, é preciso equilíbrio e coragem. Esse é o esforço de equidistância que o escritório regional da FAO para América Latina e Caribe se impôs diante do horizonte aberto pela transição da matriz energética (SILVA, José Graziano da. **Agroenergia: o compromisso da FAO**. Santiago, Chile:FAO,2007.Disponível.em:<<http://www.ecodebate.com.br/.../agro-energia-e-seguranca-alimentar-compromisso-da-fao-por-jose-raziano-da-silva>>Acesso em: 10 set. 2007).

A observação feita acima é translúcida. A história é complexa e as grandes transformações por que passou e continua a passar a humanidade geram perplexidades que não podem se colocar como obstáculos ao avanço. Faz-se necessário “*desassombro e realismo*” (coragem para atravessar a ponte que separa o homem do super homem) para trabalhar as múltiplas facetas de cada etapa de determinado processo de desenvolvimento. Foi assim, e ainda o é. O que virá a ser será o produto da ação consciente e não de observações *a priori* que podem levar ao desperdício de chances históricas. É importante lembrar que as mudanças tecnológicas ocorridas no século XIX foram aproveitadas por países que vieram a se constituir no centro do enriquecimento humano e que de lá para cá, apesar de guerras, pestes e catástrofes variadas, não o deixaram de ser. Portanto, a perda do bonde tecnológico da história acarreta conseqüências drásticas para aqueles que por qualquer motivo o relegam a plano secundário. É preciso ficar mais que atento, com equilíbrio e coragem para que não desperdicemos as oportunidades históricas.

Há muito pouco tempo atrás em termos históricos, Celso Furtado e Raúl Prebisch lançaram a reflexão sobre os motivos do subdesenvolvimento da América Latina. Não retomaremos a tese na íntegra: ela é por demais conhecida. Reside na constatação de que as estruturas arcaicas não industriais latinoamericanas fossilizavam os países em baixíssimos níveis de desenvolvimento societário aprisionando-se à idéia de vantagem comparativa das suas produções primário exportadoras. Em termos das relações internacionais de troca, o que se tinha era uma permanente deterioração dos termos de intercâmbio entre países produtores de

produtos primários e aqueles produtores da base da estrutura industrial mundial. E não apenas a deterioração dos termos de intercâmbio mas, dentro desse espectro, a fragilização das economias primário-exportadoras no enfrentamento aos processos de crise cíclica do capitalismo mundial.

A superação do subdesenvolvimento exigiu rupturas e industrialização. Essa industrialização invadiu o campo criando novas atividades rurais (rompendo o ciclo de atividades secularmente tradicionais). Mas nunca em toda história, tais modificações puderam se constituir em tamanha radicalidade como se tornar eixo de funcionamento da economia mundial através da produção de energia. É uma oportunidade ímpar. Esse caráter único exige a repulsa aos falseamentos:

A cautela recomendável diante dessas mudanças de escala não significa ratificar uma percepção comum, mas falsa, de que o canibalismo entre agroenergia e lavouras de alimentos é inevitável. Segundo o Comitê Mundial de Segurança Alimentar da FAO, a produção mundial de cereais é suficiente para assegurar 2.810kg calorias/dia a cada habitante do planeta, quase um terço superior ao mínimo necessário de 2.200kg cal/dia. Na América Latina e Caribe a disponibilidade de alimentos é ainda maior, 2.880kg cal/dia.

Portanto, a fome tem cada vez menos a ver com a produção de alimentos e cada vez mais com as dificuldades de acesso. Nossa doença é social, e é isso que explica que 52,4 milhões de pessoas passem fome na região e outras 209 milhões (40% do total) lutem pela sobrevivência com menos de dois dólares por dia.

O cenário de exclusão contrasta com a disponibilidade de alimentos e de recursos para erradicar a fome e a pobreza. Estatísticas da FAO demonstram que há terras aráveis suficientes na América Latina e Caribe para a agricultura avançar dos atuais 150 milhões de hectares para 224 milhões, sem derrubar suas florestas. No Brasil, 80 milhões de hectares aráveis não são usados.

Essa inaceitável contradição entre oferta e acesso levou o escritório regional da FAO a abraçar a Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome, que busca erradicar a fome até 2025. Plantar combustíveis, como diz o presidente Lula, pode acelerar o processo. Partilhamos o entusiasmo sem ignorar os desafios que ele traz (SILVA, José Graziano da. **Agroenergia: o compromisso da FAO**. Santiago, Chile:FAO,2007.Disponível.em:<<http://www.ecodebate.com.br/.../agro-energia-e-seguranca-alimentar-compromisso-da-fao-por-jose-raziano-da-silva>> Acesso em: 10 set. 2007).

A fome não apenas não pode estar ligada a produção agroenergética como esta produção poderá ser imensa aliada ao seu combate tanto no que diz respeito à demanda mundial por produtos de origem vegetal para a produção de álcool e óleo vegetal como também (o que não foi abordado por Graziano) gerará uma massa vegetal sem precedentes para alimentação animal, onde antes não existia. No entanto nada disso dar-se-á a partir de um *laissez faire* qualquer, mas antes será produto da ação política que, inclusive, terá que ter a capacidade de se impor frente aos desafios que transformem essa possibilidade em ganhos sociais efetivos:

Trata-se de possibilidade histórica. Não uma certeza arrogante. Para que ela se materialize, a FAO considera indispensável um conjunto de providências que pretendemos difundir junto aos governos, como salvaguardas indissociáveis dos programas de agroenergia. Elas incluem impedir que a agroenergia desloque lavouras destinadas à alimentação humana; garantir o respeito aos direitos trabalhistas no campo; promover a participação dos pequenos produtores nessa nova fronteira; e trocar experiências em todo o continente.

Voltamos às possibilidades da história. Uma transição de ciclo de desenvolvimento, antes de ser equação técnica, é palheta de escolhas de diferentes tonalidades políticas. Requer, portanto, ações públicas para materializar as promessas e minimizar os riscos. Uma boa forma de balizar a nova paisagem é cercá-la de diretrizes e compromissos que permitam de fato plantar combustíveis para colher justiça social. Esse é o compromisso da FAO (SILVA, José Graziano da. **Agroenergia: o compromisso da FAO. Santiago, Chile: FAO, 2007. Disponível em:** <[http:// www.ecodebate.com.br/.../agroenergia-e-seguranca-alimentar-ompromisso-da-fao-por-jose-graziano-da-silva](http://www.ecodebate.com.br/.../agroenergia-e-seguranca-alimentar-ompromisso-da-fao-por-jose-graziano-da-silva)> Acesso em: 10 set. 2007).

A questão é que a produção agroenergética é uma oportunidade histórica sem parâmetros, mas não pode ser encarada como o bem *a priori* mas produto de decisões políticas que permitam que ela venha de fato a ser um excelente campo para o desenvolvimento econômico e social em toda América Latina (tendo obviamente o Brasil como epicentro) num meio rural que outrora foi considerado causa econômica estrutural do subdesenvolvimento.

Produzir biocombustíveis é produzir alimentos em caráter duplo (ou muito mais do que isso). Em primeiro lugar a geração de lucro, emprego e renda no setor e em

todos os que se multiplicam a partir dele, direta e indiretamente. Sabemos que a renda adicionalmente gerada, sobretudo para populações que não a possuíam ou possuíam em níveis muito baixos, vai para o consumo alimentar. Inicialmente comer mais. Se a renda continua aumentando come-se mais e melhor. Isso aquece o segmento produtor de alimento que não migra para a produção agroenergética, pois vê seus rendimentos crescerem graças ao aumento da demanda por alimentos.

Por outro lado, populações que antes não criavam animais por falta de forragem, passam a ter grandes quantidades de alimento (bagaço de cana, farelo de girassol, farelo de soja, folha de mandioca, entre outros) que traz em si a possibilidade de constituir ramos inteiros de produção de proteína animal (em terra e na aquicultura) graças a existência desse subproduto da produção agroenergética.

As possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico na era dos biocombustíveis são mais do que reais, desde que o modelo adotado seja efetivamente incluyente. Graziano também assim entende e o colocou em seu artigo "*O desafio social da agroenergia*":

A expressão aumento da produtividade pode ter muitos significados e distintas conseqüências. Inovação e avanço tecnológico é uma delas. Melhoria das condições gerais de infra-estrutura e escolaridade, é outra. Mas aumentos de produtividade podem ser conseguidos também pela super-exploração da mão-de-obra, especialmente a través da extensão e/ou intensificação da jornada de trabalho.

A cana-de-açúcar começou no Brasil acoplado ao latifúndio monocultor, a moenda e a senzala para definir um regime de trabalho escravocrata, que durante quatro séculos condicionaria nossa sociedade por caminhos pouco edificantes. Cicatrizes desse traço fundador permanecem abertas até hoje e de forma particularmente latejante manifestam-se na jornada de mais de 500 mil brasileiros que, segundo a PNAD-2005, são requisitados anualmente para o corte da maioria dos 6,3 milhões de hectares de cana do país." (SILVA, José Graziano da. **O desafio social da agroenergia** Santiago, Chile:FAO, 2007. Disponível em: <<http://www.rlc.fao.org/pr/quienes/dg/articulos/art02.swf>> Acesso em 20 out. 2008).

Excelente exemplo. A cana de açúcar é apenas uma planta. A questão é sob qual modelo se implementa o processo de produção dessa riqueza. Produzindo açúcar num regime escravocrata e depois oligarca e absolutamente excluyente esse modelo

gera cicatrizes perversas até o presente, quase 500 nos após a sua implantação. Acredito que essa perversidade, hoje, pode ser ainda maior, pois as necessidades de álcool combustível são infinitamente superiores as de açúcar e se a produção de etanol se restringir à cana de açúcar e no modelo definido pelas grandes usinas, o processo de exclusão poderá ser total na medida em que invariavelmente a mecanização tomará o lugar do trabalhador braçal no corte. Obviamente esse tipo de atividade é aviltante, mas é trabalho quase que fundamentalmente exercido por nordestinos que não conseguem espaço para viverem produtivamente na sua região. A agroenergia tem que se expandir fixando homens a atividades produtivas rentáveis:

Conforme sublinhamos em artigo de 29 de maio neste espaço, nossa meta é levar os governos do continente a abraçarem um conjunto de ações que permitam associar a expansão da agroenergia à luta contra a fome. Incluem-se aí medidas como o zoneamento agrícola para impedir que a nova atividade desaloje lavouras destinadas à alimentação humana; aperfeiçoamento dos contratos e direitos sociais, especialmente direitos trabalhistas no campo; expansão da pesquisa, da assistência técnica e do cooperativismo, de modo a propiciar a participação dos pequenos produtores não apenas como fornecedores de matérias-primas, mas protagonistas de corpo inteiro desse novo mercado (SILVA, José Graziano da. **O desafio social da Agroenergia** Santiago, Chile:FAO,2007.Disponível.em:<[http://.www.rlc.fao.org/pr/quienes/dg/articulos/art02.swf](http://www.rlc.fao.org/pr/quienes/dg/articulos/art02.swf)> Acesso em 20 out. 2008).

Disseminar a produção agroenergética entre pequenos e médios produtores rurais, evoluindo numa segunda etapa não mais para o fornecimento de matérias primas, mas para a participação no valor agregado pela produção de etanol e biodiesel. Essa é a grande inclusão agroenergética que nos tornará um país muito rico e com uma riqueza bem melhor distribuída. O Centro-Sul evoluirá. Além dos recursos do PAC lá existe pequenos e médios produtores rurais tecnificados e organizados. E essa evolução começa a dar seus primeiros sinais:

No dia 7 deste mês, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei 303/07, do deputado José Fernando Aparecido de Oliveira (PV-MG). O PL visa a criação do Programa Nacional de Produção de Biocombustíveis por Cooperativas (PNBC).

De acordo com a Agência Câmara, foram apresentadas pelo relator, o deputado Marcos Montes (DEM-MG), duas emendas que fazem dois acréscimos ao projeto original. A primeira emenda autoriza o agricultor rural, que seja pessoa física, a produzir biodiesel, quando o combustível for destinado ao consumo próprio ou à entrega à cooperativa a qual for associado.

A segunda isenta esses produtores rurais do pagamento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social (PIS/Pasep) que incidir sobre a produção do combustível. Esses dois tributos são os de maior incidência sobre a cadeia do biodiesel. O PL tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Minas e Energia; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (PL prevê a criação do Programa Nacional de Produção de Biocombustíveis por Cooperativas. **Gestaoct**, Brasília, 21 nov. 2007. Disponível em: <http://www.gestaoct.org.br/eletronico/inov_energ/inform/INumero10.htm#2> Acesso em: 20 jun. 2008).

Associar a agroenergia à luta contra a fome é a grande tarefa. Mas essa tarefa que Graziano como dirigente da FAO na América Latina coloca como meta, não chegou sequer ao seu ex-chefe e amigo pessoal, o Presidente Lula. O modelo atual agroenergético implantado pelo governo brasileiro é o contrário do preconizado pela FAO e do esperado como política nacional de desenvolvimento econômico. Se no Centro Sul os pequenos produtores serão fornecedores de matéria prima (o que considero um avanço), no Nordeste não serão nem isso e não há nada que prove o contrário, apenas propaganda governamental desmentida pelos números e ações oficiais.

4 O PROGRAMA PETROBRAS FOME ZERO E A PRODUÇÃO

A entrada de Lula na presidência da República levou as estruturas produtivas com participação do Estado a um engajamento quase que imediato ao que se chamou de maneira genérica de Programa Fome Zero. Na verdade, a idéia inicial do “Fome Zero” era complexa. Tratava-se de atuar em três frentes imediatas e de maneira paralela. Uma era a estabilização econômica e, ligada a ela, a retomada acelerada do crescimento, considerado como único recurso efetivo para minimizar as mazelas sociais pelo próprio Programa. Como terceira ação paralela, vinha o que se constituía em programas emergenciais. Esses seriam os de distribuição de renda mínima e comida.

O papel das grandes empresas com participação estatal seria central. Por exemplo, os gastos da Petrobras na aquisição de embarcações e plataformas de petróleo passaram a ser realocados para estaleiros nacionais. Isso foi e vem sendo feito com um papel de extrema eficácia na dinamização de renda através dessas encomendas estatais.

No âmbito agroenergético se gerou a expectativa de que a Petrobras atuasse também de maneira incisiva. Empresa poderosa e espalhada por todo território nacional, ela iria assumir um papel central na produção agroenergética nacional, sobretudo no contexto do impulsionamento daqueles que mais precisam descobrir possibilidades de ganhos financeiros com atividades rurais, quais sejam, os agricultores familiares proprietários ou assentados pela reforma agrária. Essa não foi uma expectativa vã. Muito pelo contrário, ela foi disseminada como uma perspectiva real pela própria empresa. No Rio Grande do Norte, a inauguração da planta de biodiesel em Extremoz foi alardeada como o início dessa era. Assim pensávamos, sonhávamos. Pensamentos e sonhos não correspondem na maioria das vezes com a realidade.

Infelizmente (e aqui não cabe a análise dessa questão) o Fome Zero passou a se restringir em oito anos aos programas emergenciais com uma novidade, a presença constante de empresas públicas e privadas num regime de formatação de projetos de pequeno porte em regime especial considerado institucionalmente como de responsabilidade social.

Obviamente, dado a sua abrangência nacional e os seus tamanho e poderio financeiro, a Petrobras não poderia ficar de fora. E não ficou.

A Petrobras incorporou a seus negócios os princípios de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, ao aderir em 2003, a uma das mais importantes iniciativas de responsabilidade social corporativa no mundo, o Global Compact.

A companhia estabeleceu um novo marco de atuação na área de Responsabilidade Social ao lançar, em 1º de setembro de 2003, o Programa Petrobras Fome Zero, comprometendo-se a investir até o final de 2006, R\$ 303 milhões em ações de fortalecimento das políticas públicas de combate à miséria e a fome. Inúmeras ações estão sendo implantadas em todo o Brasil, com a participação direta das comunidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Através de um processo de seleção pública, a empresa está escolhendo projetos que estejam adequados às linhas de atuação do Programa, que priorizam a educação e qualificação profissional, geração de emprego e renda, garantia dos direitos da criança e do adolescente, empreendimentos sociais e voluntariado.” (PETROBRAS: balanço social e ambiental. Rio de Janeiro: Petrobras, s.d. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial>, Acesso em: 20 jan. 2007).

A citação retirada do *site* da Petrobras já define o contexto da atuação da empresa no Programa Fome Zero. Em primeiro lugar, para uma das maiores empresas petrolíferas do mundo, um gasto institucional de 303 milhões de reais em 2006 (nas vésperas do segundo mandato lulista) só pode ser considerado como pífio. Além de pífio, os recursos são gastos mais como um misto de assistencialismo devidamente retribuído em bônus midiático do que qualquer outra coisa. De 2007 até 2010 a petroleira anuncia que “*Serão investidos recursos da ordem de R\$ 1,2 bilhões, no período de 2007 a 2012, em projetos que promovam desenvolvimento com igualdade de oportunidades e valorização das potencialidades locais*” (PETROBRAS: balanço social e ambiental. Rio de Janeiro: Petrobras, s.d. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial>, Acesso em: 20 jan. 2007).

Fizemos o levantamento de todos os projetos aprovados pela Petrobras durante os anos de 2004 a 2007. O total dos projetos foi distribuído conforme demonstrado no Anexo I.

Tabela 13

Projetos da Petrobras no âmbito do Programa Fome Zero 2004-2007

Região	2004	2005	2006	2007	Total
Norte	6	9	13	9	37
Nordeste	24	19	27	24	94
Centro-Oeste	4	6	4	6	20
Sudeste	8	13	21	18	60
Sul	6	8	11	10	35
TOTAL	48	55	76	67	246

Fonte: Petrobras/Elaboração Própria

São 246 projetos em 4 anos, dos quais 37 no Norte, 94 no Nordeste, 20 no Centro-Oeste, 60 no Sudeste e 35 no Sul. Independentemente da distribuição regional dos projetos, o que deve ser levado em consideração é todos eles assumem a característica clássica de ações ditas de “responsabilidade social” que não estão (nenhum deles) ligados a qualquer estratégia de atuação na produção de biocarburantes seja em assentamentos ou pequenas comunidades rurais.

A petroleira tem o direito de fazer ações dessa ordem. Não é a única grande empresa a fazê-lo. Que as façam. Mas é um naco assistencialista bem fora do que se poderia fazer num processo realmente massivo de produção agroenergética. Tanto tem sido assim, apesar de toda sorte de propaganda da petroleira, que a grande discussão política atual está exatamente na forma de utilização dos recursos do Pré-Sal para a industrialização do país, e, dentro dela da própria questão agroenergética.

Com o intuito de entender a participação da Petrobras no cenário agroenergético atual, apresentamos entrevista realizada com o Ulisses da Costa Soares, Coordenador do Programa de Biocombustíveis da Petrobras no Rio Grande do Norte, Ulisses da Cosa Soares realizada em março de 2008. Os grifos são creditados ao autor.

Nabuco – Qual é a posição da Petrobras com relação aos assentados. A Petrobras considera os assentados aptos a trabalharem como fornecedores de matéria-prima sem um processo de integração?

Ulisses da C Soares - Você já está fazendo uma pergunta já dando uma resposta né?

Nabuco – Não. Veja bem, há uma diferença entre um produtor no Rio Grande do Sul e um produtor no Nordeste. A Petrobras considera o produtor assentado no Rio Grande do Norte de que forma? Como ela vê esse produtor assentado como um futuro produtor de matéria-prima para a empresa?

Ulisses da C Soares – A exemplo da Petrobras, todas as empresas que vão produzir biodiesel no Nordeste elas pretendem ter um selo social. Para você ter um selo social, você tem que trabalhar com mais de 50% da agricultura familiar. Então os assentamentos se incluem nesse segmento, certo? Quando você lê a lei do biodiesel que está lá no portal do Governo Federal você vê as cláusulas todas da importância de um selo social para uma empresa. E como a Petrobras antes de tudo também é uma empresa social, a prioridade é para a agricultura familiar. É tanto que a Petrobras ela trabalha, já tem diversos programas na agricultura familiar independente do biodiesel. Temos o “Terra Pronta” o “Molhar a Terra”, inclusive em municípios que não são produtores de petróleo. Também diversas atividades que a comunicação empresarial já faz. Então de certa maneira, existe uma relação muito forte entre os assentamentos e a agricultura familiar (que não é só assentamento, é bom frisar isso né?) com a Petrobras. Mas especificamente para o biodiesel, o ano passado nós trabalhamos com os agricultores familiares da região do Apodi e na região do Mato Grande. O objetivo nosso era trabalhar com 3.000 hectares e nós conseguimos somente 950 hectares. Acho que foi 1050 hectares, mais ou menos isso; 300 na região do Apodi e 750 na região do Mato Grande. Uma pena que não choveu, mas a experiência foi muito válida porque mostrou a viabilidade da cultura. Com pouca chuva, tivemos índices de produtividade acima do esperado no país, para a quantidade de chuva que houve. E para este ano, como a Petrobras ela é uma incentivadora desse programa, mas junto com o Governo do Estado (trabalhar com agricultura familiar em grandes áreas é uma atribuição do Governo do Estado junto com seus parceiros e a Petrobras se constitui num deles), ou seja, nós vamos comprar

a produção (toda produção), nós vamos dar a logística de ir buscar a produção, nós estamos pagando a assistência técnica toda do projeto através da EMATER, e estamos fazendo toda a integração da cadeia através de órgãos de pesquisa como a EMPARN a EMBRAPA, com os Bancos do Brasil e do Nordeste dando suporte não só ao crédito, mas também à gestão no campo com esses agricultores (existe todo um convênio que está sendo criado agora), e o objetivo este ano do Governo do Estado são 20 mil hectares.

Nabuco - Então a Petrobras não entrará diretamente em processo de integração junto a esses produtores?

Ulisses da C Soares – Não, ela está no processo de integração junto aos produtores, porque ela está dando toda a assistência técnica a eles. Ta dando toda a garantia da compra a eles e assegurando toda logística de compra da produção.

Nabuco – Agora vem uma pergunta em decorrência disso. Então a Petrobras entende que os assentados são produtores familiares.

Ulisses da C Soares - Lógico, eles estão na agricultura familiar ou não estão?

Nabuco – É uma pergunta...

Ulisses da C Soares – É sim, são da agricultura familiar!

Nabuco – Eles são agricultores familiares...

Ulisses da C Soares – São **agricultores da agricultura familiar**. São dois tipos de agricultores. E para isso eles têm crédito junto ao Pronaf que está sendo disponibilizado através do Banco do Brasil e pelo Banco do Nordeste.

Nabuco – Então sociologicamente falando e economicamente falando, eles são agricultores aptos a produzir matéria prima para a Petrobras...

Ulisses da C Soares – **Aptos a trabalhar. Até mesmo porque, a agricultura familiar, só nos assentamentos nós temos os assentamentos do INCRA, os assentamentos do Estado totalizando em torno de 550 mil hectares.** Dos quais uma das melhores áreas que tem no estado que tem para produzir está com a agricultura familiar. Os grandes assentamentos que nós temos lá dos Carajás, Fazenda São João...

Nabuco – Todos agricultores familiares?

Ulisses da C Soares – **Todos agricultores familiares!** Inclusive os 20 mil hectares do Governo do Estado são todos para a agricultura familiar. Quem quiser plantar fora, a agricultura convencional quiser plantar, nós compraremos sim, mas não entra com a assistência técnica, não entra com nada disso. Eles podem até reclamar, mas a nossa política é essa, nós temos o objetivo de se possível trabalhar com 100% da agricultura familiar.

Nabuco – Entendido que o 100% dos assentados são agricultores familiares.

Ulisses da C Soares – **Sim. Inclusive eu não gosto nem de usar esse termo assentado. Porque assentado é aquele agricultor que recebeu...entrou dentro do assentamento. A partir do momento que ele foi assentado ele se torna um pequeno produtor rural. Desde que tenha crédito e condições para isso como nós estamos favorecendo.**

Nabuco – A Petrobras irá atuar como produtora rural agroenergética?

Ulisses da C Soares – Sim, nós temos um grande projeto nacional com a Mitsui, como parceria...

Nabuco – Com a Mitsui vocês estão fazendo um alcoolduto...

Ulisses da C Soares – Com um alcoolduto e também estamos em diversos empreendimentos para produção de álcool.

Nabuco – Veja bem, então a Petrobras vai ser agricultora?

Ulisses da C Soares – **Não! Ela vai se associar com empresas...Agricultora não, agricultura não, ela vai ter indústrias. Assim como ela tem indústrias de álcool ela tem indústrias de biodiesel.**

Nabuco – Ela vai atuar na área de processamento...

Ulisses da C Soares – De processamento. De produção de combustíveis.

Nabuco – Ela vai receber a matéria prima dos produtores e vai processar...

Ulisses da C Soares – **Isso. Um alcoolduto é a mesma coisa de um duto de gás de um duto de petróleo, um duto de gasolina. Nós pretendemos ser o maior produtor do país.**

Nabuco – Ela vai ser uma integradora agrícola?

Ulisses da C Soares – **Não! Não é nosso papel!**

Nabuco – Então fundamentalmente o papel de vocês será o de produtor e distribuidor de biocombustível?

Ulisses da C Soares – Agora quando você entra no segmento da agricultura familiar, aí nós vamos dar assistência técnica e também a logística de compra da produção. Mas como integrador de uma grande cadeia, então nós não atuaremos.

Nabuco – Vocês terão patrulha mecanizada...

Ulisses da C Soares – Não, não. Isso aí não. É responsabilidade do Governo do Estado.

Nabuco – Então como integradora agrícola a empresa não atuará...

Ulisses da C Soares – Não.

Nabuco – No Rio Grande do Norte, qual é o projeto que se tem e a quantidade de produção que se deseja para até 2010 pelo menos?

Ulisses da C Soares – Nós temos duas plantas-piloto que tem uma capacidade de produção industrial de 18 milhões de litros-ano. E isso aí é o suficiente para tornar o Rio Grande do Norte auto-suficiente em B5. E a partir do momento que a produção do

Rio Grande do Norte for aumentando (produção agrícola) então nós teremos a possibilidade de expandir nossas plantas.

Nabuco – Qual é o investimento dessas plantas?

Ulisses da C Soares – Trinta

Nabuco – Trinta o que?

Ulisses da C Soares – Trinta milhões de reais

Nabuco – O álcoolduto divulgado na parceria com a Mitsui custa 4,1 bilhões...

Ulisses da C Soares – Sim

Nabuco – Obviamente a Petrobras como uma mega empresa, ela entra em segmentos altamente rentáveis. Se ela não entrasse não estaria na posição que glorifica este País nesse relativamente curto período de existência. Então veja bem, **o PAC (em números redondos) dos 17 bilhões para a área de biocombustíveis teve 16 bilhões 850 milhões de reais destinados para o Centro-Sul e apenas 150 milhões para o Norte e o Nordeste. Destes, 4,1 bilhões de reais já estão sendo investidos no álcoolduto. Há um claro e abissal distanciamento dos investimentos da Petrobras no Centro-Sul em relação ao norte-Nordeste. Isso não tem como se negar porque é recurso governamental colocado no site da Presidência da República. Qual a opinião da empresa sobre essa questão?**

Ulisses da C Soares – **Não tenho opinião para dar sobre isso.**

Nabuco – Já conseguiram o selo social no Rio Grande do Norte?

Ulisses da C Soares – Agora estamos requerendo a área industrial, eu acho que estaremos com o selo...obviamente...porque estamos incentivando somente a agricultura familiar. A parte de cana-de-açúcar vai trabalhar em áreas de rotação da cultura mas são áreas muito pequenas.

Nabuco – Ta bem Ulisses, obrigado, respondeu rapidamente minhas principais questões, o que tenho a agradecer a gentileza...

A entrevista dada pelo representante da Petrobras para a produção de bicomustíveis no Rio Grande do Norte ratifica *in totum* o que até o presente momento defendemos na nossa tese. Analisemos passo a passo o que a nós foi respondido.

Em primeiro lugar a Petrobras desconhece completamente as especificidades sócio-econômicas dos assentados. Contrapondo-se as entrevistas dadas por Livânia Frizon (criada no âmbito da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, assentada, líder da reforma agrária no RN e articuladora principal das negociações com a própria Petrobras) e Heleno Gomes da Silva (funcionário de carreira do INCRA com longos anos de experiência no Nordeste e no Norte), a Petrobras confunde completamente a diferença entre um assentado e um agricultor. Para eles, foi assentado é agricultor de maneira geral e agricultor familiar no particular. O não entendimento é tão tosco que levou o entrevistado a declarar que não gosta nem de chamar os assentados de assentados, pois para ele, uma vez estando dentro da terra, automaticamente esses indivíduos se transformam em agricultores familiares: “A partir do momento que ele foi assentado ele se torna um pequeno produtor rural. Desde que tenha crédito e condições para isso como nós estamos favorecendo”. Esse equívoco primário acarreta problemas muito sérios. A petroleira irá incentivar a obtenção de empréstimos bancários pelos assentados e dará a assistência técnica. Nada disso garante um hectare sequer de plantio efetivo, devido à inabilidade dos assentados à tarefa agrícola e a falta de mecanização. Esses foram os motivos que fizeram quebrar o plantio no Mato Grande em mais de 50% como será visto na entrevista concedida por Livânia Frizon. Por sua vez, a situação de permanente inadimplência já tinha sido

abordada pelo representante do INCRA como de uma cultura não comercial (mercadológica) desses assentados rurais. Assistência técnica e garantia de compra são fundamentais, mas no nosso caso absolutamente não suficientes.

Para se fazer comparações básicas, a Petrobras tem como perspectiva a produção de 18 milhões de litros de óleo/ano para o Rio Grande do Norte. A safra de 2006 só de girassol, num estado de agricultura familiar como o Rio Grande do Sul foi de 30.038 toneladas em 19.777 hectares colhidos. Isso dá uma produção de óleo de aproximadamente 12 milhões e 15 mil litros. Sem grande alarde. Essa produção aumentou na safra 2007 para 30.989 toneladas em 21.961 hectares plantados, o que dá uma produção de óleo bruto de aproximadamente 12 milhões e 395 mil litros. Não estamos mostrando aqui a produção de óleo de soja. Mas vamos mostrar as cifras de exportação em 2008 para termos idéia das distâncias que separam as produções regionais. Isso porque o que é exportado ainda é bem menos do que fica no mercado interno (Fonte: MDIC/Alice WEB):

Tabela 14

Produção Nacional Exportada de Óleo Vegetal - 2008

Rio Grande do Sul	626 milhões de litros
Santa Catarina	89.7 milhões de litros
Paraná	936.9 milhões de litros
São Paulo	32.2 milhões de litros
Minas Gerais	60.8 milhões de litros
Mato Grosso	21 milhões de litros
Mato Grosso do Sul	442.1 milhões de litros
Goiás	61.4 milhões de litros

Fonte: MDIC/Alice WEB

Os dados apresentados dizem respeito à produção exportada em 2008. Portanto, fica de fora a produção destinada ao mercado interno. Goiás foi o estado

que menos produziu óleo de soja para exportação em 2008, mas, no entanto, exportou mais do que o projetado para o Rio Grande do Norte para os próximos 4 anos como meta final anual.

Mais comparações devem ser feitas. Em dólares, somente as exportações de óleo de soja do Paraná (maior exportador nacional) foram de US\$ 1.124.105.440. Essa cifra é superior a totalidade das exportações de todos os produtos de 6 dos nove estados nordestinos: Piauí (US\$ 136.962.444), Rio Grande do Norte (US\$ 348.091.062), Paraíba (227.704.811), Pernambuco (US\$ 937.632.596), Alagoas (US\$ 877.499.987), Sergipe (US\$ 111.676.810). Praticamente iguala as exportações totais do Ceará (US\$1.276.970.342). Na mesma linha de comparação, as exportações paranaenses de óleo de soja em 2008 também superam as exportações totais (não somadas) de 5 dos 7 estados do Norte: Amapá (US\$ 192.572.626), Acre (US\$ 22.066.395), Roraima (US\$ 16.336.320), Rondônia (US\$ 582.669.443) e Tocantins (US\$ 297.705.534). Se formos um pouquinho mais realistas, sabemos que quase a totalidade das exportações do estado do Amazonas é produzida por uma única cidade, Manaus. Assim, o imenso estado do Amazonas também deve entrar nessa comparação na medida em que se constitui num gigantesco vazio produtivo cujo único enclave, sua capital, é responsável por mais de 90% de todas as exportações do estado que em 2008 totalizaram US\$ 1.268.029.700. No Maranhão, prevalecem de forma absoluta as exportações de ferro fundido bruto não ligado (US\$ 820.517.704), minérios de ferro aglomerados e seus concentrados (US\$ 663.080.347), alumínio não ligado em forma bruta (US\$ 333.147.424) e ligas de alumínio em forma bruta (US\$ 330.817.114). Portanto a produção de minério maranhense para exportação foi de US\$ 2.147.562.589, o que equivale a (75% das exportações). No Pará, a situação não diferencia-se do Maranhão. Do total das exportações (US\$ 10.680.513.954), temos os minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados (US\$ 3.840.796.147), alumina calcinada (US\$ 1.348.161.158), alumínio não ligado em forma bruta (US\$ 1.064.142.880), ferro fundido bruto não ligado (US\$ 898.023.504), outros minérios de cobre e seus concentrados (US\$ 688.560.069), outros minérios de manganês (US\$ 579.254.804), caulim (US\$ 351.168.651), bauxita não calcinada (US\$ 213.341.277), outras madeiras não coníferas (US\$ 310.946.310) e pasta química de madeira (US\$ 240.044.852). Subtraindo-se as exportações totais do complexo mineral e de madeira (esse em bem menor proporção) temos exportações no valor de US\$ 1.146.074.302, inferiores, portanto, as exportações paranaenses de óleo de soja. Novamente, afirmamos, trata-se de outro imenso estado. O Pará possui um território de

1.247.689,515 km², mais que o dobro do tamanho de toda a Região Sul (576.409,57 Km²).

Em suma, somente as exportações de óleo de soja feitas pelo Paraná superam as exportações totais separadas de quase a totalidade das regiões Norte e Nordeste. Mas estamos falando de exportações. Na verdade, a grande maioria da produção de óleo vegetal para produção de biodiesel fica ainda no mercado interno.

Por resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) o Brasil passou, desde 1 de julho de 2008, a utilizar obrigatoriamente uma mistura de 3% de biodiesel puro (B100) ao diesel de petróleo (a essa mistura, chama-se B3). Essa obrigatoriedade (antes estava em 2%) certamente é um estímulo à produção de biodiesel. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) em 2008 foram produzidos 1 bilhão e 166 milhões de litros de biodiesel (B100), sendo distribuída a produção em litros pelos estados da forma abaixo:

Tabela 15

Produção Nacional de Óleo Vegetal

Finalidade- Produção de Biodiesel

Estado	Litros	%
GO	241.359.076,63	20,69
MT	284.167.360,20	24,36
PA	2.625.193,39	0,23
BA	65.980.759,57	5,66
CE	19.207.126,48	1,65
PR	7.294.219,28	0,63
PI	4.547.479,41	0,39
SP	185.590.293,64	15,91

TO	13.134.292,80	1,13
RS	306.049.675,03	26,24
RO	223.641,35	0,02
MA	36.171.536,62	3,10

Fonte:ANP

Nada menos do que 87,83% (1.024.460.624,78 litros) da produção nacional de B100 se deu em apenas cinco estados do Centro-Sul, quais sejam, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás, São Paulo e Paraná. O Nordeste respondeu por 10,79% da produção (125.906.902,08 de litros) e o Norte com apenas 1,37% (15.983.127,54).

Como se não bastasse a concentração da produção, e não poderia ser de outra forma, a estrutura de beneficiamento também é concentrada. Aliás, esse é um elemento estrutural central para a produção de oleaginosas. Como agroenergia é um complexo, a existência de produção tem que estar ligada as suas atividades de suporte, e o esmagamento é uma das principais.

Tabela 16

Capacidade de Processamento de Óleos Vegetais por Estados-
toneladas/dia

Estado	UF	2008	%
Paraná	PR	35.150	22,6
Mato Grosso	MT	24.800	16
Rio Grande do Sul	RS	25.800	16,6
Goiás	GO	19.250	12,4
São Paulo	SP	17.780	11,4
Mato Grosso do Sul	MS	9.575	6,2
Minas Gerais	MG	6.600	4,2
Bahia	BA	5.530	3,6
Santa Catarina	SC	4.034	2,6
Piauí	PI	2.530	1,6
Amazonas	AM	2.000	1,3
Pernambuco	PE	400	0,3
Ceará	CE	-	-
Maranhão	MA	2.000	1,3
TOTAL	-	155.449	100

Fonte: Associação Brasileira das Industrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)

Nada menos do que 92 % da capacidade de processamento de óleos vegetais se encontram no Centro-Sul (Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo, Mato grosso do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina). O Norte-Nordeste fica com seus minguidos 8%. Essa realidade se repete na capacidade de refino:

Tabela 17

Capacidade de Refino Toneladas/Dia

UF	2008	%
----	------	---

PR	3.460	16,1
MT	2.600	12,1
RS	2.000	9,3
GO	3.510	16,3
SP	5.920	27,5
MS	720	3,3
MG	1.270	5,9
BA	970	4,5
SC	450	2,1
PI	120	0,6
AM	-	-

Fonte: Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)

Tabela 17

Capacidade de Refino Toneladas/Dia (continua)

UF	2008	%
PE	450	2,1
CE	80	0,4
MA		-
TOTAL	21.550	100

Da mesma forma, 92,6% da capacidade de refino se encontra no Centro-Sul. Isso define de forma mais que clara como se processa a produção de oleaginosas e como continuará a ser feito. Aqueles estados que produzem aumentarão a produção e a capacidade de processamento de maneira privada.

Mas o problema não se restringe a produção de óleo vegetal. Se a produção de etanol ficar restrita as áreas aptas a produção de cana de açúcar, a concentração

já existente no Centro-Sul continuará e se elevará. Os capitais privados não irão buscar outras fontes de produção de álcool no Brasil, pois possuem tecnologia, área e capacidade de produção para a melhor produtora de etanol (a cana). Isso quer dizer que, por exemplo, toda a capacidade de produção de álcool de amido de mandioca será relegada ao total descaso, quando sabemos que é a mandioca uma cultura amplamente conhecida pelos pequenos produtores (familiares ou não) em todo território nacional, sobretudo nas suas áreas mais carentes. Tristemente, nos programas da Petrobras ligados ao Fome Zero encontramos a mandioca, mas na sua secular forma de produção de farinha (vide anexo). A Tabela abaixo mostra a produção nacional de mandioca na safra 2007:

Tabela 18

IBGE - SAFRA DE MANDIOCA - 2007

ESTADO	ÁREA COLHIDA	PRODUÇÃO TONELADA
RO	30.229	530.521
AC	32.232	614.193
AM	79.212	678.420
PA	324.407	5.216.955
AP	8.250	92.500
TO	18.209	349.684
NORTE	492.539	7.482.273
MA	213.333	1.765.586
PI	60.901	550.656
CE	99.654	749.479
RN	51.591	566.216
PB	30.936	286.292

PE	58.561	621.937
AL	16.794	222.530
SE	33.727	498.233
BA	339.489	4.481.355
NORDESTE	904.986	9.742.284
NORTE-NORDESTE	1.397.525	17.224.557
MG	59.106	904.086
ES	17.101	295.676
RJ	98	131.533
SP	42.556	1.026.732
SUDESTE	118.861	2.358.027
PR	150.381	3.365.003
SC	32.451	633.216
RS	88.702	1.371.895
SUL	271.534	5.370.114
MS	480.559	480.559
MT	39.069	549.695
GO	659	466.660
DF	915	14.398
C.OESTE	521.202	1.511.312
CENTRO SUL	911.597	9.239.453

Fonte: IBGE Estados/ Elaborado pelo autor

Farinha é o destino da produção nacional. Contemporaneamente, isso só pode ser entendido como uma aberração. Só aqueles que não conhecem absolutamente nada sobre a farinha nas comunidades rurais nordestinas podem acreditar nesse tipo

de iniciativa como geradora de algo socialmente interessante. Aliás, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) a define como uma cultura de subsistência com predominância da agricultura familiar e a classifica da seguinte forma:

7.CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO: FDFB (farinha d'água fina branca), FDFA (farinha d'água fina amarela), FDGA (farinha d'água grossa amarela), FSGB (farinha seca grossa branca), FSGA (farinha seca grossa amarela), FARP (farinha panificável), FECU (fécula), GOMA (goma), POV D (polvilho doce), todos seguidos do tipo do produto (CONAB.Código de Classificação de Produtos Alimentares. Brasília: CONBAB, s.d. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb>> Acesso em: 20 mai.2008).

Produto eminentemente realizado pela agricultura familiar. A imensa quantidade de mandioca produzida continua farinha. Em mãos estritamente privadas continuará a ser farinha pelos motivos já apresentados. Jamais irá virar álcool para utilização como biocombustível.

Temos, portanto, por parte da Petrobras, não apenas uma análise social quanto aos assentados totalmente equivocada como, o que é pior, uma meta de produção que não pode e não deve ser denominada de outra forma a não ser como medíocre.

Aliás, a mediocridade fica patente de forma definitiva e inegável quando se aborda os investimentos para o Rio Grande do Norte projetados pela petroleira até 2010: 30 milhões de reais. Essa cifra é tão exígua que confrontado com os gastos de 16 bilhões e 850 milhões de reais para o Centro Sul, dos quais apenas um desses investimentos (o do álcool duto em parceria com a Mitsui) é da ordem de 4,1 bilhões de reais, o representante da Petrobras, de forma evasiva e constrangedora teve um “nada a declarar” como resposta.

Em definitivo a empresa se declara como alocada nas áreas de produção e distribuição de biocombustíveis. Inquestionável se o parâmetro é meramente a rentabilidade. Não atuará como integradora agrícola. Correto como perspectiva de quem quer atuar na ponta refinando e distribuindo. Inadmissível enquanto estratégia de desenvolvimento nacional.

Veremos na entrevista dada por Livânia Frizon que a falta de mecanização é um dos grandes impedimentos ao processo de produção em larga escala nos assentamentos rurais. Colocar na alçada dos Governos dos Estados a criação de patrulhas mecanizadas é um grande retrocesso histórico. Isso porque uma das partes da cadeia fica quebrada (a parte eminentemente agrícola), sem uma lógica empresarial, sob a tutela dos interesses políticos de momento dos poderosos da ocasião e, como se não bastasse, a custos econômicos superiores aos de mercado. Essa foi uma fórmula amplamente utilizada nas décadas de 60, 70 e início dos anos de 1980. Não possui mais qualquer perspectiva de sentido, a não ser o de baixar a cabeça à vontade da petroleira no contexto da absoluta falta de uma política agroenergética consistente.

Mas a petroleira precisa de um selo social. É importante ressaltar que em todo o processo de negociação da entrevista, esteve respondendo pela empresa, seu pessoal de comunicação social. Ao lado do entrevistado esteve sempre absolutamente atenta uma assessora de comunicação da empresa. Natural, pois trata-se de uma multinacional. O que nos parece absolutamente despropositado é a busca de um selo social que vazioso de conteúdo (dada a exigüidade da ação) tem apenas (fora a parte tributária) um caráter de propaganda que, na nossa forma de ver, é completamente enganosa.

A Petrobras não é e não será a empresa que transformará a agroenergia numa fonte nacional de enriquecimento social. Ela não foi feita para essa tarefa. Não sabe e não quer lidar com agroenergia em sua amplitude. O complicado não é a posição adotada pela petroleira (ela tem seus interesses próprios e seus acionistas). Execrável é a completa ignorância política executiva e legislativa no cenário federal. Em termos regionais, nortistas e nordestinos acostumados ao coitadismo do segundo e ao tropicalismo gringol do primeiro, nada fazem, ao menos com sentido público. Sete anos se passaram desde a primeira vitória do operário presidente que discursou na ONU tendo como tema um amplo projeto de combate à fome, hoje resumido a ações emergenciais e midiáticas. Enquanto isso o tempo passa e a história se faz “para além do bem e do mal”.

4.1 Programa Petrobras Fome Zero no RN de 2004 a 2007: perfil dos municípios e abrangência da ação

Os municípios bem como as propriedades cadastradas para a atividade de produção do girassol variaram no ato real de obtenção do crédito para a efetivação do plantio. Mais precisamente, o trabalho desenvolvido para o plantio de girassol partiu de outro trabalho anteriormente realizado de plantio de sorgo granífero. Esse trabalho remonta ao ano de 2002 quando a Associação dos Criadores de Frango do Rio Grande do Norte buscava uma saída para o alto custo do milho. O sorgo granífero era a alternativa, dada sua baixa necessidade de água em relação ao milho. De maneira quase que informal, Livânia Frizon (que teve o nosso apoio nessa empreitada) buscou a Petrobras para aquisição de óleo diesel que viabilizasse a utilização de maquinário para o incentivo dos assentados a produção de sorgo. Para tanto contou com a colaboração da Deputada Federal Fátima Bezerra que intercedeu junto à petroleira para que a ação fosse realizada. O maquinário a ser utilizado foi em parte pago por recursos do Pronaf, em parte com parcerias estabelecidas nos municípios em que se situavam os assentamentos. Após esse processo, na esteira do entusiasmo do Programa Fome Zero buscou-se uma parceria mais institucionalizada com a Petrobras no que se chamava de maneira aleatória de “Programa de Óleo Diesel”.

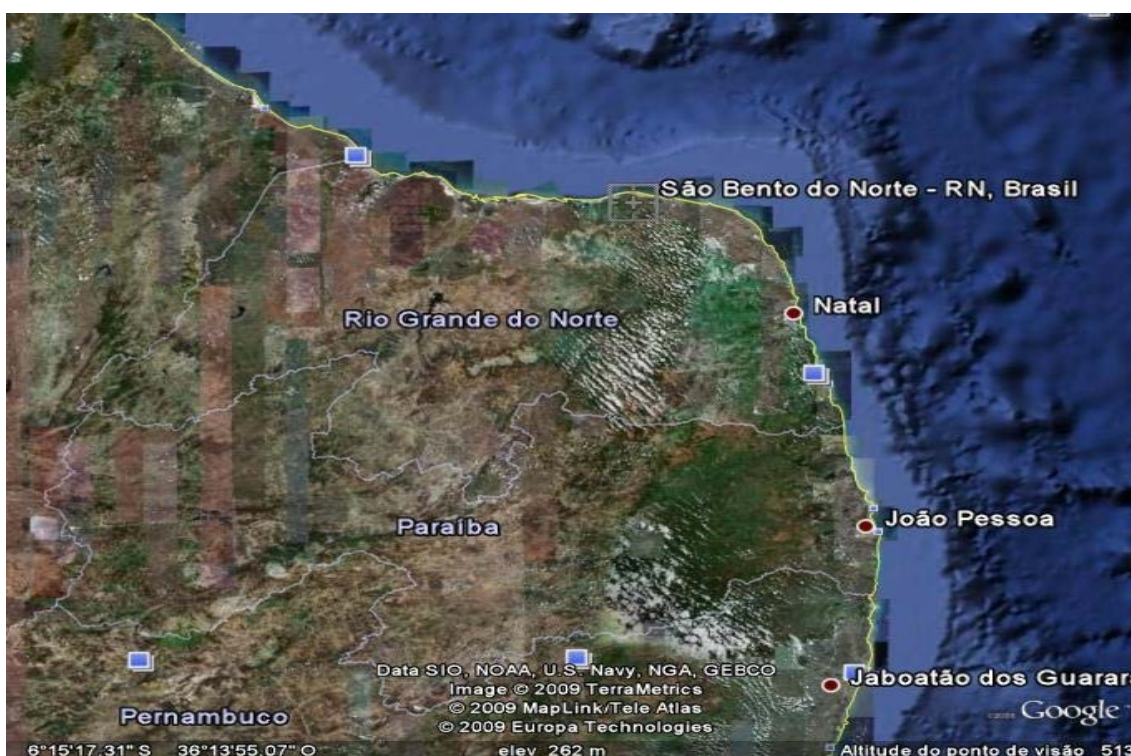
Aproveitando-se da experiência anterior com o sorgo e a partir da vinda por algumas vezes do Dr Bautista Vidal ao Rio Grande do Norte, inicialmente o Banco do Brasil se interessou em financiar o que seria um modelo de produção agroenergética na região do Mato Grande. Infelizmente, por motivos políticos internos no Banco do Brasil em Brasília, tal não foi realizado. Mas ficou a Petrobras que já contribuía com o diesel para o plantio de sorgo. Obtivemos as sementes de girassol em Brasília, na residência do Dr Bautista Vidal como doação da Associação dos Pequenos Produtores de Palmeira das Missões-RS e levamos as sementes para nosso parceiro sempre dedicado a causas nobre no meio rural, o empresário Adolfo Pereira (Fazenda Bebida Velha) para que as mesmas fossem replicadas tendo em vista a escassez do produto no mercado sul-americano à época. Em paralelo a essa articulação, Livânia Frizon construiu uma parceria institucionalizada com a Petrobras na qual além do diesel para o plantio a empresa entrou com pequena verba para financiamento de alguma assistência técnica e gastos de articulação dos produtores. Os gastos com plantio foram financiados pelas vias institucionais de custeio à produção familiar.

A escolha dos municípios para os primeiros plantios se deu pela experiência com o sorgo, compromisso dos assentados em atuar no processo e, obviamente, aptidão das áreas para plantio. Na verdade essas três causas não foram pré-requisitos no sentido de serem eliminatórias para a escolha dos assentados. O que houve foi um processo de convencimento dos assentados a atuarem no “programa”.

O presente item tem por objetivo traçar um perfil aproximado dos municípios que foram objeto de concessão de crédito e ao mesmo tempo comparar a área efetivamente plantada com a expectativa anterior de plantio. Essa análise nos proporcionará uma primeira visão da abrangência do Projeto Petrobras Fome Zero vis à vis as reais necessidades de atuação produtiva para os municípios e comunidades de pequenos agricultores.

Figura 1

São Bento do Norte



Fonte: Google Earth

O município de São Bento do Norte, segundo resultados da PNAD 2004, abrange uma área de 289 km². Sua população é composta por 3.378 habitantes com 10 ou mais anos de idade, dos quais 925 residentes na área urbana do município e 2.453 (72,6%) na área rural.

Através da contagem realizada pelo PNAD em 2001, 65,57% dos habitantes do município estão classificados com rendimento até 1 salário mínimo, sendo 1335 (39,5%) sem qualquer tipo de rendimento e 880 (26,0%) indivíduos com rendimentos até 1 salário mínimo.

Até maio de 2007, 520 famílias são beneficiárias do Bolsa Família*. Segundo o PNAD a média da família nordestina é de 4 pessoas. Desta feita, o número de pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família é de aproximadamente 2.080 pessoas o equivale a 61,5% da população residente com 10 ou mais anos de idade.

Segundo dados do INCRA existem no município 734 propriedades rurais, ocupando uma área de 15.400 hectares. Das propriedades registradas, 93,1% são familiares, ocupando 7.473 hectares (48,5%) da área rural e sendo responsável 68,2% do valor bruto da produção (458 mil reais de um total de 672 mil reais).

Tabela 19

Área Colhida em 2007 - Hectares

Município	Lavoura Permanente		Lavoura Temporária	
	Catanha de Cajú	1.200	Batata Doce	40
	Côco	100	Feijão	90
São Bento do Norte	-	-	Mandioca	20
	-	-	Melão	12
	-	-	Milho	24

* O Programa Bolsa Família beneficia famílias pobres (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extremamente pobres (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00). Os valores pagos pelo Bolsa Família variam de R\$15,00 a R\$95,00, de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças.

-	-	Sorgo Granífero	10
-	-	Tomate	2

Fonte: IBGE Cidades/ Elaborado pelo autor

De acordo com a tabela acima, o total de área produzida com lavoura permanente em 2007, segundo o IBGE, totalizou 1.300 hectares, enquanto que as lavouras temporárias ocuparam 198 hectares. A soma total das lavouras ocupou o espaço de 1.498 hectares de área plantada. Por essas informações, apenas 9,7% da área agrícola total das propriedades do município está sendo objeto de produção. Se todos esses hectares estivessem sendo cultivados na área tida pelo MDA como de propriedade da agricultura familiar (7.473 hectares), mesmo assim, apenas 48,5% da área agricultável estaria sendo objeto de algum tipo de cultura.

Observando-se a Tabela 19, temos que as principais lavouras permanentes foram as de castanha de caju com uma área total colhida 1.200 hectares e a do coco com uma área total colhida de 100 hectares. Provavelmente tais culturas no município em tela devem ser consideradas quase que nativas, ou seja, não realizadas para obtenção deliberada de algum tipo de rendimento. São computadas como mercadoria efetivamente vendida. No entanto pode não ser bem o caso. A renda obtida por esse tipo de cultura pode ser simplesmente residual. Cajueiros e coqueirais como plantas nativas, sem tratos culturais. No caso dos cajueiros, dado o mercado internacional da castanha e a ação dos compradores do Rio Grande do Norte e, sobretudo do Ceará, faz com que a cata do pseudo-fruto seja valorizada, o que não significa que haja uma cultura organizada. Quanto ao coco, sua venda atual tem mercado em várias praças, o que não significa dizer que o fruto seja proveniente de plantio deliberadamente comercial.

As culturas do milho, feijão e mandioca são historicamente de (in)subsistência. Apenas o sorgo foi uma introdução recente, deliberadamente organizada e respeitando as características pluviométricas do município com apenas 10 hectares plantados.

Tabela 20

Notas de Crédito Rural – NCR-2007

Unidade	Município	Hectare	R\$ Coopera	R\$/Ha
Comunidade São Francisco	São Bento do Norte	29,99	8.997,00	300
Assoc. dos Moradores do Assent. São Miguel	São Bento do Norte	42,85	12.855,00	300
Assoc. de Apicultores P.A 25 de Julho	São Bento do Norte	11,86	3.558,00	300
Perspectiva anterior de 96 famílias com 477,5 há	Total	84,7	25.410,00	300

Fonte: Coopera

Tabela 21

PROGRAMA DE BIODIESEL DO TERRITÓRIO DO MATO GRANDE 2007

MUNICÍPIO: SÃO BENTO DO NORTE

ASSENTAMENTO/COMUNIDADE	Nº FAM.	HECTARES
SÃO MIGUEL	35	133,5
SÃO MIGUEL	33	116
P. A 25 DE JULHO	2	12
SÃO FRANCISCO	9	90
SANTA VITÓRIA	17	126
TOTAL DE FAMILIAS E HECTARES NO MUNICIPIO	96	477,5

Fonte: Coopera

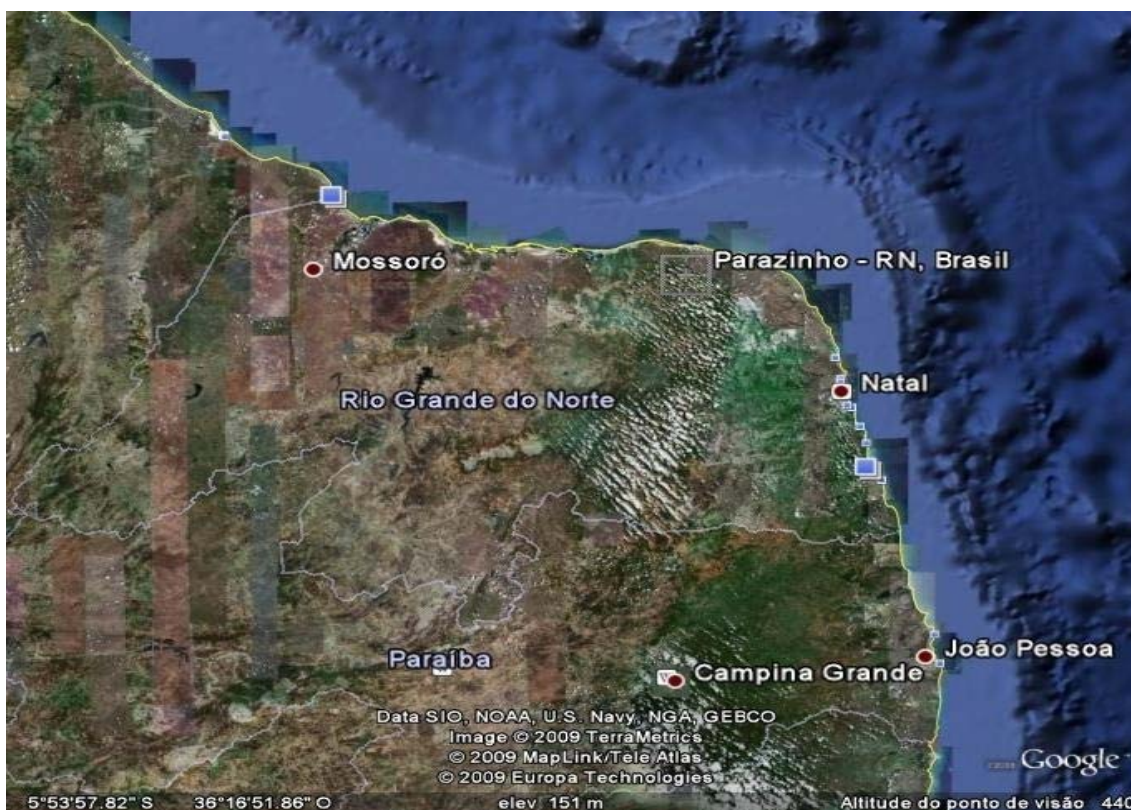
A Tabela 20 refere-se respectivamente as comunidades, município, área efetivamente plantada e valor desembolsado e pago a Coopera para o preparo do solo e plantio. No município de São Bento, 84,7 hectares foram plantados, em dois assentamentos e uma comunidade rural. O valor recebido pela Coopera por hectare

produzido foi de 300,00 (valor fixo para todos os empreendimentos), totalizando R\$ 25.410,00 (vinte e cinco mil e quatrocentos e dez reais).

Comparando-se os dados apresentados na Tabela 20 com os constantes na Tabela 21 aparecem discrepâncias significativas. A Tabela 21, trata da perspectiva de plantio nas comunidades rurais e municípios, apresentando o quanto se tinha por perspectiva plantar. Portanto, tinham sido cadastradas 96 famílias que totalizariam um plantio de 477,5 hectares. A comparação entre as duas tabelas mostra que do total previsto para o plantio de 477,5 hectares, apenas 84,7 foram objeto de financiamento (a fundo perdido) e efetivamente plantados, o que gera um déficit de 392,8 hectares. Isso pode ser considerado uma atuação insignificante na perspectiva de qualquer projeto efetivo de inclusão sócio-econômica.

Figura 2

Parazinho



Fonte: Google Earth

Município próximo ao litoral (no norte do estado), possui segundo o PNAD de 2004 uma população de 4.325 habitantes, residindo majoritariamente no meio rural (70,7%). Porém, como a área limítrofe entre o urbano e o rural é quase que inexistente, provavelmente uma parcela significativa da população tida como residente em área urbana provavelmente tem vínculos produtivos no mínimo temporários.

Estratificando a área rural 94,2% das propriedades são familiares, perfazendo 30,7% (4.590 hectares). Dessas 94,2% de propriedades familiares, a quase totalidade (85,4%) são apresentadas como sem rendimento.

Até maio de 2007, 519 famílias foram beneficiárias pelo Programa Bolsa Família. Pela média de 4 pessoas por família apresentadas pela PNAD, o número beneficiados pelo Bolsa Família é de aproximadamente 2.076 indivíduos o equivale a 48,0% da população residente com 10 ou mais anos de idade.

Tabela 22

Área Colhida em 2007 – Hectares

Município	Lavoura Permanente		Lavoura Temporária	
		Banana	4	Algodão Herbáceo
	Catanga de Cajú	100	Feijão	35
	Sisal (Fibra)	200	Mandioca	10
Parazinho	-	-	Melancia	5
	-	-	Melão	280
	-	-	Milho	20
	-	-	Sorgo Granífero	15
	-	-	Tomate	10

Fonte: IBGE Cidades/ Elaborado pelo autor

A produção de lavoura permanente pelo levantamento do IBGE em 2007 foi de 304 hectares enquanto a lavoura temporária foi colhida em 385 hectares, totalizando 689 hectares. Por essas informações se fizermos uma projeção na qual todos esses hectares estivessem sendo cultivados na área tida pelo MDA como de propriedade da agricultura familiar (4.590 hectares), apenas 15,01% da área agricultável estaria sendo objeto de algum tipo de cultura.

As principais culturas permanentes são a do caju com apenas 100 hectares e sisal numa área significativa, 200 hectares. As culturas do milho, feijão e mandioca são historicamente de (in)subsistência. O melão assumiu aqui uma posição de preponderância, respondendo pela maior área plantada (280 hectares).

Tabela 23

Notas de Crédito Rural – NCR

Unidade	Município	Hectare	R\$	
			Coopera	R\$/Ha
Assoc. dos Prod. Rurais do Assent. P.A Bom Trabalho	Parazinho	79,11	23.733,00	300
Assoc. dos Pequenos Produtores Rurais Alivio	Parazinho	88,66	26.598,00	300
Assoc. dos Pequenos Produtores Rurais Santa Luzia	Parazinho	17,33	5.199,00	300
		185,1	55.530,00	
Perspectiva anterior de 99 famílias com 550 ha	Total			300

Fonte: Coopera

Tabela 24

MUNICÍPIO: PARAZINHO

ASSENTAMENTO/COMUNIDADE	Nº FAM.	HECTARES
SANTA LUIZA	19	60
SEC. AGRICULTURA	20	275
ALIVIO	28	70
BOM TRABALHO	26	80
PARAZINHO	4	20
THIAGO BARBOSA	1	5
FRANCISCO DAMIÃO	1	40
TOTAL DE FAMILIAS E HECTARES NO MUNICIPIO	99	550

Fonte: Coopera

Dos 550 hectares apresentados na Tabela 21.1 previstos para serem produzidos, apenas 185,1 foram efetivamente plantados. Das sete entidades que antes iriam fazer o plantio de girassol (incluindo a Secretaria Municipal de Agricultura), apenas três efetivamente receberam as notas de crédito rural. De acordo com a Tabela 21 a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento P.A Bom Trabalho, dos 80 hectares previstos, plantou efetivamente quase a totalidade, ou seja, 79,11 hectares. A Associação dos Pequenos Produtores Rurais Alívio aumentou a quantidade plantada frente ao previsto. Dos 70 hectares projetados, partiram para uma produção de 88,66 hectares. Já a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Santa Luzia plantou apenas 17,33 hectares dos 60 anteriormente projetados. Ao todo, foram repassados para o plantio o montante de R\$ 55.530,00 (Cinqüenta e Cinco Mil, Quinhentos e Trinta Reais) com o custo unitário de R\$ 300,00 por hectare.

Apenas 185,1 hectares de girassol foram plantados em um assentamento e duas associações de pequenos proprietários rurais. Isso corresponde a 1,23 % da área das propriedades rurais do município e 4,03 % da área agrícola das pequenas

propriedades rurais, o que configura uma atuação ainda insignificante frente às necessidades de reversão do quadro sócio-econômico do município.

Figura 3
João Câmara



Fonte: Google Earth

O número de pessoas residentes com 10 ou mais anos de idade em 2004 foi de 29.248, das quais 19.956 residentes na área urbana e 9.292 na zona rural (Tabela x anexa) . Muito embora a maioria dos habitantes residam na área urbana, o município é diretamente influenciado pela dinâmica de desenvolvimento de sua área rural. Segundo o INCRA 95% das propriedades são familiares, perfazendo 54,8% (29.682 hectares) da área rural e 78% do valor bruto da produção.

Município pobre, pela contagem de 2001, 62,1% dos seus habitantes estão classificados com rendimento até 1 salário mínimo, sendo 11.579 (39,5%) sem qualquer tipo de rendimento e 6.591 (22,5%) indivíduos com rendimentos superiores a zero até 1 salário mínimo.

Até maio de 2007, 4.445 famílias eram beneficiárias do Bolsa Família. Segundo a PNAD a média da família nordestina é de 4 pessoas. Desta feita, o número de pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família é de 17.780 pessoas o equivaleria a 60,7% da população com 10 ou mais anos de idade na contagem de 2004.

TABELA 25

Área Colhida em 2007 – Hectares

Município	Lavoura Permanente		Lavoura Temporária	
João Câmara	Catanga de Cajú	3.000	Algodão Herbáceo	50
	Coco	3.200	Batata Doce	60
	Limão	2	Feijão	630
	Manga	30	Mandioca	2.500
	Maracujá	4	Milho	225
	Sisal (Fibra)	1.000	Sorgo Granífero	500
	-	-	-	-
	-	-	-	-

Fonte: IBGE Cidades/ Elaborado pelo autor

A colheita em lavouras permanentes totalizou 7.236 hectares, dos quais prevaleceram majoritariamente as culturas do caju com 3.000 hectares colhidos a do coco (3.200 hectares) e a do sisal com 1.000 hectares de colheita. As lavouras temporárias somaram 3.965 hectares, prevalecendo o relativamente significativo plantio e colheita de 500 hectares de sorgo granífero e 2.500 hectares da tradicional cultura da mandioca.

Se todos esses hectares estivessem sendo cultivados na área tida pelo MDA como de propriedade da agricultura familiar (29.682 hectares), mesmo assim apenas 37,7% da área agricultável estaria sendo objeto de algum tipo de cultura.

Tabela 26

Notas de Crédito Rural – NCR

Unidade	Município	Hectare	R\$ Coopera	R\$/Ha
Associação Comunitária do Assentamento Modelo I	João Câmara	283,68	85.140,00	300
Associação Comunitária do Assentamento Modelo II	João Câmara	92,64	27.792,00	300
Perspectiva anterior de 48 famílias beneficiando 180 ha	Total	376,32	112.932,00	300

Fonte: Coopera

Tabela 27

MUNICÍPIO: JOÃO CAMARA

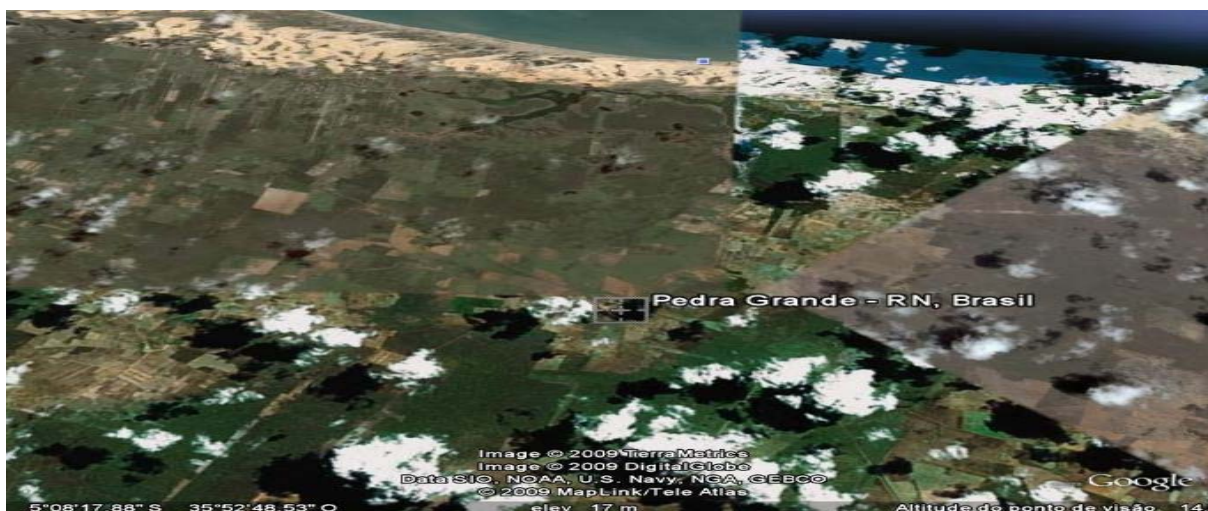
ASSENTAMENTO/COMUNIDADE	Nº FAM.	HECTARES
PA MODELO I	40	170
PA MODELO II	8	10
TOTAL DE FAMILIAS E HECTARES NO MUNICIPIO	48	180

Fonte: Coopera

O comparativo entre as tabelas 26 e 27, mostra que as associações comunitárias dos Assentamentos Modelo I e II plantaram efetivamente mais do que o dobro da área de girassol anteriormente acertada, tendo recebido o total de R\$ 112.932,00 (ao custo unitário fixo de 300 reais) para os tratos culturais. É uma situação bem diferenciada em relação aos casos até agora apresentados que majoritariamente apresentaram redução da área efetivamente plantada em relação aos acertos preliminares. Mesmo assim a área plantada ainda é reduzida diante da

totalidade da área das propriedades familiares. Desta feita, os 376,32 hectares efetivamente plantados corresponderam a apenas 1,26% da mesma.

Figura 4
Pedra Grande



Fonte: Google Earth

Localizado no litoral norte do estado, possui uma unidade territorial de 221 km². Através dos dados obtidos no IBGE para o ano de 2001, 62,06% dos habitantes do município estão classificados com rendimento de zero até 1 salário mínimo, sendo 1.567 (39,0%) sem qualquer tipo de rendimento e 926 (23,05%) indivíduos com rendimentos até 1 salário mínimo.

Até maio de 2007, 642 famílias eram beneficiárias do Bolsa Família. Calcula-se o número de pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família como sendo de 2.568 pessoas o equivale a 64,0% da população na contagem de 2004.

No meio rural, 59,2% das propriedades são familiares, perfazendo 51,8% da área rural (5.307 hectares). Dessas propriedades familiares, 48,8% são tidas como quase sem rendimento (159 propriedades, ocupando 2.151 hectares).

TABELA 28

Área Colhida em 2007 - Hectares

Município	Lavoura Permanente		Lavoura Temporária	
	Catonha de Cajú	6	Algodão Herbáceo	10
	Côco	15	Feijão	42
	Sisal (Fibra)	100	Mandioca	85
Pedra Grande	-	-	Melancia	40
	-	-	Melão	60
	-	-	Milho	32
	-	-	Sorgo Granífero	10
	-	-	Tomate	10

Fonte: IBGE Cidades/ Elaborado pelo autor

Para o ano de 2007 as lavouras permanentes somaram 121 hectares enquanto que as temporárias 289 ha, totalizando 410 hectares. Como exemplo da exigüidade da produção se todos esses hectares estivessem sendo cultivados na área tida pelo MDA como de propriedade da agricultura familiar (5.307 hectares) apenas 7,72 %, da área agricultável estaria sendo objeto de algum tipo de cultura.

A principal lavoura permanente é o sisal com 100 hectares. Típica produção de baixa rentabilidade. As culturas do milho, feijão e mandioca são historicamente de (in)subsistência.

Tabela 29

Características dos Municípios Objeto do Projeto

Notas de Crédito Rural - NCR

Unidade	Município	Hectare	R\$ p/Coopera	R\$/Ha
Assoc. dos Agricultores P.A Boca do Campo	Pedra Grande	32,24	9.672,00	300
Assentamento P.A Bom Sucesso	Pedra Grande	78,2	23.460,00	300
Perspectiva anterior de 96 famílias com 477,5 ha	Total	110,44	33.132,00	300

Fonte: Coopera

Tabela 30

MUNICÍPIO: PEDRA GRANDE

ASSENTAMENTO/COMUNIDADE	Nº FAM.	HECTARES
ALTO DA AROEIRA	4	70
SANTO ANTONIO	10	50
SITIO PITOMBEIRA	3	15
PA BOCA DO CAMPO	16	70
PA BOM SUCESSO	4	10
FAZ. NOVO HORIZONTE	1	10
TOTAL DE FAMILIAS E HECTARES NO MUNICIPIO	38	225

Fonte: Coopera

Com relação ao plantio de girassol, 110,44 hectares (de um total previsto de 225 hectares) foram plantados em dois assentamentos. Isso corresponde a 0,73% da

área das propriedades rurais do município e 2,4% da área agrícola das pequenas propriedades rurais, o que configura uma atuação insignificante frente as necessidades de reversão do quadro sócio-econômico do município.

Figura 4
Cará Mirim



Fonte: Google Earth

Localizado próximo ao litoral em direção ao norte do estado, possui área de 740 km². A população residente com 10 ou mais anos de idade segundo o PNAD de 2004 é de 62.424 indivíduos. Praticamente metade urbana e metade rural. O grau em que a urbanidade se mistura com a existência rural é variável e ainda não objeto de pesquisa específica.

Município com boa precipitação pluviométrica anual (1.535,2mm) possui grande quantidade de assentamentos rurais. Percebe-se que muito embora 91,4% das propriedades sejam familiares, elas ocupam apenas 7.108 dos 42.542 hectares (16,7% da área agricultável do município).

Pela contagem do IBGE em 2001, 60,47% dos habitantes do município estão classificados com rendimento de zero até 1 salário mínimo, sendo 25.664 (41,11%) sem qualquer tipo de rendimento e 12.086 (19,36%) indivíduos com rendimentos até 1 salário mínimo.

Aproximadamente 91,4% das propriedades são familiares, perfazendo 16,7,8% (7.108 hectares) da área rural. Dessas propriedades familiares, 49,3% são tidas como quase sem rendimento (923 propriedades, ocupando 2.106 hectares).

Até maio de 2007, 7.635 famílias eram beneficiárias do Bolsa Família. Segundo a média da população nordestina estimada pela PNAD, o número de pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família é de aproximadamente 30.540 pessoas o equivaleria a 48,9% da população na contagem de 2004.

TABELA 31

Área Colhida em 2007 - Hectares

Município	Lavoura Permanente		Lavoura Temporária	
Ceará Mirim	Abacate	40	Abacaxi	154
	Banana	296	Algodão Herbáceo	40
	Catanha de Cajú	330	Cana de Açúcar	6.500
	Coco	2.600	Feijão	250
	Goiaba	40	Mandioca	1.400
	Laranja	20	Melão	3
	Mamão	195	Milho	100
	Manga	80	-	-
	Maracujá	4	-	-

Fonte: IBGE Cidades/ Elaborado pelo autor

O total plantado e colhido das lavouras permanentes foi de 3.605 hectares com destaque para coqueirais com 2.600 hectares colhidos. Já com relação às lavouras temporárias o total plantado foi de 7.537 hectares, prevalecendo a cana de açúcar (tradicional na região) com 6.500 hectares colhidos. Certamente essa área colhida se ampliará na próxima contagem dado o aquecimento da demanda por etanol. Entre lavouras permanentes e temporárias o total colhido foi de 12.052 hectares. Tais informações mostram que apenas 28,3% da área agrícola total das propriedades do município está sendo objeto de produção agrícola.

Tabela 32

Características dos Municípios Objeto do Projeto

Notas de Crédito Rural – NCR

Unidade	Município	Hectare	R\$ p/Coopera	R\$/Ha
ARCO Mato Grande	Ceará Mirim	10,7	3.210,00	300
Perspectiva anterior de 6 famílias com 10 há	Total	84,7	25.410,00	300

Fonte: Coopera

Tabela 33**MUNICÍPIO: CEARÁ-MIRIM**

ASSENTAMENTO/COMUNIDADE	Nº FAM.	HECTARES
PA SHALOM	6	10
TOTAL DE FAMILIAS E HECTARES NO MUNICIPIO	6	10

Fonte: Coopera

Apenas 10 hectares de girassol foram plantados como área experimental. Pela quantidade de chuvas médias anuais (acima referida) e pela qualidade das suas terras, o município tem grande aptidão para a produção agroenergética.

4.2 Duas Entrevistas, Muitas Considerações

A produção de girassol nos assentamentos localizados na Região do Mato Grande teve como articuladora efetiva uma ex-líder do MST no Rio Grande do Norte, hoje produtora rural familiar modelo para o Governo Federal (tendo sido incluída em peças publicitárias da Campanha Presidencial nas Eleições de 2006 pelo presidente e candidato Luis Inácio Lula da Silva e em peças publicitárias do Banco do Brasil para os anos de 2007 e 2008). Seu nome é Livânia Frizon, quadro trazido pelo MST do Sul para a mobilização da reforma agrária no Nordeste. Livânia lutou pela terra, foi presa e torturada no Rio Grande do Norte em nome do ideal da reforma agrária. Hoje, considera a questão fundiária propriamente dita resolvida. Sua nova luta é a da transformação de assentados rurais em produtores.

A entrevista abaixo reproduzida é peça fundamental para a explicação dos dilemas da produção bioenergética no contexto da produção familiar e dos assentamentos rurais. Os grifos são do autor.

Nabuco - Livânia, queria que você fizesse um histórico pessoal resumido da sua vinda de Santa Catarina até o Rio Grande do Norte. Você é de família de agricultores de Santa Catarina...

Livânia Frizon - Sou. Sou de família de agricultores, da pequena agricultura, da agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina. Lá, militante da igreja e do Movimento dos Sem Terra. Aqui no Rio Grande do Norte eu cheguei em 1989, ano da primeira eleição em que Lula se candidatou à presidência da república. Fiquei dois meses na Paraíba e vim para o Rio Grande do Norte.

Nabuco - Você veio como um quadro do MST?

Livânia Frizon - Como um quadro do MST pra ajudar a criar o movimento no Nordeste, uma vez que no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná estava

estabelecido, tinha os pólos sindicais que dava muito apoio. Na verdade era muito forte o movimento lá e aqui era inexistente. A repressão era aqui muito grande no Nordeste, e a necessidade de se fazer a luta pela reforma agrária. Então viemos uma equipe de Santa Catarina que foi distribuída aí nos estados do Nordeste.

Nabuco - Uma coisa que eu me esqueci de perguntar: você nasceu em que cidade em Santa Catarina?

Livânia Frizon - Eu nasci no Rio Grande do Sul, no Paraí, na serra gaúcha.

Nabuco - E aí você veio fazer o movimento de reforma agrária...

Livânia Frizon - É, nós viemos aqui para implementar esse movimento e fizemos esse movimento. Evidentemente que nas primeiras vezes foi frustradas as ocupações, teve polícia, teve pistoleiro, teve tudo, mas conseguimos implantar. A primeira ocupação foi em julho de 1989 na Fazenda Marajó em João Câmara. E a partir daí o Mato Grande se tornou o alvo né? Se tornou o alvo por causa da quantidade de agricultores sem terra, por causa do resultado da agave que já estava falindo. A verdade é que no Mato Grande o que era de agricultor pequeno ou sem terra servia de mão de obra para os motores de agave que nessa época já estava se acabando e a grande quantidade de fazendas ociosas sem produzir. Então foi o berço da reforma agrária no estado, aqui no Rio Grande do Norte.

Nabuco - Você acha que esse processo de reforma agrária, quanto à questão agrária mesmo (de tomada de terras) no estado do Rio Grande do Norte ela já foi suficientemente resolvida, mais ou menos resolvida...Qual a sua opinião?

Livânia Frizon - Em termos de tomada de terra eu acredito que nós temos uma quantidade de terra suficiente para mostrar que a reforma agrária daria certo. Eu acho que nós temos essa quantidade de terra e aí falta esse implemento: mostrar que ela

deu certo. Eu acredito que ainda pode se fazer alguns mas “o grosso da coisa” já foi feito.

Nabuco - Então a questão é produzir...

Livânia Frizon - Produzir. Nesse momento eu acho que é o grande desafio.

Nabuco - Vamos falar de desafio. Qual é o perfil desse agricultor assentado?

Livânia Frizon - Então, se você olha o perfil do agricultor do Mato Grande, ele era diarista. Era diarista primeiro de algodão (que se acabou) de agave e o cara que recebe aquela ajuda que na época antes do governo Lula era frente de emergência, que se fazia de conta que se concertava uma estrada, que se fazia de conta que se fazia alguma coisa e se mantinha os agricultores com aquele recurso chamado de frente de emergência que era uma ajuda que eles recebiam mensalmente. Então o perfil do nosso agricultor, é daquele cara que trabalha um dia aqui e acolá pros outros, que não gerencia o que é seu, que não organiza o que é seu, que não diversifica o que é seu, que não melhora o que é seu. Ele não sabe ser agricultor familiar. Ele não sabe o que é agricultura familiar.

Se você vai olhar a essência da agricultura familiar, é a diversidade, o aproveitamento e a agregação de valor. Ela é montada nesses três pilares. Primeiro a diversidade. O agricultor familiar tem que saber tirar o leite da vaca, plantar o jerimum, plantar a melancia. Mas plantar esse negócio pra vender também, não só o de comer. Então fazer a diversidade. A outra coisa: sempre ta aprendendo mais e implementando. Quer dizer, a tecnologia hoje avançou e nós estamos lá trezentos anos atrasados: se planta feijão de enxada ainda na agricultura...Por que? Porque não avança. A tecnologia faz parte do pacote da agricultura familiar sim! Tem que acessar essa tecnologia para melhorar.

E a outra coisa é agregar valor. Nosso agricultor compra o pão na padaria ou do motoqueiro que passa lá porque ele não faz o pão em casa. Compra a mistura de

carne na feira em vez de criar galinha ou carneiro, ou bode e ir vender na feira ele vai comprar na feira...e cai no absurdo até de comprar o coentro né?!

Nabuco - Por que na verdade ele não produz na área?

Livânia Frizon - Não organiza a propriedade pra fazer a diversidade e fazer a segurança alimentar dele. Normalmente na agricultura familiar a coisa que você tem mais em abundância é comida.

Nabuco - Aqui tem essa abundância?

Livânia Frizon - Não, ainda não...quer dizer, nós trabalhamos pra isso. Nós já temos em alguns cantos aonde que agente faz esse trabalho. Mas a agricultura familiar na sua essência a abundância está na alimentação da família.

Nabuco - Livânia, você sabe que a questão central é que você é uma agricultora familiar de uma família de agricultores familiares. Eu queria que você me respondesse qual a diferença da agricultura familiar do Sul com a que se pratica aqui nos assentamentos. É possível se comparar isso?

Livânia Frizon - É sim.

Nabuco - Qual é a diferença então?

Livânia Frizon - Primeiro, a agricultura familiar de onde que eu vim eram agricultores verdadeiros, agricultores que sempre viveram e fizeram agricultura familiar. Então eles aprenderam dentro das dificuldades desenvolver as possibilidades. Para você ter uma idéia o Oeste de Santa Catarina é o lugar de terra mais dobrada de todo o Sul do

Brasil dos três estados. Por isso aonde que mais se desenvolveu a agroindústria, quer dizer a agregação de valor. Então lá na dificuldade eles cresceram. Por que?. Por causa da essência. Qual é que é a diferença para o assentamento?

No assentamento vai todo tipo de gente. Um é lá da favela, o outro é o cara que trabalhou só de diarista, o outro nunca trabalhou...Então não tem a essência pra fazer crescer e pra desenvolver: é uma grande diferença. A dificuldade não podia travar as pessoas, a dificuldade devia fazer crescer. Se você olha na história da humanidade as guerras é um sacrifício muito grande pro povo, mas é aonde que as pessoas dão o crescimento e o Japão é a prova disso. Ou ele crescia ou ele crescia e se tornou a maior potência, por quê? Porque levou duas bombas na cabeça e não tinha mais outra saída. Então a dificuldade aqui no Nordeste era pra fazer crescer e não, ela para. Por quê? Porque o “caba” não vê alternativa, não enxerga; porque nunca viu...

Nabuco - Por que é que ele não enxerga?

Livânia Frizon - Porque ele nunca viu! Eu enxergo porque eu vi. Eu venho de uma história e vi. Aqui no Nordeste qual é que é o modelo que se criou pra dizer “tenho uma referência”? Então a idéia agora é criar essa referência. Quer dizer não tem uma referência. Qual é a cultura?

Nabuco - O que é não ter essa referência? Ele não sabe ser agricultor, é isso?

Livânia Frizon - É, sabe não. E na verdade uma grande parte da vida dele pode não ter sido nem agricultor. E outra coisa, quando foi, foi diarista, que é diferente de ser agricultor.

Ser agricultor familiar é saber conduzir uma propriedade e desenvolver ela. Trabalhar “no cabo da enxada” um dia de diarista, no outro dia é juntando capim, no outro dia carregando um caminhão não é ser agricultor: é ser diarista, que é uma outra categoria! Então nós não temos a categoria que é a da agricultura familiar aqui no Rio Grande do Norte, na sua essência organizada.

Nabuco - Você conhece o Nordeste, inclusive as lideranças que participaram do movimento pela reforma agrária na Região. Essas características que você está falando são só para o Rio Grande do Norte ou você pode estender para toda a Região Nordeste?

Livânia Frizon - Para toda a Região Nordeste...em parte. Por exemplo, no Rio Grande do Norte nós temos uma característica de agricultura familiar não no Mato Grande, mas no Seridó. Por quê?Aqueles agricultores que têm as piores condições de solo (solo pedregoso), mas que aprenderam a se desenvolver. E você já percebe a diferença deles. Eles fazem a carne de sol e daí fazem a propaganda, o queijo de manteiga. Então você já percebe a agregação de valor e já percebe o jeito de agregar valor e de fazer a cadeia. Por quê? Porque é a essência da agricultura. Então em Caicó você encontra uma parte disso. Aqui no Mato grande não, aqui não tem essa raiz.

Nabuco - Parece então que essa raiz da agricultura familiar é então pontual. E no todo, por exemplo, no Nordeste o que prevalece?

Livânia Frizon - ***A maioria do Nordeste tem a cultura da miséria. Porque a maioria do Nordeste foi criada com a frente de emergência dizendo pro agricultor: nem você nem sua terra presta. Vai dormir, vai morrer lá, esperando receber...Porque na medida que você faz o pessoal acreditar que ela tem que receber algum dinheiro do governo para ela se alimentar porque ela não é capaz disso, você ta neutralizando essa pessoa. Isso daí não é dar uma ajuda, isso aí é roubar a alma do “caba” né? O “caba” não tem mais sonho. E o “caba” só vê a saída na dependência do governo. Na verdade está estabelecida a cultura da miséria. E a cultura da miséria é o que? É não acreditar na produção.***

Nabuco – Por que você saiu do MST?

Livânia Frizon - Então, a minha saída do MST foi justamente rompendo com esse tipo de pensamento que ocorre inclusive nas organizações. As próprias ONG's que organizam o povo ou organizações, vêm nisso uma forma de fazer política mas não de desenvolver porque também não acreditam, né?

Então, no MST ia muito bem até ocupar e resistir. E quando que se falava em produzir desandava o negócio. Então o motivo principal e o motivo que me fez sair do movimento foi o descrédito na produção que havia dentro do movimento e que há. Não se acredita na produção. Se luta pela terra por uma luta política e ideológica. Por quê? Pra distribuir a terra. Eu acho que isso em si só não pode. A terra tem de ser distribuída, mas por quê? Por que ela tem que cumprir o fim social dela, que é produzir alimento. E a terra sem produzir não importa se ta na mão do fazendeiro ou do sem terra: de todo jeito ta errado. Então esse foi o grande motivo do meu afastamento: me frustrei. Nós apanhava, dormia debaixo de barraco, ficava sem dormir e a vida do povo não melhorava. Não tem lógica você lutar pra não melhorar, isso não existe! Quem luta merece melhorar de vida. Então se faz uma luta pro povo por uma questão política, ideológica. Isso também deve ser mudado? Sim! Mas o econômico também deve ser tratado. ***Ora, quem é feliz sem um centavo no bolso, isso não existe!***

Nabuco - A primeira vez que eu lhe vi foi dentro do MST. Em seguida eu tava trabalhando em Maxaranguape e fiquei sabendo que você tava lá no assentamento. E aí a gente se encontrou no assentamento e você me colocou essas questões e que estava trabalhando arduamente para você provar que faria uma agricultura familiar. Em seguida teve aquela experiência do sorgo. Foi a primeira grande atuação produtiva sua naquela região. Eu queria que você me contasse como foi a história da produção de sorgo.

Livânia Frizon - Com certeza foi a primeira experiência positiva e que até hoje, quer dizer, ***nós implantamos a cultura do sorgo no Mato Grande. Hoje não precisa mais convencer ninguém.*** Inclusive é interessante que as pessoas que foram contra hoje foram entrevistar os agricultores pra poder zonear o sorgo. O sorgo passou a ser zoneado por causa dessa experiência.

O quê que essa experiência do sorgo mostra, muito mais do que ter dado certo? É que a agricultura do Mato Grande ou do Nordeste ela não é baseada naquilo que é possível, que dá certo, como em todo lugar do mundo quem tem bom senso faz.

Não, ela é baseada em milho e feijão, não importando se dá certo ou se não dá. Então se você vai na Europa, eles não plantam mamão lá na Europa, nem melão. Eles plantam o que dá para colher naquele pequeno espaço que tem de sol. Por quê? Porque eles não são idiotas de plantar mamão, que quando que ele começar a florescer vem a geada e mata ele. Mas aqui, as pessoas deixam o nosso povo plantar tudo o que não dá pra provar que aquilo não dá certo. Ao invés de se utilizar o que é de benefício do sol, pra mostrar que tem muita coisa que dá certo. A questão da natureza tem problema em todo canto. O problema é ir se adequando e buscando a cultura que dá certo.

Qual foi a mudança que a gente fez? Quase nenhuma. Mas significativa o suficiente pra fazer dar certo. **Fez sair do milho, que precisa de 1.200 mm de chuva, que nunca cai no Mato Grande, que a média é 700 mm**, pra plantar sorgo que é da mesma família, que substitui o milho integralmente que dá com 300 mm. E por que é que o governo não fez isso ainda? Por que é que não fizeram isso...quer dizer, pra que tanta pesquisa? Por que é que não tinham feito isso pro povo antes? O que é que explica você deixar o povo plantando uma cultura que ta provado que a cada dez anos só colhe em um ano e perde nove? Então, quer dizer, que tipo de agricultura é essa que não olha o que dá certo e o que dá errado para mudar? Então o sorgo é a coisa mais simples que ocorreu mais a mais importante. E aí prova como pode dar certo se você for se adequando e utilizando o que a tecnologia desenvolveu e inclusive utilizando o cérebro né? O bom senso. Aqui eu posso tirar proveito do sol, aqui não dá porque não vem a chuva suficiente.

Então o sorgo veio provar isso. E isso provocou nos agricultores hoje uma facilidade de implementar outras culturas. Nós implementamos a do girassol com a maior facilidade. E o que é que é isso? É a abertura pra mudança. Que é a necessidade básica pra começar a criar outra cultura.

Nabuco - Pois bem, então o girassol teve seu começo com o sorgo.

Livânia Frizon - Exatamente

Nabuco - O sorgo começou com a demanda do pessoal da associação dos avicultores mas em seguida já entrou o apoio da Petrobras. Precisamente você fez um acordo com a Petrobras. Como é que foi esse acordo?

Livânia Frizon - Então, o acordo com a Petrobras foi a partir da prova da viabilidade do sorgo na região, da necessidade de produzir ele, e da possibilidade que ele tem de se criar com as condições que ele tem na região. E aí o acordo com a Petrobras, a Petrobras faz a doação de 100 mil litros de óleo pra se fazer o corte da terra uma vez que os agricultores não têm a mínima condição. É outra característica da agricultura daqui é a característica da dependência pra fazer suas culturas. Uma única safra por ano e os agricultores são desprovidos de qualquer condição de fazê-la né? Eles ficam a mercê de governo de estado, de governo federal, de governo municipal e daí, em face disso, a Petrobras entra nesse acordo. E foi a viabilidade do sorgo que viabilizou o girassol.

Nabuco - O apoio da Petrobras foi como? Concretamente a Petrobras entrou com o que?

Livânia Frizon - Com o óleo diesel. 100 mil litros de óleo diesel/ano para o corte de terra de 15 municípios de agricultores.

Nabuco - Toda a parte de maquinário e pagamento de pessoal, como é que foi isso?

Livânia Frizon - O maquinário os agricultores em algumas partes tem o seu trator, a semente foi doada pelo governo do estado e em alguns lugares o prefeito é que colocou o trator. O resto da mão de obra foi o agricultor que deu como contrapartida.

Nabuco - E aí o sorgo foi dando certo, entrou na compra antecipada da CONAB. Depois entrou-se na produção do girassol. Como é que começou esse negócio do girassol?

Livânia Frizon - Primeiro, se fez uma grande propaganda com relação ao biodiesel. E aqui no estado, você deve estar lembrado, o Manuca (Manoel Montenegro, ex-Delegado Federal de Agricultura do Rio Grande do Norte – F.N) “vendia a mamona em toda esquina né”? Então eu acho que foi errado, inclusive ligou exclusivamente o biodiesel à mamona. Quando foi zonear o estado o Mato Grande ficou fora do zoneamento da mamona e aí os agricultores disseram “pronto, tamo fora do biodiesel”. E parece que foi uma ironia do destino que foram os primeiros a produzir biodiesel no estado foi o Mato Grande. E teoricamente era quem tava fora do biodiesel porque biodiesel era mamona. Então, é... com a aflição dos agricultores que tinham ficado fora da mamona por causa do zoneamento, da altitude, etc, nós começamos a viabilizar uma outra oleaginosa. E aí pesquisando, nós vimos que o girassol não só era viável na região: o clima, a altitude, ele não tem problema de altitude, a quantidade de chuva (ele se dá tão bem quanto o sorgo), então como ele era muito mais versátil do que a mamona. Que nós podíamos fazer a cadeia produtiva e para a agricultura familiar mais viável, porque a agricultura familiar é sinônimo de diversidade, de fazer várias coisas.

E aí surgiu o girassol. Por exemplo, essa região é riquíssima na produção de mel e o girassol é um espetáculo para a produção de mel. O resto da cultura do girassol é uma ração de excelente qualidade pra bovino, pra ovino, pra caprino. O resto da torta, são só pra esse tipo de animal mas pra peixe, pra ave. Então ele propicia pra esse agricultor não só aquela safrinha de 90 dias que é o tempo que ele dá, mas ele deixa lá na propriedade o resto que ele pode o resto do ano ganhar dinheiro cuidando dos seus animais. E por isso surge o girassol.

Nabuco - Como é que foi feita a negociação para o plantio do girassol? Foi como foi feito com o sorgo? A Petrobras entrou com o óleo, com o que?

Livânia Frizon - Não, com relação ao girassol foi diferente o convênio. O óleo continuou sendo da Petrobras Fome Zero, mas além do óleo a Petrobras custeou máquinas, plantio e insumos.

Nabuco - Então os recursos das Notas de Crédito Rural foram recursos da Petrobras?

Livânia Frizon - Da Petrobras...

Nabuco - Não é empréstimo bancário?

Livânia Frizon - Não, não...e a Petrobras, quer dizer, nós fizemos os hectares, o custo por hectare, de hora de trator, de plantadeira e de insumos seriam descontados na produção. Uma vez que esse ano foi um ano que choveu apenas 130 mm, e mesmo assim o girassol vai dar né? Mas não vai dar a quantidade se tivesse chovido 300 mm pelo menos, **a Petrobras ta deixando, perdendo totalmente a dívida.** Então nós não fizemos empréstimo bancário; pro ano que vem agente vai repetir esse mesmo processo de convênio com a Petrobras...Até porque os agricultores estão num nível de inadimplência Nabuco que...pra você ter uma idéia nós temos no grupo do pólo de tilápia lá onde a Petrobras custeou a escavação de viveiro na Modelo, de 15 daqueles que podem fazer o custeio só tem 1. Aí agente repetiu o projeto e ta colocando a ração pra se fazer o custeio e a partir daí eles caminhar com as próprias pernas. Então, eu acho que nesse momento seria inviável financiar.

Nabuco - Mesmo porque o pessoal ta aprendendo ainda a trabalhar dentro desse processo...

Livânia Frizon - E até porque é uma experiência, um experimento né... E eu acho que a Petrobras tem dinheiro para gastar nessa pesquisa... Ela tem necessidade. Eu acho que a médio e a longo prazo ela vai ganhar muito com isso. Por causa que ela vai ser a grande recebedora desse produto que é o biocombustível né? Então, desenvolvendo isso, investindo um pouco agora a médio e a longo prazos ela...

Nabuco - Eu quero lhe fazer uma pergunta para você dentro de tudo isso daí. Você tem a figura de um agricultor que na verdade não é um agricultor e que tem que aprender a ser um agricultor, caso contrário o produto da reforma agrária será uma terra...

Livânia Frizon - Sem nada do mesmo jeito que era antes...

Nabuco - Então o governo obviamente tem que gastar...Surgiu os biocombustíveis como uma grande oportunidade. Você não acha que a quantidade de recursos que está sendo alocado poderia ser mais ambiciosa para a agricultura familiar, envolvendo um número maior de agricultores aqui em todo o Nordeste? Qual é a sua opinião a respeito?

Livânia Frizon - Eu não tenho dúvida nenhuma disso. Para você ter uma idéia, nós plantamos setecentos hectares. Nós vamos mais que dobrar no ano que vem para 2.000 hectares. E se eu lhe falar do assentamento Zabelê? Só no assentamento Zabelê tem 33 mil hectares...E no Mato Grande tem uma média de 100.000 hectares de terra desapropriada.

Nabuco - E foram feitos atualmente 777, 26 hectares...

Livânia Frizon - Exato. Tem muita estrada ainda (risos)

Nabuco - Sobre esses hectares efetivamente plantados, houve um levantamento oficial de 1.663 que deveriam ser plantados. E efetivamente plantados foram 777,26 hectares. Qual o motivo dessa diferença, ou seja, por que é que a quantidade realmente plantada foi bem inferior a projetada para ser plantada?

Livânia Frizon - Nós tivemos dois motivos que fizeram com que isso acontecesse. Um foi o inverno irregular que ocorreu esse ano. Era para a chuva começar a cair no final de março e foi chover no final de abril, e depois ficou maio então teve um veranico aí que descontrolou. A segunda a falta de máquina. Basicamente nós demoramos mais de 35 dias para executar o plantio nessas áreas. Por quê? Porque as plantadeiras são

alugadas. Quem é dono de uma plantadeira primeiro planta o seu. E depois vai plantar o dos outros. Então nós tivemos grande dificuldade.

Nabuco - Por incrível que pareça falta máquina para plantar...

Livânia Frizon - Isso daí é a amostra da agricultura familiar.

Nabuco - O que mostra que para cumprir pelo menos 50.000 mil desses 100 mil hectares que existem no Mato Grande....

Livânia Frizon - Vai ter que investir muito!

Nabuco - Se agente ta falando numa oportunidade histórica única no Brasil. A FAO já lançou 3 documentos, um deles junto com a CEPAL que eu mandei para você. Um artigo do representante da FAO para a América Latina e Caribe (Prof. José Graziano da Silva) e um outro que recebi do representante da FAO mundial falando sobre o mesmo assunto como alternativa para a agricultura familiar. E aí a gente está falando só numa micro-região do Rio Grande do Norte com 100 mil hectares de área desapropriada pela reforma agrária. Na hora de plantar você planta 776 hectares quando o minimamente projetado era de 1.663 hectares.

Livânia Frizon - E aperriado! (risos)

Nabuco - E aperreado porque faltam máquinas. Então claramente você tem uma estrutura muito pequena. O que é que é necessário, efetivamente, pra você cumprir apenas o Mato Grande? Pelo menos 50 mil dos 100 mil hectares para o Mato Grande?

Livânia Frizon - Então...E dizendo que não teve maiores problemas com tratores porque agente contratou a Mecanização Boa Fé que é de Pernambuco. Então o corte era tranqüilo por causa da mecanização Boa Fé. E no Mato Grande, na verdade, os tratores existentes é aqueles comprados com o Pronaf Investimento das prefeituras que servem para carregar lixo o ano todinho e quando chega a hora de cortar tão tudo sucateado. Mais aqueles dos assentados, que vai pro jogo de futebol, pra missa, pro cabaré, pro culto...e quando chega a hora de cortar a terra a cada 15 minutos fica 15 horas parado né. Então é essas máquinas que nós temos, não adianta, quer dizer, o que tem aí? Tem um monte de sucata. Plantadeira. As plantadeiras existentes na região são de fazendeiros, que primeiro fazem o seu, que foi exatamente aquelas que nós contratamos de Adolfo, de Doutor Eduardo e de Vicente. São todos proprietários grandes da região, que primeiro fizeram o seu e depois alugaram para o da gente. Na agricultura familiar há a inexistência total de máquinas para mecanizar. E se planta com a enxada. Qual é que é a lógica? Cada plantadeira num ano de chuva curto, planta quinhentos hectares. E num ano de chuva longo pode plantar até mil. Então, uma plantadeira num ano curto mas começando desde o início ela pode plantar 500 hectares. Uma plantadeira boa, de cinco linhas, não é um bichinho daqueles lá de três linhas que demora...uma plantadeira dessas modernas que planta rápido né, bem conservada ou nova que não fique dando encrenca ela pode fazer quinhentos hectares num ano de chuva curto que nem esse ano tranquilamente. E até mil, quando que o inverno se prolonga, até o final de março, abril e maio, e daí te, quase três meses para se fazer o plantio. Então você vai multiplicar isso pela quantia de hectares que você quer fazer.

Nabuco - Você tem que ter uma estrutura muito grande...

Livânia Frizon - Cada quinhentos hectares, como nós temos uma previsão...aqui no Mato Grande ter inverno curto é natural. Não é muito natural ter um inverno muito longo. Então evidentemente você vai ter que ter uma plantadeira para cada quinhentos hectares. Essa é a idéia. E aí multiplica isso pelos hectares.

Nabuco - Se são 100.000 hectares, no caso tem que ter 200 plantadeiras com toda estrutura.

Livânia Frizon - Pois é...

Nabuco - Você acredita então que esse tipo de atividade tem condições de ser bancada pela agricultura familiar?

Livânia Frizon - Eles mesmo se financiar isso? **Não tem a menor possibilidade!** Até porque eles estão no limite total. Quando se entra nos assentamentos do Mato Grande, 93 % deles (isso são dados) já pegaram tudo que tinha quase direito em investimento. Resta o custeio se eles tiverem com tudo em dia, mas como estão todos inadimplentes com os investimentos atrasados então nem mais o custeio está sendo viabilizado. Então precisa investir, investir. E já se investiu tanto! Se você olhar o tanto que já se investiu falta pouco pra fazer isso acontecer. **Se investiu na desapropriação da área, se investiu na construção da casa, se investiu na construção de cisternas, se investiu em colocar energia elétrica; porque esse cidadão não é um agricultor totalmente mas também não tem outra categoria e se vier pra cidade vai ficar no sinal. E a categoria que é viável para se tornar é agricultor mesmo porque não tem mais demanda para esse tipo de gente na cidade.** Então ele custa muito mais barato lá fazendo o investimento agora, do que você perder todo o investimento que você já fez nele até agora e deixar ele vir pra cidade pra depois talvez você investir nele num presídio de alta segurança que custa muito mais caro né? **Um “caba” desses custa caro!**

Nabuco - Você tem na sua área de atuação a situação de ver a criminalidade se estabelecendo na área rural. Por que é que essa criminalidade está se estabelecendo? É porque esse indivíduo não está conseguindo virar agricultor, é isso?

Livânia Frizon - Não tenha dúvida, por causa que as pessoas procuram o meio de sobrevivência de qualquer jeito, porque o “caba” quer ficar vivo e precisa ficar vivo e luta pela vida: é o instinto natural. **Se não dá para ganhar dinheiro com agricultura porque num sabe, é o jeito que dá né? E aí se vender maconha é o jeito, ou fazer qualquer outra coisa ele faz. Com certeza!**

Nabuco - Está acontecendo...

Livânia Frizon - Em assentamentos ocorre esse tipo de atividade, coisa que na agricultura era negócio meio que estranho né? Mas hoje já acontece com uma frequência muito mais...é...grande do que se esperaria para uma área de assentamento. **E aí eles trabalham num outro viés de novo. Assentamento de reforma agrária é diferente até daquela comunidade que a polícia “bate” de vez em quando: a polícia não vai lá. Então cria uma facilidade maior e isso é um perigo muito grande que o tráfico começa a descobrir esse tipo de viés.**

Nabuco - Livânia, eu queria lhe fazer uma última pergunta. Vocês tiveram a experiência com a Caliman. A Caliman atuou como integradora e eu queria que você me falasse dessa experiência de integração. O que é que ficou com vocês a partir dessa experiência.

Livânia Frizon - Então, eu acho que foi extremamente positivo. Primeiro a gente acessou uma tecnologia que não tinha e que não sabia nem pra onde que ia. E hoje nós podemos produzir mamão para colocar no mercado, inclusive para competir com a Caliman (risos) nas mesmas condições dela. Sem precisar contratar um agrônomo. Nós aprendemos a fazer isso. **Mas não foi só isso que a gente aprendeu com a parceria. Quando você faz uma parceria, você tem que produzir um determinado produto com uma determinada qualidade, você tem que se disciplinar. Então a exigência da qualidade lá no final modificou o nosso produtor aqui em baixo. Nós não tamo produzindo só mamão com exigência. Nós tamo produzindo a melancia lá na área que tinha exigência de qualidade de fruta, nós tamo produzindo a banana...então nós pegamos aquela parte que foi a qualidade e que a qualidade quer dizer disciplina, organização, cuidar bem dos produtos. E hoje a gente não produz apenas só mamão lá na área, produz várias outras culturas e fica a disciplina pra produzir.**

Nabuco - Então a empresa integradora não deixou só a tecnologia do mamão, mas todo o entendimento do que é produzir...

Livânia Frizon - É. Deixou vários produtos lá dentro. Porque o que na verdade acontece na agricultura é que as pessoas elas acham que as coisas acontecem por acaso. Que aquilo não é fruto do trabalho deles, que aquilo acontece por acaso. Então eles começaram a aprender que as coisas são fruto do trabalho deles, da organização. Que dá prejuízo, que dá lucro dependendo de como se comporta (se cuidam na hora certa se não cuidam) e isso foi fundamental.

Nabuco - Vou fazer a ligação do mamão para os biocombustíveis. Não seria o caso de se ter uma gigantesca integradora na área de biocombustíveis com controle acionário do Estado. Você não acha que da mesma forma que a Caliman pra suprir a região do Mato Grande que tem 15 municípios (Ceará Mirim, Maxaranguape, Rio do Fogo, Touros, São Miguel do Gostoso, Poço Branco, Taipu, João Câmara, Parazinho, Pedra Grande, São Bento Caiçara, Jandaíra, Bento Fernandes e Pureza) não teria que ter uma grande integradora dado o tamanho das exigências?

Livânia Frizon - Eu não tenho dúvida que alguém vai ter que fazer o meio de campo. A Petrobras ou qualquer outra empresa não vai ter nunca oleaginosa se não tiver quem faça o trabalho na ponta. Por quê? Porque não é lá no Sul que os agricultores é só dizer “eu compro o girassol que eles vão lá e plantam”. Aqui tem que dizer eu compro, mas eu vou lhe organizar...então, quando que eu quiser comprar então ter que partir do princípio de organizar aquele povo, custear pra produzir, acompanhar e ensinar. É totalmente diferente! Se você quiser ter um tipo de produto aqui, você tem o que lá? A terra e a mão de obra. Mas as duas desconectadas. Os agricultores e a terra não estão conectados em perfeita harmonia. Você vai ter que fazer esse trabalho. E aí, você só consegue isso se você tiver técnico, tecnologia, um pacote...! Gente que organize, gente que ensine, disciplina, então aonde que você vá fazendo as coisas acontecer. Tem que fazer as coisas acontecer! Pegar aquele agricultor e a sua terra e aí fazer a coisa começar a caminhar.

Nabuco - Livânia, não tenho mais pergunta nenhuma pra fazer. Qualquer consideração que você queira fazer a mais...

Livânia Frizon - Não, eu acho. Nós já falamos muito né (risos)

Nabuco - Eu vou lhe dizer uma coisa com toda sinceridade. Desde que eu lhe conheci, desses vários anos que temos contato, foi a melhor conversa que já tivemos. Obrigado por tudo.

4.2.1 Considerações sobre a entrevista com Livânia Frizon

A entrevista concedida por Livânia Frizon traz à tona questões de suma importância para a análise do quadro atual da agroenergia como mecanismo de inclusão social, redução ou até disseminação das graves desigualdades regionais nacionais e do posicionamento do Brasil, como totalidade, no cenário de ponta das grandes potências mundiais.

A primeira questão que se apresenta é a da conclusão do processo de conquista da terra como principal meio de produção. De fato, muito já se fez e termos de desapropriação e criação de assentamentos rurais no Brasil e no Rio Grande do Norte. Portanto a questão não pode mais ser reduzida simplesmente à posse da terra. Nesse particular a entrevistada afirma categoricamente que alguns assentamentos ainda podem ser feitos, mas o “grosso” já foi desapropriado. O problema é o de mostrar a validade da reforma agrária enquanto elemento de diminuição significativa das mazelas sociais decorrentes da miséria, criando riqueza, produzindo.

Ocorre que esse desafio esbarra num elemento sociológico, qual seja, o perfil do assentado. Parte-se da premissa de que o assentado é um produtor familiar. Segundo Livânia, não o é. E não o é porque ele por gerações não teve sua existência baseada numa lógica produtiva rural camponesa, mas, no máximo, serviu como diarista, em tarefas absolutamente parceladas. Além do mais um contingente significativo dos assentados rurais não tinham vinculações diretas com a agricultura,

mas sobreviviam (por exemplo) das frentes de emergência ou de outras atividades de sobrevivência na periferia dos pequenos municípios rurais.

Obviamente pode-se questionar a percepção da entrevistada acerca do que é ser um agricultor familiar. Seu posicionamento é preciso e não se restringe à utilização ou não de trabalho assalariado, mas a uma percepção de como existir com o trabalho da família a partir do trabalho agrícola. O agricultor familiar existe a partir de princípios de gerenciamento de sua propriedade, quais sejam, a diversidade da produção, ligada a essa diversidade a capacidade de formação de uma mentalidade empresarial para a venda de um excedente e por fim a percepção do aprimoramento tecnológico (entendendo a tecnologia de maneira ampla) como elemento fundamental para o sustento da atividade e, conseqüentemente, da família. *“A tecnologia faz parte do pacote da agricultura familiar sim! Tem que acessar essa tecnologia para melhorar”*.

Essa figura típica da agricultura familiar do Centro-Sul (na abordagem de Livânia muito presente nos três estados sulinos) tem baixa ocorrência no Rio Grande do Norte, sobretudo nos assentamentos rurais. A entrevistada chega a definir cenários bem claros em que o assentado chega a comprar gêneros alimentícios essenciais na feira ao invés de produzi-los para consumo e venda, chegando ao absurdo “até de comprar o coentro”. A figura do assentado não “engajado” na agricultura familiar foi extrapolada por Livânia não apenas para o Rio Grande do Norte, mas para todo o Nordeste. Isso porque as características regionais do meio rural são historicamente as mesmas.

Com relação à utilização de tecnologia tendo como parâmetro o uso de tratores para o corte das terras, o posicionamento adotado por Livânia foi o de que, quase inexistente a mecanização da atividade agrícola nessas áreas. E mais, sobre a possibilidade de que essas famílias formalmente consideradas como de agricultores familiares venham a se mecanizar, a resposta é claramente desapontadora. De um lado a inadimplência dos produtores rurais leva a impossibilidade de obtenção de crédito para compra de maquinário. Por sua vez, aqueles que possuem tratores, fazem mal uso dos mesmos sucateando as máquinas. Precisamente a inaptidão para uma atuação autônoma como agricultores familiares levou a um ciclo vicioso de inadimplência e destruição da quase inexistente mecanização.

As fortes observações levantadas pela entrevistada são corroboradas pelos dados oficiais.

Tabela 34

Estabelecimentos Rurais - Rio Grande do Norte

	Numero	%	Hectares
Total	91.376	100	3.733.521.189
Total Familiar	79.852	87,4	1.457.147.004
maiores rendas	3.578	3,9	0
renda média	11.462	12,5	0
renda baixa	13.004	14,2	0
quase sem renda	51.808	56,7	0
Patronal	8.479	9,3	2.240.961.609

Fonte: INCRA – Disponível em <<http://200.252.80.30/sade/confirma.asp>>

A Tabela 34 apresenta os números da agricultura familiar no Rio Grande do Norte. Faz-se a ressalva de não estar identificado àqueles estabelecimentos que são produto da reforma agrária. Muito provavelmente, tal situação se deve ao fato de ter o INCRA se utilizado de cruzamento de dados do último censo agropecuário de 1995, o que retirou a possibilidade de identificação daquelas propriedades que são produto da reforma agrária. Contudo, o processo de reforma agrária empreendido nos últimos 12 anos após o censo, certamente aumentou o número de propriedades familiares, mas provavelmente (e respeitando as observações da entrevistada) mantendo o cenário sócio-econômico das mesmas. Portanto, o cenário abordado anteriormente é grave.

Somando-se o percentual das propriedades familiares classificadas como quase sem rendimento àquelas de renda baixa temos que 70,9% desses estabelecimentos são pauperizados, classificados como de baixa renda (13.004 estabelecimentos ou 14,2%) até quase sem renda (51.808 estabelecimentos, perfazendo 56,7% do total dos estabelecimentos rurais do estado).

Os dados apresentados são corroborados pela análise da utilização, ou não, de produtos e serviços modernizantes da atividade agrícola no Rio Grande do Norte (RN), Rio Grande do Sul (RS) Paraná (PR) e em Santa Catarina (SC). A escolha dos estados sulistas foi realizada para utilização como parâmetro de análise, na medida em que são reconhecidamente estados de agricultura moderna e com grande presença da agricultura familiar, servindo, portanto, de base comparativa para a situação do Rio Grande do Norte.

Tabela 35

Utilização de Produtos modernizantes na Agricultura

Estados	Total	Só Força Manual		E. Elétrica		Ass.Técnica		Uso de Adubos e Corretivos	
			%		%		%		%
RN	79.852	34.623	43,4	25.776	32,28	3.173	4,0	12.777	16,0
RS	394.495	37.660	9,5	284.316	72,07	183.738	46,6	325.682	82,6
PR	321.380	67.503	21,0	220.707	68,67	119.572	37,2	210.285	65,4
SC	191.760	24.958	13,0	161.842	84,4	124.712	65,0	164.292	85,7

Fonte: INCRA – Disponível em <<http://200.252.80.30/sade/confirma.asp>>

A primeira informação apresentada diz respeito à utilização da força humana como única fonte de tração no âmbito da agricultura familiar. Sem delongas, tais dados mostram o quanto a agricultura familiar se utiliza da enxada como único mecanismo de trabalho. No Rio Grande do Norte, nada menos que 43,4% da agricultura familiar utiliza-se com exclusividade da enxada para os tratamentos culturais. Nada menos que 67,7% das propriedades rurais da agricultura familiar no Rio Grande do Norte não possuem energia elétrica. Apenas 4% desses agricultores possuem assistência técnica, sendo que o uso de adubos e corretivos fica restrito ao limitado percentual de 16% das propriedades.

A análise comparativa com os estados do Sul é absurdamente contrastante. Lá a enxada é minimamente utilizada como único mecanismo de trabalho na agricultura (9,5% no RS, 21% no PR e 13% em SC). O uso da energia elétrica é muito disseminado chegando a um ápice de 84,4% das propriedades familiares em Santa Catarina (72% no Rio Grande do Sul e 68% no Paraná). A assistência técnica é bem mais disseminada (RS- 46%, PR-37,2% e SC-65%) enquanto a utilização de adubos e corretivos chega a ser uma prática usual estando presente em 82 % da agricultura familiar gaúcha, 65% da paranaense e 85% da catarinense.

Mas o horizonte dos dados apresentados deve ser ampliado expandindo proporcionalmente o cenário para análise do nosso atraso.

Tabela 36

Comparativo de Mecanização Agrícola Entre Estados

Tratores	Propriedades	Maquinário	Relação Maq/Propriedades
RN	91.376	3.650	1 trator para cada 25 propriedades
RS	429.957	150.074	1 trator para cada 3 propriedades
SC	203.347	63.148	1 trator para cada 3 propriedades
PR	369.875	121.827	1 trator para cada 3 propriedades
Máquinas para plantio	Propriedades	Maquinário	Relação Maq/Propriedades
RN	91.376	627	1 para cada 146 propriedades
RS	429.957	89513	1 para cada 5 propriedades
SC	203.347	27864	1 para cada 7 propriedades
PR	369.875	82514	1 para cada 4 propriedades
Máquinas para colheita	Propriedades	Maquinário	Relação Maq/Propriedades
RN	91.376	272	1 para cada 336 propriedades
RS	429.957	34773	1 para cada 12 propriedades
SC	203.347	8919	1 para cada 23 propriedades
PR	369.875	23968	1 para cada 15 propriedades
Caminhões	Propriedades	Maquinário	Relação Maq/Propriedades
RN	91.376	942	1 para cada 97 propriedades
RS	429.957	22910	1 para cada 19 propriedades
SC	203.347	6956	1 para cada 23 propriedades
PR	369.875	22141	1 para cada 17 propriedades
Utilitários	Propriedades	Maquinário	Relação Maq/Propriedades
RN	91.376	3222	1 para cada 28 propriedades
RS	429.957	49561	1 para cada 9 propriedades
SC	203.347	24342	1 para cada 8 propriedades
PR	369.875	50774	1 para cada 7 propriedades

Fonte: INCRA – Disponível em <<http://200.252.80.30/sade/confirma.asp>>

A tabela apresenta a mecanização na agricultura. Fizemos uso para comparação, novamente, dos estados do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, pelos motivos já apresentados.

Enquanto no Rio Grande do Norte, levando-se em consideração todo o universo das propriedades agrícolas e não apenas da agricultura familiar, existe 1 trator para cada 25 propriedades. Essa relação é de 1 para 3 nos estados do Sul.

Quando o maquinário passa a ser o de máquinas para plantio, no Rio Grande do Norte a relação piora significativamente de 1 máquina para cada 146 propriedades. Diferentemente do trator, as máquinas utilizadas para plantio têm finalidade mais delimitada (especializada). O trator não é multiuso (vide entrevista anterior) existindo em maior quantidade. Mas para os estados do Sul essa relação é bem diferente. No Rio Grande do Sul é de uma máquina para cada 5 propriedades, 1 para cada 7 em Santa Catarina e 1 para 4 no Paraná. É forte indicativo de especialização mecanizada da agricultura desses estados.

Quando observamos a relação colheitadeira por propriedades, a situação do Rio Grande do Norte piora significativamente, agora de 1 máquina para cada 336 propriedades. Essa relação é no Paraná de 1 para 15 propriedades, em Santa Catarina uma colheitadeira para 23 propriedades e de 1 para 12 propriedades no Rio Grande do Sul.

O uso de caminhões é mais disseminado no RN. A relação cai de 1 para 97 propriedades. No Rio Grande do Sul a relação é de 1 para cada 19 propriedades, em Santa Catarina 1 para cada 23 propriedades e no Paraná, 1 caminhão para cada 17 propriedades.

Por fim, no item “utilitários” a situação melhora para o Rio Grande do Norte, muito embora a distância entre nós e os estados do Sul continue ainda muito grande. Enquanto os potiguares possuem 1 utilitário para cada 28 propriedades, os gaúchos possuem 1 para cada 9 propriedades, os catarinenses 1 para cada 8 propriedades e os paranaenses 1 para cada 7 propriedades.

A utilização de máquinas e implementos na agricultura não é indicativo meramente tecnológico, mas sociológico e econômico. Mostra uma realidade de organização da produção em bases modernas e mais produtivas, portanto com maior possibilidade de atingir graus de rentabilidade compatíveis com a permanência no

setor. Essa realidade é incompatível com cenários de miséria disseminada. Daí que os nossos números são tão inferiores.

Temos agora dois problemas que misturam possibilidades técnicas com realidades sociais. Temos uma agricultura efetivamente não mecanizada em que uma boa parte a força utilizada é humana pelos dados do INCRA, 43% das propriedades que praticam a agricultura familiar no RN. Ainda segundo os dados do INCRA existem no Rio Grande do Norte 79.852 propriedades atuando na forma de agricultura familiar. Essas propriedades ocupam uma área agrícola de 1.457.147 hectares. Pode-se inferir (obviamente grosso modo) que se 43% dessas propriedades utilizam-se exclusivamente de força humana para a atuação na agricultura, teremos um total de 34.336 propriedades totalizando aproximadamente 626.573 hectares sendo trabalhados no cabo da enxada.

Ainda na componente meramente técnica se de acordo com a Tabela 36 existe no Rio Grande do Norte, 1 trator para cada 25 propriedades rurais, sabendo-se que existem no estado um total 91.376 propriedades com uma área agricultável de 3.733.521 hectares chegamos por uma regra de três simples a um total de 1 trator para cortar nada menos que 1.022 hectares. Por essa mesma lógica possuímos uma máquina para plantio para cada 5.954 hectares, uma colheitadeira para cada 13.726 hectares, 1 caminhão para cada 3.963 hectares e um utilitário para cada 1.159 hectares.

Então de que meio rural estamos falando para o Rio Grande do Norte no geral e na agricultura familiar no particular? Ele é atrativo para investimentos autônomos de grandes capitais privados em agroenergia? Será nosso produtor capaz de dar conta da tarefa de se colocar como produtor agroenergético?

A agricultura do Rio Grande do Norte é composta por uma agricultura familiar que em boa proporção nem sequer pode ser considerada como tal, mas como agrupamentos humanos existindo no meio rural, sem tecnologia, sem sequer um *modus vivendi* camponês. Não possuímos também um empresariado rural minimamente significativo. Antes, o que possuímos em grande quantidade são fragmentos de proprietários rurais, com algum investimento em atividades agrícolas, mas que possuem hoje seus rendimentos muito mais ligados a uma existência urbana. Isso fica mais do que evidenciado quando avaliamos o posicionamento do PIB agropecuário do Estado no ranking dos demais vinte e sete estados da União (somos o 21º).

Um cenário como o acima apresentado não será (por livre iniciativa do empresariado nacional ou internacional) palco de investimentos na área bioenergética. Isso porque a matriz bioenergética se fundamenta numa agricultura de alto rendimento baseada num empresariado industrial agrícola altamente especializado aqui inexistente. É de fundamental¹⁵ importância lembrarmos que o Rio Grande do Norte assume uma posição de concorrente direto com um Centro-Sul, responsável por 78,8% do PIB agroindustrial, 82,7% do PIB da indústria de transformação. O Centro-Sul é composto por 11 estados preparados econômica e socialmente para os investimentos agroenergéticos planetários. É lá para onde se dirigem os investimentos planetários, tendo sido isso reconhecido pelo Estado Nacional na elaboração da planilha de gastos do PAC até 2010 (99% dos recursos destinados ao Centro-Sul e apenas 1% para todo o Norte-Nordeste).

Como projeto de inclusão produtiva os dados apresentados para a região do Mato Grande são pífios. A região do Mato Grande é composta por 12 municípios, quais sejam, Bento Fernandes, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros. A tabela abaixo discrimina os assentamentos agrícolas existentes nesses municípios.

Tabela 37

Assentamentos e Assentados na Região do Mato Grande

Município/Projeto	Tipo do Projeto	Área - (Ha)	Nº de Famílias Assentadas
--------------------------	------------------------	--------------------	----------------------------------

¹⁵ O Governo Federal teve derrotado pelos seus próprios aliados a proposta de lançamento no dia 26/09/2007 da Secretaria Especial com status de Ministério que trataria de por em andamento o planejamento nacional de longo prazo empregando para tal nada menos que 600 cargos comissionados. Sem levar em consideração que a economia já ratificou como uma "lei" que no longo prazo estaremos todos mortos, a postura da Presidência da República de lançar essa secretaria vai de encontro a todas as necessidades imediatas de formação de uma política agroenergética, hoje absolutamente inexistente como unidade. O discurso agroenergético é de urgência mas a formação da estrutura política é de menor importância, bem abaixo do planejamento livre de longo prazo. Para a agroenergia o que temos são arremedos dispersos por ministérios díspares, se qualquer integração de propósitos. Na prática implementamos uma política única de alavancar o Centro-Sul como epicentro agroenergético com investimentos estatais em infra-estrutura juntamente com o laissez-faire empresarial.

BENTO FERNANDES			Titulados	Não Titulados	Total
PA LIBERDADE	Ass. Federal	574,0000	-	25	25
PA 07 DE JULHO	Ass. Federal	226,5000	-	8	8
PA MADALENA	Ass. Federal	767,2000	-	30	30
PA ESPINHEIRO	Ass. Federal	2576,1000	-	125	125
PA CANADÁ	Ass. Federal	1212,0515	-	60	60
PA BARRETO	Ass. Federal	175,4016	-	12	12
PA SANTA TEREZA	Ass. Federal	608,2648	-	21	21
PA ALDEMIR LEMOS	Ass. Federal	851,3445	-	30	30
TOTAL	8 Projetos	6990,8624	-	311	311
JANDAIRA					
PA GUARAPES	Ass. Federal	2500,0000	-	100	100
PA SANTA INÊS	Ass. Federal	504,8873	-	21	21
TOTAL	2 Projetos	3004,8873	-	121	121
JOÃO CÂMARA					
PA MARAJÓ	Ass. Federal	1562,0000	-	52	52
PA BOA SORTE	Ass. Federal	1498,0000	-	51	51
PA MODELO	Ass. Federal	4687,1613	-	153	153
PA BRINCO DE OURO	Ass. Federal	2572,5360	-	82	82
PA SERRA VERDE	Assentamento Federal	1332,3115	-	41	41
PA XOÁ	Ass. Federal	2075,8700	-	66	66
PA SANTA TEREZINHA	Ass. Federal	1068,4000	-	90	90
PA LAGEADO	Ass. Federal	1355,0000	-	41	41
PA LAGINHA	Ass. Federal	280,4120	-	10	10
PA BAIXA DO NOVILHO	Ass. Federal	1505,3056	-	60	60
PA VIVARÁ	Ass. Federal	1475,3452	-	60	60
PA SANTA LUZIA III	Ass. Federal	538,3473	-	26	26
PA MARIA DA PAZ	Ass. Federal	1163,0347	-	45	45

TOTAL	13 Projetos	21113,7236	-	777	777
--------------	--------------------	-------------------	----------	------------	------------

Fonte: INCRA-R19/SIPRA

Tabela 37
Assentamentos e Assentados na Região do Mato Grande (continua)

Município/Projeto	Tipo do Projeto	Área - (Ha)	Nº de Famílias Assentadas		Total
			Titulados	Não Titulados	
BENTO FERNANDES					
MAXARANGUAPE	Ass. Federal	66,0000	-	0	0
PA SÃO LOURENÇO	Ass. Federal	1021,9011	-	100	100
PA NOVA VIDA II	Ass. Federal	681,8302	-	60	60
PA NOVO HORIZONTE II	Ass. Federal	382,3803	-	38	38
PA VALE VERDE	Ass. Federal	413,4222	-	38	38
PA SÃO JOSÉ DE					
TOTAL	5 Projetos	2565,5338	-	236	236
PARAZINHO					
PA 1º DE JULHO	Ass. Federal	633,0465	-	30	30
PA AMAZONAS	Ass. Federal	500,0000	-	23	23
PA BOM TRABALHO	Ass. Federal	1034,6168	-	38	38
PA SÃO FRANCISCO II	Ass. Federal	512,2563	-	23	23
TOTAL	4 Projetos	2679,9196		114	114
PEDRA GRANDE					
PA BONSUCESSO	Ass. Federal	2193,0000	-	69	69
PA BOCA DO CAMPO	Ass. Federal	1742,1244	-	55	55
TOTAL	2 Projetos	3935,1244	-	124	124
POÇO BRANCO					

PA SURUBIM	Ass. Federal	998,94560	-	45	45
PA SANTA LUZIA II	Ass. Federal	358,10470	-	20	20
PA NOSSA SENHORA DA PIEDADE	Ass. Federal	371,00000	-	25	25
PA UBERLÂNDIA	Ass. Federal	418,14960	-	20	20
TOTAL	4 Projetos	2146,19990	-	110	110
PUREZA					
PA CANAFÍSTULA	Ass. Federal	2113,7604	-	67	67
PA SÃO LUIZ	Ass. Federal	700,0000	-	23	23
PA MEU RANCHO	Ass. Federal	1918,2792	-	55	55
PA BERNARDO MARIM	Ass. Federal	1302,7991	-	47	47
TOTAL	4 Projetos	6034,8387	-	192	192
RIO DO FOGO					
PA ZUMBI/RIO DO FOGO	Ass. Federal	1633,0000	-	71	71
TOTAL	1 Projeto	1633,0000	-	71	71
SÃO MIGUEL DO GOSTOSO					
	-	-	-	-	-
PA CANTO DA ILHA DE CIMA					
	Ass. Federal	2238,0000	-	89	89
PA ANTÔNIO CONSELHEIRO					
	Ass. Federal	3264,8256	-	157	157
PA OURO BRANCO					
	Ass. Federal	436,0574	-	23	23
PA SANTA FÉ					
	Ass. Federal	844,7415	-	41	41
PA BOA ESPERANÇA					
	Ass. Federal	1007,6442	-	50	50
TOTAL	5 Projetos	7791,2687	-	360	360
TAIPU					
PA LOGRADOURO					
	Ass. Federal	307,0000	-	40	40
PA TABOLEIRO DO BARETO					
	Ass. Federal	1388,1000	-	60	60
PA JERUSALÉM					
	Ass. Federal	1670,3790	-	80	80
TOTAL	3 Projetos	3365,4790	-	180	180

Fonte: INCRA-SR19/SIPRA

Tabela 37
Assentamentos e Assentados na Região do Mato Grande (continua)

Município/Projeto	Tipo do Projeto	Área - (Ha)	Nº de Famílias Assentadas		Total
			Titulados	Não Titulados	
BENTO FERNANDES					
TOUROS					
PE BOQUEIRÃO DE TOUROS	Ass. Estadual	10405,0000	-	-	-
PA LAGOA DO SAL	Ass. Federal	236,0000	-	13	13
PA ZABELÊ	Ass. Federal	10042,3391	-	337	337
PA ARIZONA	Ass. Federal	5654,6000	-	180	180
PA QUILOMBO DOS PALMARES	Ass. Federal	8055,6962	-	299	299
PA CHICO MENDES	Ass. Federal	1258,1101	-	63	63
PA COLORADO	Ass. Federal	649,4770	-	23	23
PA SÃO SEBASTIÃO II	Ass. Federal	224,2454	-	22	22
PA PLANALTO DO RETIRO	Ass. Federal	1388,6114	-	70	70
	9 Projetos	37914,0792	-	1007	1007
TOTAL MATO GRANDE	60	99174,9166	-	3603	3603

Fonte: INCRA-SR19/SIPRA

A Tabela 37 mostra uma realidade preocupante. De um total de 60 assentamentos o Petrobras Fome Zero atendeu apenas 11 com uma área total plantada de 767,26 hectares. A área agrícola dos assentamentos do Mato Grande totaliza 99.174,9166 hectares. Portanto o esforço do Estado Nacional através da sua petroleira para produzir oleaginosas nos assentamentos do Mato Grande atingiu a absolutamente irrelevante percentagem de 0,77% da área agrícola desses assentamentos.

Nosso produtor, portanto, não se encontra minimamente adequado às tarefas necessárias para colocar o Rio Grande do Norte na linha de atuação do novo cenário

pós-petróleo. Não possuímos agricultores nem capital. Somos periferia e estamos sendo tratados como tal. Há, definitivamente, uma única possibilidade de reversão da situação. A existência de uma **política de Estado** para a agroenergia que leve em consideração as disparidades regionais bem como a tarefas e gastos necessários à inclusão dos excluídos. Até o presente momento tal política é mera retórica, vazia de qualquer conteúdo minimamente real.

4.3 Segunda Entrevista - O INCRA

O INCRA é historicamente o responsável pela reforma agrária no Brasil. Tendo em vista a larga experiência no trato com os assentamentos rurais por parte dos seus técnicos, entrevistamos um os seus principais quadros no RN, o engenheiro agrônomo Heleno Gomes da Silva no sentido de confrontar a visão da líder rural Livânia Frizon com o pensamento governamental quanto à situação dos assentados beneficiários da reforma agrária, seus limites e as perspectivas para o futuro. Os grifos são do autor

Nabuco - Sabemos que os assentados são em sua grande maioria pessoas destituídas de tudo. Podemos dizer que os assentados rurais são agricultores familiares?

Heleno Gomes da Silva – Olhe, essa caracterização que usam, eu pelo menos não concordo muito. O que nós temos hoje no campo são pessoas que não têm nenhuma tradição agrícola, que estão no campo por uma situação de exclusão das cidades, né, e hoje o que nós temos no estado do Rio Grande do Norte mais freqüente é o que? É um reforço da cidade para o campo em detrimento de uma oportunidade. É isso que está ocorrendo hoje nos assentamentos do Estado.

Nabuco - Então essas pessoas não têm uma aptidão histórica com a questão da agricultura...

Helena Gomes da Silva – Olhe, em grande maioria não. Em grande maioria não têm! São pessoas que vivem na periferia das cidades.

Nabuco - Por sua experiência, de *per si* eles conseguem virar agricultores?

Helena Gomes da Silva – Olhe, alguns deles sim, com certeza. Alguns deles já...a gente já tem até exemplos de pessoas que já tem um bom desenvolvimento em algumas áreas, mas outros realmente...Porque nós temos que convir que no estado nós temos uma coisa muito perniciosa pra o agricultor familiar que é o trabalho coletivo. O pessoal é altamente individualista e isso talvez seja um dos maiores entraves que se encontra pra você trabalhar uma comunidade hoje aqui no estado, né? É que as pessoas têm aquela estória do EU, ninguém pensa no NÓS. Acha que ele sozinho vai sobreviver. Isso, hoje, você sabe, na globalização, é bastante complicado. Se você tem uma integração...se você pega um município hoje como João Câmara que você tem um grande número de assentamentos, se houvesse uma grande integração entre os próprios assentados nos assentamentos, se um produzisse para suprir a necessidade do outro e assim sucessivamente, essa cadeia talvez funcionasse e funcionasse muito bem. Mas hoje nem isso...eles só pegam os maus exemplos que acontecem nos outros assentamentos, os bons exemplos ninguém quer pegar.

Nabuco - A que se deve isso?

Helena Gomes da Silva – A cultura nossa. A nossa cultura é machista, individualista...essa coisa também do governo achar que com essas bolsas ele está fazendo um bem, pelo contrário, certo, eu acho que ele está fazendo um mal, porque ta deixando o pessoal mais...vamos dizer assim...mais carente dessa coisa de buscar; ele espera o que vem, ele não vai buscar nada. Ele espera o que vem do governo porque é fácil, sem esforço né? Porque ele sabe que vai vir...então para que se esforçar?

Nabuco - Então além de não serem agricultores “eles não estão precisando ser agricultores”. Seria mais ou menos isso?

Helena Gomes da Silva – Não sei se eles não estão precisando, porque precisando eles estão realmente. Agora talvez não estão preparados para aquilo né...Porque você veja o seguinte, você viver numa cidade onde você tem água, luz, energia, creche disponível, tudo mais, certo, de uma maneira mais fácil, você vai morar numa área aonde você não tem isso ao bel prazer como você tem na cidade. Então você já se recente né? Então no momento você quer que essa pessoa já passe a se integrar naquela vida, de ser um agricultor de batalhar pra conseguir...é meio complicado. É um trabalho pedagógico demorado, que as pessoas têm que ter calma e paciência e talvez esse seja o grande leque que a sociedade está questionando: cadê a reforma agrária? Mas a reforma agrária, ela não pode acontecer de um momento. É uma coisa que tem que ser gradual. Tem que ser um processo. Ela tem suas falhas: primeiro, assistência técnica tem que estar presente e isso não é comum (nós temos mas com falhas). Não vou dizer a você que nós temos uma assistência técnica permanente nos assentamentos, ela tem falhas. Então tem que o governo buscar alguma forma onde isso seja mais presente, onde as pessoas que se envolvam nesse processo tenham mais responsabilidade e ao mesmo tempo queira realmente que a coisa aconteça né? Porque tem muitos profissionais que tem por aí, não porque realmente gostem de trabalhar no campo, não é nada disso, mas simplesmente porque tão querendo um emprego.Tem profissional e tem O profissional; tem uma distinção. Então nós temos tudo isso também na reforma agrária. Olhe tem fatores de todas as maneiras possíveis que você queira imaginar. Nós temos a parte dos movimentos sociais. Isso pesa também muito, porque vamos dizer, o próprio movimento às vezes prega uma coisa que não condiz com o governo. E aí, a cabeça do trabalhador entra em “povorosa” porque até pra gente é complicado, imagine para uma pessoa que não tem esclarecimento total, porque a maioria do nosso pessoal (não vou dizer a você que são todos) mas a maioria são pessoas que não têm esclarecimento. Basta dizer a você que tem assentamento que agente chega que tem pessoas ainda hoje que se escondem. Então, é complicado...Eu chego lá e dou uma informação, você chega e dá outra informação, aí vem outra entidade e dá outra informação...é complicado. Quer dizer, como é que fica a cabeça do trabalhador?

Nabuco - O Estado Nacional teria que entrar...

Helena Gomes da Silva – Entrar pesado, freqüente, efetivo, sem descontinuidade. A política de governo (você sabe como é ela), cada governo que entra muda a política e essa descontinuidade também complica muito o trabalho no campo né, principalmente porque as pessoas não têm esclarecimento da realidade do que é aquela vida ali. E você passa de uma vida onde você tem tudo, vamos dizer assim, com mais facilidade para ter uma coisa mais restrita. Você vai passar a morar em comunidade. Comunidade já é uma coisa altamente complicada. Basta viver em condomínio para se saber o que é viver em comunidade. É muito complicado esse trabalho no campo. E hoje ele é muito mais complicado porque a maioria do pessoal não tem tradição agrícola. São pessoas que vieram...tem mecânico, tem gente que foi vendedor, tem gente que foi comerciante e por aí você vai encontrar todo tipo de gente lá dentro.

Nabuco - Você trabalha na área de crédito...

Helena Gomes da Silva – Hoje. Aqui dentro do INCRA eu já coordenei os assentamentos do RN por quase dez anos. Conheço quase todos os assentamentos, não conheço todos, mas conheço com certeza quase todos né?. Esses mais novos eu não conheço ainda não completamente. Conheço um pouco só. Mas é aquela coisa, você lida com todo tipo de ser humano. Quem lida com ser humano sabe o quanto é difícil você conviver com pessoas. Trabalhar com gente é preciso que você realmente se doe para aquela atividade, que você goste do que faz né...que você esteja disponível para poder aceitar o que você enfrenta lá dentro. Então nem todo mundo que lida no campo tá preparado para isso. Entendeu? Esse é o grande problema hoje.

Nabuco - E esses agricultores? Porque na verdade esse mundo bioenergético pegou agora de uma forma extremamente acelerada. Então os investimentos hoje no Centro-Sul acontecem em grande quantidade. Esses agricultores assentados no estado do Rio Grande do Norte sozinhos têm condição de entrar nesse mundo de produção de oleaginosas e etanol?

Helena Gomes da Silva – Sozinhos não, eles têm que ser orientados, tem que ter acompanhamento. Até aqui em Ceará Mirim ta acontecendo um pouco disso. Tem alguns produtores que produzem cana para a Ypioca. Todo plantio deles é destinado para a Ypioca. Lá em Upanema tem um pessoal que está produzindo para a Petrobras, lá em palheiros.

Nabuco - Estão produzindo o que?

Helena Gomes da Silva – Eles produzem lá a mamona para a Petrobras, já faz uns dois anos que eles estão produzindo lá. Em troca disso a Petrobras fez um benefício para eles, um benefício social de instalar um poço que era da própria Petrobras que ela instalou para eles e eles estão produzindo lá. E tem outros exemplos. Eu tive na semana passada num assentamento em Macaíba que eles vão produzir também o girassol, né? Em algumas áreas que foram orientados, com certeza eles vão produzir. Não vou dizer todos, né? Porque você não pode pegar uma área que tem 100 assentados e dizer que todos eles vão produzir. Eu não digo isso porque eu sei que ali você tem trinta a quarenta que não produz mesmo. Ta ali só pela casa. Porque tem muita gente que vai apenas atrás de um teto. Mas você vai ter uns quarenta, cinquenta pessoas que produzem. Você encontra casas fartas. Tem assentamentos que você encontra uma casa que não tem nada e mais ali na frente uma casa com fatura lá dentro. Por quê?

Nabuco - Mas na sua opinião...

Helena Gomes da Silva – Se eles forem monitorados e orientados eles têm condições.

Nabuco - E se eles não forem?

Helena Gomes da Silva – Aí é complicado meu amigo...

Nabuco - Se deixar somente pelo mercado?

Helena Gomes da Silva - Pelo mercado, o mercado engole! Nós temos exemplos. A própria produção de fruticultura dos assentamentos quando você se afastou, acontece desastre. Enquanto você tava ali acompanhando, monitorando “tudim” a coisa ia bem. Saiu...nós temos exemplos nesse estado. Por exemplo, Hipólito em Mossoró foi um grande exemplo nacional em termos de produção irrigada...Foi o primeiro invento nacional de reforma agrária de sucesso com irrigação, etc. Certo? Veio o “Brasil inteiro” para Mossoró. Passou-se uma semana estudando Hipólito, como é que foi, como é que não foi...de tudo foi feito lá. Só aquele poço de Hipólito, na época custou 1 milhão de dólares! São novecentos e tantos metros de profundidade aquele poço lá. Então foi feita aquela irrigação lá e tudo, produziu o melhor mamão do estado (era muito melhor do que o da MAÍSA e do que o de Baraúnas) e ao mesmo tempo você chega em Hipólito e o que é que tem lá? Por quê? Houve um distanciamento das Instituições Federais, houve um desacompanhamento da própria assistência técnica e aí eles acharam que já entendiam tudo e que sabiam fazer tudo e foram engolidos. Tem uma dívida lá de um cara que comprou uma produção de melão deles que até hoje não pagou...Então é aquela coisa de achar que eles daqui a pouco vão ser “grandes empresários”, não. Não é assim. Não vamos também querer achar que do dia para a noite as coisas vão acontecer. Você tem que entender a distância que existe entre um trabalhador nosso e um trabalhador do Sul. Certo!? Existe uma diferença imensa. É uma outra cultura, é uma outra visão certo? Você vê um trabalhador do Sul e a visão dele, “Nossa Senhora”, ele tem uma visão mundial da coisa. O nosso aqui é uma visão local e olhe lá. Ele não tem o pensamento de alargamento de chegar a ser exportador. Ele tenta produzir “aquilo”, ir para uma feirinha etc, e não é isso. Você tem que trabalhar esse trabalhador, mostrar para ele exemplos que realmente façam com que chame atenção, até buscar uma maneira de como fazer isso né? Porque nós que trabalhamos na área temos que procurar buscar que maneira nós temos de chamar a atenção deles para esses exemplos, pra poder ver se eles deslancham. Aí talvez, um dia não precisem tanto do nosso acompanhamento. Porque aí eles vão buscar o que eles viram o que deu certo eles podem chegar lá! Precisamos criar formas para o trabalhador, estimular para que ele se transforme naquilo que realmente a gente quer que seja a sua auto-sustentação e ainda ser um grande produtor, não só para aquele momento, mas sim para sempre.

Nabuco - Para isso precisa de muito investimento?

Helena Gomes da Silva – Muito investimento. Não é só com quatorze, dezoito mil que o governo fornece para eles fazerem um projeto, não sei o que mais não, onde não tem sustentabilidade. É outra coisa que se comenta: o trabalhador tá todo endividado...Tá! Mas você quando analisar o projeto que foi feito, se foi feito realmente um estudo de viabilidade naquele projeto para aquele trabalhador.

Nabuco - Essa resposta sua é muito importante para o que eu estou trabalhando. De acordo com o que está se colocando aqui, nas áreas de assentamento nós temos uma situação muito difícil...

Helena Gomes da Silva – Até porque na nossa região você tem que entender o seguinte: nós temos dificuldades de precipitação aqui imensa. Nós temos dificuldades de precipitação no estado inteiro. Nós temos regiões aqui por exemplo, aqui em João Câmara, nós temos um projeto que nós perfuramos um poço que deu água com 60 metros. No assentamento vizinho (um é limite do outro) não deu água em canto nenhum. Chegou até 150 metros de profundidade e não tem água. E aí? É difícil você trabalhar no estado exatamente porque o próprio estado já tem carências, tem dificuldades. Muitas vezes as pessoas não levam em conta isso. Porque eu não posso querer trazer uma experiência do Sul pra cá.

Nabuco - Então além do Estado ter que investir em grande quantidade, teria que respeitar as especificidades locais.

Helena Gomes da Silva - Claro. De um município para outro você vê as especificidades de cada um. Você não pode querer dizer que Mossoró é igual a Ceará Mirim...jamais. Aí as pessoas quererem transplantar o que deu certo aqui e levar para outro lugar. Não é por aí. Você pode pensar, agora se você adaptar as condições de lá. Aí eu concordo até que funcione. Mas você querer levar um projeto do jeito que está aqui e levar para lá...você vê, certos projetos que são feitos por certas empresas

? É complicado. Aí depois culpa o trabalhador: é um bando de vagabundo, não querem nada com nada. Não é simples assim. Eu acho que está faltando muito estímulo, um melhor trabalho pedagógico, mas quando eu falo de trabalho pedagógico não é trabalho de ensinar o nome de ninguém não, não é isso não. É um trabalho pedagógico de você mostrar como é que acontecem as coisas no mundo. O que é que é o mercado, como é que funciona isso, pra você chegar “nisso” como é que acontece, o que é que você vai buscar nesse objetivo, é por aí que você tem que trabalhar. Mas não é trabalhar de ir lá “meia hora” e dizer que resolveu essa estória. São várias insistências e olhe lá. Alguns anos provavelmente por aí, pra você conseguir que o pessoal tenha uma outra visão de mercado. Agora de uma hora para outra você achar que o pessoal já tem condições de mercado, não sei o que mais...Olhe, aí realmente “eu fico com o pé atrás”. Porque eu já vi os exemplos aqui dentro do estado. Todos eles não deram certo.

Nabuco - O Nordeste tem uma homogeneidade muito grande que chama-se pobreza.

Helena Gomes da Silva - Eu acho que só nisso (risos)

Nabuco - Ele é bem diferente geograficamente, mas tem uma homogeneidade muito grande nos níveis de pobreza.

Helena Gomes da Silva – Quando eu falo em pobreza, não falo só nos índices de fome, falta de emprego, etc. Falo também de pobreza no sentido da falta de conhecimento. O que pesa mais pra gente aqui no Nordeste é essa pobreza aí. Pobreza de visão.

Nabuco - Os nordestinos possuem uma imensa dificuldade de aceitar esse atraso. Sou paraibano e sei muito bem disso. Nos assentamentos do Nordeste, qual a perspectiva de existência sem um trabalho sistemático do Estado Nacional para torná-los efetivamente produtivos?

Helena Gomes da Silva – Sem o Estado se envolver nisso? Meu amigo, aí eu acho complicado demais. A gente vai voltar há alguns anos atrás, porque fica complicado. Na minha concepção eu não vejo muita perspectiva. Porque o que tem eu sei que é ínfimo (é muito em termos de país) mas se você reduz isso para cada estado, então é ínfimo o investimento que é feito pela reforma agrária.

Nabuco - Vamos estar criando favelas rurais?

Helena Gomes da Silva - Com certeza! Não tenho nem dúvida disso! Talvez bem pior do que isso.

Nabuco - Exemplifique esse “muito pior do que isso”.

Helena Gomes da Silva - Você vai criar talvez um bocado de gente “voltando para a época da pedra lascada”, onde essas pessoas daqui a pouco não vão ter nem como chegar à cidade. Porque você tem assentamentos aqui no estado que o acesso é complicado. Vou dar um exemplo: Japi. Já faz fronteira com vocês lá na Paraíba. Então é complicadíssimo chegar naquela serra lá em cima. No ano passado eu passei quase um mês lá dentro e eu “disse”: meu Deus tem gente que mora aqui! Entendeu? Porque é complicado ter acesso até lá. Então quer dizer, você vai esquecer aquelas pessoas lá? O que é que vai acontecer com aquelas criaturas? Vão virar quase seres irracionais lá dentro. Só vendo mato, bicho e sobrevivendo nas piores condições de existência humana. Porque você ainda chega em áreas de assentamento que você entra na casa e o povo parece “um monte de bichinho”. Eu tive agora (quinta-feira) num assentamento que quando eu cheguei numa casa, a mulher com os filhos correram tudinho e se esconderam dentro de um quarto sentados na cama! Tudo “amoquecado” no escuro...tudo no escuro; as janelas fechadas e tudo no escuro. E o homem da casa ficou conversando comigo, quando daqui a pouco, por um acaso quando o homem da casa foi me mostrar como é que estava a situação da moradia, e aí é que agente viu “aquela moqueca de gente lá”. Você estranha essa situação. E foi num assentamento de uma área metropolitana de Natal: Macaíba! Entendeu? Então se você deixa “isso” sem assistência nenhuma de governo, o que é que vai acontecer?

Nabuco - Diante da situação que você me apresentou, pode se inferir que o nível de inadimplência dos assentados em decorrência de todo esse desamparo é muito elevado.

Helena Gomes da Silva – Olhe, hoje é relativo essa coisa porque o governo deu uma série de benefícios que prorrogou as dívidas. Então hoje você tem um nível menor de inadimplência em virtude disso. Basta dizer para você que o primeiro programa de crédito que foi instituído para a reforma agrária que foi o PROCERA, que foi o governo que instituiu, ele agora está criando um outro crédito pra poder liquidar o débito que você tem desse, entendeu? Eu estou te dizendo isso porque faz cinco semanas que eu estive em Brasília em treinamento justamente para fazer isso. Ver nos assentamentos quem tem essas inadimplências com o PROCERA, pra fazer um contrato com eles e tentar liquidar essa dívida pra poder ele ter acesso a outro tipo de benefício de financiamento do governo. Na minha concepção não era para existir essa inadimplência. Porque se você fez um projeto, esse projeto tinha que dar condições de pagar o seu financiamento, e ainda ter recurso para fazer um novo investimento. Na minha concepção projeto é isso. Mas não é o que acontece hoje. Por que? Porque a cultura do trabalhador ainda não está para esse tipo de coisa. É o que tem que ser trabalhado também, né? Não é você chegar lá e dizer: “vocês têm 18 mil para fazer um financiamento”! Não é isso. Você tem que trabalhar para que ele saiba que para desenvolver aquela área ele vai ter que investir para ter retorno e daquele retorno ele pagar ao banco para poder retirar mais recursos. Conscientizar ele que é um empréstimo, e não que é a fundo perdido como “o pessoal” passa. Por que o pessoal adora dizer que é a fundo perdido e não é a fundo perdido.

Nabuco - Eles nem sequer têm consciência de que aquele empréstimo não é doação...

Helena Gomes da Silva – Alguns poucos tem mas a maioria não tem. Acham que aquilo é do governo e aquilo sendo do governo não se vai cobrar nunca. O governo vai perdoar como sempre faz. Então eles acham que vai sempre ser assim. Só que vai chegar uma hora nesse país (pode ter certeza disso que eu vou lhe dizer) que o governo não vai ter mais condições de bancar isso. Não vai. E não vai demorar isso.

Porque a sociedade não está mais conseguindo aceitar isso. Se você olha só aqui no estado é pouquinho. Mas olha aí dentro do país inteiro, o que foi pelo ralo já. Se você junta todos os estados “é dinheiro que nem presta”. Eu queria muito que minhas dívidas fossem tratadas desse jeito (risos).

4.3.1 Outras considerações - agora sobre o INCRA

A entrevista com o representante do INCRA tem conotações muito fortes. O INCRA, ao contrário do ministério a que é subordinado, tem longa tradição tanto na questão fundiária quanto no atendimento aos assentados na área produtiva. Essa tradição remonta desde 1970 (ano da sua criação). De lá para cá, seus funcionários vêm entrando em contato direto com o mundo complexo do campo e suas transformações. Não se trata de um organismo meramente burocrático. Muito pelo contrário. Seu contato com a realidade no meio rural é direta, ininterrupta. Seus funcionários de carreira ao longo de quase 40 anos vivenciam o dia-a-dia no meio rural em todo território nacional, na grande propriedade produtiva, passando pela improdutiva para fins de reforma agrária, dos acampamentos rurais, dos movimentos sociais ligados ao campo, dos assentamentos à posse legal da terra. Poucos conhecem tanto sobre o problema da produção em assentamentos e o que são os assentados em cada canto do país.

É de grande importância a verificação de que as questões tratadas pelo representante do INCRA foram exatamente as mesmas daquelas abordadas por Livânia Frizon. Em primeiro lugar, a de que no Norte e no Nordeste (obviamente aí incluindo-se o Rio Grande do Norte) os assentamentos rurais estão ocupados por uma população de origem rural mas destituída por um longo processo histórico de qualquer capacidade de produção para o mercado ou mesmo para auto-reprodução com o mínimo de dignidade. Como resultante dessa verificação a posição convergente de que qualquer tentativa de tornar os assentamentos produtivos passa por uma gigantesca estratégia com estrutura de intervenção do Estado Nacional para transformação de indivíduos com terra sem nada em produtores familiares. O mundo dos assentamentos rurais simplesmente não é colorido com as cores do Ministério do Desenvolvimento Agrário (uma curiosa criação inferior em tudo ao INCRA, mas superior hierárquico do mesmo). Podemos ir um pouco mais longe.

A realidade dos assentamentos rurais no Nordeste é fundamentalmente a mesma daquela verificada no Mato Grande e no Rio Grande do Norte. Despreparo, pobreza e inaptidão para a atividade é a regra. Mudam, no entanto, os números.

Segundo dados disponibilizados pelo INCRA-RN, o estado do Rio Grande do Norte conta atualmente com 273 projetos de assentamento com 18.992 famílias assentadas numa área total de 506.998,7897 hectares.

A Tabela abaixo apresenta o total da área colhida pela na agricultura potiguar:

Tabela 38

Rio Grande do Norte - Área Colhida - 2005

Lavoura Permanente 2005	
Abacate	200
Algodão arbóreo (em caroço)	250
Banana	6.652
Castanha de caju	115.384
Côco-da-baía	30.353
Goiaba	463
Laranja	420
Limão	135
Mamão	1.519
Manga	3.092
Maracujá	277
Sisal ou agave	4.634
Tangerina	20
Total 1	163399

Fonte: IBGE Estados

Tabela 38
Rio Grande do Norte - Área Colhida – 2005 (Continua)

Lavoura temporária 2005	
Abacaxi	4.359
Algodão herbáceo (em caroço)	14.462
Arroz (em casca)	1.231
Batata-doce	2.087
Cana-de-açúcar	53.914
Cebola	48
Fava (em grão)	2.590
Feijão (em grão)	56.185
Fumo (em folha)	286
Mamona (bagaço)	1.469
Mandioca	60.676
Melancia	4.108
Melão	3.580
Milho (em grão)	49.763
Sorgo granífero (em grão)	11.452
Tomate	371
Total 2	266.581
Total 1+2	429.980

Em todo o estado foram colhidos entre lavouras permanentes e temporárias uma área total de 429.980 hectares. Abaixo, portanto dos 506,9 mil hectares em assentamentos da reforma agrária. Essa comparação deve ser feita para se ter uma perspectiva da complexidade da inclusão produtiva que está por vir nos assentamentos. Aprimorando um pouco mais essas comparações, apresentamos abaixo a totalização dos dados sobre assentamentos rurais para o Nordeste, excetuando o Rio Grande do Norte.

Tabela 39

Assentamentos rurais - região nordeste - exceto o RN

SR/UF	PROJETOS CRIADOS			Famílias Assentadas
	Projetos	Área (ha)	Fam. (capacidade)	
SR-02/CE	387	829.032,93	-	20.161
SR-03/PE	295	234.328,19	- 21.632-	19.316
SR-05/BA	585	1.529.176,18	- 45.231	37.996
SR-12/MA	896	4.429.073,85	131.862	106.536
SR-18/PB	249	230.263,72	13.377	12.940
SR-22/AL	109	73.845,98	- 8.494- -	7.385
SR-23/SE	155	132.780,03	- 7.855	-
SR-24/PI	407	1.223.946,51	- 31.207	26.690
SR-29/MSF	204	284.784,30	10.158	9.963
TOTAL	3.287	8.967.231,69	293.113	248.652

Fonte: sipra-web rel-227 em 17/10/2007. SR-29/MSF - Superintendência Regional do Médio São Francisco

Quase 9 milhões de hectares com 248,6 mil famílias assentadas espalhadas pelo Nordeste é o tamanho da tarefa de inclusão sócio econômica que deverá ser enfrentada. Novamente, comparações devem ser realizadas. A tabela abaixo elaborada pela CONAB mostra a safra nacional 2006/2007 de cana de açúcar. Certamente essa safra será bem maior no período 2007/2008, mas por hora nos serve de comparação. No entanto devemos levar em consideração que também as

desapropriações de terras para fins de reforma agrária continuam por todo o Brasil e as áreas de assentamento também continuarão a aumentar.

Tabela 40

CANA DE AÇÚCAR – Safra Nacional 2006/2007

UF/Região	Safra 2006/2007 ÁREA (ha)	PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)	Produção em mil ton.
NORTE	21.900	64.899	1.420,00
AM	5.900	50.750	301,5
PA	11.200	70.160	787,9
TO	4.700	70.200	330,6
NORDESTE	1.132.500	57.060	64.618,80
MA	43.500	64.000	2.784,00
PI	13.200	65.000	858
CE	28.900	51.800	1.494,40
RN	54.100	53.200	2.880,20
PB	112.500	49.100	5.522,30
PE	376.900	50.050	18.865,30
AL	402.700	65.000	26.175,50
SE	30.000	59.100	1.773,60
BA	70.700	60.350	4.265,50
CENTRO OESTE	604.500	74.463	45.015,60
MT	209.700	67.100	14.073,60
MS	160.000	76.500	12.236,20
GO	234.900	79.650	18.705,80
SUDESTE	3.940.900,00	83.191	327.843,00
MG	420.000	79.600	33.432,0
ES	67.600	59.650	4.034,70
RJ	165.000	45.000	7.425,00
SP	3.288.200,00	86.050	282.951,30

SUL	488.900	75.337	36.828,50
PR	436.000	80.100	34.924,40
SC	17.100	39.188	669,7
RS	35.800	34.530	1.234,40
Total	6.188.700	-	475.725,90

Fonte: CONAB

A área total dos assentamentos (agora incluindo-se o Rio Grande do Norte) é de 9.474.230,48 de hectares. Portanto o Nordeste possui 3.285.530,48 de hectares a mais do que toda a área plantada de cana de açúcar no Brasil na safra 2006/2007. Aliás, esse diferencial é praticamente do tamanho da área plantada de cana no estado de São Paulo, maior produtor nacional.

O que temos é um cenário de complexidade intensa. Uma imensa área de assentamentos agrícolas espalhados por uma região intensamente pobre. Uma população assentada despreparada para a existência na contemporaneidade do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, ao mesmo tempo em que um novo cenário produtivo se apresenta como nunca antes visto em toda história, na qual a atividade produtiva agrícola se coloca como base para o fornecimento de energia para o mundo industrial. Sozinhos, mesmo que financiados pelo Estado, as famílias de assentados jamais conseguirão ingressar nesse mundo e sedimentar a tarefa de fixação produtiva do homem no campo numa verdadeira reforma agrária.

A atuação do Estado nacional no momento é pífia no Mato Grande, praticamente inexistente no RN e inexistente nesse imenso Nordeste homogeneamente pobre. O “imenso bolo agroenergético” cresce em progressão geométrica e da mesma forma tem sido negada ao desenvolvimento econômico, incluindo econômica e produtivamente os excluídos históricos do campo. Se serve de alento, ao menos possuem a terra na qual serão enterrados os que ficarem. A continuar essa realidade de negação ao progresso, muitos preferirão continuar a arriscar a busca por algo nos centros dinâmicos nacionais que já não o suportam.

4.4 Resultados Econômicos

Os resultados econômicos da primeira colheita de girassol foram acanhados. De uma total previsto inicialmente 765 hectares em 9 assentamentos e duas comunidades rurais apenas 200 hectares foram colhidos nos municípios de João Câmara, Pedra Grande e São Bento do Norte. A quantidade colhida foi de 24 toneladas, com uma produtividade média de 120 kg/hectare vendida ao preço de R\$ 0,50 o quilo de semente para a Petrobras.

As 24 toneladas geraram uma renda líquida de R\$ 12.000,00. O valor total do projeto foi de R\$ 252.414,00 para o plantio de 841,23 hectares.

Os números são fortes. Houve na verdade quebras enormes, tanto com relação ao número de hectares inicialmente previsto para o projeto, quanto em relação ao número de hectares efetivamente plantados e, obviamente, em relação a produção total e produtividade média obtida como resultado da colheita. Se compararmos a produtividade média sugerida para o girassol segundo a Embrapa de 600 a 1000 quilos de semente por hectare, ou a produtividade obtida em Palmeira das Missões (o dobro da média sugerida pela Embrapa) com 2.000 por hectare observamos que a produção do Rio Grande do Norte foi desastrosa. Certamente que as chuvas verificadas na região estiveram abaixo das expectativas. Mas a questão não reside nesse fato.

O número de hectares do programa de plantio de girassol foi ínfimo desde o início. Na verdade, o processo de articulação da produção ficou a cargo de Livânia Frizon que, com uma pequeníssima e aguerrida equipe teve que correr atrás dos assentados, convencê-los a participar do plantio e tentar ensiná-los, no plantio de girassol, a serem agricultores. Essa é a realidade crua da marcha lenta da agricultura nos assentamentos rurais do RN (e por extensão do Norte e Nordeste do Brasil). A Petrobras nem de longe cumpriu um papel mínimo de integradora e de acordo com a entrevista do responsável pelo programa de biodiesel do estado não atuará nesse papel.

É sintomático que nos dados do IBGE Cidades, inexistia produção de girassol no Rio Grande do Norte para o ano de 2007 (os dados de 2008 ainda não foram

disponibilizados). O que se tem é “esmola empresarial” em troca de mídia e certificados sociais. *Nada de novo no front.*

5 COM A PALAVRA BAUTISTA VIDAL

Sem delongas, a construção da idéia de uma nação agroenergética durante o governo Geisel teve como figura central o Dr José Walter Bautista Vidal. Principal pensador e articulador do Pró-Álcool ele definitivamente jogou o Brasil nesse novo mundo. Mas a história não pára por aí. O Pro-Álcool passou por dificuldades se restringindo a produção de etanol de cana de açúcar e, mesmo ela, em fins da década de 1980 foi profundamente ameaçada e ridicularizada pela imprensa e população nacionais graças a falta de políticas que dessem capacidade de levar adiante o projeto em sua íntegra, o que, no limite, levou ao desabastecimento de etanol nas bombas.

A década de noventa e a passagem para o segundo milênio viram o coma da agroenergia. Ninguém nela falava, em nenhum lugar. A voz única com capacidade de entrar na mídia nacional foi a do Dr Bautista Vidal. Com a ajuda do seu amigo, combatente aguerrido e brilhante cientista Dr René Iturra (um dos maiores pensadores sobre agroenergia do Brasil, provavelmente do mundo, hoje residindo em Madrid), Dr Bautista Vidal passou a encarar a resistência da *vontade de potência* da geração de um Brasil agroenergético, potência planetária produtora de energia líquida transportável a partir do sol. Criou um instituto para servir de trincheira na batalha pelo não esquecimento da agroenergia, o Instituto do Sol com sede em Brasília. Batalha árdua. Conhecemos o Dr Bautista pessoalmente em princípios de 2002 quando a batalha pela agroenergia era francamente desfavorável. Mas não interessava, era preciso continuar. Tivemos a honra de vivenciar de perto essa batalha “perdida”. Esse era o sentimento, o da luta mesmo que, naquele momento, a derrota fosse constante e previsível: “*uma Termópilas agroenergética*”.

De jornal em jornal, de Universidade em Universidade, de intermináveis conversas com políticos de todos os partidos (em sua esmagadora maioria sem qualquer compromisso com o problema, no máximo sugando algum bônus midiático com fotografias ao lado do Dr Bautista), em seminários diversos, com público e sem ele (como tivemos a oportunidade de ver em tempo real com imensa tristeza).

A batalha continuava apesar dos pesares. Próximo ao final do primeiro mandato do governo Lula, uma estratégia passou a ser desenvolvida pelo pequeno exército combatente da questão agroenergética. As dificuldades políticas do governo Lula envolvido em denúncias de compra de parlamentares (que por muito pouco não determinou a queda do presidente Lula) aliado ao cenário internacional de destruição e miséria causadas pela invasão do Iraque abriram uma janela para uma ação de convencimento do governo federal da necessidade urgente de se colocar na agenda política a agroenergia. A estratégia era simples: conseguir uma audiência do Dr Bautista Vidal com o Presidente da República para convencê-lo de que a agroenergia lhe traria uma agenda positiva no meio do bombardeio serrado da oposição e da mídia nacional ao seu governo.

Não estamos autorizados a divulgar o nome das pessoas envolvidas na articulação para se chegar ao presidente, mas o fato é que a audiência foi concedida. No dia 16 de fevereiro de 2006 às 18 horas no Palácio do Planalto realizou-se audiência com duração de 2:30 minutos. Presentes a audiência estavam os Doutores Bautista Vidal, René Iturra, o petroleiro e um dos fundadores nacionais do PT Wagner Benevides e a então ministra das Minas e Energia Dilma Rouseff (esta participando apenas do início e do final da audiência) e o Presidente da República. O presidente Lula “comprou a idéia” de formular uma estratégia nacional agroenergética contando com o apoio do Dr Bautista Vidal.

A partir daquele momento o Planalto passou a construir a imagem de Lula como homem da via agroenergética incorporando à sua visibilidade o discurso passado pelos Doutores Bautista Vidal e René Iturra através de uma série de documentos entregues na reunião citada. O discurso foi apropriado, ao mesmo tempo em que foram descartadas a atuação dos Doutores Bautista Vidal e René Iturra (bem típico do pensamento político nacional).

Apesar da “rasteira palaciana”, com o presidente Lula apresentando-se nacional e internacionalmente como homem da era agroenergética (sobretudo depois das declarações do então presidente estadunidense George W Bush acerca do “vício” norte americano por petróleo) a era agroenergética passou a

constar da ordem do dia e, com ela, o Dr Bautista Vidal teve seu merecido ressurgimento no Brasil, não pelo Governo Federal como um dos seus formuladores de políticas públicas, mas por várias entidades de pesquisa e ensino (dentre as múltiplas homenagens foi agraciado em dezembro de 2007 pela FINEP com o Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica) e de maneira mais abrangente pela imprensa nacional que passou a recontar a saga do Pró-Álcool e nela a contribuição do cientista para a produção agroenergética nacional.

Não poderíamos realizar a presente tese sem entrevistar o Dr Bautista Vidal, por tudo que ele representa para o Brasil, o mundo e, em particular para nós, que tivemos a honra de contar sempre com os seus debates e sua incansável capacidade de ser solícito para discutir a agroenergia sobre seus mais variados pontos de vista, inclusive o que nos interessa para nosso trabalho. Sem mais alongamentos, com a palavra o Dr José Valter Bautista Vidal. A entrevista foi realizada através do Voip, às 14 horas do dia 02 de outubro de 2008.

Nabuco - Dr Bautista o Sr foi principal responsável pela criação do Pró-Álcool na década de 1970.

Bautista Vidal – É verdade...

Nabuco – Eu queria que o Sr, por favor, contasse para nós um pouco dessa estória.

Bautista Vidal – A questão é a seguinte, eu sou muito ligado à questão tecnológica. Eu fui secretário de Estado, primeiro secretário de Estado de Ciência e Tecnologia. Ademais, fui três vezes secretário de tecnologia industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, em cargo de vice-ministro (três vezes!). Então esse assunto da tecnologia em geral e especificamente a

especialização energética é um campo em que eu passei oito anos dirigindo todas as instituições brasileiras e criando instituições novas. Então, devido a esse fato, os Estados Unidos (que é sempre uma Nação que procura no mundo quem está trabalhando no setor) me convidou para visitar o poderio que eles tinham no campo energético. Então eu fui como professor visitante da Universidade do Texas e tive a oportunidade de conversar longamente com os homens do petróleo americano que estavam reunindo suas grandes corporações, a Standard Oil, a Texaco, a Esso etc, situada na cidade de Huston no estado do Texas. Eu estava localizado em Austin, que é a capital do Texas, que fica 20 quilômetros de Huston. Então eles me convidaram para conversar e através dessas longas conversas eu cheguei à conclusão de que o petróleo estava acabando no mundo e a demanda por petróleo estava crescendo. Então a tendência é haver um colapso entre (digamos assim) a demanda de petróleo pela criação da indústria automobilística, o que era desejado pela indústria automobilística situada em Detroit para além da experiência da indústria de petróleo situada em Huston. Então esse conflito para mim ficou claro não é? Houve uma questão de posicionamento empresarial muito grave, porque as indústrias de Detroit tinham mais prestígio em Washington e conseguiam levar as coisas na direção dos seus benefícios. Enquanto isso o petróleo acabando e as corporações anglo-americanas situadas em Huston começaram a protestar. E houve um conflito muito sério entre os dois grupos de empresas que a indústria automobilística de Detroit estava levando a melhor. Aí a indústria angloamericana do petróleo não teve dúvida: cortou o fornecimento de petróleo para os Estados Unidos. Foi o famoso embargo né ? Foi uma crise gravíssima entre os dois setores industriais, e evidentemente os Estados Unidos não podem viver sem petróleo. Então a falta de petróleo ocasionou conflitos tremendos, quer dizer, filas quilométricas se estabeleceram; as pessoas “se matavam” nessas filas para conseguir abastecer seus carros de petróleo. Os carros grandes que consumiam gasolina perderam seu valor, enquanto isso os carros pequenos ganharam um valor extremo. Então houve um grande conflito nos Estados Unidos e que ia levar a coisas muito piores. Aí evidentemente o governo dos Estados Unidos recuou o embargo do petróleo e passou a elevar o preço do

barril do petróleo que passou de dois dólares, passou para cinco, passou para 7...chegou aos cinquenta e dois dólares no *spot master* de Rotterdam em 1979.

É claro que hoje a situação é pior ainda. O petróleo já chegou a 147 dólares(era essa a cotação época da entrevista F.N). No momento está um pouco mais baixo porque a demanda da China, da Índia e de outros países caíram né? Eles reduziram a demanda e aí conseguiram reduzir um pouco...mas está acima de 100 dólares o Barril, quando custava menos de 3 dólares o barril! Veja que conflito profundo que levou a maior nação do mundo a esta situação dramática não é? Quer dizer, além de 30 dólares, o álcool passa a ser um excelente substituto do ponto de vista econômico da gasolina e também a possibilidade do óleo diesel de petróleo ser substituído por óleos vegetais.

Nabuco – Naquela época o senhor estava no governo Geisel não é isso?

Bautista Vidal – É...aí quando eu voltei dos Estados Unidos com todos esses conhecimentos e esses contatos com a indústria do petróleo anglo americana, o governo brasileiro me chamou para ocupar o cargo de secretário de tecnologia industrial.

Nabuco – No ministério de quem doutor Bautista?

Bautista Vidal – Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio.

Nabuco – Quem era o ministro?

Bautista Vidal – O ministro Severo Gomes, um sujeito excepcional, o qual eu o convenci da necessidade de ter um programa próprio em pouco tempo né? E o presidente era o presidente Geisel que entendia da área energética! O Geisel tinha sido presidente da Petrobras, tinha sido durante vinte e tantos anos do conselho nacional do petróleo; então era uma pessoa altamente capacitada para entender o problema. Fez uma visita especial ao Centro Aero Espacial de São José dos Campos, aonde quando ele viu o então programa de motores para uso de álcool combustível ele entrou e com enorme conhecimento de causa começou a conversar com os técnicos que estavam ali reunidos trabalhando. Nem o ministro Severo Gomes nem eu estávamos presentes, nem por isso, quer dizer, no dia seguinte, todos os jornais do Brasil colocaram como manchete que o programa de energia renovável tinha virado prioridade do governo brasileiro. Quer dizer, com o apoio do ministro e do Presidente da República, o programa de energia renovável se transformou num programa de enorme fôlego na busca pela substituição de combustíveis não renováveis pela utilização de combustíveis renováveis e limpos. Daí nós propusemos o Programa Nacional do Álcool que foi entendido pelas autoridades que governavam o país e principalmente pela opinião pública, porque esses carros a álcool chegaram a 98% da demanda de carro ciclo Otto no país, o que foi excepcional. Evidentemente como o custo do álcool estava caindo e o custo da gasolina estava aumentando a tendência era ninguém mais usar a gasolina. Aí é que veio esses programas de carro flex, tudo isso, são conseqüências, reações da indústria automobilística que é sócia da indústria do petróleo para manter seu *status quo* no mundo. Evidentemente que a longo-prazo essas condições não vão subsistir e os combustíveis renováveis e limpos do Brasil vão conquistar um lugar de enorme destaque no mercado mundial e o Brasil tem a tendência de ser o grande produtor mundial, ou seja, a grande potência de energia líquida renovável e limpa para resolver o problema dos transportes no mundo.

Nabuco – Pois bem Dr Bautista, depois que o Pró-Álcool entrou numa certa letargia e a sociedade brasileira passou a deixar de olhar para a questão bioenergética (principalmente o Estado Nacional, seja a União, sejam os

Estados Federados) o senhor foi o grande responsável por manter a voz da necessidade de uma política nacional bioenergética. Recentemente a imprensa nacional “reabilitou” o senhor como o grande guerreiro, como indivíduo que manteve acesa a chama do Brasil como potência mundial bioenergética.

Bautista Vidal – Na verdade, com o conhecimento que os Estados Unidos passou a ter da questão agroenergética e depois da vinda do Bush que espontaneamente declarou que o maior programa agroenergético do mundo é o brasileiro, isso aí tem tomado outras conotações. O programa brasileiro pretende ser imitado em todo o mundo, especialmente nos Estados Unidos. É claro que eles não têm as condições excepcionais que nós temos, nós somos o único continente tropical, nós temos a maior disponibilidade de água doce entre todos os países do mundo (o segundo maior é o Canadá com quase metade mas que na maior parte do ano a água é gelo). Então hoje o Brasil tem um destaque enorme com tudo para liderar e se tornar a grande potência de energia renovável e limpa para substituir os derivados do petróleo que são não renováveis e sujos. Essas perspectivas mudaram com a posição do governo americano.

Nabuco – O que muito poucas pessoas sabem, inclusive na imprensa, é que numa reunião ocorrida no Palácio do Planalto com duração de duas horas e trinta minutos aproximadamente há aproximadamente dois anos atrás...

Bautista Vidal – Foi menos, foi menos...um ano e pouco...

Nabuco – Nessa reunião o senhor na verdade entregou ao presidente Lula uma plataforma bioenergética quando não existia nenhuma plataforma...

Bautista Vidal – Verdade...

Nabuco – Foi uma reunião contando com pouquíssimas pessoas...

Bautista Vidal – É, ele convidou a equipe dele né...Dilma Rouseff e mais outras pessoas que trabalhavam no Planalto com ele.

Nabuco – Eu queria que o senhor falasse um pouco dessa reunião Dr Bautista.

Bautista Vidal – É o seguinte: eu tenho sido um crítico bastante contundente dos equívocos na área energética que o Brasil tem cometido. Porque enquanto o presidente Lula, ele pessoalmente, fala coisas positivas, o governo dele faz o oposto né? Então as políticas, as macropolíticas de construir gasodutos que cobrem o território nacional, fazer um gasoduto que vem da Venezuela chegar ao Uruguai e Argentina passando pela floresta amazônica e coisas desse tipo, investindo 23 bilhões de dólares em cobrir o país em gasodutos e oleodutos, tudo isso são equívocos enormes a favor do petróleo não é? E não há no governo uma estrutura que dê ao Presidente da República condições de falar a verdade, de conhecer o problema. O grande problema energético brasileiro é a falta de consciência da população, porque é absolutamente necessário que a população tenha uma consciência clara sobre o que nós somos para o futuro da humanidade em termos energéticos. Isso não é conhecido, embora as nações poderosas saibam que isso é verdade, mas claro, elas não querem que o Brasil seja essa nação destaque e lidere o movimento energético mundial. A condição do Brasil é de ser muito superior a Arábia Saudita na área do petróleo. Então as outras nações competidoras do Brasil não querem isso. Por isso elas defendem o petróleo como instrumento de poder centralizado na mão dos norte-americanos e dos países hegemônicos. É uma situação muito complicada porque nós não temos o poder militar que essas nações têm. Por exemplo, você sabe que os americanos quando têm carências ostensivas

como no caso do petróleo resolveram invadir militarmente o Iraque e estão se preparando para fazer a mesma coisa no Irã e na Venezuela. Tudo isso são coisas que nós sabemos que existem e que se não houverem providências sérias podem levar o mundo a uma situação desesperadora de um colapso econômico-social sem precedentes na história da humanidade.

Nabuco – Isso foi colocado para o Presidente da República...

Bautista Vidal – Não, não, nós nos ativemos mais a todos os erros cometidos que levavam o Brasil a uma situação muito perigosa. E ele, eu gostei da conversa, porque ele foi entendendo a coisa, foi colocando a visão dele que é uma visão positiva; eu acho que o Lula é o mais bem intencionado da equipe dele né? (risos) Ele é o melhor de todos. Entretanto, quando ele terminou a reunião ele disse “realmente esse programa tem que ser criado; é necessário criar uma empresa de economia mista para receber as contribuições de nações que querem investir como capital de risco, como é o caso da Venezuela, como é o caso de países do Golfo...” Então ele enfatizou a necessidade de voltarmos a nos reunir. Bom, nem a tal empresa de economia mista até hoje foi criada, nós não temos nenhum instrumento...na área do petróleo nós temos a Petrobras, na área da eletricidade nós temos a Eletrobrás, na área das energias renováveis que é a nossa grande vocação nós não temos absolutamente nada e o presidente da república sabe disso e não cria porque os seus ministros não querem que o Brasil assuma uma posição de acordo com a sua vocação natural. Querem persistir na questão do petróleo que é uma questão de dependência e de falta de condições de recursos para tornar o Brasil um país independente. Então, eu faço justiça ao Lula, mas reconheço que seu governo está agindo em sentido contrário as necessidades brasileiras. É necessário a opinião pública pressionar. Por isso eu estou muito interessado no surgimento de pequenos empreendimentos que estão produzindo energia

em grande quantidade. Só em Palmeira das Missões-RS¹⁶, nós temos cerca de 70 mil produtores, pequenos produtores de pequenas áreas de propriedade que estão dando uma resposta excepcional. É claro que a essa ação de produção de biocombustíveis tem que ser agregada a criação de uma empresa de economia mista, ta certo, para desempenhar o papel logístico em relação aos demais países do mundo de ajudar o pequeno produtor nas negociações de exportação de combustíveis renováveis no campo tecnológico, quer dizer, em muitas outras questões que o pequeno produtor não está capitalizado, não está suficientemente forte, para poder assumir o compromisso. É necessária essa criação dessa empresa de economia mista ligada à grande vocação nacional que não é nem o petróleo nem a eletricidade é a energia renovável e limpa dos vegetais do campo brasileiro.

Nabuco – Doutor Bautista e quanto a um Ministério da Agroenergia? O que o Sr acha?

¹⁶ Segundo o IBGE Cidades, o município de Palmeira das Missões no rio Grande do Sul possui uma população de 33.846 habitantes. A produção de girassol em grão no ano de 2007 foi de 2.400 toneladas, numa área plantada e colhida de 1.200 hectares com um rendimento médio por hectare de 2 toneladas.

Os dados do IBGE para o ano de 2007 computam para a Região Nordeste uma área total colhida de 3891 hectares de Girassol, em sua totalidade produzida no estado da Bahia. Palmeira das Missões, pequeno município gaúcho produz em termos de hectare 30,84% de toda a produção nordestina reduzida à Bahia. Mais que isso, enquanto a produtividade por hectare baiana foi de 945 kg/hectare a produtividade de Palmeira das Missões foi de 2 toneladas/hectare, portanto mais que o dobro. Isso faz com que a quantidade colhida em Palmeira das Missões seja de 65,23% do total produzido no nordeste. A utilização de Palmeira das Missões serve como indicador interessante para mostrar a exigüidade da produção nordestina. Mas se pegarmos o Rio Grande do Sul efetivamente verificamos como são abissais as distâncias. A área total colhida foi em 2007 de 21.448 hectares é 551,2% superior ao produzido em todo o Nordeste.

Não estamos lidando com questões climáticas nem com tradição. A cultura do girassol não é uma tradição de nenhum estado brasileiro. Ela tem se desenvolvido bastante na esteira da produção agroenergética e tanto é assim que mesmo sendo bem mais eficaz do que a soja para produção de óleo, apenas no Rio Grande do Sul a soja possuiu uma área colhida em 2007 de **3.890.183 de hectares**. São números que falam de *per si*.

Bautista Vidal - Há alguns que defendem essa tese mas eu sou mais favorável a criação de uma empresa de economia mista, como você tem por exemplo no campo do petróleo. Ninguém cogita em criar no campo do petróleo um Ministério do Petróleo por que a Petrobras satisfaz plenamente. Então a existência de uma empresa de economia mista com recursos, com poder, com independência, com participação de capital externo de risco (não é empréstimo, é capital de risco recompensado pela ajuda que derem a área de desenvolvimento da agroenergia nacional), mas que não vão ter o controle dessa empresa. Então eu defendo mais a idéia da criação de uma empresa de economia mista, é claro com a participação do Estado não é? Quer dizer, para apoiar os pequenos produtores. Aí você forma uma dobradinha imbatível, que são centenas de milhares e até milhões de produtores associados a uma empresa de economia mista que tenha poder econômico, poder estratégico, poder mercantil. Então este conjunto vai ser o que o mundo precisa para resolver definitivamente enquanto houver sol, o problema energético do mundo que está muito mal amparado com o petróleo. O petróleo está acabando e o mundo pode entrar em colapso econômico. Países como o Japão, a Alemanha, estão altamente comprometidos com isso e precisam da solução que deve partir do Brasil, como grande líder, como único “continente” tropical com mais proporção de água do que qualquer outro país do mundo. As nossas condições são realmente excepcionais, mas isso ta faltando a decisão política para criar esse ambiente de acordo com as nossas vocações, as nossas condições naturais excepcionais que vão resolver definitivamente o problema energético do mundo.

Nabuco – Há uma contradição muito grande porque embora o governo de maneira ufanista tenha apresentado a questão da agroenergia...

Bautista Vidal - ***Só falam mas não faz!***

Nabuco – O PAC teve em números redondos 18 bilhões de reais para a questão agroenergética...

Bautista Vidal - **Foi mais para infra-estrutura, não é um programa agroenergético...**

Nabuco – Pois bem, e o pior, eu queria colocar uma coisa para o senhor e queria que o senhor analisasse. Em números redondos o PAC colocou 17 bilhões e 850 milhões para o Centro-Sul do País...

Bautista Vidal - **É verdade, é verdade...**

Nabuco – 50 milhões para o Norte (a maior fronteira agroenergética do Brasil) e apenas 100 milhões para o Nordeste. Isso não levará a uma tremenda e abissal disparidade regional Dr Bautista?

Bautista Vidal - Mas isso é uma tremenda disparidade regional onde se discrimina o Nordeste e o Norte. Foram completamente abandonados. É uma questão macro no Centro-Sul. Então não é uma solução nacional! A solução nacional implica em dar ao Nordeste que é uma Região tropical, com muita energia, com muita água (inclusive subterrânea) uma posição de destaque. O Sul não tem terras e têm condições de darem essa resposta. Então esse programa PAC peca pelo seu começo, não é? Ele não levou em conta adequadamente a questão energética e não deu privilégio as regiões que têm condições de dar respostas muito mais positivas, como é o caso do Nordeste e do Norte. É um programa que é manco desde o seu começo, porque envolve grande volume de recursos, mas não dirigido às áreas prioritárias e as regiões prioritárias. Essa é a minha visão desse PAC que aparenta ser uma solução mas não é, porque ela não levou em conta as condições naturais brasileiras.

Nabuco – O Senhor não acha que a questão agroenergética está sendo muito resumida a cana de açúcar? Porque quando o Pró-Álcool foi feito, se definiu como a necessidade de produção de álcool e óleo vegetal de todas as espécies possíveis de serem produzidas...

Bautista Vidal - Claro, você tem toda razão! E isso não diminui o valor do álcool. A cana de açúcar é um excelente conversor. Mas existem outros tão excepcionais como a cana-de-açúcar. Existe inclusive para você substituir a necessidade de soluções em relação ao petróleo e não apenas em relação à gasolina. Quer dizer, a cana-de-açúcar é um excepcional produtor de álcool que substitui a gasolina e que pode ser ampliada a muitas outras espécies. E os óleos vegetais? Isso é importantíssimo para o biodiesel. *Você tem que substituir o petróleo* e não somente a gasolina. Então existe um outro equívoco né? Em que a valorização das regiões que têm condições de produzir uma grande variedade de óleos vegetais não foram aquinhoadas pelas decisões governamentais. O governo brasileiro continua sendo petrolífero. Tem um livro muito bom escrito por um escritor paulista sobre a saga do álcool como a grande iniciativa mundial energética, ele diz que a Petrobras, por exemplo, se comporta como um braço neoliberal do domínio dos interesses do petróleo, quando o petróleo está acabando e nós temos soluções alternativas de grande vantagem, especialmente nessas regiões abandonadas, como é o caso do Nordeste, a Região Norte e a Região Centro-Oeste. Como é a inúmera variedade de palmáceas que podem produzir óleos vegetais para substituir o diesel. O diesel é até mais importante que do que o álcool. O álcool ficou destinado a carros a passeio enquanto o diesel é transporte de cargas e transporte coletivo. Isso não quer dizer que o álcool não tenha uma importância, tem uma importância excepcional, mas tem que ser ampliado o uso das matérias primas. É quando vale as características edafoclimáticas das regiões e isso é uma questão que toma conotações de um projeto nacional e mais do que nacional, um projeto mundial, que a grande questão que o mundo está enfrentando é a falta de energia não renovável para o futuro e essa falta

de energia, essa falta pode ser superada por energia limpa e renovável que tem por origem o sol, que durará tanto quanto o sol. Só quando o sol se apagar, o que vai ocorrer entre 11 bilhões de anos (risos) esses problemas surgirão. Isso é tempo suficiente para se construir grandes civilizações. As civilizações do futuro são impossíveis sem energia e o Brasil é o país que dispõe das melhores condições energéticas do mundo sem nenhuma dúvida.

Nabuco – Então o Sr acha que o governo não tem nenhuma estratégia de política agroenergética?

Bautista Vidal - Não. Eu diria mais do que o governo, o Estado brasileiro. Isso não é um projeto de governo. O governo é envolvido com outras questões circunstanciais. Isso é uma questão de Estado brasileiro, é permanente. É tanto quanto o sol que são 11 bilhões de anos. Então o problema tem que ser olhado com muita seriedade. É o Estado brasileiro que está pecando porque o governo não aciona o Estado numa boa direção.

Nabuco – Mas me diga uma coisa Dr Bautista, o Mangabeira Unger que ficou com a Secretaria Nacional de Assuntos Estratégicos não tem considerado essa questão como fundamental?

Bautista Vidal - Não, não. Ele não conhece o Brasil não é? Ele passou sua vida toda (risos), até ele não consegue falar português direito né? (risos). Ele não conhece o Brasil, ele ta sonhando com medidas que não têm nada haver com o Brasil e ta plagiando as soluções americanas que não estão funcionando lá. Como é que você pega um continente tropical e aplica soluções de países temperados que não resolveram o problema. O Mangabeira Unger certamente não é uma pessoa adequada para ocupar essa posição. Então, as soluções dele são completamente desvinculadas da realidade brasileira, porque ele não conhece o Brasil. Ele quer passar para adotar um modelo industrial pós-Ford.

Ora, nós nem cumprimos integralmente o modelo fordista, quanto mais achar uma solução fora do contexto americano. É uma absoluta irreabilidade e eu agüento porque no começo eu tinha alguma esperança que essa secretaria estratégica iria desempenhar um papel estratégico, entretanto está atuando em sentido contrário. Lamentavelmente né? É uma pena que o Brasil tomou uma decisão, mas ta funcionando em sentido inverso a essa decisão. O Brasil precisa realmente de alguém que pense o Brasil e pense seu futuro e que é o mesmo futuro que o mundo precisa, porque no campo energético o Brasil é a grande potência que se desenha para o futuro do mundo.

Nabuco - Dr Bautista, a Petrobras recentemente anunciou a criação (e já nomeou inclusive diretores, todos eles políticos) de uma subsidiária ligada a produção agroenergética. O que é que o senhor tem a colocar a respeito?

Bautista Vidal - Olha, eu não acredito nisso, porque esse livro do João Donato Neto descreve quarenta anos de historiado álcool no Brasil e mostra que esse campo das energias não renováveis e sujas foi o grande inimigo porque esses combustíveis tropicais, o álcool, os óleos vegetais *são competidores dos combustíveis tradicionais que a Petrobras produz. E como a Petrobras ganha dinheiro vendendo esses combustíveis fósseis, quer dizer que a Petrobras é o grande inimigo das energias renováveis que impede, através de uma enorme propaganda e com muito dinheiro, a solução natural para o Brasil. Então essa criação dessa subsidiária é um blefe total. Vai atuar para frear a possibilidade de o Brasil fazer alguma coisa nova.* Agora, evidentemente como a Petrobras não fez nada nessa área, fica comprando como fizeram no Rio Grande do Sul (um grupo de 70 mil empresários) então eles ganham dinheiro para comprar o equipamento e com isso eles frearam o empreendimento, eles não permitiram que o empreendimento, que é um empreendimento modesto se desenvolvesse e as pequenas empresas passassem a ser empresas médias e grandes. Com o domínio da Petrobras esse feito foi destruído. Então nós estamos caminhando em sentido inverso ao que deveríamos fazer. E a Petrobras é o grande empecilho com dinheiro, com poder, com decisão, apoiando os

combustíveis fósseis que são os combustíveis que ela é responsável e com os quais eles ganham dinheiro. Então, essa criação dessa empresa é um enorme blefe porque não corresponde as nossas necessidades. Ao contrário da empresa autônoma, fora da Petrobras, combatendo a Petrobras, enfrentando, competindo com a Petrobras com enorme vantagem não foi criada, com possibilidade até de participação com capital de risco, de alguns bilhões de dólares com países como Venezuela, países do Golfo etc, que têm no problema Petróleo como um problema de sobrevivência nacional. Tudo isso deixou de existir com a criação dessa subsidiária fajuta da Petrobras que só fará impedir que os combustíveis competidores dos combustíveis da Petrobras ganhem espaço e terminem transformando o Brasil numa grande potência energética do mundo.

Nabuco – E paradoxalmente num momento em que se encontram jazidas do Pré-Sal não é?

Bautista Vidal - Claro, claro. E as jazidas do Pré-Sal que não deixaram de ser um fato importante da Petrobras, esse domínio das grandes profundidades marítimas, etc...Eu acho que quem deve tomar conta do Pré-Sal é a Petrobras, mas não a Petrobras que 60% das ações preferenciais estão nas mãos de estrangeiros. Quer dizer, a Petrobras não é uma empresa nacional, porque as ações que recebem dividendos estão nas mãos de estrangeiros. Ela precisa ser nacionalizada, e aí ela nacionalizada e tomando conta do Pré-Sal ela pode ser uma grande exportadora desse petróleo que nós não necessitamos, porque os custos das energias renováveis (o óleo vegetal e o etanol) na atualidade estão a menos de um quinto do preço do petróleo. Então nós estamos pagando um preço absurdo pelo petróleo quando poderíamos pagar apenas um quinto usando apenas energias nossas e que serão predominantes no futuro. Então, é uma quantidade de erros e equívocos políticos monumentais. Nós podemos nos abastecer completamente de energia limpa e renovável com custos que são no mínimo um quinto dos custos do petróleo. Por que é que nós estamos pagando esse preço violento para eles pegarem e investirem esse dinheiro na

construção de gasodutos nacionais. São 23 bilhões de dólares. Imagine o que nós poderíamos fazer com muito menos do que isso na área de energias renováveis. Nós nos transformaríamos na grande potência mundial de energia líquida que é onde está o problema. O problema está no colapso do petróleo. Então nós temos condições de substituí-los com vantagem, com energia limpa e energia renovável, ou seja, enquanto houver sol haverá essa energia. Veja quanto equívoco está contido nessas medidas tomadas pela Petrobras, criando subsidiária que evidentemente será o grande inimigo porque vai produzir uma energia competidora das energias vegetais e tropicais que nós somos capazes de produzir.

Nabuco – Portanto seria uma espécie de “raposa tomando conta do galinheiro”...

Bautista Vidal - Exatamente. Deram o controle do “galinheiro para a raposa”. Nós estamos perdidos nessa condição.

Nabuco – Estamos na situação da seguinte forma, o governo anuncia nacionalmente uma política agroenergética que não existe e anuncia também uma subsidiária que na verdade entra de encontro com os interesses agroenergéticos.

Bautista Vidal - Claro, claro, é isso!

Nabuco – É uma lástima

Bautista Vidal - É a maneira de impedir e ao mesmo tempo dizer à população brasileira que estão cuidando da energia renovável. Cuidando de uma maneira

absolutamente precária, impedido que a nossa solução da nossa vocação natural prolifere e cresça como deveria ser.

Nabuco – Dr Bautista tem havido alguma discussão no âmbito do Senado Federal ou no âmbito da Câmara dos Deputados sobre a questão agroenergética?

Bautista Vidal - Lamentavelmente não se discute esse assunto! É uma coisa bárbara, de não permitir que a sociedade brasileira tenha consciência da nossa realidade nacional. É um crime contra o país. Isso está nos afundando. É uma era negra que estamos vivendo, que em vez de nós estarmos discutindo nossas grandes potencialidades estamos caminhando pra traz. É pior do que aconteceu na República Velha, quer dizer, a sociedade não conhece as suas realidades porque os meios de comunicação, o Congresso, o Senado etc, não discutem essas questões. Os grandes meios de comunicação de capital externo evidentemente defendem o contrário para manter o seu *status* de domínio dos combustíveis fósseis, em vez de entrar nos combustíveis renováveis que a nossa grande perspectiva nacional.

Nabuco - Dr Bautista eu só tenho a agradecer ao senhor por essa entrevista. O senhor não somente foi a pessoa responsável pela criação de um Brasil agroenergético como também foi o responsável pela recriação dessa perspectiva agroenergética inclusive no governo Lula...

Bautista Vidal – É a perspectiva que é a melhor do mundo não é?

Nabuco – infelizmente essas questões não estão sendo levadas a sério.

Bautista Vidal – Eu não diria que elas não estão sendo levadas a sério. Elas não estão sendo discutidas. E por isso eles não sabem a dimensão mundial que esses programas têm e simplesmente ignoram né? É a maneira de não conversar. Eu tenho pressionado muito para que se estabeleça um diálogo e não consigo porque eles não querem conversar sobre o assunto e insistem em privilegiar os derivados fósseis e nos afundar colocando o Brasil como um país absolutamente dependente das soluções externas que são as já condenadas pela comunidade mundial. Nós temos condições excepcionais de abastecer o mundo de energia renovável e limpa, entretanto estamos caminhando para trás, retrocedendo como um país dependente, *uma colônia de quinta categoria! É lamentável mas é verdade!*

Nabuco – Dr Bautista muito obrigado. Eu não tenho palavras para agradecer a essa entrevista do senhor, uma entrevista realmente maravilhosa, e vamos ficar esperando que as palavras do senhor, esse guerreiro eterno da questão da nossa segurança, do nosso enriquecimento, da nossa grande fonte de enriquecimento, que o senhor seja ouvido, senão por esse governo, ao menos nos próximos que virão por aí.

Bautista Vidal – Eu diria que a entrevista teve um valor excepcional devido à natureza das perguntas. A pessoa que está perguntando é absolutamente fundamental, porque ela pode desviar a atenção para outras coisas secundárias. E você não, foi em cima dos temas e isso permitiu que essa entrevista tenha realmente um valor considerável para o futuro da nossa pátria. Esse trabalho de divulgação é muito importante. A necessidade de uma consciência nacional é absolutamente necessária e isso os meios de comunicação impedem, dificultam e não permitem que o assunto seja discutido. Eles não são contra nem a favor, eles simplesmente não tomam conhecimento e não permitem o debate se processar para que se forme uma consciência verdadeira da realidade nacional.

6 CONCLUSÃO

O processo de construção de uma política nacional bioenergética é a mais complexa mudança econômica existente no Brasil contemporâneo. Talvez mesmo superior à própria transformação do país de primário-exportador a industrial.

A transformação do Brasil de economia primário-exportadora a industrial em nada, ou muito pouco, influiu na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo mundial. Nos transformamos e nos inserimos numa dinâmica mundial não mais como simples exportadores de matérias primas, em sua maioria de base alimentar. A partir dos anos 30 do século passado e, sobretudo, na segunda metade do século em diante, nos industrializamos, mas sem mudar em nada o cenário mundial com a nossa “entrada no clube” dos países (hoje) ditos emergentes. Simplesmente nossa industrialização era meio que uma replicação do que existia. Nada de novo e, muito menos, que interferisse de forma minimamente significativa na ordem mundial do capitalismo.

Como nenhuma grande transformação surge do nada, mas na maioria das vezes advém das entranhas do velho, as crises mundiais do petróleo na década de 1970 durante o Governo Geisel, levaram o Brasil a agir na travessia da ponte que separa o homem do super-homem: e o novo principiou¹⁷.

¹⁷ “E Zaratustra falou assim ao povo:

‘Eu vos anuncio o super-homem’

‘O homem é superável. Que fizestes para o superar?’

Até agora todos os seres têm apresentado alguma coisa superior a si mesmos; e vós, quereis o refluxo desse grande fluxo, preferis tornar ao animal em vez de superar o homem?

Que é o macaco para o homem? Uma irrisão ou uma dolorosa vergonha. Pois é o mesmo que devem ser o homem para o Super-homem: uma irrisão ou uma dolorosa vergonha.

Percorreste o caminho que medeia do verme ao homem, e ainda em nós resta muito do verme. Noutro tempo fostes macaco, e hoje o homem é ainda mais macaco do que todos os macacos.

Mesmo o mais sábio de todos vós não passa de uma mistura híbrida de planta e de fantasma. Acaso vos disse eu que vos tornei planta ou fantasma ?

Eu anuncio-vos o Super-Homem!

O Super-homem é o sentido da terra. Diga a vossa vontade: seja o Super-homem o sentido da terra.

Exorto-vos, meus irmãos, a permanecer fiéis a terra e a não acreditar naqueles que falam de esperanças supra-terrestres.

[...]O homem é corda estendida entre o animal e o super-homem: uma corda sobre um abismo;perigosa travessia, perigoso caminhar, perigoso olhar para trás, perigoso olhar para trás, perigoso tremer e parar.

O grande do homem é ser ele uma ponte e não uma meta; o que se pode amar no homem é ele ser uma *passagem* e um *acabamento*.

Eu só amo aqueles que sabem viver como se extinguindo, porque são esses os que atravessam de um para outro lado.

Amo os grandes desdenhosos porque são os grandes adoradores, as setas do desejo ansiosas pela outra margem.

O novo não advindo de acasos, mas da visão, audácia, desprendimento intelectual, arrojo científico, ação de Estado. O petróleo dava sinais de acabar e nossos cientistas viram no sol, esse imenso reator de fusão nuclear, a solução para o ocaso dos combustíveis fósseis.

Mais de 30 anos se passaram. O etanol que fizemos chegar às bombas de combustível virou notícia mundial. O biodiesel passou a ser considerado a “versão oleaginosa do etanol”. E isso se deu, como é parte da história humana, em paralelo a muito derramamento de sangue. Sangue negro que finda abrindo as veias humanas, destruindo vidas para a extração das últimas gotas.¹⁸

Aliás de sangue foi feita a era do petróleo. De muito mais sangue na medida em que a industrialização avançou no mundo desenvolvido, exigido pela alucinação dos “viciados em petróleo”, auto-confissão de uma era expressa por um chefe de Estado do império estadunidense - ele mesmo de família de petroleiros - que pagam sem escrúpulos o que for “por mais uma dose”. Morte em escala assombrosa em duas grandes guerras mundiais no Golfo. Mortes ainda não contadas devidamente, dado o bloqueio mundial em torno dessas operações. Mas o último lance, o mais perigoso, aquele que jorraria mais sangue (talvez em escala planetária com artefatos nucleares) não se viabilizou. Atacar o Irã (segundo maior produtor de petróleo) não se constituía algo viável sem um preço de vidas ocidentais elevado. O fim das pretensões veio com a entrada do império russo em cena (ele mesmo grande produtor mundial de

Amo os que não procuram por detrás das estrelas uma razão para morrer e oferecer-se em sacrifício, mas se sacrificam pela terra, para que a terra pertença um dia ao Super-homem.

Amo o que vive para conhecer, e que quer conhecer, para que um dia viva o Super-homem porque assim quer o seu acabamento.[...](NIETZSCHE, Frederico. Assim Falava Zaratustra. São Paulo: eBookLibris, 2002. Disponível em: <www.ebooksbrasil.org/adobeebook/zara.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2007

¹⁸ Sangue Negro é o título em português para o drama *There Will Be Blood*, lançado em 2007 e produzido pela Miramax Films/Paramount Vantage/Ghoulardi Film Company. Dirigido por Paul Thomas Anderson, Ganhou 2 Oscars, nas categorias de Melhor Ator (Daniel Day-Lewis) e Melhor Fotografia. Foi ainda indicado nas categorias de Melhor Filme, Melhor Diretor, Melhor Direção de Arte, Melhor Edição, Melhor Roteiro Adaptado e Melhor Edição de Som (entre outras premiações internacionais). O Filme trata de maneira absolutamente brilhante da gênese da saga do petróleo nos EUA. De negócio embrionário para poucos visionários até base de um negócio bilionário, as mudanças transformam os agentes que lidam com o petróleo. De mais um negócio, o petróleo se transforma em “sangue negro” a ser derramado a todo custo em busca do dinheiro que se multiplica nas veias abertas do Planeta pela industrialização e, nela, da necessidade de combustíveis líquidos transportáveis. Outra produção cinematográfica excelente sobre o tema é *Siryana- A Indústria do petróleo* (o título original é *Siryana*), produção norte-americana lançada em 2005, dirigida e roteirizada por Stephen Gaghan a partir do livro *Siryana* de Robert Baer, ex-agente da CIA de alto escalão, não arrependido, que traz a luz uma série de ações estadunidenses no Oriente Médio. Com George Clooney protagonizando a trama (encarnando o próprio Baer) a película versa sobre o jogo brutal entre o Estado norte americano e os países do oriente médio que possuem muito petróleo. É um retrato lúcido do quão desonesto e mortal é esse relacionamento.

petróleo) associando-se (não se sabe explicitamente sob que bases) aos iranianos em troca de proteção bélica nuclear. Como resultado o capitalismo mundial anuncia o “fim do jogo” bélico em busca de petróleo e, como consequência, a nova era dos combustíveis líquidos transportáveis:

Que o Senhor te abençoe, mulher, e te dê todos os filhos que a teu marido aprovar, mas não permita o mesmo Senhor que os veja como a mim me podes ver agora, que não tenho, ó mil vezes vida dolorosa, onde descansar a cabeça. Maria segurava a escudela no côncavo das duas mãos, taça sobre taça, como quem espera que mendigo lhe depositasse algo dentro, e ele sem explicação assim fez, que se baixou até o chão e tomou um punhado de terra, e depois erguendo a mão deixou-se escorregar lentamente por entre os dedos, enquanto dizia em surda e ressoante voz, O barro ao barro, o pó ao pó, a terra à terra, nada começa que não tenha de acabar, tudo o que começa nasce do que acabou. Turbou-se Maria e perguntou, Isso que quer dizer, e o mendigo respondeu apenas, Mulher, tens um filho na barriga, e esse é o único destino dos homens, começar e acabar, acabar e começar [...]” (SARAMAGO, José. **O Evangelho segundo Jesus Cristo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991)

O filho que se anuncia, o salvador, nasce sob o signo da complexidade da sua estada no mundo. Vem com boas novas, sob impérios formados de sangue. Seu anúncio prenuncia alívio e dor.

A era dos biocombustíveis chegou para ficar. Com ela uma nova geopolítica, a geopolítica dos biocombustíveis. Ela se diferencia da geopolítica do petróleo pela magnitude das áreas em que é possível se conseguir produzir combustível a partir da biomassa. Essa área é infinitamente superior a verificada na era do petróleo. Por isso mesmo, provavelmente, a questão territorial (conquista e manutenção de territórios por potências econômicas e militares) pode se tornar ainda mais forte, de uma virulência até hoje ainda não vista. E nesse caso, o Norte do Brasil é o grande alvo. A Amazônia, “infinita” reserva de terra, sol e água (sem falar nas outras riquezas simplesmente ainda não exploradas). A tabela abaixo é clara:

Tabela 41

Comparativo de Área e População dos Estados da Região Norte e o Brasil

Estado	Km2	Hectares	% Brasil	População	% Brasil	Municípios	% Brasil
Rondônia	237.576,17	23.757.617	3	1.534.594	0,8	52	0,9
Acre	152.581,39	15.258.139	2	669.736	0,4	22	0,4
Amazonas	1.570.745,68	157.074.568	18	3.232.330	1,7	62	1,1
Roraima	224.298,98	22.429.898	3	391.317	0,2	15	0,9
Pará	1.247.689,52	124.768.952	15	6.970.586	3,7	143	2,6
Amapá	142.814,59	14.281.459	2	594.587	0,3	16	0,3
Tocantins	277.620,91	27.762.091	3	1.305.728	0,7	139	0,9
Total	3.853.327,23	385.332.723	45	14.698.878	7,8	449	8,1
Brasil	8.514.215,3	852.421.530	100	188.298.099	100	5.560	100

Fonte: IBGE Estados

A tabela anterior mostra a complexidade da geopolítica bioenergética. A maior região do país para a produção bioenergética em escalas colossais possui 45% de todo o território nacional com exorbitantes 385 milhões de hectares em sua esmagadora maioria virgens ou sem utilização agrícola. Esse mesmo território possui apenas 8,1% dos municípios e meros 7,8% da população nacional (pouco mais do que a cidade de São Paulo). Ora, se a história traz lições, uma delas é a de que os territórios ditos nacionais não são imutáveis. Eles se deslocam em jogos de paz e guerra de forma permanente. Ademais, territórios não ocupados econômica e socialmente são difíceis de serem defendidos militarmente. Esse é o dilema amazônico. Ele não poderá ser defendido militarmente se não for efetivamente colonizado e tornado território nacional rico, desenvolvido, ocupado e, em paralelo,

fortemente guardado por forças militares altamente bem equipadas. Colonizar é dispendioso. A era dos biocarburantes traz a rentabilidade necessária para a tarefa.

O mundo tem “emparedado” o Estado nacional com o discurso internacionalizante da Amazônia. Atualmente o Presidente da República se encontra refém de seu ministério do meio ambiente aparelhado por ONG’s internacionais (as diferenças entre Marina Silva e o atual ministro são mais de forma do que de conteúdo) e dado vida pelo próprio presidente, certamente de forma ingênua¹⁸. Esse é o primeiro passo para a construção hegemônica da internacionalização do território. Para completar, as nossas forças armadas ainda estão desmontadas. A Amazônia, no atual caminho da completa cegueira no tocante à questão bioenergética como política de Estado se encaminha a passos largos para sair do mapa do Brasil. Aqueles que conhecem a história do petróleo sabem que essa é uma realidade mais do que plausível. A guerra pelo petróleo se transmutará pela guerra de territórios aptos à produção de biocarburantes, ademais, capazes de gerar grandes fluxos migratórios. Em suma, a Região Norte tem sido apresentada no imaginário nacional e mundial como sendo um imenso jardim tropical, uma espécie de Éden planetário e, portanto, pertencente a um mundo aterrorizado com um fim midiaticamente anunciado. O Norte não é um Éden. O Norte é uma área absolutamente pobre e inóspita. Um vazio de tudo para se existir, não colonizado. Se tornará algo na mão de ágeis colonizadores que construirão riquezas de proporções difíceis de dimensionar. A questão é saber quem o colonizará. Novos tempos, novos problemas, novas guerras e muito sangue a derramar.

Mas outras complexidades exigem soluções de coragem. Se a concentração industrial do Centro Sul já é enorme, na atualidade, como tudo pode piorar, irá piorar. Em fins do século XIX os capitais que transformaram São Paulo tendo por base o capitalismo no café eram capitais “da idade da pedra lascada”. E mesmo assim a concentração se deu, a metamorfose dos capitais também e da “era da pedra lascada” passaram a complexos agroindustriais e industriais altamente poderosos e diversificados. Indústria química, metal-mecânica, de engenharia genética (dentre tantas) e com todos os multiplicadores a montante e a jusante da atividade agrícola e, portanto, das próprias atividades agroindustriais.

¹⁸ Atualmente o governo Lula vem agindo de forma dúbia, mas com maior audácia. Marina Silva teve seu espaço extinto tendo, inclusive, se retirado do PT (certamente não sem pressões da presidência); no seu lugar entrou um ministro com mesma linha mas sem força midiática. Em paralelo, Lula, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa trataram de começar internacionalmente a retirar a Amazônia do discurso mundial. O atual governo não assina mais nada que “enquadre” o território amazônico, o que ficou claro nas últimas reuniões da UNASUL e do G20.

O IDH Renda, segundo o IPEA, com índices superiores ou iguais a 7 estão todos no Centro-Sul. Esse mesmo Centro-Sul produz 80.6% do PIB Nacional, dos quais 54,9% se encontram no Sudeste (30,94% em São Paulo). Só que agora, a base do sistema mundial de produção de mercadorias, energia líquida transportada, para essa região se desloca e se concentra. Não estamos mais falando nem de “pré-história capitalista” e nem de café. Estamos falando de uma mercadoria cuja demanda não dá sequer mostras de estabilizar-se, quanto mais de diminuir. Ela só sobe e o petróleo acabou em termos de longevidade histórica.

“E agora, José?

A festa acabou,

a luz apagou,

o povo sumiu,

a noite esfriou,

e agora, José?

e agora, Você?

Você que é sem nome,

que zomba dos outros,

Você que faz versos,

que ama, protesta?

e agora, José?

Está sem mulher,

está sem discurso,

está sem carinho,

já não pode beber,

já não pode fumar,

cuspir já não pode,

a noite esfriou,

o dia não veio,

o bonde não veio,
o riso não veio,
não veio a utopia
e tudo acabou
e tudo fugiu
e tudo mofou,
e agora, José?

E agora, José?
sua doce palavra,
seu instante de febre,
sua gula e jejum,
sua biblioteca,
sua lavra de ouro,
seu terno de vidro,
sua incoerência,
seu ódio, - e agora?

Com a chave na mão
quer abrir a porta,
não existe porta;
quer morrer no mar,
mas o mar secou;
quer ir para Minas,
Minas não há mais.

José, e agora?

Se você gritasse,
se você gemesse,

se você tocasse,
a valsa vienense,
se você dormisse,
se você cansasse,
se você morresse...
Mas você não morre,
você é duro, José!

Sozinho no escuro
qual bicho-do-mato,
sem teogonia,
sem parede nua
para se encostar,
sem cavalo preto
que fuja do galope,
você marcha, José!
José, para onde?

(ANDRADE, Carlos Drummond de. JOSÉ. Disponível em
<http://www.jornaldepoesia.jor.br/> Acesso em 20, jan.2009).

José está indo a passos largos e não é, infelizmente, para o Brejo. O Brejo chove e é fértil. José está indo para os “sertões dos Angicos”, que são muitos no Nordeste. Sertões não físicos (como se não bastassem os reais), mas sociológicos e políticos. Terra árida, rasa e pedregosa de incapacidades, incompreensões, falta de visão e capital como relação social de produção. O Nordeste é pobre, antigo e atrasado em sua larga maioria territorial. Possui pequenos pontos de desenvolvimento (ilhas urbanas) numa vasta área cuja pobreza impera. Obviamente, dada a sua localização e antiguidade histórica, sua recolonização se torna bem mais fácil do ponto de vista logístico, até porque não possui ameaças de fronteira e é bem povoado. Mas absolutamente nada de significativo se faz.

O presente trabalho foi um estudo de caso que atuou não com impossibilidades físicas, mas com desafios sócio-econômicos. Há 15 anos

atrás quando chegamos no Rio Grande do Norte, a luta pela reforma agrária se encontrava em pleno andamento. A Região do Mato Grande era, naquele momento, um verdadeiro “barril de pólvora”. Assentamentos se constituíam, acampamentos também. Naquele momento tive a oportunidade de começar a conhecer os assentamentos e seus assentados “por dentro”. Foi quando tive meu primeiro contato com Livânia Frizon (vide entrevista), liderança trazida de Santa Catarina para organizar o movimento no Rio Grande do Norte. De lá para cá, indiscutivelmente, uma coisa mudou. Não há mais a guerra pela terra ou a discussão social pela aceitação dos assentados. Eles já fazem parte da paisagem rural do estado. Mas a reforma agrária não pode e não poderá se restringir a tomada e assentamento de aglomerados humanos em espaços improdutivos socialmente. Infelizmente, majoritariamente é o que vem ocorrendo.

Os espaços produtivos ociosos no Rio Grande do Norte, formalmente pertencentes a oligarquias habituadas a receber benesses estatais em troca do nada foram desapropriados com recursos públicos. No lugar dessas oligarquias grandes aglomerados humanos passaram a residir nessas fazendas. Homens, mulheres e crianças destituídos historicamente de tudo, inclusive da habilidade socialmente adquirida de serem agricultores. Como resultante temos uma Região com uma área agrícola de, aproximadamente, 478.600 hectares dos quais, segundo o Censo Agropecuário de 2006 teve apenas 78.614 hectares de lavouras plantadas (aproximadamente 16,43% da área agrícola total), sendo 41.627 hectares de lavouras permanentes e 36.987 hectares de lavouras temporárias. Das lavouras permanentes, 79,4% são constituídas de côco e castanha de caju. Sabemos que pouco dessas culturas são efetivamente comerciais. A maior parte delas (o que não pode ser precisado) é de culturas quase que extrativas. Cajueiros nativos ou não, coqueiros plantados a esmo ou não, mas sem a dinâmica de uma produção agrícola efetivamente organizada. A castanha de caju até hoje obedece a um sistema de produção baseada no completo desperdício do pseudofruto e uma coleta de atravessadores em todo o Rio Grande do Norte e Ceará por intermediários que levam o fruto para beneficiamento industrial (ou semi-industrial). Também parte do que se considera como área colhida de castanha nem sequer é objeto de compra por

atravessadores sendo artesanalmente assadas e descascadas nas propriedades rurais e em suas cercanias. Com o côco a realidade, ao menos no Mato Grande, não é diferente. Coqueirais espalhados por todos os lugares e que são colhidos e vendidos das mais variadas formas quase que num sistema extrativo e só.

Das lavouras temporárias 48% constituem-se das culturas de (in)subsistência do milho, feijão, mandioca, batata doce e algodão. Tudo isso é antigo e leva a uma existência auto-reprodutiva precária da esmagadora maioria dos agentes. O sorgo granífero surge como uma novidade que vem tomando espaço em culturas comerciais e de subsistência. Na verdade, o sorgo veio em boa hora como substituto ao milho (e o autor da presente tese de doutorado foi um dos responsáveis por essa introdução) em decorrência dos baixos tratos culturais exigidos e da baixa quantidade de chuvas necessárias para seu êxito agrônômico. Certamente haverá de se expandir.

De qualquer forma a fragilidade produtiva do estado é absoluta. Culturas de subsistência (ou não) que ocupam, no máximo, 16,42% da área agrícola dos municípios. Com tal perfil sócio-econômico as ações da Petrobras de incentivo ao ingresso dos assentamentos rurais no mundo agroenergético não podem ser considerados como outra coisa que não pífias.

Sem mais delongas, é impossível fazer qualquer processo de inclusão produtiva agroenergética na região do Mato Grande (valendo isso para os mais de 500 mil hectares da reforma agrária no Rio Grande do Norte e dos 8 milhões no nordeste). Engodo midiático é o que deve ser diagnosticado como atuação da petroleira. Câncer tratado com “Cibalena”. Câncer sim. “Cibalena” também. Deixemos de meias palavras para tratar de assuntos sérios.

Estamos sofrendo o maior processo de exclusão produtiva de toda a nossa história, com um processo de concentração industrial no Centro Sul de proporções absolutamente inimagináveis. A Petrobras mente e seu programa no Mato Grande é um zero comprovado numericamente. Mais precisamente ele só pode ser considerado como parte dos gastos com propaganda empresarial que lhe dá o título nacional de empresa socialmente responsável,

não tão diferente dos seus investimentos em tartarugas, micos leões, matas atlânticas, tudo isso encobrendo a poluição gigantesca que produz. Nada é feito, nada é dito por ninguém que tenha influência sobre as grandes decisões dessa nova era. Só que a miséria não se evapora, pelo contrário, se multiplica.

Distâncias regionais se tornam abissais, quando já o são mais que o suficiente. Norte e Nordeste precisam ser alvos de ações de Estado capazes de torná-los sustentáveis e ricos. A mercadoria base que pode fazer tal tarefa com maior agilidade são os biocombustíveis com efeitos multiplicadores grandiosos. Para tanto só a construção de uma empresa de economia mista que veja a agroenergia de maneira ampla e que a tenha como questão estratégica para a geopolítica nacional. Se isso não ocorrer a resultante é simples: o Nordeste continuará miserável e o Norte também. Com uma diferença, qual seja, a de que o Norte será área de cobiça internacional nunca antes experimentada. Tornar essas duas regiões viáveis e dando sentido a uma reforma agrária por tanto tempo almejada é tarefa para nações que desejam a vontade de potência.

Contudo, como tudo na vida, as conclusões que aqui chegamos devem ser relativizadas pois a verdade não existe, muito menos uma que possa ser considerada absoluta. A chamada verdade científica, objetiva, é uma ficção positivista, cuja influência permeia todos os paradigmas estabelecidos do conhecimento. O conhecimento objetivo é apenas uma miragem a ser perseguida por todos os pesquisadores sérios, dispostos a confrontar suas teorias com a realidade factual e submetê-las à crítica de seus opositores. Em outras palavras, o conhecimento objetivo não é um dado ou uma entidade metafísica, mas sim uma meta-teoria inalcançável que pressupõe um processo progressivo e contínuo de depuração dos enunciados teóricos.

Na medida em que a pesquisa consequente é testada lógica e factualmente, e que um processo de aperfeiçoamento progressivo de seus enunciados e conclusões é posto em prática, o conhecimento tende a se desembaraçar das cadeias que lhe impõem os juízos de valor, as ideologias e os apelos éticos. Ou seja, o conhecimento tende a desembaraçar-se, **mas sem jamais consegui-lo**, dos seus condicionantes humanos e sociais. A verdade objetiva é, pois, um *ideal* a ser perseguido. Um ideal que a ciência não pode alcançar, mas tem a obrigação ética de procurar. A procura deste conhecimento progressivamente mais livre é o caminho inexorável da ciência. O

progresso da ciência depende desta procura. Mas é bom enfatizar que, como os pontos cardiais que nos orientam, o conhecimento objetivo é algo inatingível, como o são todos os valores absolutos. As afirmações apresentadas na presente tese só devem ser consideradas como a busca ética do autor, baseada em material lido, refletido e elaborado, mas que são, tão somente, a opinião do autor. O que virá a acontecer certamente está por acontecer num mundo fractal, complexo, caótico, indeterminado. O quanto que dissemos se mostrará mais ou menos pertinente apenas com a ação do tempo.

Por fim, pretendemos com a presente tese dar início a um processo de discussão sobre uma nova era com riquezas efetivamente gigantescas num país de dimensões continentais, imensa federação assimétrica sócio, geográfica, política e economicamente. Acreditamos na necessidade de novas pesquisas que abarquem mais complexidades. Precisamos dessa contribuição, de forma urgente, pois os eventos se aceleram. Nós continuaremos a estudar esse processo, mas ele deve ser estendido, multiplicado, inclusive diversificado no mesmo tema agroenergético (por exemplo, levando em consideração os passivos ambientais na grande produção alcooleira). Pretendemos ter provocado uma pequena centelha num chumaço de galhos e folhas ressequidas. Chamamos a comunidade científica para, provocativamente, acender a fogueira.

E agora José? “*Você marcha, José! José, para onde? Você marcha José, José para onde? Marcha José, José para onde? José para onde? Para onde? E agora José? José para onde? E agora José?*”¹⁹E agora você?

¹⁹ ANDRADE, *op cit.*

APÊNDICE A – Considerações sobre a crise mundial e produção de biocarburantes

Para o presente trabalho, pode haver o questionamento de quais as conseqüências da crise mundial para a questão agroenergética. Trataremos aqui dessa questão. Porém, antes, acreditamos ser fundamental tecer alguns comentários sobre as crises do capitalismo.

Se há em termos de teoria econômica um consenso é que o capitalismo funciona de forma cíclica. Há uma tradição midiática e acadêmica de questionamentos deste fato. Se abismar com as crises do capitalismo é como morar no Japão e sonhar com a inexistência de terremotos, maremotos e furacões, ou existir no sertão e se espantar com a seca. O capitalismo é cíclico, complexo e vivo. Os comunistas sonharam em quebrar com essa característica e a resultante foi a destruição de qualquer possibilidade de democracia e a extinção do próprio comunismo em pouco mais de 70 anos de existência.

Contudo, a recente crise mundial estartada pela bolha especulativa no mercado imobiliário norte-americano pôs em evidência algo que os comentaristas econômicos bem como a academia não levaram ainda em consideração. O Brasil se comportou completamente diferente do passado na crise atual, na medida mesma do fortalecimento da economia brasileira (mesmo com as taxas de juros hoje em patamares absurdamente contrários as necessidades de uma política de crescimento ou mesmo de contraposição a crises). Isso significa que a crise se apresenta de maneira diferente nas economias nacionais a partir de variáveis endógenas, a cada economia integrada plenamente ao capitalismo. Em que patamares a crise mundial atinge o cidadão na Suécia, Dinamarca, Canadá, Japão e a Argentina, por exemplo? Tudo difere, até porque os mecanismos sociais de proteção ao cidadão são bem diferentes em cada país, isso sem falar na robustez econômica deles. Precisamos ir um pouco mais adiante.

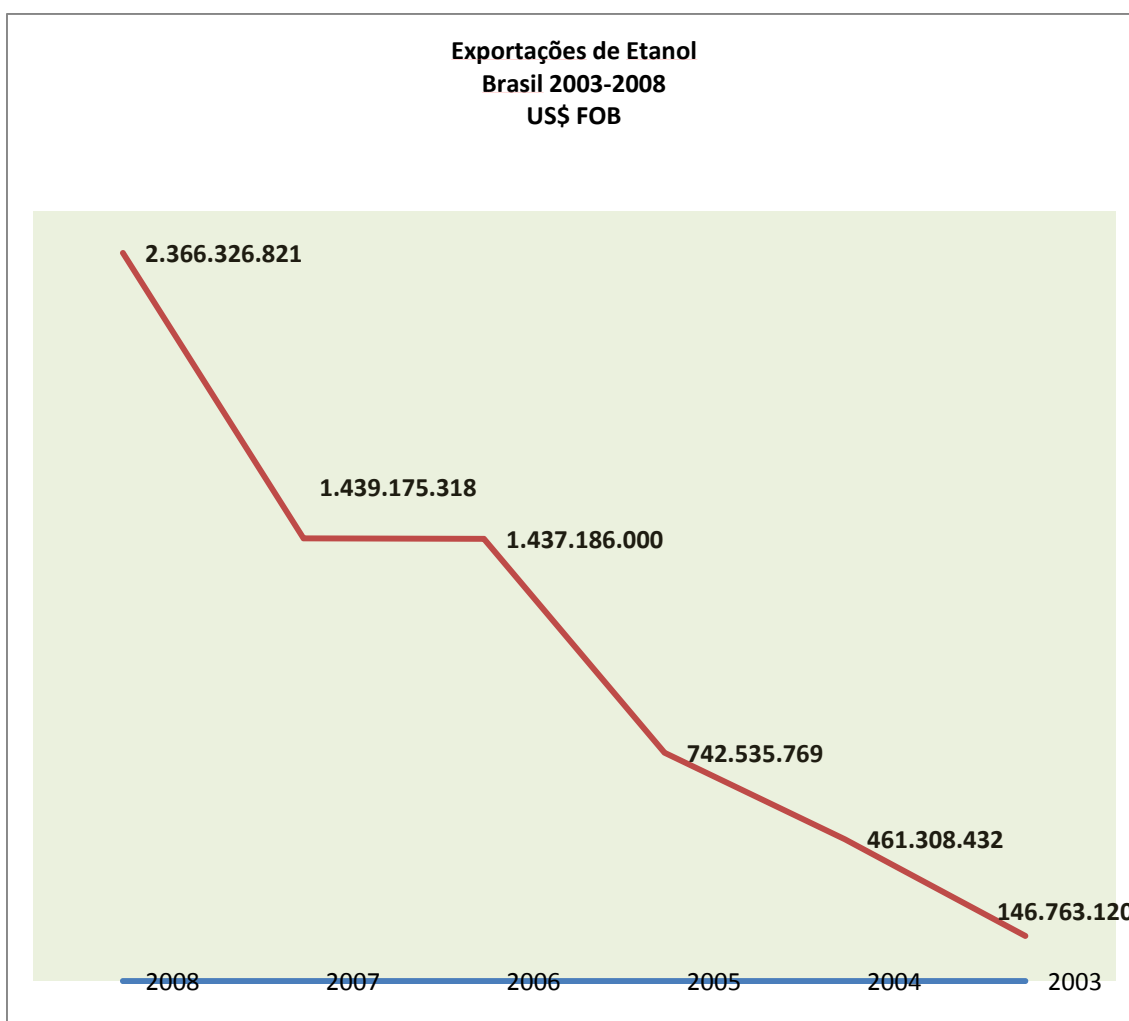
O que tem a crise mundial haver com a existência real da esmagadora maioria dos municípios do Norte e do Nordeste do Brasil? Esses municípios estão em crise independentemente de qualquer problema do capitalismo em escala mundial, até mesmo pelo fato de que não são em absoluto integrados ao capitalismo em níveis mínimos. A crise aqui é a regra mesmo com qualquer ciclo virtuoso de crescimento acelerado do capitalismo mundial.

O fetiche da crise apocalíptica do capitalismo (herança da economia clássica de todas as correntes, sobretudo do marxismo) precisa ser questionada. Na verdade, a crise como centro de tudo retira completamente a complexidade das economias nacionais e dos agentes sociais neles existentes. Se discute a crise mundial quando os prefeitos, vereadores, governadores,

deputados estaduais, federais e senadores não possuem qualquer perspectiva de uma política de crescimento para os estados e municípios do Norte e do Nordeste. E aí, o cidadão comum, olha no jornal as notícias da crise e acredita que Catolé do Rocha ou Passa e Fica são a pobreza que são por causa dos EUA e das bolsas do mundo. A crise é nossa, estrutural e não tem qualquer equivalência com o mundo; os culpados são locais, estaduais, municipais que existem da mesada dos fundos de participação de estados e municípios.

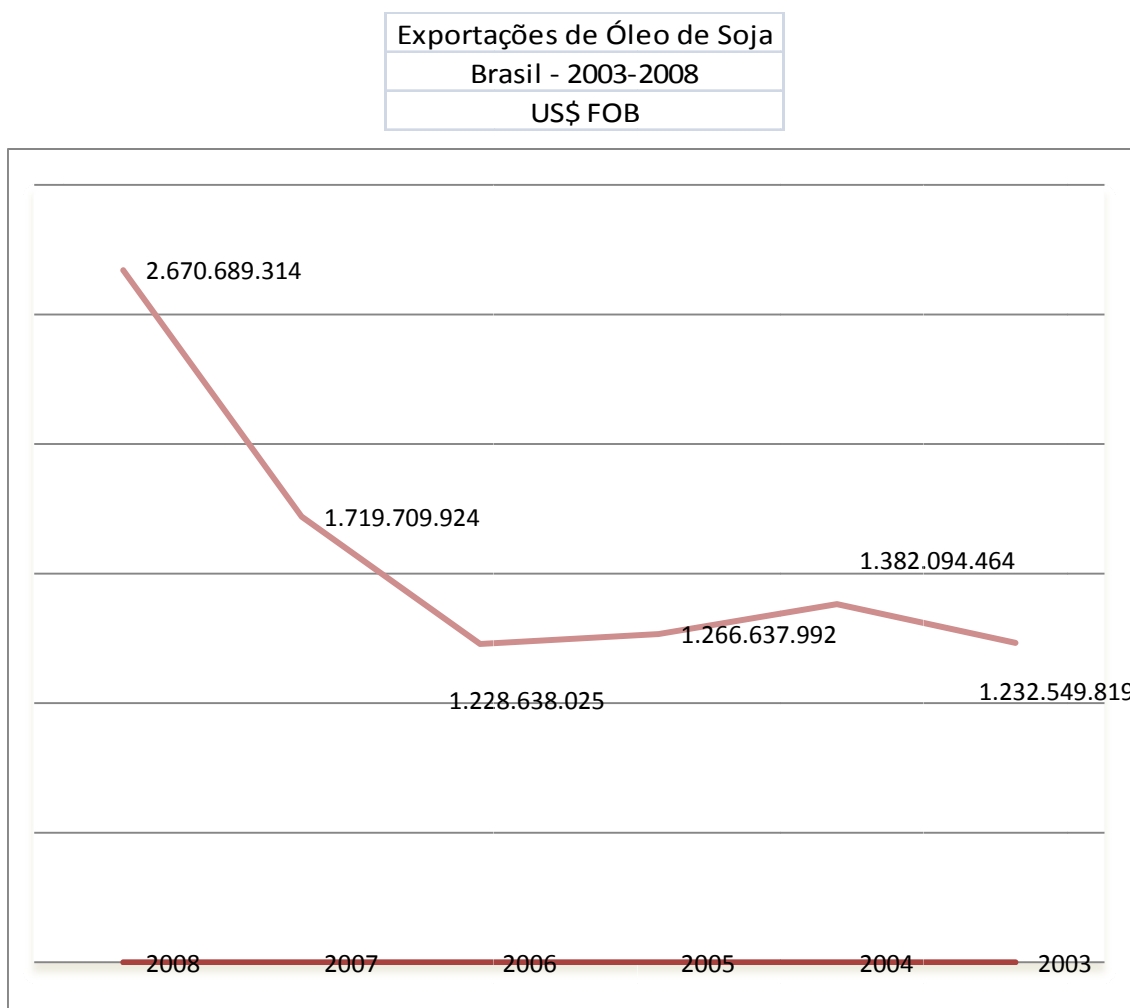
É preciso que deixemos de ter ciclos de vontade de potência. Ela tem que ser uma questão de Estado na sociedade política e um foco permanente de atuação da sociedade civil em todos os seus segmentos.

Por fim, a relação crise mundial versus produção de biocarburantes não nos parece preocupante. Na medida em que estamos tratando de uma mercadoria base para todo ciclo de produção de mercadorias, num cenário de dependência internacional pelo petróleo, não afeta a produção agroenergética. Os gráfico abaixo mostra as exportações de etanol:



Fonte: Alice Web – gráfico produzido pelo autor

As vendas internacionais são crescentes desde 2003. Em 2008, no miolo do furacão da crise internacional as exportações continuaram sua trajetória de acentuado crescimento. Esse comportamento é similar com as exportações de óleo de soja:



Fonte: Alice Web – gráfico produzido pelo autor

Exatamente da mesma maneira que o etanol, o comportamento das exportações de óleo de soja continua crescente e de maneira bem expressiva em 2008. Em suma, no meio da crise, os estados que produzem essas mercadorias continuaram a lucrar, e muito. Os que ficaram de fora, estes sim, viram a crise da não produção que em nada tem haver com a crise do capitalismo.

Devemos dar nomes ao bolo agroenergético, sempre, sob pena de tornar o discurso vazio. Nas exportações de etanol em 2008, o estado de São Paulo exportou

68.64% das exportações nacionais (US\$ 1.624.343.409), Paraná 13,20% (US\$ 312.472.917), Mato Grosso do Sul 0,22% (US\$ 5.312.000) e Minas Gerais 5,81% (US\$ 137.375.784). O centro Sul (com a total dianteira dos sempre adiantados paulistas) exportou nada menos que 87,88% das exportações nacionais de etanol em 2008 (US\$ 2.079.504.110). A situação do Norte-Nordeste é diferente. Pernambuco exportou 0,80% do total nacional (US\$ 18.971.784), Alagoas 7,88% (US\$ 186.541.162) e a Paraíba 0,20% (US\$ 4.663.990) o que totaliza 8,88% das exportações brasileiras. É muita concentração num cenário de imensas fronteiras agrícolas a serem alocadas produtivamente (Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais e até mesmo São Paulo).

No caso das exportações de óleo de soja a concentração é ainda bem maior. Nada menos que 96,65% (US\$ 2.581.160.750) das exportações brasileiras foram divididas entre os estados do Paraná com 42,09% (US\$ 1.124.105.440), Rio Grande do Sul com 25,33% (US\$ 676.392.074), Mato Grosso do Sul com 2,56% (US\$ 68.289.444), Santa Catarina com 4,01% (US\$ 107.029.592), Mato Grosso com 19,01% (US\$ 507.724.067), Minas Gerais com 2,66% (US\$ 71.157.762) e Goiás com 0,99% (US\$ 26.462.371). Também aqui o cenário para a expansão de culturas oleaginosas melhores que a soja é extremamente favorável. Enquanto isso, a soja domina absoluta. Mas o importante é que eles possuem todo capital como relação social de produção e que não é mais simplesmente agricultura, mas uma agroindústria que se metamorfoseia cada vez mais em indústria específica, produtora de biocarburantes.

ANEXO A - Conhecimentos auferidos pela 1ª comitiva militar do Exército Brasileiro ao Vietnã – 2005

A vivência prática acumulada pelas Forças Armadas Vietnamitas, ao longo de dois séculos de guerra, adquirida nos Teatros de Operações (TO), contra poderosos e diferentes inimigos, fez com que a Nação do Vietnã passasse a ser conhecida mundialmente.

Para contrapor-se às políticas imperialistas dos países do continente asiático e ao domínio colonialista e expansionista das grandes potências (respectivamente: na Idade Antiga, com a invasão dos mongóis; na Idade Média, com a violação do seu território pelos chineses e japoneses; na Idade Moderna, com a tentativa de colonização dos franceses e, finalmente, na Era Contemporânea, com a invasão do império norte-americano), as Forças Armadas Vietnamitas desenvolveram uma Doutrina Militar própria: a Doutrina do Combate de Longa Duração.

As Forças Vietnamitas, ao longo dos tempos, travaram inúmeros combates em que impuseram derrotas a potências militares incotestavelmente superiores, utilizando-se da Doutrina do Combate de Longa Duração. Isto permitiu e possibilitou o desenvolvimento de técnicas e táticas de Combate de Resistência, nos níveis estratégico e tático.

Considerando esse contexto, e visando a uma aproximação com a nação Vietnamita, em particular com as suas Forças Armadas, a Força Terrestre do Brasil, por proposta do Comando de Operações Terrestres (COTer), planejou a criação da 1ª Comitiva Militar do Exército Brasileiro, enviada posteriormente em visita ao Vietnã.

A missão precípua da comitiva era buscar, inicialmente, uma aproximação com a Força Terrestre Vietnamita, tendo por finalidade agendar, em futuro próximo, visitas e reuniões de intercâmbio doutrinário em que seriam trocados conhecimentos militares nos níveis estratégico, operacional e tático, com ênfase nas áreas de inteligência, operações e emprego de tropa (pequenas frações) em região de cobertura vegetal (floresta tropical).

Do estudo prévio realizado pela comitiva e de comum acordo com o Secretário Geral da Embaixada do Vietnã, organizou-se um roteiro para a visita oficial.

A comitiva desembarcou, inicialmente, na capital Hanói, centro político daquele país, permanecendo naquela cidade por três jornadas, tendo cumprido a seguinte agenda: audiência oficial com o Embaixador Alcides Prates, na Embaixada Brasileira; visita à cidade de Há Long Bay e ao Museu do então Presidente Ho Chi Minh. Visitou, ainda, duas Grandes Unidades, os Quartéis-Generais da Forças Armadas Vietnamitas e da 308ª Divisão de Exército, e o Museu de História Militar.

Na quarta jornada, a comitiva se deslocou para a cidade de Ho Chi Minh, antiga Saigon, centro econômico do país, permanecendo por três jornadas, onde visitou o Quartel-General da 7ª Zona Militar, o Museu de História da 2ª Guerra da Indochina (Guerra do Vietnã) e os túneis subterrâneos de “Cu Chi”. Fazendo uma retrospectiva da visita, poder-se-ia apresentar, inicialmente, com a finalidade de ambientar o leitor deste artigo, as características da área.

O Vietnã está localizado na península da Indochina, nome consagrado em função da situação geográfica dos países que estão situados entre a Índia e a China.

O Vietnã está incrustado no epicentro da Ásia. Ao norte, faz fronteira com a República Popular da China; a leste, liga-se à Ásia Insular; e a oeste, faz fronteira com o Laos e o Camboja.

Sua formação é alongada de norte para sul, tomando um formato semelhante à letra “S” sendo o norte mais largo, estreitando-se à medida que se aproxima da parte meridional do país.

Pode-se comparar as dimensões territoriais do Vietnã, que apresenta uma área de 329.566 km², ao estado de Goiás, que possui uma área de 341.289 km². A geografia vietnamita assemelha-se ao relevo da Região do Estado do Rio de Janeiro, com uma zona de planície costeira ao longo dos 3000 Km de litoral, esbarrando com a Serra de Anamita mais ao interior do país, muito semelhante à Serra do Mar brasileira, onde predomina uma vasta área montanhosa sob cobertura vegetal.

A hidrografia do Vietnã apresenta duas grandes bacias: uma localizada ao norte do rio Vermelho; e outra, ao sul, com um grande emaranhado de canais: a bacia do Delta do rio Mekong.

O clima é Equatorial com intensas chuvas, muito semelhante ao clima dominante na Região Amazônica, com eventuais furacões e fortes tempestades na Região do Pacífico Sul.

A vegetação abriga um tipo de floresta tropical idêntica à cobertura vegetal da Região Amazônica.

O litoral ao norte é escarpado, com formações de corais e águas calmas, enquanto o litoral sul é plano, com grande extensões de praias, sendo o mar extremamente agitado, apresentando onda fortes e gigantescas.

Pode-se afirmar que o Vietnã possui as mesmas características geográficas do Brasil, no que se refere aos aspectos de geologia, orografia, hidrografia, clima, vegetação e o litoral, pois apresenta uma posição relativa entre os trópicos de Câncer e de Capricórnio, próximo à linha do Equador.

Quanto às peculiaridades históricas, o que chamou a atenção da comitiva foi o envolvimento da Nação Vietnamita em inúmeras guerras, desde a Idade Antiga até a Era contemporânea.

Uma das características inegáveis da história do Vietnã, claramente reconhecida pelos historiadores, é que, desde a fundação do primeiro Estado Vietnamita (no século II A.C. com a Dinastia Qin), até 1975 (fim da Guerra do Vietnã), a Nação conviveu com a ocupação estrangeira; conseqüentemente, lutou incessante e incansavelmente.

O marco inicial da formação da nação do Vietnã deu-se com a guerra de resistência incrementada contra a Dinastia Qin (215-210 A.C) e só veio a ser consolidada com o término do colonialismo francês, na célebre batalha de Diên Bieên Phu em 1954.

Foram 22 séculos de guerra contra mongóis, japoneses, chineses, franceses e norte-americanos. Ao longo deste vasto período de guerras, a Nação Vietnamita criou uma doutrina militar própria de combate de resistência, aprimorando-a, aperfeiçoando-a e adaptando-a ao longo do tempo conforme o inimigo ou potência que enfrentou.

A chamada Guerra da Indochina, travada desde 1946 até boa parte da segunda metade do século XX, é a que mais chama a atenção dos estudiosos dos conflitos do após II Guerra Mundial (II GM).

A Guerra da Indochina é alvo de estudos nos bancos escolares de muitos estabelecimentos de ensino militar, em função de vários aspectos: pelo fato de

ser o conflito bélico mais longo após a II GM; pelo incremento de táticas e técnicas de combate empregadas por ambos os exércitos rivais, com uso de pequenas frações e de tropa especiais; pela aparição e utilização de novas armas; pelos combates travados nos mais diferentes tipos de terreno, com combates em áreas urbanas e rural, de montanha e de selva, além dos combates em localidade; pela crueldade dos combates, etc.

A Guerra da Indochina divide-se em duas guerras distintas: a 1ª e a 2ª Guerra da Indochina respectivamente, também chamadas de Guerra Vietmin (que durou de 1946 até 1954), contra as Forças Armadas Francesas; e a Guerra Vietcong, ou Guerra do Vietnã (que durou de 1964 até 1975), contra as Forças Armadas norte-americanas.

Descrever qualquer aspecto da história militar do Vietnã e não fazer menção ao ilustre e maior estrategista de guerra de resistência da era moderna, General VO NGUYEN GIAP, seria deixar de lembrar o pai, criador e mentor da “Guerra de Longa Duração”.

Podem-se resumir os feitos do General Giap na 1ª Guerra da Indochina, nas célebres palavras do então general Christian de Castries, das Forças Armadas Francesas, comandante da fortaleza de “Dien Bien Phu”, que resistiu ao cerco vietnamita por 169 dias.

O mais doloroso para a honra nacional dos franceses é que a nossa derrota deu-se frente a gente nanica que combatia com sandálias de borracha e comia arroz com as mãos e seu comandante era ainda menor do que seus comandados, medindo apenas metro e meio”.

Descrever em poucas palavras a 2ª Guerra da Indochina (Guerra do Vietnã) seria lembrar o artifício utilizado pelas forças vietnamitas na criatividade da construção de 250 km de túneis subterrâneos não contínuos, criando e incrementando novas técnicas e táticas de combate.

Os famosos túneis de “Cu Chi” fizeram a diferença no teatro de operações no Vietnã, ferramenta sábia e inteligente que foi utilizada pelos estrategistas vietnamitas contra as tropas norte-americanas.

Os combatentes vietnamitas, com tipo físico franzino diante dos soldados americanos de estatura e envergadura muito superior, souberam explorar esta vantagem marcante, o que lhes permitiu camuflar e ocultar suas pequenas

frações (grupos de combate) em verdadeiros “bunkers” subterrâneos, locais onde jamais os americanos ousaram pisar, muitos menos penetrar.

Também não se poderia deixar de lembrar o grande feito em matéria de apoio logístico incrementado pelas tropas vietnamitas.

A famosa “trilha de Ho Chi Minh”, por onde eram transportados cerca de 60 toneladas de suprimentos por mês, das mais diversas classes, numa distância aproximada de 1600 km, foi sem sombra de dúvida, fator de desequilíbrio no combate, o que possibilitou a vitória das Forças Armadas Vietnamitas.

Finalmente, e como conclusão deste artigo, pode-se-ia afirmar que, a par dos ensinamentos auferidos pela comitiva que visitou o Vietnã, no ano próximo passado, o primeiro passo do nosso objetivo foi alcançado, o de consolidar uma aproximação com as Forças Armadas Vietnamitas, visando a uma integração e troca de conhecimentos sobre a Doutrina de Resistência. Fruto de nossa visita, o Governo do Vietnã, já incrementou e implantou uma Aditância Militar junto à embaixada Vietnamita em Brasília.

Coronel Luiz Alberto Alves
Rolla

Comando Militar do Nordeste

ANEXO B - Programa Petrobras Fome Zero - anos de 2004, 2005, 2006, 2007

2004

CENTRO-OESTE

DISTRITO FEDERAL

1 -Título: PETROBRAS NO VARJÃO: SEMEANDO QUALIFICAÇÕES PARA COLHER SEGURANÇA ALIMENTAR, EMPREGO E RENDA

Instituição: Fundação de Desenvolvimento da Atividade Rural do Distrito Federal

Estado: DF

Resumo: Educação e qualificação de crianças, jovens, mulheres, trabalhadores e idosos da Vila Varjão, Distrito Federal, no sistema agroecológico de produção, através dos processos de organização social, como forma de alcançar a segurança alimentar e nutricional, melhores oportunidades para geração de trabalho e renda e um maior empoderamento de negociação das necessidades específicas da comunidade.

GOIÁS

2 -Título: DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO SUSTENTAVEL DE FAMILIAS DE BAIXA RENDA DE CERES

Instituição: Associação de Moradores do Jardim Petrópolis

Resumo: O projeto visa geração de renda para famílias em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social, através da implantação de uma fábrica de farinha de mandioca e a Casa do Artesão Ceresino beneficiando 35 famílias, desenvolvimento da cidadania e apoio às ações coletivas, realização de oficina, garantir a segurança alimentar, através da produção de alimentos para auto-consumo de famílias dos bairros Sorriso I e II e Parque das Andorinhas, capacitação profissional de jovens e adultos de famílias de baixa renda em informática básica e secretariado, beneficiando

135 jovens e adultos, reforço escolar para 100 crianças visando combater a evasão escolar.

3-Título: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Instituição: Instituto para o Desenvolvimento Ambiental – IDA

Resumo: O objetivo é a implantação de sistemas de segurança hídrica, com captação e contenção da água da chuva em dois assentamentos de reforma agrária (Vereda I e Água Quente) no município de Padre Bernardo, em Goiás. Pretende-se melhorar a qualidade de vida de 136 famílias e recuperar a mata ciliar do córrego Água Quente, visando a consolidação desses assentamentos como unidades agrícolas produtivas.

MATO GROSSO

4-Título: PROFESSORES E LIDERANÇAS INDÍGENAS PREPARAM SEU FUTURO

Instituição: Instituto Socioambiental

Estado: MT

Resumo: O projeto de formação de professores foi elaborado a partir da demanda de jovens indígenas da Região do Médio e Baixo Xingu os quais, no início da década de 90, assumiram informalmente as aulas em suas aldeias. O projeto pretende fortalecer processos de educação e formação técnica na área de gestão, voltados a seis povos indígenas que habitam o Parque Indígena do Xingu e o povo Paraná, ambos habitantes de terras indígenas localizadas em Mato Grosso. O trabalho atingirá 24 escolas, duas associações indígenas (Xingu e Iakio), além de quatro associações em processo de organização Iudjá, Ikipeng, Suya e Kamaiuka.

NORDESTE

BAHIA

5-Título: ABELHAS E CABRAS NO SEMI-ÁRIDO

Instituição: Cooperativa de Produção Beneficiamento e Comercialização do Projeto de Assentamento Nova Palmares

Resumo: O projeto visa incrementar as atividades de apicultura e caprinocultura leiteira de forma sustentável, aumentando a renda de 40 famílias que vivem no assentamento Nova Palmares, no município de Conceição do Coité (BA), e conseqüentemente melhorando sua qualidade de vida.

6-Título: FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DA BAHIA ENFATIZANDO O COOPERATIVISMO POPULAR

Instituição: Fundação Juazeirence para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do São Francisco – FUNDESF

Resumo: O objetivo é contribuir para o fortalecimento da Economia Solidária na Bahia enfatizando o cooperativismo popular. A área de abrangência do projeto está localizada na região metropolitana de Salvador, onde o desemprego atinge 26,7% da população economicamente ativa. A metodologia prevê a realização de cursos de cooperativismo e apoio à comercialização dos produtos e serviços das cooperativas incubadoras.

CEARÁ

7-Título: DE PONTO EM PONTO CONSTRUINDO O FUTURO - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE CORTE E COSTURA

Instituição: ACBBFuturo - Associação Comunitária Bairro Bom Futuro.

Resumo: O projeto oferece qualificação profissional e geração de renda, na área de corte e costura, para 120 jovens e adultos do bairro e adjacências, em Fortaleza, no Ceará. O objetivo é atrair trabalhadores em situação de risco, desempregados, pessoas em busca do primeiro emprego e empreendedores, que desejam uma oportunidade para gerenciar seu próprio negócio.

8-Título: JOVENS TALENTOS - PROPOSTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E SOCIAL DE JOVENS PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

Instituição: ASSOCIAÇÃO ELOS DA VIDA

Resumo: Tem por finalidade qualificar profissionalmente 80 jovens portadores de deficiência, em Fortaleza, que vivem em condições de extrema pobreza e excluídos do mercado de trabalho pela baixa escolaridade e pela falta de qualificação profissional. A entidade pretende capacitar 60 jovens na área de operador de computador e 20 jovens na área de formação de bailarinos. Todos eles terão ainda aulas sobre exercício de direitos e cidadania e serão estimulados a permanecer ou a regressar à escola.

9-Título: AGROECOLOGIA ORGÂNICA FAMILIAR

Instituição: Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis - IDER

Resumo: O projeto tem como objetivo principal à produção de alimentos orgânicos, envolvendo diretamente 10 famílias da comunidade de Alto Alegre, no Município de Maracanaú, região metropolitana de Fortaleza, Ceará. A comunidade a ser beneficiada possui 4 mil moradores e as 10 famílias envolvidas passarão por processo de capacitação, através de técnicas construtivas e de cursos que abordarão temas pertinentes à atividade agroecológica, incluindo gestão de negócios (comercialização e escoamento da produção).

10-Título: A VIDA É FEMININA

Instituição: EDISCA - Escola de Dança e Integração Social para Criança e Adolescente

Resumo: A proposta envolve 100 mães ou responsáveis de educandos da EDISCA, em Fortaleza (CE). O objetivo é fortalecer a família na sua identidade, relações e funções de forma a potencializar seu papel social enquanto instituição formativa ampliando as perspectivas de inserção e permanência no mundo produtivo. Serão desenvolvidas oficinas de artes e ofícios, oficina de artefatos, promoção da melhoria da saúde da família; incentivo para empreendimentos pessoais e coletivos. Programa Petrobras Fome Zero.

11-Título: CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA

Instituição: Centro de Desenvolvimento Cultural e Fortalecimento da Agricultura Familiar
- CENTRO MANDACARU

Resumo: O projeto vai desenvolver processos de apoio à comercialização de produtos de empreendimentos econômicos familiares em 28 municípios cearenses através da formação de estruturas e estratégias de comercialização na perspectiva de inserção no mercado justo e na economia solidária. A iniciativa pretende criar infra-estrutura para a estruturação de um banco de informações, constituir um fundo rotativo para o adiantamento de transações, desenvolver capacitações, assessorar e acompanhar os empreendimentos, constituir base logística para exposição de produtos, criar condições para a formação de rede de empreendimentos solidários.

12-Título: PROJETO FLOR DE GITIRANA

Instituição: Cooper. interdisc. Capac. e Assessoria LTDA - CASA LILAS

Resumo: O projeto apresentado "Flor de Gitirana" pretende ser aplicado em quatro municípios do Sul Cearense, e em três municípios da Região Centro Oeste do Ceará, beneficiando diretamente 690 mulheres, e indiretamente 11.040 pessoas. A proposta é realizar atividades de formação profissional das mulheres nas áreas de produção agrícola e artesanal em experiências coletivas de produção, organização e informação sobre extrativismo sustentável de Pequi (planta nativa da região), educação ambiental, e ações direcionadas para o fortalecimento e a proposição de políticas públicas voltadas para as mulheres rurais, onde destaca-se o acesso à terra e aos meios de nela produzir como essenciais para melhoria na qualidade de vida das mulheres e suas famílias.

13-Título: CICLO DA VIDA

Instituição: Oficina do Futuro - Ecologia Comunitária

Resumo: O projeto envolve cerca de 2 mil famílias e tem como objetivo preparar as pessoas para serem as protagonistas do desenvolvimento local; construir um ambiente favorável aos processos de aprendizagem colaboradora; e incubação de empreendimentos comunitários. Serão desenvolvidas atividades de oficinas para a colaboração da agenda 21; cursos para formação de lideranças; sopão todos os dias; formação de grupos de estudos com professores da escola Frei Tito; organização de

jardins e hortas na escola e em espaços comunitários; implementação de um núcleo digital; encontros de formação para jovens multiplicadores; oficinas de arte e ecologia para crianças e jovens, entre outras ações.

14-Título: TERRITÓRIO SOLIDÁRIO E INOVADOR

Instituição: Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária - FUNDESOL

Resumo: O projeto vai atender 2500 famílias de cinco bairros da periferia de Fortaleza (CE), através de processos de educação continuada, remontagem de cadeias produtivas, acesso a mercados, fomento ao consumo e serviços de microfinanças. Este projeto engloba 50 empreendimentos individuais e coletivos, geram 250 novos postos de trabalho direto e fideliza 1500 consumidores do cartão de crédito solidário.

MARANHÃO

15-Título: ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA MARIA ARAGÃO

Instituição: Centro de Formação Profissional e Sindical Escola Maria Aragão

Resumo: O projeto visa capacitar profissionalmente 245 jovens da área rural do município de Caxias, região de Cocais Maranhenses (MA), oferecendo cursos de construção civil, eletricista, bombeiro hidráulico, técnicos de venda, técnicas agrícolas e alfabetização de adultos.

16-Título: ABELHAS NATIVAS / FOME ZERO

Instituição: Associação Maranhenses para a Conservação da Natureza - AMAVIDA

Resumo: O projeto pretende implementar o uso sustentável da fauna de abelhas nativas para geração de renda e emprego de 24 comunidades rurais do Nordeste do Maranhão. A iniciativa pretende incrementar em 1,2 toneladas a produção de mel de abelhas nativas em dois anos; capacitar 16 comunidades no manejo de abelhas; instituir sistema de comércio cooperativado; implantar rede de mudas de espécies do

cerrado para incremento da produção e implantar sistema de certificação no processo de criação de mel.

PERNAMBUCO

17-Título: BENEFICIAMENTO DE PESCADOS EM ITAPISSUMA, PERNAMBUCO

Instituição: Grupo Gestão - Pesquisa, Planejamento e Organização Social

Resumo: Desenvolvimento da capacidade de gestão financeira, de pessoal e de negócio dos associados da Colônia de Pescadores do município de Itapissuma/PE. Serão realizadas atividades de mobilização e sensibilização para integração dos pescadores ao projeto. A colônia possui 2.600 associados. Serão selecionados 100 sócios para participação nas oficinas, que terão como objetivo final criar condições para operacionalização coletiva do negócio, com melhoria da qualidade dos produtos e processos.

18-Título: CULTIVE, CRIE E VIVA LEGAL NO SÍTIO

Instituição: Centro Educacional de Recursos Humanos e Terapia Ocupacional - CERHTO

Resumo: O projeto pretende desenvolver ações educativas de resgate cultural para a criação de pequenos animais e cultivo de hortas orgânicas, visando à produção, consumo e processamento de alimentos favorecendo a qualidade nutricional e geração de renda para 19 famílias da comunidade de Sítio dos Pintos, em Recife (PE).

19-Título: TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS APLICADAS À AGRICULTURA URBANA E PERI-URBANA NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO

Instituição: EMPRESA PERNAMBUCANA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA-IPA

Resumo: O projeto pretende desenvolver de forma participativa, modelos de produção agrícola capazes de atrair o interesse dos diversos atores que interagem nas cadeias produtivas de hortaliças, fruteiras, plantas medicinais e aqüicultura (peixe e camarão) na Zona da Mata de Pernambuco, visando melhorar, a curto e médio prazo a

qualidade dos produtos e a renda dos agricultores. A iniciativa acontecerá nos municípios de Vitória de Santo Antão, Cabo e Goiânia, beneficiando diretamente 280 agricultores (aptos a difundir inovações tecnológicas) e impactando indiretamente 12 mil pessoas (produtores agrícolas e outros atores da cadeia produtiva).

20-Título: DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PARA AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO DE BOI TORTO E RAMADA

Instituição: Grupo de Apoio às realizações para o desenvolvimento do Brasil / GARD

Resumo: O projeto visa aperfeiçoar, através da capacitação profissional, as práticas produtivas, desenvolver a agroecologia e o associativismo, criando ciclo regular de produção agrícola, que permitirá as 22 famílias assentadas no Município de Bezerros (PE) a auto-sustentabilidade, a comercialização de excedentes, com geração de renda, e a educação para a cidadania.

21-Título: COOPERATIVA DA MODA - TRANSFORMANDO A VIDA ATRAVÉS DA ARTE

Instituição: Cooperativa de Psicólogos do Brasil Ltda

Resumo: O projeto conta com a participação de 90 adolescentes, jovens entre 16 a 24 anos da comunidade da Ilha do Joaneiro e adjacentes, em Recife (PE.).Seu objetivo é possibilitar a capacitação e formação profissional dos jovens e adolescentes para inseri-los social e profissionalmente através de uma cooperativa. Os cursos estão: corte, costura e modelagem, pintura artesanal, confecção de bijuteria, cabeleireiro e os segmentos de moda e beleza.

22-Título: PROJETO SEMEAR

Instituição: Instituto de Apoio Técnico Especializado à Cidadania

Resumo: Tem como objetivo promover capacitações, implantar culturas agrícolas, oferecer assistência técnica e extensão rural aos assentados de Cangauzinho e Penedinho, em Pernambuco, a fim de promover o desenvolvimento dos assentamentos, o aumento da renda familiar e a elevação da qualidade de vida.

Participarão das atividades 62 produtores familiares e mais 240 capacitandos a fim de por em prática o conhecimento. Programa Petrobras Fome Zero.

PIAUI

23-Título: REDE DE AMIGOS DE ESCOLAS DO SERTÃO PIAUIENSE

Instituição: Fundação Universa

Resumo: Dar suporte psico-social e capacitação profissional a jovens, incluindo atividades extensivas à família, um Fundo Rotativo de Crédito Estudantil e projetos de pesquisa. O projeto será desenvolvido no sul do Piauí, na comunidade rural de Raimundo Nonato, que concentra 17 municípios de baixíssimo IDH, a partir da seleção de 50 escolas em situação de risco alimentar e exclusão social.

24-Título: PROJETO HORTA COMUNITÁRIA: GERANDO EMPREGO E RENDA COM PRODUÇÃO INTENSIVA E COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS

Instituição: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ASSENTAMENTO DATA BOM JARDIM

Resumo: A Associação de Moradores do Assentamento Data Bom Jardim existe há quase seis anos como referência de 300 pessoas, que atuam com princípios de organização e cooperação. A proposta do projeto é beneficiar toda a comunidade assentada, cerca de 81 famílias, no município de Floriano (PI), através da exploração de agronegócio em bases comunitárias e auto-sustentáveis com enfoque no desenvolvimento integrado das atividades de produção, classificação e comercialização intensiva de hortaliças gerando emprego e renda. Para isso serão capacitados 60 integrantes da associação em organização, gestão, tecnologia de produção, cuidados pós-colheitas e comercialização de hortaliças.

RIO GRANDE DO NORTE

25-Título: PROJETO GENTE DE FIBRA

Instituição: Instituto Êpa!

Resumo: Consiste no desenvolvimento do empreendedorismo através da autogestão e da geração de renda por meio do resgate de atividades artesanais em comunidades situadas no sertão nordestino.

26-Título: EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PARQUE AQUÍCOLA DO ENTORNO DA BARRAGEM ARMANDO RIBEIRO GONÇALVES (BARRAGEM DE AÇU)

Instituição: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Resumo: Este projeto tem por objetivo fomentar a atividade de piscicultura intensiva no entorno da Barragem de Açú (RN), incorporando-a a economia da região, promovendo o desenvolvimento social e econômico das comunidades envolvidas. Será incentivado o cultivo de tilápias em gaiolas em dois municípios localizados no entorno da Barragem Açú.

Inicialmente prevê-se o atendimento de 36 famílias e espera-se atingir o total de 85 famílias.

27-Título: APICULTURA NAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN: UMA POTENCIALIDADE ECONÔMICA FIXADORA DO HOMEM E DA MULHER NO CAMPO

Instituição: Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional

Resumo: Desenvolvido pela Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional, o projeto atenderá 80 produtores das comunidades rurais de Petrolina e Santa Agostinha, localizadas a 12 km da sede do Município de Caraúbas. Serão desenvolvidos cursos de associativismo e cooperativismo para os produtores selecionados, construção de 2.400 colméias (30 para cada apicultor), aquisição de 160 equipamentos de produção individual, construção de uma casa de mel e compra equipamentos para que os apicultores consigam obter renda mensal de R\$ 500,00. A meta é beneficiar 400 pessoas.

SERGIPE

28-Título: "INCUBAÇÃO DE COOPERATIVA POPULAR PARA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NAS REGIÕES DO BAIXO COTINGUIBA E DE JAPARATUBA, EM SERGIPE"

Instituição: Universidade Federal de Sergipe

Resumo: Capacitação de 240 pessoas e o acompanhamento de oito grupos de atividades laborativas na perspectiva da economia solidária. O objetivo geral é o desenvolvimento de um programa de estímulo à formação de empreendimentos populares e a geração de trabalho e renda.

NORTE

ACRE

29-Título: BALCÃO DE INFORMAÇÃO E CIDADANIA DO BAIRRO CALAFATATE

Instituição: Associação SOS Amazônica

Resumo: Tem como objetivo promover os direitos humanos através de um balcão de informações. A meta é a inclusão social de pessoas da comunidade do bairro Calafate, localizado em Rio Branco, no Acre. Além de implantar um balcão de acompanhamento e orientação jurídica, o projeto visa o fortalecimento de lideranças capacitadas na intervenção junto à comunidade e a promoção de mecanismos que garantam a qualidade e a representatividade da ação transformadora dos atores sociais, individuais e coletivos. Entre os objetivos específicos, estão as capacitações de 30 jovens do bairro para atuarem na comunidade, prestando assessoria jurídica a pessoas carentes, e a implementação de campanhas que visam à melhoria do atendimento nos serviços prestados à população.

AMAPÁ

30-Título: IMPLANTAÇÃO DE VIVEIROS DE MUDAS NAS ESCOLAS FAMILIAS.

Instituição: Associação da Escola das Famílias Agrícolas da Perimetral Norte

Resumo: A Associação da Escola das Famílias Agrícolas da Perimetral-Norte visa a criação de três viveiros e 3 jardins coloniais para a produção de mudas de qualidade, certificadas pelo Ministério da Agricultura, em 3 Escolas Famílias do Estado do Amapá. A população envolvida inclui 190 famílias que utilizarão as mudas frutíferas regionais para a criação de pomares, gerando renda e qualidade de vida.

AMAZONAS

31-Título: FOME DE QUÊ? FOME DE QUEM?

Instituição: Associação para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável

Resumo: O projeto visa desenvolver modelos de resolução e gestão voltados para as problemáticas sociais e econômicas das comunidades de baixa renda na cidade de Manaus (AM), alcançando 5 mil famílias. Serão oferecidos cursos de qualificação profissional em áreas a serem definidas pela própria comunidade, além de realizadas oficinas sócio-educativas, esportivas e culturais.

RONDÔNIA

32-Título: PROJETO AMAMENTAÇÃO - PROAME DISTRITO DE CALAMA, MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO

Instituição: Fundação Universidade Federal de Rondônia

Resumo: O projeto pretende ampliar o conhecimento sobre o manejo da lactação e amamentação exclusiva até os seis meses de vida da criança entre 1,5 mil adultos do Distrito de Calama (RO) e comunidades ribeirinhas adjacentes, através de treinamentos junto aos profissionais de saúde, educadores, alunos e líderes comunitários, visando a criação de grupos de apoio a essa prática. Para tanto, a iniciativa prevê a capacitação de alunos de enfermagem e medicina.

RORAIMA

33-Título: FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ALTERNATIVA PARA A SUSTENTABILIDADE NO CULTIVO DE HORTALIÇAS E FRUTEIRAS

Instituição: Universidade federal de Roraima

Resumo: O objetivo é qualificar cerca de 40 agricultores em produção de polpas de frutas, uso sustentável dos recursos naturais, sistemas agroflorestais e produção de composto orgânico, visando promover a sustentabilidade na produção de frutas e hortaliças, bem como a comercialização de produtos pelas cooperativas e associações. Programa Petrobras Fome Zero.

TOCANTINS

34-Título: CENTRO DE APICULTURA SOCIAL DO CERRADO

Instituição: Associação Comunitária Para o Bem Estar de Pequizeiro

Resumo: O projeto tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das famílias sertanejas incentivando a produção de mel e a preservação do cerrado. Entre as atividades propostas estão: implantação um centro de pesquisa, apoio e capacitação em produção de mel, capacitação e incentivo à criação de abelhas como meio de promover a preservação de espécies vegetais e animais, incentivo à produção de alimentos e a geração de renda em um município de baixo IDH, promoção de ações de voluntariado principalmente entre os jovens, implantação viveiros de mudas e brigadas de incêndio em um dos municípios com mais elevado índice de desmatamento do Brasil. Serão beneficiadas 100 famílias sertanejas. Programa Petrobras Fome Zero.

SUDESTE

ESPÍRITO SANTO

35-Título: MARICULTURA FRUTOS DA VILA

Instituição: Prefeitura Municipal de Vila Velha

Resumo: O objetivo é fomentar a diversidade da economia por meio da implantação de atividades de aquicultura, associadas às ações de conservação da biodiversidade do ecossistema marinho, permitindo a inclusão social, contribuindo com a cidadania, fornecendo condições ao desenvolvimento auto-sustentável e promovendo o resgate educativo, cultural e turístico do município de Vila Velha/ES. A proposta é selecionar 20 famílias de pescadores que se encontram abaixo da linha de pobreza e dar-lhes capacitação técnica e educação ambiental, implantar módulos de cultivo de ostreicultura e milicultura.

MINAS GERAIS

36-Título: COOPMULHER - COOPERATIVA DE MULHERES

Instituição: Sociedade Educativa do Brasil – SOEBRAS

Resumo: O projeto tem como objetivo gerar, a partir de ações colaborativas, um programa de organização para formação de associação de trabalho no setor de vestuário. O projeto será implantado nos municípios de Montes Claros, Janaúba e Janaúria, região do Norte de Minas Gerais, escolhidas devido ao aumento de riscos sociais que jovens a partir de 16 anos vem sofrendo nestas localidades. A meta do projeto prevê a qualificação de 72 mulheres em cada município (216 no total), selecionadas através de quesitos determinados no projeto.

RIO DE JANEIRO

37-Título: MULHERES EM AÇÃO

Instituição: Associação de Moradores Jardim Surubi

Resumo: A proponente visa ampliar o número de participantes e o volume de negócios de um projeto criado no final de 2003 por um grupo de mulheres de Surubi, bairro pobre de Itaperuna, noroeste do estado do Rio de Janeiro. O objetivo é dar oportunidade de geração de renda e oferecer aperfeiçoamento profissional a 30 mulheres desempregadas e com baixa escolaridade do bairro de Itaperuna, em Surubi, Rio e Janeiro. Elas produzirão roupas e peças decorativas em patchwork,

tapeçaria e fuxicos. A matéria-prima será fornecida pelas confecções do município, que é pólo regional na produção de roupas de cama, mesa e banho.

38-Título: PROJETO OFICINA DE CERÂMICA PARA REABILITAÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL NO INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT/IBC-CERÂMICA

Instituição: Caixa Escolar do Instituto Benjamin Constant

Resumo: O objetivo do projeto é contribuir para a inclusão social dos portadores de deficiência visual do IBC (Instituto Benjamin Constant), qualificando-os profissionalmente como artesãos ceramistas e auxiliando-os no reforço do processo pedagógico por meio da prática da arte cerâmica.

SÃO PAULO

39-Título: CAIÇARAS - TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Instituição: Associação de Moradores do Marujá

Resumo: Consolidação do turismo de base comunitária no Parque Estadual da Ilha do Cardoso. A área abrangida pelo parque situa-se no litoral norte do estado de São Paulo e é habitada por seis comunidades e alguns sítios isolados. Dentre as comunidades que habitam o parque está a do Marujá, que através da sua associação de moradores (AMOMAR) propõe o presente projeto.

40-Título: UM ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO NUTRICIONAL, PONDERO-ESTATURAL E COGNITIVO DE CRIANÇAS COM VULNERABILIDADE SOCIAL

Instituição: Fundação Faculdade de Medicina

Resumo: O projeto visa o desenvolvimento cognitivo e pondero-estatural de 1506 alunos matriculados nas quatro séries do ensino fundamental de uma escola municipal de Mogi das Cruzes/SP. O objetivo é adquirir conhecimento e prática para desenvolver um sistema de intervenção na melhoria do aprendizado escolar, tanto solucionando

sua deficiência nutricional, quanto capacitando o profissional de ensino a identificar os distúrbios de aprendizagem e usar os métodos adequados que facilitem o cérebro da criança a contornar suas dificuldades naturais (desatenção, hiperatividade, impulsividade, dislexia e discalculia).

41-Título: INCLUINDO OS CATADORES NO MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Instituição: Secretaria de relações do trabalho do município de Guarulhos

Resumo: O projeto visa fortalecer e expandir a Cooperativa de Catadores do Município de Guarulhos, em São Paulo, que opera desde 2001, formando uma rede entre os grupos de catadores já existentes. Hoje os grupos compreendem 55 catadores, e o objetivo é organizar mais de 200 catadores no município.

42-Título: SABOR EM AÇÃO

Instituição: Associação em Defesa da Saúde e da Família

Resumo: Atendimento a 100 jovens de 16 a 21 anos em situação de vulnerabilidade social através dos cursos de qualificação profissional para cozinheiros, garçons, confeitores e lancheiros, que além das aulas teóricas poderão experimentar a prática em um restaurante popular que visa combater a fome e o desperdício oferecendo 500 refeições ao dia por R\$ 1,00 no Município de São Vicente/SP.

SUL

PARANÁ

43-Título: "REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA: AÇÕES DE CAPACITAÇÃO EM COOPERATIVISMO E SOBERANIA ALIMENTAR COMO ESTRATÉGIA DE GERAÇÃO DE RENDA E SEGURANÇA ALIMENTAR JUNTO A POPULAÇÕES EM

SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NA REGIÃO CENTRO E CENTRO-SUL DO PARANÁ."

Instituição: Instituto Equipe de Educadores Populares

Resumo: Promoção de ações solidárias e de qualificação profissional que permitam ampliar a experiência desenvolvida em agroecologia e economia solidária em pequenos e médios municípios, como estratégia de geração de renda, reprodução social e oportunidade econômica para agricultores familiares e populações de baixa renda, em risco de insegurança alimentar e nutricional, de forma a possibilitar sua replicabilidade nas regiões centro e centro-sul do Paraná. O projeto pretende atingir diretamente 200 famílias de pequenos agricultores e mais de 2000 famílias de assalariados urbanos e desempregados.

RIO GRANDE DO SUL

44-Título: A PISCICULTURA COMO ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NA AGRICULTURA FAMILIAR: DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE PEIXES E PROCESSAMENTO PARA MERENDA ESCOLAR, JUNTA À ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE PEIXES, BRASPEIXE, SOBRADINHO, RS

Instituição: Universidade de Santa Cruz do Sul

Resumo: Aperfeiçoamento da produção e inovação do processamento de peixes. O projeto visa incluir alimentos à base de peixe na merenda escolar, bem como incentivar a expansão regional da produção, configurando-se como alternativa à monocultura do fumo e como atividade geradora de trabalho e renda, além de promover a transferência de tecnologia a partir da disseminação das novas técnicas utilizadas.

45-Título: PETRO-FAR PETROBRÁS E FARROUPILHA EMPREGANDO QUALIDADE, CAPACITANDO O CIDADÃO

Instituição: Prefeitura Municipal de Farroupilha

Resumo: O projeto visa desenvolver ações educacionais e de capacitação profissional para diferentes públicos do município de Farroupilha (RS), tais como: jovens e adultos com baixa renda e escolaridade, desempregados, agricultores familiares, trabalhadores egressos do sistema penal, autônomos e cooperativados.

46-Título: PROJETO DE FORTALECIMENTO DA PECUÁRIA FAMILIAR

Instituição: Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

Resumo: O projeto de Fortalecimento da Pecuária Familiar é de abrangência estadual, em cinco regiões do RS: Sul, Campanha, Depressão Central, Campos de Cima da

Serra e Litoral. Prevê cursos e atividades para 2017 produtores familiares e 410 técnicos diretamente. Objetiva promover o desenvolvimento rural sustentável a partir do fortalecimento da pecuária familiar através da capacitação, melhoria da genética, alimentação e manejo do rebanho. Programa Petrobras Fome Zero

SANTA CATARINA

47-Título: ALINHAVANDO CIDADANIA - O COOPERATIVISMO COMO UMA FORMA DE ENFRENTAMENTO À POBREZA

Instituição: Secretaria Municipal de Assistência Social

Resumo: Este projeto tem por objetivo organizar mulheres do programa Alinhando Cidadania, em uma cooperativa de produção e comercialização de artesanato no município de Blumenau. Gênero, desenvolvendo ações voltadas para o programa Alinhando Cidadania. A meta é a formação de uma cooperativa com 100 participantes da capacitação. A sua implantação será feita a partir dos 18 grupos que desenvolvem atividade artesanal e se consolidará a partir de um empreendimento de economia solidária que concentrará todas as iniciativas voltadas a produção artesanal, por meio de uma cooperativa central. A metodologia prevê a capacitação profissional, constituição e legalização da cooperativa e o oferecimento de assessoria técnica.

48-Título: TRANSFORMAÇÃO

Instituição: Instituto da Terra para o Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Cidadania

Resumo: O objetivo é criar condições efetivas e eficazes para reintegração do ex-detento na sociedade através da geração de trabalho e renda. Será desenvolvido junto a 24 egressos do sistema penitenciário que passaram pela oficina de reciclagem dentro do presídio masculino de Florianópolis e estão em liberdade condicional. Programa Petrobras Fome Zero.

ANO DE 2005

CENTRO-OESTE

DISTRITO FEDERAL

1-Título: ALVORECER - FORTALECENDO A CÉLULA-FAMILIAR PARA DESENVOLVIMENTO DO VAREJÃO

Proponente: Instituto Brilhar

Resumo: A proposta do projeto é promover ações para fornecer meios às células familiares da Vila Varjão, no Distrito Federal, de se fortalecerem e se estruturarem, visando a construção de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres.

GOIÁS

2-Título: FRUTICULTURA SUSTENTÁVEL NA AGRICULTURA FAMILIAR NO CERRADO GOIANO

Proponente: Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga – COOPERAFI

Resumo: O projeto tem o objetivo de gerar renda de forma sustentável e qualificar jovens e adultos em famílias de agricultores familiares do município de Itapuranga, através da implementação de fruticultura sustentável, capacitação profissional e implantação de agroindústria para processamento de frutas.

3-Título: PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA TRABALHADORES DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Proponente: União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL Brasil

Estado: AM, BA, CE, GO, MG, PB, PR, PA, SP, RJ e RS

Resumo: O objetivo do projeto é formar e capacitar 400 trabalhadores em ferramentas de gestão, 330 em cursos de profissionalização e aperfeiçoamento nas áreas de Design, confecção, agricultura e agroindústria, promovendo sua inclusão e organização produtiva no mercado de trabalho.

MATO GROSSO

4-Título: PROJETO SORRIR - ANTI-DROGAS

Proponente: ABAJE - Associação de Bairro Jardim Esperança

Resumo: O objetivo do projeto é diminuir o envolvimento de crianças e adolescentes com drogas lícitas e ilícitas e, por consequência, a violência, o tráfico e a contaminação por doenças transmitidas por injetáveis e conscientizar para o protagonismo infanto-juvenil, por meio de atividades de lazer e de esportes, como gincanas, cursos de pintura, aulas de futebol e capoeira, e de atividades de inclusão digital através de cursos de informática, além de combater a evasão escolar.

MATO GROSSO DO SUL

5-Título: APICULTURA COMO ALTERNATIVA PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA PARA ASSENTADOS RURAIS, PESCADORES ARTESANAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CORUMBÁ, MS

Proponente: Embrapa/CPAP

Resumo: Contribuição para a consolidação da apicultura como uma alternativa para a geração de emprego e renda, com a capacitação de 36 integrantes de assentamentos rurais em apicultura e na produção de própolis, além do desenvolvimento do inventário da flora apícola.

6- Título: FAZENDO ARTE

Proponente: Associação Arte e Osso

Resumo: Estímulo à produção e à comercialização de produtos do artesanato, com capacitação da mão de obra local, aumento da renda das famílias envolvidas no projeto, combate ao desemprego e difusão do artesanato nacional e internacionalmente, promovendo a região da Serra da Bodoquena

NORDESTE

BAHIA

7-Título: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Proponente: Organização de Conservação de Terras do Baixo Sul da Bahia – OCT

Resumo: Desenvolvimento da agricultura familiar em Assentamentos de Reforma Agrária, no município de Ituberá, através da formação inicial e capacitação sócio-produtiva de 59 famílias de agricultores familiares do Assentamento Josiney Hipólito, com promoção da cidadania, valorização social e conservação ambiental, além da geração de trabalho e renda por meio da criação de peixes e de galinhas caipiras, em bases cooperativistas e associativistas.

8-Título: ESPAÇO DO ADOLESCER

Proponente: Centro Evangélico de Recuperação Social de Paulo Afonso

Resumo: Ressocialização e reeducação de 30 adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, numa perspectiva de promover a inclusão social e o pleno desenvolvimento, ao transformar o Centro em um espaço de execução de atividades sócio-educativas em meio aberto.

9-Título: PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA TRABALHADORES DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Proponente: União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL Brasil

Resumo: O objetivo do projeto é formar e capacitar 400 trabalhadores em ferramentas de gestão, 330 em cursos de profissionalização e aperfeiçoamento nas áreas de Design, confecção, agricultura e agroindústria, promovendo sua inclusão e organização produtiva no mercado de trabalho.

CEARÁ

10-Título: ARTE VIDA SOLIDÁRIA

Proponente: Grupo Formosura de Teatro

Resumo: O objetivo da iniciativa é oferecer a 30 egressos do sistema penitenciário de Fortaleza uma formação politécnica voltada para a montagem teatral e de espetáculos, por meio de sua capacitação profissional nas principais funções técnicas deste processo, de oficinas e seminários, além da produção de um espetáculo teatral.

11-Título: ECOS DA VIDA

Proponente: Prefeitura Municipal de Piquet Carneiro

Resumo: O projeto tem por objetivo desenvolver o potencial apícola do município de Piquet Carneiro, com curso de formação para 200 famílias, além da capacitação de 20 jovens em técnicas de manuseio de centrifugação.

12-Título: JOVEM EMPREENDEDOR

Proponente: Missão Ide

Resumo: Profissionalização de adolescentes e jovens do município de Maracanaú, formando empreendedores conscientes de seu papel de cidadão. O projeto também busca a promoção de atividades sociais, de saúde, culturais e educacionais, formando agentes multiplicadores do conteúdo aprendido, além de fortalecer a auto-estima, a busca do exercício da cidadania e a integração com meio-ambiente.

13-Título: PERIFERIA DIGITAL

Proponente: União Educacional Senador Fernandes Távora

Resumo: Capacitação de 120 beneficiários jovens e adultos, com atendimento indireto a suas famílias, na comunidade do Autran Nunes, em Fortaleza, com o objetivo de combater a exclusão social através da inclusão digital, através da capacitação profissional em informática.

14-Título: PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA TRABALHADORES DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Proponente: União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL Brasil

Resumo: O objetivo do projeto é formar e capacitar 400 trabalhadores em ferramentas de gestão, 330 em cursos de profissionalização e aperfeiçoamento nas áreas de Design, confecção, agricultura e agroindústria, promovendo sua inclusão e organização produtiva no mercado de trabalho.

15-Título: TECNOLOGIA E ARTE: DESENVOLVENDO CIDADANIA

Proponente: Movimento de Promoção Social de Maranguape

Resumo: Ampliação e otimização do Projeto de Revitalização da Cadeia Produtiva do Artesanato e da Confecção de Maranguape, ao implantar um Centro Tecnológico de Artesanato e Confecção, com promoção do empreendedorismo e capacitação para o segmento da confecção industrial, além da comercialização dos produtos e formação de uma rede de cooperação entre alunos e comunidade.

16-Título: TV JANELA

Proponente: Instituto de Desenvolvimento Social

Resumo: O projeto visa oferecer a 50 jovens moradores do bairro Pantanal formação técnica na área de produção e exibição de vídeos e condições para uma sociabilidade

com maior inserção, auto-estima e uma participação com mais autonomia na comunidade, ao gerar protagonismo juvenil.

MARANHÃO

17-Título: TECNOLOGIAS SOCIAIS INCLUDENTES; PROJETOS INTEGRADOS PARA GERAR SEGURANÇA ALIMENTAR E RENDA NO MÉDIO MEARIM MARANHENSE

Proponente: Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco LTDA

Resumo: O projeto busca a elaboração de procedimentos de produção agrícola sustentáveis nos pontos de vista econômicos, sociais, ambientais e ecológicos, promoção da educação e qualificação profissional de jovens e adultos e estímulo à convivência em sociedade, através de ações como capacitação de 200 atendidos em técnicas produtivas e criação de galinhas caipiras e de caprinos.

PARAÍBA

18-Título: PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA TRABALHADORES DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Proponente: União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL Brasil

Resumo: O objetivo do projeto é formar e capacitar 400 trabalhadores em ferramentas de gestão, 330 em cursos de profissionalização e aperfeiçoamento nas áreas de Design, confecção, agricultura e agroindústria, promovendo sua inclusão e organização produtiva no mercado de trabalho.

19-Título: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: O BARCO ESCOLA, A ESCOLA NO MAR

Proponente: Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba

Resumo: Melhoria da qualidade de vida das comunidades pesqueiras paraibanas com a implantação de novas tecnologias de pesca, por meio da capacitação de pescadores na confecção, manutenção e operação de espinhel pelágico de monofilamento.

PERNAMBUCO

20-Título: PILARES DE UM RECIFE

Proponente: Centro de Diversidade Cultural Teatro Armazém

Resumo: Montagem de um espetáculo de teatro, a ópera "Pilares de um Recife", que visa a educação, formação, capacitação e inclusão social de adolescente e jovens da Comunidade do Pilar, na zona portuária de Recife.

PIAUÍ

21-Título: PRODUÇÃO E CIDADANIA NA COMUNIDADE ALTO DA CRUZ EM FLORIANO-PI

Proponente: Associação dos Moradores do Bairro Alto da Cruz-AMAC

Resumo: O projeto visa a promoção da melhoria da qualidade de vida e a inclusão de 60 famílias, por meio da geração de renda, com a instalação de um empreendimento comunitário para a produção e comercialização de doces e salgados.

22-Título: RENASCER NA ALEGRIA

Proponente: Fundação Viver com Dignidade

Resumo: O projeto busca contribuir para a inclusão social de 1500 crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade pessoal e social, geralmente

pelo abandono, e em situação de drogadição, através da promoção de atividades sócio-educativas, reforço escolar, palestras educativas e aulas de informática. Uma das finalidades é educar por meio da arte e do resgate aos valores familiares.

RIO GRANDE DO NORTE

23-Título: PETROBRAS/ATIVA PROFISSIONALIZAÇÃO E CIDADANIA

Proponente: Associação de Atividades de Valorização Social – ATIVA

Resumo: Promoção da educação profissional para a formação de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, nas áreas de corte e costura, estética e higiene corporal, além do equipamento de seis ateliês de corte e costura e de seis salões de beleza, realização de oficina de implementação de negócios voltada aos atendidos pelos cursos e ações de promoção da auto-estima.

24-Título: PREVENIR É MELHOR QUE REMEDIAR

Proponente: APACE - Associação de Pais, Profissionais e Amigos de Crianças Especiais

Resumo: Disseminação de informações sobre o autismo para a sociedade e capacitação de profissionais que atuam no Programa Saúde da Família, para efetivarem o diagnóstico precoce nos dois primeiros anos de vida, nos municípios de Macaíba, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Alto do Rodrigues.

SERGIPE

25-Título: PROJETO SOCIAL POUSO SEGURO DA CRIANÇA - UM PROJETO EDUCATIVO E DE CAPACITAÇÃO

Proponente: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO

Resumo: Qualificação e capacitação de 300 crianças e adolescentes do bairro Santa Maria, região circunvizinha ao aeroporto de Sergipe, ao fomentar aptidões e proporcionar realização profissional, através de atividades desportivas, curso de

informática básica, oficinas de formação musical e profissionalização em recepção de turismo para jovens de 16 a 21 anos.

NORTE

ACRE

26-Título: PROMOVEDO OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DE JOVENS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - ACRE

Proponente: Prefeitura Municipal de Rio Branco

Resumo: O projeto busca a redução dos índices de gravidez na adolescência, entre jovens de 10 a 19 anos de Rio Branco, através de ações educativas com foco no desenvolvimento do protagonismo juvenil, no enfrentamento à gravidez precoce e no envolvimento das famílias.

AMAPÁ

27-Título: MODA E CULTURA AFRO BARAKA

Proponente: Associação da Companhia de Dança Afro Baraka

Resumo: Capacitação para atividades profissionais do campo da moda, com vista ao desenvolvimento de uma etiqueta Afro Baraka, responsável pela criação e confecção de roupas para espetáculos culturais, para uso próprio e para demais demandas artísticas e culturais do Estado do Amapá.

AMAZONAS

28-Título: ACORDOS DE PESCA E MONITORAMENTO DOS LAGOS DE VÁRZEA

DO MÉDIO AMAZONAS: ALTERNATIVAS PARA MANUTENÇÃO E AUMENTO DA GERAÇÃO DE RENDA PARA POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DA VÁRZEA

Proponente: Preservação do Meio Ambiente

Resumo: O projeto busca estabelecer bases técnica, científica e política para a conservação e o manejo ambiental e socialmente sustentável dos recursos naturais das várzeas da região central da bacia amazônica, com ênfase nos recursos pesqueiros, por meio de treinamento e capacitação, promoção de trocas de experiências, monitoramento dos lagos e continuidade da coleta de dados sobre a produção pesqueira.

29-Título: PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA TRABALHADORES DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Proponente: União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL Brasil

Resumo: O objetivo do projeto é formar e capacitar 400 trabalhadores em ferramentas de gestão, 330 em cursos de profissionalização e aperfeiçoamento nas áreas de Design, confecção, agricultura e agroindústria, promovendo sua inclusão e organização produtiva no mercado de trabalho.

30-Título: PROJETO PRÓ-INFÂNCIA DE AMAMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Proponente: Prefeitura Municipal de Benjamin Constant

Resumo: O projeto busca ampliar os índices de amamentação no município de Benjamin Constant e reverter um atual padrão de desmame precoce, além de promover práticas saudáveis de alimentação, contribuindo assim para a melhora nutricional das crianças do município.

PARÁ

31-Título: PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA TRABALHADORES DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Proponente: União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL Brasil

Resumo: O objetivo do projeto é formar e capacitar 400 trabalhadores em ferramentas de gestão, 330 em cursos de profissionalização e aperfeiçoamento nas áreas de Design, confecção, agricultura e agroindústria, promovendo sua inclusão e organização produtiva no mercado de trabalho.

32-Título: PROJETO V'LUZ

Proponente: Fundação Tocaia

Resumo: Promoção de ações de educação e qualificação profissional em famílias de comunidades carentes dos municípios de Altamira, Uruará e Senador José Porfírio, para a garantia da qualidade de vida a crianças e adolescentes em situação de abandono e risco.

RONDÔNIA

33-Título: PROMOÇÃO DE AUTO-SUSTENTABILIDADE ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS DO IGARAPÉ LOURDES - JI-PARANÁ/RO

Proponente: Fundação Ulbra

Resumo: Promoção da auto-sustentabilidade e do acesso aos direitos sociais de 777 indígenas das etnias Gavião e Arara, ao capacitar professores e acadêmicos, através de oficinas, palestras e cursos sobre as técnicas de manejo dos recursos da floresta, extração de óleo e comercialização dos produtos confeccionados.

RORAIMA

34-Título: APOIO À CADEIA PRODUTIVA DA PISCICULTURA DE PEQUENO PORTE PARA AGRICULTORES FAMILIARES DE BAIXA RENDA

Proponente: Agência de Desenvolvimento Sustentável de Rorainópolis – ADLIS

Resumo: Construção de 60 tanques em pequenas propriedades rurais em baixões (fora dos leitos dos igarapés) para abastecimento de água a 60 famílias rurais de baixa renda no município de Rorainópolis e capacitação para a gestão dos empreendimentos.

SUDESTE

ESPÍRITO SANTO

35-Título: PROJETO DE GERAÇÃO DE RENDA ATRAVÉS DA AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS DE AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL

Proponente: Fundação Luterana Sementes

Resumo: O projeto busca ampliar e articular a capacitação das famílias de 300 agricultores que substituem o sistema de produção convencional pelo agroecológico, sobre temas como o uso sustentável da água, o manejo de sistemas agroecológicos e certificação, mecanismos e logística de comercialização de produtos desenvolvidos por esse modo de produção, além de sistematizar e publicar experiências acumuladas de agroecologia e uso sustentável da água.

MINAS GERAIS

36-Título: FORMAÇÃO DE JOVENS ASSENTADOS EM AGROECOLOGIA, GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Proponente: Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais

Resumo: O projeto busca capacitar 156 jovens agricultores de assentamentos rurais do estado de Minas Gerais e gerar renda a partir de práticas auto-sustentáveis na produção, comercialização solidária e auto-gestão.

37-Título: PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA TRABALHADORES DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Proponente: União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL Brasil

Resumo: O objetivo do projeto é formar e capacitar 400 trabalhadores em ferramentas de gestão, 330 em cursos de profissionalização e aperfeiçoamento nas áreas de Design, confecção, agricultura e agroindústria, promovendo sua inclusão e organização produtiva no mercado de trabalho.

38-Título: PROJETO AÇÃO, LIXO E CIDADANIA: UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA E DIGNIDADE

Proponente: Associação Ambiental Casamundo

Resumo: Promoção da reciclagem do lixo produzido em Juiz de Fora, contribuindo para a redução da pobreza e do impacto ambiental, através da inserção formal no mercado de trabalho de 20 catadores, da implantação e execução da campanha "Doe o seu lixo" e da melhoria das condições de moradia, saúde e educação dos catadores e de suas famílias.

39-Título: PROJETO BOM PASTOR CRIANDO OPORTUNIDADES PARA UM BAIRO MELHOR

Proponente: Projeto Bom Pastor

Resumo: Promoção da inclusão social de crianças, adolescentes, jovens, mães e idosos de baixa renda e em situação de risco social, que residentes no aglomerado São João, através de processos educativos voltados à qualificação para o trabalho, ao desenvolvimento do potencial lúdico e artístico e à formação cultural com base em princípios de solidariedade, cooperação e na busca pela cidadania.

RIO DE JANEIRO

40-Título: CASA DAS CRIANÇAS RIO AZUL

Proponente: Instituição Márgenes Y Vínculos Brasil

Resumo: O projeto busca contribuir para o bem-estar e a defesa dos direitos da infância, ao realizar ações interdisciplinares para reduzir os casos de violência intrafamiliar contra a criança. Pretende também revelar e prevenir situações de maus tratos contra a criança assistida e estabelecer situações de intercâmbio, além de coordenar e sensibilizar profissionais que direta ou indiretamente se relacionem com a infância

41-Título: DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE DE BENEFICIAMENTO DE PESCADO EM MACAÉ

Proponente: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: A proposta do projeto é incubar empreendimento solidário na atividade de beneficiamento de pescado no município de Macaé, ao promover a formação de agentes sociais e solidários comprometidos com o desenvolvimento sustentável, além de desenvolver competências em auto-gestão dos trabalhadores e realizar estudo de viabilidade técnica, econômica, ambiental e social para o empreendimento econômico e social.

42-Título: "PRODUÇÃO ORGÂNICA DE ALIMENTOS" CAPACITAÇÃO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO MEIO RURAL

Proponente: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo: Fomento à produção de alimentos orgânicos de maneira economicamente viável e ecologicamente sustentável por meio da transferência de tecnologias adequadas e do estímulo à promoção de recursos para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, além de incentivar o protagonismo local das famílias rurais envolvidas no projeto.

43-Título: PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA TRABALHADORES DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Proponente: União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL Brasil

Resumo: O objetivo do projeto é formar e capacitar 400 trabalhadores em ferramentas de gestão, 330 em cursos de profissionalização e aperfeiçoamento nas áreas de Design, confecção, agricultura e agroindústria, promovendo sua inclusão e organização produtiva no mercado de trabalho.

SÃO PAULO

44-Título: CENTRO COOPERATIVO DE PRODUÇÃO ARTESANAL

Proponente: Universidade Estadual de Campinas

Resumo: O projeto busca a obtenção e a organização de um Centro Cooperativo de Produção Artesanal, proporcionando através da autogestão a inclusão de 110 trabalhadores, através da formação de uma rede com a articulação de grupos formados por jovens em situação de risco, moradores de áreas carentes, portadores de HIV/AIDS e profissionais do sexo.

45-Título: PADARIA DO POVO

Proponente: Comunidade Educacional de Base Sítio Pinheirinho – CEBASP

Resumo: Implementação de cooperativa de confeitaria, panificação e salgados, como garantia de alternativa de empregabilidade e geração de renda a 112 jovens envolvidos diretamente. A iniciativa visa gerar oportunidades para o exercício da cidadania, além de incentivar e promover transformações comportamentais nos jovens participantes do projeto.

46-Título: PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA TRABALHADORES DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Proponente: União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL Brasil

Resumo: O objetivo do projeto é formar e capacitar 400 trabalhadores em ferramentas de gestão, 330 em cursos de profissionalização e aperfeiçoamento nas áreas de Design, confecção, agricultura e agroindústria, promovendo sua inclusão e organização produtiva no mercado de trabalho.

47-Título: RECICLANDO VIDAS: INCLUSÃO SOCIAL, GERAÇÃO DE RENDA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Proponente: Cooperyara - Cooperativa dos trabalhadores profissionais em serviços de lixo de Barueri e Região

Resumo: O projeto busca a reeducação comunitária quanto a questões como lixo, economia de energia e saúde preventiva, além de gerar renda e promover Direitos humanos com cultura e lazer. Visa também a melhoria da cooperativa, inclusive com a formação de rede solidária de cooperativismo na região.

SUL

REGIONAL

48-Título: CAMPANHA PARANAENSE DE MOBILIZAÇÃO PARA ELIMINAÇÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL INFANTO-JUVENIL RIBEIRINHAS CARENTES NO RIO MAPUÁ

Instituição: Ciranda - Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência

Estado: PR, RS, SC

Resumo: Prevê a extensão da articulação, sensibilização e orientação de cinco setores da sociedade para construção de ações conjuntas contra a problemática da exploração sexual de crianças na região da tríplex fronteira. Está prevista a realização de sete oficinas com diferentes regiões do estado e a produção de 5.000 cartilhas. O

impacto social previsto visa aumentar o grau de informação da sociedade sobre a realidade infanto-juvenil.

PARANÁ

49-Título: PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA TRABALHADORES DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Proponente: União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL Brasil

Resumo: O objetivo do projeto é formar e capacitar 400 trabalhadores em ferramentas de gestão, 330 em cursos de profissionalização e aperfeiçoamento nas áreas de Design, confecção, agricultura e agroindústria, promovendo sua inclusão e organização produtiva no mercado de trabalho.

RIO GRANDE DO SUL

50-Título: CIDADE PARA VIVER

Proponente: Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas

Resumo: Desenvolvimento de ações de geração de trabalho e renda, com resgate da dignidade com inclusão social e qualidade de vida, voltadas a famílias do município de Getúlio Vargas, principalmente as mães chefes de família. O projeto visa a implantação da coleta seletiva, construção e equipamento de pavilhão para desenvolver o trabalho da Associação Getuliense dos Amigos da Vida, além da formação, qualificação e alfabetização dos catadores.

51-Título: PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA TRABALHADORES DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Proponente: União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL Brasil

Resumo: O objetivo do projeto é formar e capacitar 400 trabalhadores em ferramentas de gestão, 330 em cursos de profissionalização e aperfeiçoamento nas áreas de Design, confecção, agricultura e agroindústria, promovendo sua inclusão e organização produtiva no mercado de trabalho.

SANTA CATARINA

52-Título: ALINHAVANDO CIDADANIA - O COOPERATIVISMO COMO UMA FORMA DE ENFRENTAMENTO À POBREZA

Instituição: Secretaria Municipal de Assistência Social

Resumo: Este projeto tem por objetivo organizar mulheres do programa Alinhando Cidadania, em uma cooperativa de produção e comercialização de artesanato no município de Blumenau. Gênero, desenvolvendo ações voltadas para o programa Alinhando Cidadania. A meta é a formação de uma cooperativa com 100 participantes da capacitação. A sua implantação será feita a partir dos 18 grupos que desenvolvem atividade artesanal e se consolidará a partir de um empreendimento de economia solidária que concentrará todas as iniciativas voltadas a produção artesanal, por meio de uma cooperativa central. A metodologia prevê a capacitação profissional, constituição e legalização da cooperativa e o oferecimento de assessoria técnica.

53-Título: PROGRAMA PEQUENO CIDADÃO

Proponente: Ação Social Paroquial São João

Resumo: Capacitação para o mercado de trabalho de 120 jovens de Itajaí a cada ano, com o desenvolvimento da auto-estima e aumento do nível de escolaridade, visando inserir participantes do programa no mercado de trabalho.

54-Título: PROGRAMA SÓCIO EDUCATIVO "CONSTRUINDO CIDADANIA"

Proponente: Prefeitura Municipal de Passos Maia

Resumo: O Programa tem como objetivo o atendimento direto a 90 crianças e adolescentes do município de Passos Maia através de atividades como artes plásticas, teatro, música e promoção da cidadania, e de acompanhamento escolar e oficinas profissionalizantes para adolescentes. Espera-se uma melhor capacitação dos adolescentes com geração de renda para suas famílias.

55-Título: PROJETO HORTA ORGÂNICA COOPERANTI

Proponente: Instituto Consulado da Mulher

Resumo: Implantação de horta orgânica e desenvolvimento de uma cooperativa de 20 mulheres, para a geração de trabalho e renda e desenvolvimento do cooperativismo e economia solidária na comunidade, através de educação e formação continuada em cooperativismo, legalização da cooperativa, capacitação para a gestão e atividade econômica e implantação de recursos produtivos.

ANO DE 2006

NORTE

ACRE

1-Construindo o Futuro: Profissionalização dos Adolescentes sob Medida Socioeducativa

Secretaria do Local de Cidadania e Assistência Social – Secias

Profissionalização de 295 adolescentes sob medida socioeducativa de semiliberdade, internação e liberdade assistida, inserindo pelo menos 70% deles no mercado de trabalho.

AMAPÁ

2-Fábrica de Móveis e Artefatos em Madeira

Cooperativa de Artefatos Naturais do Rio das Castanhas

Manejo de insumos da floresta de forma sustentável, combinando educação, produção e

mercado, gerando trabalho e renda para 30 jovens.

3-Criação de Frango Caipirão

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória do Jarí

Criação de frango da raça caipirão com uso de melhoramento da raça com produtos da floresta, elevando o padrão de vida e gerando renda e alimento na propriedade de 32 produtores rurais de 12 comunidades, por meio da implantação de um painel em 32 lotes de 300 frangos.

4-“Pérolas do Jarí” – Artesanato Confeccionado com Sementes, Fibras Naturais e Adornos Decorativos

Associação de Mães Artesãs do Vale do Jari – Amarte

Geração de trabalho e renda para 40 mulheres, por meio de capacitação e ampliação da estrutura física, garantindo a conservação dos recursos naturais e combinando processos educativos com qualificados e o mercado de trabalho.

AMAZONAS

5-Fortalecimento da Piscicultura Comunitária no Lago do Sant’Ana

Associação dos Moradores do Sant’Ana – Amos

Implantação da piscicultura comunitária no Lago do Sant’Ana com a criação de tambaqui curumim em tanques-rede, como alternativa de trabalho e renda aos moradores da comunidade Sant’Ana.

PARÁ

6-Geração de Renda em Comunidades Remanescentes de Quilombos dos Municípios de Cameta, Mocajuba e Moju: Construindo Mercado Justo para o Baixo Tocantins

Aldeia Guaimiaba

Manutenção de postos de trabalho existentes na produção de açaí e mandioca, através de maior remuneração do trabalho entre jovens e adultos afro-descendentes de comunidades quilombolas no Pará.

7-“Pérolas do Jari” – Artesanato Confeccionado com Sementes, Fibras Naturais e Adornos Decorativos

Associação de Mães Artesãs do Vale do Jari – Amarte

Geração de trabalho e renda para 40 mulheres, por meio de capacitação e ampliação da estrutura física, garantindo a conservação dos recursos naturais e combinando processos educativos com qualificados e o mercado de trabalho.

8-Radionovela Educativa em Defesa do Direito da Criança e do Adolescente
Centro Artístico Belém Amazônia

Difusão de cultura de enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente, por meio de vivências de formação, produção e multiplicação da tecnologia social certificada de radionovelas educativas na região metropolitana de Belém.

RONDÔNIA

9-Devolução do Futuro

Associação dos Pequenos Agricultores de Rondônia

Implantação de microindústrias de beneficiamento de produtos rurais (frutas, cana-de-açúcar, mandioca, etc.) com a aquisição de equipamentos para 170 famílias camponesas.

10-Projeto Catador(a) – Agente Ambiental (Projeto de Apoio de Catadores de Materiais Recicláveis de Rua de Porto Velho)

Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Porto Velho

Implantação de equipamentos necessários ao funcionamento da Asprovel e promoção da autonomia e melhoria das condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

RORAIMA

11-Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Ovinocultura em Rorainópolis

Central das Organizações de Pequenos Produtores Rurais do Município de Rorainópolis – Coper

Desenvolvimento da cadeia produtiva da ovinocultura por 40 famílias rurais e redução do desmatamento da floresta amazônica.

TOCANTINS

12-Reunindo Sonhos e Adoçando Esperanças com Açúcar Mascavo, Melado e Rapadura

Associação dos Micros e Pequenos Produtores do Assentamento Santa Tereza

Consolidação e fortalecimento da capacidade produtiva de 20 famílias assentadas da reforma agrária, com a prática da agricultura de subsistência numa agricultura familiar “empresarial”, para fabricar açúcar mascavo, rapadura e melado.

13-Segurança Alimentar e Geração de Emprego e Renda como Resgate da Cidadania e Dignidade Humana

Associação Estadual de Cooperação Agrícola

Implantação de sistemas de produção orgânica de avicultura, horticultura e suinocultura e capacitação em produção de artesanato para 120 pessoas.

NORDESTE

ALAGOAS

14-Projeto Sarepta

Associação das Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus

Reorganização e ampliação da indústria da Coopeagro, tornando-a ponto regional de compra

por meio da venda dos produtos do campo, respeitando a natureza na agricultura familiar.

15-Projeto Capacitando Homens, Gerando Matas e Garantindo um Futuro

Organização de Preservação Ambiental

Disponibilização de terra para 50 famílias, para produção agrícola orgânica, e reflorestamento da Mata Atlântica.

BAHIA

16-Capril Solidário: Geração de Trabalho e Renda para Jovens Rurais

Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira – Apaeb

Geração de renda para 160 jovens rurais por meio da capacitação para o manejo da caprinocultura leiteira, gestão econômica da atividade e ampliação da capacidade de processamento de leite.

17-Mãos que Moldam a Transformação

Associação Comunitária de Artesãos de Sítio Santana

Capacitação de artesãos associada à formação em gestão, técnicas de produção artesanal, conservação do meio ambiente e fortalecimento das relações de gênero, na comunidade Sítio Santana, no município de Lamarão.

18-Educação para os Direitos

Juspopuli Escritório de Direitos Humanos

Promoção da educação para a cidadania em Salvador e em municípios do semi-árido baiano, por meio da democratização de informações sobre os direitos humanos e da aplicação da mediação como mecanismo de fortalecimento da democracia e de redução da violência.

19-Manejo de Espécies Nativas das Áreas do Manguezal e do Estuário de Canavieiras e Jaguaribe (Bahia), como Instrumento de Conservação Ambiental e Incremento de Renda para Comunidades Pesqueiras Tradicionais

Pangea – Centro de Estudos Socioambientais

Conservação ambiental por meio da implantação de unidades de manejo produtivo de espécies nativas com valorização dos produtos da atividade pesqueira tradicional voltada à sustentabilidade das comunidades.

20-Marsol–PFZ (Maricultura Familiar Solidária no Baixo Sul Baiano – Petrobras Fome Zero)

Universidade Federal da Bahia

Desenvolvimento de cadeias produtivas de maricultura com bases solidárias, para 30 famílias, capacitando 70 moradores e disseminando conhecimentos do modelo produtivo para outros moradores das comunidades similares na região.

CEARÁ

21-Rede Socioprodutiva de Galinha Caipira

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caucaia

Capacitação de agricultores familiares em técnicas mistas de produção de aves caipiras, economia solidária, segurança alimentar, agroecologia, gestão e comercialização da produção, visando à construção de uma rede socioprodutiva.

22-Projeto Ecovida

Associação dos Trabalhadores Livres do Capelão Mulungu

Produção de alimentos seguros de origem animal e vegetal em conjunto com ações educativas a partir do sistema “mandala”, capacitando 100% dos produtores em áreas agrícolas e nutricionais para o cultivo de hortaliças, fruticultura, alimentação alternativa e associativismo.

23-Edisca – Dança Movimento para a Vida

Escola de Dança e Integração Social para Crianças e Adolescentes

Qualificação técnica, criação, produção e veiculação de espetáculos cênicos dos jovens bailarinos com a vivência e linguagem da dança dos integrantes.

24-Mulheres de Palha

Associação dos Produtores Rurais do Sítio Ingá

Resgate, preservação da identidade do artesanato com palha de carnaúba, com geração de trabalho e renda para o grupo de 15 mulheres da comunidade de Ingá em Alto Santo, no Ceará.

MARANHÃO

25-Agroextrativismo: Alternativa Sustentável e Solidária aos Povos do Cerrado Maranhense

Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – Centru/MA

Construção de modelo de desenvolvimento sustentável e solidário voltado a agricultores familiares das regiões Oeste e Sul do Maranhão, por meio da capacitação e estímulo à produção agroextrativista.

26-Projeto Reciclar a Cidadania

Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia

Formação de cooperativas para a reciclagem de resíduos como alternativa econômica para famílias egressas do sistema escravo.

27-Rede Manguezal: Incubadora de Empreendimentos Solidários de Catadores de Mariscos

Instituto Trabalho Vivo

Incubação de 11 cooperativas e/ou associações, formando uma rede de atividades produtivas de manguezal em três regiões maranhenses (Cururupu, Delta do Parnaíba e Baía dos Tubarões).

PARAÍBA

28-Construindo Cidadania e Gerando Renda para as Mulheres

Centro de Ação Cultural

Constituição de cooperativa para beneficiamento de alimentos com o envolvimento de mulheres chefes de família, entre 27 e 60 anos, visando a sua segurança alimentar e geração de renda.

29-Água no Semi-Árido: Promovendo a Segurança Alimentar, a Inclusão Social dos Jovens e a Geração de Renda no Meio Rural

Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades – Patac

Formação e organização de mais de 400 famílias agricultoras do semi-árido paraibano, com ênfase na inclusão dos jovens, por meio da implementação de 224 experiências de manejo sustentável da água para produção.

PERNAMBUCO

30-Corredor da Farinha

Sociedade Nordestina de Ecologia

Revitalização da cadeia produtiva da mandioca na região da bacia de Tapacurá e Goitá, com o envolvimento de 120 famílias agricultoras de seis municípios pernambucanos

31-Revitalização Socioeconômica e Cultural do Cultivo do Alho na Comunidade Ribeira

Cooperativa dos Profissionais em Atividades Gerais

Capacitação de 26 agricultores na produção de alho em sistemas agroecológicos orgânicos, manejo, higiene da produção, manutenção das máquinas de processamento e estratégias de comercialização e marketing da produção.

32-Inclusão Socioeconômica de Jovens através do Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira

Prefeitura Municipal de Orocó

Desenvolvimento da cadeia produtiva da caprinocultura junto a jovens de comunidades rurais, assentamentos e aldeias indígenas, a fim de promover sua inserção socioeconômica e melhoria da qualidade de vida.

33-Estação Jovem – Artesão Amba: Agente Comunitário de Cidadania e Emprego Social

Agência de Qualificação e Trabalho para Organizações Associativas

Comercialização de artefatos para o mercado de ambientação de artesanato por meio da organização de jovens na produção de artefatos Âmbar.

PIAUÍ

34-Projeto Farinhada

Associação de Moradores do Povoado Boqueirão

Promoção do associativismo e capacitação para o cultivo, colheita e comercialização de milho, mandioca e derivados entre moradores da região.

35-Projeto Vida e Dignidade no Sertão do Piauí

Cáritas Diocesana da Diocese de São Raimundo Nonato

Desenvolvimento de ações de formação, geração de renda apropriada, gestão associativa e segurança alimentar junto a 167 famílias do semi-árido piauiense.

RIO GRANDE DO NORTE

36-Projeto de Capacitação e Qualificação Profissional para Jovens do Território Sertão do Apodi/RN

Centro de Assessoria às Comunidades Rurais e Urbanas

Qualificação de jovens de comunidades e assentamentos rurais em gestão e manejo de água na agricultura familiar em região semi-árida, além de construção de barragens subterrâneas e produção agroecológica.

37-Projeto de Agroindústria de Beneficiamento da Mandioca

Centro de Estudos, Pesquisas e Ação Cidadã – Cepac

Promoção do desenvolvimento econômico e sustentável da comunidade quilombola de Capoeiras a partir da implantação de uma agroindústria de beneficiamento da mandioca.

38-Projeto Cultivando a Cidadania

Centro de Documentação e Comunicação Popular – Cecop

Produção de hortaliças, comercialização de ovos caipiras e criação de animais de pequeno porte por 50 jovens e adultos em processos produtivos dentro da concepção de agroecologia.

SERGIPE

39-Capacitação de Jovens Agricultores de 18 a 25 Anos Enquadrados no Pronaf Jovem, do Território Centro-Sul do Estado de Sergipe

Instituto de Cooperação para o Desenvolvimento Rural Sustentável

Qualificação profissional de jovens em 14 municípios com 120 horas/aula e desenvolvimento educacional, conscientizando sobre o papel do técnico agrícola como produtor.

40-Surdo Sim – Sustentabilidade e Integração ao Mundo

Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe

Inclusão escolar para 60 crianças, adolescentes e jovens surdos por meio da educação infantil,

ensino fundamental e ensino de línguas (Libras – Português).

CENTRO-OESTE

MATO GROSSO

41-Kani: Sustentabilidade e Geração de Renda na Extração do Pequi em Área Indígena Paresí

Associação Halitinã

Promoção do uso racional e sustentável do pequi na área indígena Paresí, envolvendo a capacitação em coleta, armazenamento, processamento e comercialização em rede de consumo solidário com base na geração de trabalho e renda.

MATO GROSSO DO SUL

42-Consad em Ação

Consad Iguatemi

Organização, implantação e definição de estratégias de sustentabilidade a oito empreendimentos socioprodutivos, voltadas a famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio da implantação de panificadora e de malharias.

GOIÁS

43-Fruticultura Sustentável no Cerrado Goiano

Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga

Implantação de fruticultura sustentável e de agroindústria de processamento de frutas, além da capacitação profissional de jovens e adultos que trabalham na agricultura familiar, no município de Itapuranga.

DISTRITO FEDERAL

44-Espaço de Arte e saúde PositHIVa

Associação Brasileira de Combate à Aids – Grupo Arco-Íris

Capacitação de cem artesãos e dez grupos de produção e geração de renda, visando à melhoria das condições físicas e da saúde de pessoas que vivem e convivem com o vírus HIV/Aids.

SUDESTE

ESPÍRITO SANTO

45-Geração de Emprego e Renda e Segurança Alimentar em Assentamentos do Programa Federal de Reforma Agrária, com Produção de Alimentos Agroecológicos

Centro Integrado de Desenvolvimento dos Assentados e Pequenos Agricultores do Espírito Santo

Produção agropecuária de 490 famílias envolvidas na melhoria da qualidade da segurança alimentar e nutricional.

MINAS GERAIS

46-Semear no Jequitinhonha

Associação de Promoção ao Lavrador e Assistência ao Menor de Turmalina

Capacitação de 105 famílias do município de Turmalina em organização comunitária e alimentação adequada, avicultura, horticultura e manejo do solo, além da implantação de criatórios de aves no sistema caipira e de roças comunitárias.

47-Asmugra Confeções

Associação das Mulheres de Granada – Asmugra

Abertura de uma confecção para capacitar e qualificar mulheres jovens e adultas, oferecendo trabalho para famílias de baixa renda com a criação de oficinas teóricas e práticas de corte e costura.

48-Tecendo uma Rede de Cidadania

Centro Recreação de Atendimento e Defesa da Criança e Adolescente

Capacitação de jovens na área dos direitos humanos para se tornarem agentes multiplicadores do Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

49-Fortalecimento da Produção Agrícola Familiar na Região do Semi-Árido Mineiro, Utilizando Alternativas de Convivência com o Semi-Árido, através da Organização de Grupos e Agroindustrialização

Associação Estadual de Cooperação Agrícola de Minas Gerais

Produção agrícola de cana, mandioca e frutas do cerrado em áreas de assentamento de agricultura familiar do semi-árido do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais.

50-Galpão Cidadão: Potencializando Jovens e Adultos para o Emprego, Renda e Cidadania na Horticultura Familiar e Informática Básica

Universidade Federal de Lavras

Cultivo orgânico de hortaliças para a horticultura familiar e utilização de programas básicos de montagem de microcomputadores para 120 jovens e adultos.

RIO DE JANEIRO

51-Transformando o Futuro

Secretaria Municipal de Promoção Social da Prefeitura Municipal de Mendes (RJ)

Inclusão social de jovens de 18 a 24 anos do município de Mendes e sua inserção no mercado de trabalho, por meio da instalação de uma padaria comunitária, qualificação em panificação e doceria, organização e comercialização dos produtos.

52-Além das Fronteiras

Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro

Educação e qualificação profissional de 450 adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade social por meio de ações de orientação para o trabalho, desenvolvimento de competências pessoais e formação de lideranças comunitárias, em oito pólos do município do Rio de Janeiro.

53-Escola Audiovisual Nós do Cinema

Nós do Cinema

Capacitação técnica em audiovisual voltada a jovens e adultos do município de São Gonçalo para a elaboração de produtos artístico-culturais que motivem a reflexão social e promoção da cidadania.

54-Lugar de Palavra – Tratamento Psicoterapêutico para Crianças, Adolescentes e Autores de Agressão em Situações de Violência Doméstica e Risco Social e Trabalho de Capacitação Continuada para os Profissionais da Rede Municipal de Nova Iguaçu

Núcleo de Atenção à Violência

Desenvolvimento de ações, no município de Nova Iguaçu, junto a crianças, adolescentes e adultos de baixa renda, na prevenção e combate à violência doméstica, com foco nas vítimas e nos agressores.

55-Coosturart em Ação

Cooperativa de Costura Artesanal

Ampliação e reorganização da Cooperativa de Costura Artesanal, no município do Rio de Janeiro, com a capacitação de 60 mulheres artesãs cooperadas e profissionais.

56-Um Lar para Todos

Associação Civil Quintal da Casa da Ana

Atendimento a crianças e adolescentes de Niterói, institucionalizados em abrigos ou em situação de risco social, e suas famílias, por meio de avaliação psicossocial e acompanhamento para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

57-Crescer e Avançar – uma Proposta de Desenvolvimento e Geração de Renda no Assentamento Rural Prefeito Celso Daniel

Associação Produtores Rurais do Assentamento Prefeito Celso Daniel

Capacitação de 230 assentados adultos na produção de alimentos com melhores técnicas para o comércio no Grande Rio e adjacências da Região dos Lagos.

SÃO PAULO

58-Cultura para Todos os Especiais

Associação de Familiares e Amigos da Saúde Mental de Itu – Fasam

Desenvolvimento de oficinas de cidadania, música, dança para crianças em vulnerabilidade social e pessoas com deficiência, buscando a interação com a comunidade e integração com o mercado de trabalho.

59-Jardineiros Especiais – Capacitação Profissional de Jovens com Deficiência Intelectual

Sociedade Pestalozzi de São Paulo

Promoção da inclusão no mercado de trabalho de 16 jovens com deficiência intelectual para a implantação de um novo modelo de colocação no mercado de trabalho, na modalidade do emprego apoiado.

60-Fortalecimento da Rede de Comercialização dos Grupos de Catadores(as) dos Cinco Municípios do ABC

Instituto GEA – Ética e Meio Ambiente

Desenvolvimento de ações para a melhoria das condições de trabalho e renda dos catadores de materiais recicláveis nas cidades do ABC, por meio do cooperativismo e da economia solidária.

61-Reutilizando Materiais e Reciclando Idéias

Associação Elementos da Natureza

Desenvolvimento de empreendimento solidário e sustentável para produção e comercialização de artefatos de material reutilizado, além da promoção da conscientização da população e da coleta de material reciclável.

62-Consolidação da Cooperativa de Trabalho dos Catadores da Área de Materiais Recicláveis de Guarulhos Coop-Recicláveis

Prefeitura Municipal de Guarulhos

Consolidação do programa de coleta seletiva solidária com o fortalecimento da Cooperativa de Catadores da Área de Materiais Recicláveis de Guarulhos e ampliação do número de catadores e de centrais de triagem.

63-Cultivo em Estufa

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Artur Nogueira – Apae

Capacitação de 35 jovens e adultos nas técnicas de cultivo em estufa, comercialização dos produtos e melhoria da alimentação oferecida aos 91 alunos da Apae.

64-A violência sob a perspectiva de gênero: a mulher como indutora da mudança no cotidiano

Instituto Terra Trabalho e Cidadania

Prevenção da violência e da prática da desigualdade de gênero mediante políticas de gênero no interior do sistema carcerário e de propostas educativas para as encarceradas e agentes penitenciárias, melhorando as relações entre as presas e suas famílias.

65-Abelhas, Agrofloresta e Gente

Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis

Criação de abelhas nativas e integração da apicultura aos sistemas agroflorestais conduzidos por 72 famílias da Coopefloresta.

SUL

PARANÁ

66-Cozinha e Panifício Comunitário Familiar Rural

Associação Comunitária Rural Santa Terezinha

Produção de alimentos para subsistência e comercialização, voltada à melhoria da alimentação em assentamentos da reforma agrária e à geração de emprego e renda no município de Goixim.

67-Projeto Tempo de Brincar e Aprender

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – APMI

Realização de oficinas de esporte e cultura e de apoio escolar para a melhoria do rendimento e da frequência escolar de crianças, adolescentes, jovens em situação de risco social, além de despertar o interesse e a sensibilidade artística e promover a integração e o fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

68-A Inserção da Agroecologia no Projeto Político-Pedagógico da Escola Rural e Municipal Chico Mendes

Associação de Pais e Mestres da Escola Rural e Municipal Chico Mendes

Capacitação e experimentação prática em agroecologia com um público de 300 participantes na formação de monitores para o desenvolvimento destas práticas em suas comunidades.

69-Energias Renováveis: Desenvolvendo para o Futuro

Associação de Integração dos Trabalhadores da Cidade e do Campo

Mudança da base tecnológica usada por 150 agricultores familiares, buscando a sustentabilidade econômica, social e ambiental por meio da produção de oleaginosas, bovinos e suínos no sistema agroecológico e autogestão com vistas à recuperação dos agroecossistemas.

SANTA CATARINA

70-Projeto de Organização Comunitária e Qualificação Profissional para o Artesanato de Lã de Ovelha no Planalto Catarinense

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.

Fortalecimento do pólo de desenvolvimento do artesanato de lã de ovelha, por meio da capacitação de 95 mulheres e jovens rurais de baixa renda do Planalto Catarinense.

71-Alternativa de Renda as Pequenas Propriedades Rurais por meio da Valorização do Trabalho da Mulher

Associação dos Funcionários da Coperio – Afucoper

Comercialização dos produtos manuais elaborados por 350 mulheres agricultoras de pequenas propriedades rurais da área de abrangência da Coperio, por meio da economia solidária e da agricultura familiar.

72-Programa das Medidas Socioeducativas – Resgate e Cidadania

Fitur – Prefeitura Municipal de Itajaí

Orientação do adolescente autor de ato infracional na formação da cidadania, possibilitando a construção de um projeto de vida com seu retorno à escola e profissionalização.

73-Viabilidade e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários no Setor Têxtil de Santa Catarina

Cooperativa Mista Solidária de Trabalhadores em Confecção e Artesanato Trabalhos Manuais de Chapecó

Produção de vestuário e confecções a partir da aquisição de equipamentos, insumos e infra-estrutura, fortalecendo a cadeia produtiva do algodão agroecológico.

RIO GRANDE DO SUL

74-Artesanato Mbyá-Guarani: um Programa de Índio

Instituto de Estudos Culturais e Ambientais / Instituto de Estudos da Cultura

Organização e qualificação de cerca de 300 artesãos indígenas mbyá-guarani, com foco na sustentabilidade socioeconômica das comunidades, por meio da geração de renda com a comercialização dos produtos artesanais.

75-Desenvolvimento Sustentável – Coleta Seletiva de Lixo

Prefeitura Municipal de Esteio

Organização e formação de uma associação de catadores, para participação de um sistema de comercialização de matéria reciclada com a ajuda da associação Arca na venda e partilha dos lucros.

76-Rede Viva Charqueadas

Prefeitura Municipal de Charqueadas

Viabilização e qualificação da produção agrícola e formação técnica e gerencial dos beneficiários

para a adoção de uma matriz produtiva de menor impacto ao capital humano e ambiental.

ANO DE 2007

27,5 milhões investidos em 72 projetos selecionados

NORTE

Acre

1-Caminhos da Floresta: agroecologia e cultura - Reserva Extrativista Chico Mendes, Assis Brasil

Propõe a criação de um espaço agroecológico que incentive o uso, a produção e a comercialização de produtos orgânicos, beneficiando cerca de 310 pessoas de 10 comunidades extrativistas.

- **Instituição: Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes – Amopreab.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

AMAPÁ

2-Construindo Qualificação Profissional para (Re)inserção de Apenados no Mercado de Trabalho

Tem como foco a profissionalização de 600 carcerários, sendo 69 mulheres, do Instituto Penitenciário (Iapen-AP), promovendo sua reinserção na sociedade e no mercado de trabalho.

- **Instituição: Caixa Escolar São José.**
- *Educação para a Qualificação Profissional*

3-Aprendendo e Ensinando a Viver

Desenvolve atividades educativas, culturais, esportivas e de lazer para fortalecer a política de proteção integral e garantia de direitos de crianças e adolescentes. O projeto pretende atender diretamente 100 crianças, 100 adolescentes e 180 famílias, a maioria oriunda das ilhas presentes no estuário do rio Amazonas.

- **Instituição: Associação Amapaense Aprendendo e Ensinando a Viver – Ameviver**
- *Garantia dos Direitos*

Amazonas

4-Avive - Projeto Comunitário de Produção Sustentável de Óleos Vegetais Aromáticos e Medicinais e Produtos afins

Tem a extração de óleos essenciais e produtos afins como atividade econômica alternativa sustentável de baixo impacto ambiental, envolvendo 43 sócias mulheres e populações ribeirinhas locais.

- **Instituição: Associação Vida Verde da Amazônia.**
- *Geração de Renda e Oportunidade*

Pará

5-Curauá - fibra do desenvolvimento

Promove a cadeia de produção de curauá, cuja fibra destina-se à indústria automobilística e à produção artesanal, com participação de 50 famílias tradicionais da região do Lago Grande de Curuaí, em Santarém.

Rondônia

6-Pesca Sustentável no Rio Jaci - Paraná em Rondônia - Criação de Peixes em Tanques-Redes

Propõe a atividade de criação de peixes tambaqui em tanques-redes como alternativa de produção sustentável ao processo de crescimento econômico desordenado e a conseqüente degradação sócio-ambiental da região. O projeto envolve diretamente 30 famílias de pescadores e, indiretamente, toda a comunidade.

- **Instituição: Instituto Madeira Vivo - IMV**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

7-SEMEANDO -- Inclusão, integração, cidadania e oportunidade de trabalho de jovens indígenas

Pretende tornar rentável o trabalho de produção de essências florestais realizado por 310 jovens indígenas da terra Eru Eu Wau Wau, treinar 100 jovens na coleta de sementes e estruturar o sistema de armazenamento da colheita.

- **Instituição: Instituto Índia-Amazônia.**
- *Geração de Ren*

Roraima

8-Educando para o Trabalho

Oferece qualificação profissional a 300 jovens em situação de risco social e sem capacitação para o mercado de trabalho, com formação nas funções auxiliar administrativo, recepcionista, secretário(a) e vendedor.

- **Instituição: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac**
- *Educação para*

Tocantins

9-Projeto Babaçu

Promove o desenvolvimento social e econômico de famílias trabalhadoras rurais por meio do fortalecimento da cadeia extrativista do coco babaçu, com a ampliação da produção e a melhoria da qualidade dos subprodutos, atendendo 810 mulheres em situação de vulnerabilidade sócio-econômica.

- **Instituição: Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio -Asmubip**

NORDESTE

Alagoas

10-Implantação da apicultura (Apis Melífera) em sistema agroecológico sustentável

Propõe a implantação da apicultura em 13 assentamentos, incluindo a realização de cursos de capacitação, a comercialização e a instalação de 60 colméias e casas de processamento de mel em cada um deles, atendendo 390 pessoas.

- **Instituição: Instituto Naturagro.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

11-Criança Integrada - Educação, Cultura e Esporte

Desenvolve atividades de educação complementar em tempo integral como natação, atletismo, ciclismo e oficina de leitura, além de formação em Tecnologia da Informação, para 200 crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza, buscando reduzir a evasão escolar e a repetência e melhorar o desempenho dos estudantes.

- **Instituição: Centro Espírita O Consolador**
- *Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

Bahia

12-Rede da Terra: geração de renda para mulheres da agricultura familiar de Feira de Santana

Propõe a integração das comunidades rurais para a construção de uma rede solidária na cadeia de fruticultura, por meio de organização da produção e comercialização, assessoria técnica e qualificação profissional dos envolvidos, beneficiando 120 agricultores familiares.

- **Instituição: Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Feira de Santana – Apaeb**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

13-Recrindo e Criando Lendas e Mitos

Propõe ampliar a jornada escolar de 300 alunos da zona rural do semi-árido baiano e inserir ações ludo-culturais nos espaços comunitários, incentivando a leitura e a escrita e promovendo atividades culturais com o objetivo de melhorar o desempenho escolar dos estudantes e fortalecer a auto-estima individual e coletiva, beneficiando um total de cerca de 450 pessoas de todas as idades, entre alunos, professores, familiares e moradores da região sisaleira de Santa Luz.

- **Instituição: Instituto Maria Quitéria – IMAQ**
- *Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

14-Umbuzeiro: Escola Sustentável do Semi-Árido

Oferecerá capacitação a 48 agricultores que irão atuar em 65 comunidades dos municípios de Umburamas, Ouro-lândia, Morro do Chapéu e Cafarnaum, junto a 750 famílias rurais, promovendo o desenvolvimento rural por meio do auxílio na definição da tecnologia social mais adequada para a convivência com o semi-árido em cada local.

- **Instituição: Instituto de Permacultura da Bahia.**
- *Educação para a Qualificação Profissional*

15-Comunicação pelos Direitos na Região Sisaleira

Capacita jovens comunicadores de 10 municípios, promovendo sua qualificação profissional para atuarem nos espaços de comunicação comunitários.

- **Instituição: Movimento de Organização Comunitária – MOC**
- *Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

Ceará

16-Projetos de Apoio à Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar

Oferece capacitação em processos de gestão de empreendimentos familiares e estimula a criação de grupos de consumo. A perspectiva é de formar 25 técnicos e 250 produtores, beneficiando um total de 580 produtores e suas famílias.

- **Instituição: Instituto Agropolos do Ceará.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

17-Agricultoras Cultivando o Futuro

Prevê a implantação de unidades agrícolas sustentáveis de produção de hortaliças, frutas e plantas medicinais e formar 20 produtoras em agroecologia e comercialização, com o objetivo de inserir no mercado as agricultoras do assentamento 24 de Abril.

- **Instituição: Associação dos Assentados do Assentamento 24 de Abril.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

18-Frutos dos Quintais - uma experiência de agroecologia urbana em quintais produtivos

Oferece qualificação em agroecologia urbana a 90 mulheres e chefes de família de baixa renda para transformarem quintais em locais de plantio de ervas, hortaliças, árvores frutíferas e ornamentais.

- **Instituição: Centro de Capacitação e Assessoria da Mulher - Elo Feminis.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

19-Bairro Escola de Trabalho

Propõe a criação de um espaço educacional voltado para o desenvolvimento das vocações locais e a realização de atividades de ensino e capacitação profissional, pesquisa e incubação de novos negócios, atendendo 120 jovens em situação de risco social, entre negros, homossexuais e deficientes físicos, com idade entre 19 e 28 anos, sendo 60% do sexo feminino.

- **Instituição: Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária**
- *Educação para a Qualificação Profissional*

20-Laboratórios de Comunicação Educativa e Cidadania nas Escolas Públicas

Prevê a criação de Laboratórios de Comunicação e a capacitação de 120 adolescentes com idades entre 15 e 19 anos como arte-educadores, em quatro escolas públicas de ensinos fundamental e médio localizadas em bairros com baixos índices de desenvolvimento humano e elevado risco social, promovendo a melhoria do desempenho escolar dos estudantes e envolvendo um total de 160 pessoas, entre professores, gestores das escolas, alunos e familiares.

- **Instituição: Associação Encine.**
- *Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

Maranhão

21-Picadeiro da Cidadania

Oferece atividades complementares como prática esportiva, leitura, raciocínio lógico, escrita, palestras sobre DSTs, teatro, dança e artes visuais, durante o

contra turno escolar, para a formação de jovens cidadãos. Participam das atividades 180 crianças e adolescentes de 7 a 19 anos.

- **Instituição: Grupo de Apoio às Comunidades Carentes do Maranhão GACC – MA**
- *Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

22-Semeando comunidades produtivas

Pretende explorar o potencial agropecuário de seis comunidades localizadas na zona rural e qualificar os agricultores nas atividades de piscicultura, suinocultura e horticultura e em cooperativismo, beneficiando 90 pessoas.

- **Instituição: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Luis.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

Paraíba

23-Exploração Sustentada da Caprinocultura Leiteira no Município de Bananeiras

Promove a melhoria das condições de vida e a inclusão social e econômica de famílias rurais do município de Bananeiras por meio da exploração sustentada da caprinocultura leiteira.

- **Instituição: Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Alagoinha e Adjacentes.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

24-Gente que Encanta

Único curso de música do sertão, com 173 alunos, vai estender as atividades lúdicas e profissionais da comunidade de Catolé do Rocha a mais 300 crianças e jovens, ensinando música, desenho, teatro, dança popular e capoeira, por meio de investimentos em infra-estrutura e na capacitação de 12 monitores.

- **Instituição: Instituto Cultural Casa do Beradero.**
- *Educação para a Qualificação Profissional*

Pernambuco

25-Juventude, Arte & Cultura: Gerando Renda para Jovens do Sertão

Promove o fortalecimento e a ampliação da iniciativa de jovens artesãos da região rural que trabalham com madeira reciclada, ensinando técnicas para o aprimoramento artístico e o gerenciamento eficiente da manufatura e comercialização da produção. Serão atendidos diretamente 438 artesãos, além de outras 1340 pessoas, indiretamente.

- **Instituição: Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas – Caatinga.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

26-Geração de Renda, Através do Cultivo de Tilápia em Tanques-Rede por Pescadores Artesanais

Contribui para o combate à fome e ao desemprego por meio da produção e do processamento de pescado proveniente da criação de peixes em tanques-rede, com capacitação de 60 pescadores para atuação especializada nos diversos segmentos da cadeia produtiva.

- **Instituição: Associação dos Pescadores da Barra de Jangada.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

27-Do Trabalho Infantil à Participação

Capacita crianças, adolescentes e representantes de organizações governamentais e não-governamentais para o combate ao trabalho infantil. Participam do projeto 1.015 pessoas, que multiplicam a temática para um público de 800 crianças e jovens moradores de comunidades de baixa renda vulneráveis ao trabalho infantil.

- **Instituição: Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC).**
- *Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

Piauí

28-Promovendo Esperança e Cidadania no Campo

Promove a melhoria da qualidade de vida de 265 famílias de baixa renda por meio do fomento a produção, consumo e comercialização de produtos da caprinocultura, apicultura, artesanato e fruticultura de sequeiro.

- **Instituição: Comunidade Kolping Ecológica Cunha**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

29-Projeto Música para Todos

Promove a qualificação profissional por meio da ampliação do ensino de teoria e prática musical, atendendo um total de 1800 pessoas todas as faixas etárias,

dos quais 1.050 são alunos de escolas de ensinos fundamental e médio. O projeto já possui uma fila de espera de cerca de 2000 pessoas.

- **Instituição: Instituto Cultural Santa Rita**
- *Educação para a Qualificação Profissional*

Rio Grande do Norte

30-Desenvolvimento em Sistema Agroecológico na Comunidade de Agricultura Familiar de Galho do Angico

Promove a melhoria da infra-estrutura local dando condições de moradia a 152 agricultores familiares do semi-árido, por meio do fortalecimento da horticultura, fruticultura, cajucultura, apicultura e avicultura na região.

- **Instituição: Associação dos Produtores Rurais de Galho do Angico.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

31-Implantação de Unidades Didáticas de Aves Caipira no Projeto de Assentamento Lagoa de Baixo/Guamare

Prentende ensinar empreendedorismo e economia solidária a 40 famílias assentadas, auxiliando na criação de uma cooperativa avícola e beneficiando indiretamente outras 305 pessoas.

- **Instituição: Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

32-Atendimento e Defesa a Crianças e Adolescentes em situação de violência sexual

Amplia e fortalece o atendimento sócio-psico-educativo e a defesa jurídico-social a crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, beneficiando 130 pessoas, sendo 48 crianças de 0 a 14 anos, 47 adolescentes de 15 e 19 anos e 35 jovens de 20 a 29 anos.

- **Instituição: Centro Brasileiro de Informação e Orientação da Saúde Social (Cebraios), Casa Renascer.**
- *Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

Sergipe

33-Projeto Intersetorial Sustentável de Produção e Conservação de Forragem no Alto Sertão Sergipano

Oferece capacitação em práticas agro-ecológicas de produção sustentável e conservação de forragem (silagem) aos agricultores familiares locais, garantindo a armazenagem e o fornecimento de forragem de qualidade aos rebanhos de 15 comunidades e assentamentos, durante o período de seca. São beneficiados diretamente 200 agricultores, além de outras 800 pessoas, indiretamente.

- **Instituição: Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Agrovila I**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

Cooperdoces - um sonho compartilhado

Estimula e apóia a produção de doces caseiros da Cooperdoces, cooperativa de doceiras de Cabrita, no município de São Cristóvão, envolvendo cerca de 300 famílias e atendendo diretamente 120 pessoas.

- **Instituição: Associação Comunitária Resplandecer**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

CENTRO-OESTE

Distrito Federal

34-Projeto Mãos de Esther-Pró-Mãe

A cooperativa, que reúne 270 mulheres, pretende capacitar 300 artesãs, com idade entre 20 e 29 anos, em design de produtos e controle de qualidade, cooperativismo e empreendedorismo e articular uma rede de comercialização de produtos.

- **Instituição: Associação das Costureiras e Artesãs da Estrutural “Mãos que Criam”.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*
- *** No Distrito Federal também é realizado o projeto Educafro - Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, que tem alcance nacional.**
- *Educação para a Qualificação Profissional*

Goiás

35-Atendimento Odontológico Especializado e Multiprofissional a Pacientes com Necessidades Especiais

Pretende expandir e aperfeiçoar o atendimento odontológico a crianças, adolescentes e jovens de até 29 anos portadores de necessidades especiais, tendo como público-alvo 5.500 famílias atendidas pelo Bolsa-Família.

- **Instituição: Núcleo de Atendimento ao Paciente Especial da Odontologia.**

- *Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

36-Crianças e Adolescentes de um Mundo Novo

Estimula o desenvolvimento pessoal e promove a melhoria do desempenho escolar e do nível sócio-cultural de crianças e jovens em estado de risco social, beneficiando 240 pessoas, direta e indiretamente.

- **Instituição: Centro Espírita Chico Xavier.**
- *Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

Mato Grosso

37-Acessibilidade na era do conhecimento

Pretende formar 25 técnicos para atuarem na capacitação profissional de 180 deficientes visuais em Tecnologia da Informação e da Comunicação, além de oferecer cursos de apoio ao ensino regular e de alfabetização em Braille.

- **Instituição: Instituto dos Cegos do Estado de Mato Grosso**
- *Educação para a Qualificação Profissional*

Mato Grosso do Sul

38-Projeto Sócio-Ápis para o Desenvolvimento Local – Apicultura

Promove o manejo planejado e adequado da produção apícola a partir da comercialização do mel, própolis, cera e derivados, atendendo 30 pessoas diretamente, com prioridade para a participação do sexo feminino.

- **Instituição: Ong Espads - Organização Não Governamental Economia Solidária, Preservação Ambiental e Desenvolvimento Social.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

39-Fortalecimento da Agricultura Familiar do Mato Grosso do Sul Acompanhados pela CPT/MS

Pretende formar e capacitar 220 camponeses para atuarem no fortalecimento da produção, da industrialização e do comércio dos produtos oriundos de cana-de-açúcar, pequi, abacaxi e das plantas medicinais cultivados por 800 agricultores assentados na região.

- **Instituição: Comissão Pastoral da Terra (CPT/MS).**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

SUDESTE

Espírito Santo

40-Caminhando juntos ao mundo do circo, da música e do cinema - Cajun

Amplia o acesso de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade pessoal e social às ações sócio-educativas (atividades lúdicas, artísticas, culturais), beneficiando diretamente 794 pessoas, sendo 570 crianças e 200 adolescentes.

- **Instituição: Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria Municipal de Assistência Social.**
- *Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

Minas Gerais

41-Fortalecimento da bovinocultura de leite nos assentamentos do Vale do Rio Doce

(Sudeste, MG). Fortalece a bovinocultura junto a 111 famílias de agricultores familiares assentadas pela reforma agrária em Governador Valadares, Periquito, Tumiritinga e Resplendor.

- **Instituição: Associação Estadual de Cooperação Agrícola de Minas Gerais.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

42-Projeto Sócio-Cultural Quilombola

Realiza oficinas de percussão, capoeira, maculelê, dança afro-brasileira e artesanato para estimular a preservação e a disseminação da arte afro-descendente, envolvendo 262 moradores da Zona da Mata mineira, de faixas etárias diversas.

- **Instituição: Grupo Afro Ganga Zumba.**
- *Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

43-Meninas de Minas

Promove a inclusão social de 517 adolescentes e jovens por meio de capacitação para produção e comercialização de artigos e produtos relacionados à cultura regional do norte mineiro em 10 pólos de produção situados no município de São Francisco.

- **Instituição: Associação Comunitária dos Bairros Jardim Regalito e Aparecida – Acra**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

Rio de Janeiro

44-Adubando Raízes Locais

Pretende mudar o cenário de exclusão social do Complexo do Alemão criando uma rede de referência econômica formada por 12 jovens universitários graduandos em Tecnologia da Informação e Comunicação e outros 39 empreendedores locais, que irão divulgar e multiplicar informações sobre empreendimentos econômicos e capacitar outros 48 empreendedores em gestão de negócios.

- **Instituição: Raízes em Movimento.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

45-Efeito de papel: implantação de pólos de produção artesanal na rede de saúde mental

(Sudeste, RJ). Prevê a criação de cinco pólos de produção em papel machê dentro dos CAPs (centros de atendimento a pessoas com transtornos mentais e suas famílias) para gerar renda com a venda dos produtos, incentivando o desenvolvimento de redes de cooperação solidária para comercialização.

- **Instituição: Instituto Franco Basaglia.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

46-Dançar é Viver

Oferece aulas de dança (ballet, street dance, jazz e sapateado) para 120 crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, em sua maioria negros e pardos, oriundos de famílias de baixa-renda.

- **Instituição: Fundação Educacional, Cultural de Radiodifusão Esperança.**

- *Educação para a Qualificação Profissional*

47-Oficina do Saber

Realiza oficinas para promover o retorno às salas de aula de estudantes em situação de evasão escolar, envolvendo 70 crianças e adolescentes e suas famílias.

- **Instituição: Centro Comunitário Lídia dos Santos**
- *Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

48-Consolidando o Neaca São Gonçalo

Propõe ampliar o atendimento a 770 famílias em situação de violência doméstica e sexual, promover ações de controle das políticas de proteção e criar programas de capacitação de agentes para o combate à violência infanto-juvenil.

- **Instituição: Movimento de Mulheres em São Gonçalo**
- *Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

São Paulo

49-Geração de Renda com Bijuterias de Chita - Raízes Corticeiras

Confecção de bijuterias com garrafas PET e tecido de chita por mulheres cujos maridos estão presos ou são egressos do sistema penitenciário. São 85 participantes e cerca de 200 pessoas envolvidas.

- **Instituição: Associação Cortiços do Centro-ACC.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

50-Rede de fomento ao empreendedorismo, conservação e sustentabilidade de iniciativas comunitárias

Incentiva a qualificação profissional provendo a capacitação de um total de 1.027 pessoas de diversas faixas etárias e de diferentes comunidades para atuarem em serviços e comercialização de produtos regionais.

- **Instituição: Associação Rede Cananéia.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

51-Empreendimentos comunitários: criando ambientes para a geração de trabalho e renda no município de Cunha

Estimula jovens rurais a criarem empreendimentos comunitários e busca aumentar a capacidade produtiva das famílias atendidas pelo Programa Bolsa-Família. Participam 35 famílias, 90% assistidas pelo Programa.

- **Instituição: Serra Acima - Associação de Cultura e Educação Ambiental.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

52-Coleta Seletiva Solidária: reciclando vidas

Pretende melhorar a infra-estrutura da Comunidade Produtiva Reciclázar, aumentando de 60 mil para 120 mil kg/mês os recicláveis coletados, ampliando a capacidade de produção e fortalecendo da comercialização. Participam 90 moradores de rua e pessoas de baixa renda, e outras 45 novas vagas de trabalho serão abertas.

- **Instituição: Associação Reciclázar.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

53-Fábrica Comunitária de Alimentos Artesanais no Quilombo Nhunguara

Prevê a construção de uma fábrica comunitária de derivados de banana, incluindo capacitação gerencial e comercialização da produção, com a participação de 30 agricultores familiares da comunidade quilombola.

- **Instituição: Associação de Remanescentes de Quilombo do Bairro Nhunguara.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

54-Lixo da Gente - Reciclando Cidadania

Visa formar, em cursos de educação ambiental, uso de equipamentos e coleta seletiva, 68 cooperados, que terão, ainda, aulas de organização, administração, finanças e de informática com enfoque auto-gestionário.

- **Instituição: Associação dos Catadores Autônomos de Materiais Recicláveis da Vila Esperança.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

55-Centro de Referência da Infância e Juventude

Propõe a criação de um pólo de informações e prestação de serviços ligados aos direitos da infância e da juventude, que contará com um Centro de Referência, Parque dos Direitos e ações culturais sobre Direitos e Deveres, beneficiando 200 crianças, adolescentes e jovens.

- **Instituição: Fundação Criança de São Bernardo do Campo.**
- *Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

56-Cuidar sem Violência Todo Mundo Pode

Estimula o debate público sobre o problema da violência contra crianças e adolescentes, informando a população e preparando-a para tratar dos casos ocorridos. O projeto vai atender 200 crianças e adolescentes de até 14 anos e suas famílias.

- **Instituição: Associação Promocional Santo Antonio de Juquitiba**
- *Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

57-Oficina Palavra Mágica de Leitura e Escrita

Realiza oficinas para formação de mediadores de leitura e apoiadores em instituições parceiras, buscando desenvolver a habilidade de compreensão e expressão e incentivar o hábito da leitura e da escrita entre 300 crianças e adolescentes de Ribeirão Preto.

- **Instituição: Fundação Palavra Mágica.**
- *Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

SUL

Paraná

58-Projeto de Vida: Mãos Femininas Protagonistas na Agricultura Familiar

Viabiliza a profissionalização e inserção no mercado de 60 agricultoras dos municípios de Laranjeiras do Sul, Porto Barreiro, Marquinho, Palmital e Santa Maria do Oeste, fortalecendo a discussão sobre a equidade entre os gêneros.

- **Instituição: Associação Regional de Cooperação Agrícola - Arcoagri**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

59-Peixaria Comunitária: um resgate socioeconômico para os pescadores de Sete Quedas

Pretende instalar e mobiliar a Peixaria Comunitária, para comercialização do pescado diretamente ao consumidor, gerando emprego e renda para os pescadores locais. O projeto beneficia 596 pessoas.

- **Instituição: Colônia de Pescadores Profissionais Z-13 de Guaíra-PR**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

60-Terra e Saúde

Prevê a implantação de um serviço auto-suficiente de saúde popular com base na fitoterapia, a partir da capacitação profissional em fitoterapia e homeopatia com ênfase em agroecologia e da formação continuada da população local em diversas áreas da saúde popular, com o objetivo de reduzir os níveis de desnutrição e combater as “doenças da pobreza”, beneficiando 300 trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra.

- **Instituição: Centro de Formação e Pesquisa Ernesto Guevara – CEPAG.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

Rio Grande do Sul

61-Agroecologia e Rede Solidária de Comercialização: Gerando Renda para a Comunidade Indígena do Guarita

Pretende fortalecer a produção de alimentos na região, agregando valor por meio da armazenagem, do beneficiamento e da comercialização. O Projeto envolve 150 famílias indígenas e outras 50 famílias de pequenos agricultores do entorno.

- **Instituição: Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Tenente Portela - Cooperfamiliar.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

62-Agricultura Familiar e Agroecologia: qualidade de vida e geração de renda no litoral Norte do RS

Amplia e fortalece a agricultura familiar agroecológica entre 450 agricultores, dos municípios de Maquiné, Terra de Areia e Osório, por meio da capacitação de pessoas, fomento e qualificação da produção e da comercialização.

- **Nascente Maquiné - Anama.**
- *Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho*

63-Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei em Atendimento na PAMEM-Pastoral do Menor

Contribui para reinserção, nos ambientes familiar e escolar, de crianças, adolescentes em situação de conflito com a lei, realizando cursos de capacitação de orientadores que acompanharão os adolescentes semanalmente e ações para sensibilização da comunidade quanto à aceitação desses jovens. Serão atendidos cerca de 100 adolescentes que cumprem medida sócio-educativa e 100 familiares do município de Rio Grande.

- **Instituição: Pastoral do Menor - Mitra Diocesana do Rio Grande.**
- *Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

64-Rede Família: Garantindo o Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar

Propõe a criação de um programa de orientação e apoio sócio-familiar que colabore para o retorno da criança e do adolescente em abrigos para a família de origem, por meio do fortalecimento e da construção de novos vínculos dessa família com a rede de apoio local e ampliada, envolvendo cerca de 50 famílias do município de Rio Grande.

- **Instituição: Casa do Menor**
- *Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

65-Criança autista-- família cidadã

Promove ações para capacitação e oferece orientação a 153 famílias de crianças e adolescentes com autismo ou psicose severa atendidos pela própria instituição, com o objetivo de melhorar o desenvolvimento dos portadores dessas dificuldades e também suprir as necessidades básicas de suas famílias, criando uma rede solidária.

- **Instituição: Associação Mantenedora Pandorga.**
- *Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

Santa Catarina

66-Educação do Campo: novas práticas

Garante o acesso dos moradores da zona rural a uma educação básica de qualidade por meio de um programa de formação continuada de gestores e

educadores do campo, atingindo diretamente 190 jovens entre 20 e 29 anos e 210 adultos entre 30 e 59 anos.

1. **Instituição: Associação Vianei de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde – Avicitecs**
2. *Educação para a Qualificação Profissional*

67-Formação Profissional, Assistência Técnica e Extensão Rural a Jovens de Comunidades Pesqueiras da Região

Oferece qualificação, educação ambiental, inclusão digital e técnicas de reciclagem de papel para jovens pescadores artesanais da região do Complexo Lagunar.

1. **Instituição: Casa Familiar do Mar e Centro Comunitário do Pescador do Litoral Sul do Brasil.**
2. *Educação para a Qualificação Profissional*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACORDO estratégico com a França. Brasília: **Ministério da Defesa**, 2008. Disponível em: <http://www.defesabr.com/MD/md_franca.htm>. Acesso em: 13 set. 2008.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999. 338 p.

Alcoolduto de 1.150 Km Terá R\$ 4,1 Bi do PAC. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 02 jul. 2007. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias>> Acesso em 10 jul. 2007.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **José**. São Paulo, [s.n], [19-]. Disponível em <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/>> Acesso em 20 jan. 2009.

Avanço do Etanol é Irreversível, diz Luiz Inácio Lula da Silva. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 04 jul. 2007. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias>> Acesso em 10 jul. 2007.

BASES tecnológicas da agro-indústria do dendê. **Embrapa Amazônia Ocidental**, Manaus, 2006. Disponível em: <<http://www.cpa.embrapa.br/portfolio/>>. Acesso em: 20 jun. 2006).

BOXER, CHARLES R. O Imperio Maritimo Portugues- 1415-1825. Rio de Janeiro: Edições 70, 2001. 414 p.

BRASIL. Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975. Institui o Programa Nacional do Alcool e dá outras Providências. **DIÁRIO OFICIAL [da] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**, Brasília, 14 nov.1975. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=123069>>. Acesso em: 20 mar. 2005.

BUSH afirma que EUA são "viciados em petróleo". **Folha OnLine**, São Paulo, 01 fev. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u92159.shtml>> Acesso em: 03 jul. 2007.

BUSH indica 7 países para programa com etanol. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, [2006?]. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/>> Acesso em 02 mar. 2007.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo: Quieiroz, 1981, 2ªed. 225 p.

CASSOL, Daniel. **Bioenergia, para quem?** São Paulo: [s.n], 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/revista.php?ed=38>> Acesso em: 04, mai. 2007.

CHURCHILL, Winston. **Memórias da Segunda Guerra Mundial**. Nova Fronteira, 2005. 534 p.

CONAB. **Estimativa de áreas cultivadas – cana de açúcar – safra 2006/2007**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2007. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/geotecnologia/html_geosafras/estimativaarea.html> Acesso em 15 jul. 2007.

_____. **Código de classificação de produtos alimentares**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2006. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb.gov.br>> Acesso em 20 mai. 2008.

COSTA, Fernando Paim et. Al. **Notas sobre métodos de colheita de sorgo sacarino para a produção de álcool**. Campo Grande: Embrapa Gado de Corte, [2006?]. Disponível em <<http://www.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/bp/bp01/>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

CUNHA, Euclides da. **À Margem da História**. Belém: Núcleo de Educação à Distância – NEAD, [19-]. Disponível em < <http://www.dominiopublico.gov.br/>> Acesso em 10 jan. 2007

DIOUF, Jaques. **Los biocombustibles deben beneficiar a los pobres**. Madrid: El País, 2007. Disponível em: <<http://asovac.net/bitacora/?p=2149>>. Acesso em: 10 set. 2007.

DISCURSO de Posse do Presidente dos EUA. **Jornal De Notícias**, São Paulo, 21 jan. 2009. Disponível em <http://jn.sapo.pt/PaginalInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1074616> Acesso em: 16 mar, 2009.

DEMANDA de álcool dos EUA será 4 vezes a oferta do Brasil. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 24 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>> Acesso em 24 jan. 2007.

DOW e Crystalsev planejam a construção do primeiro pólo álcoolquímico do mundo. **Portal Fator Brasil**, São Paulo: 20 jul. 2007. Disponível em: <http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=14856> Acesso em 23 jul. 2007.

ENCONTRO Lula-Obama reduz chances de Doha, **O Globo**, Rio de Janeiro, 13.mar.2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/03/16/encontro-lula-obama-reduz-chances-de-oha754854135.asp>> Acesso em: 25 abr. 2009.

ENERGIAS Renováveis:em busca da liderança. Rio de Janeiro: Petrobras, 2007. Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/portugues/index.asp>> Acesso em: 30, jul. 2007.

ENERGIA Solar e Meio Ambiente. São Paulo: **Ambiente Brasil**, 2007. Disponível em:<<http://www.ambientebrasil.com.br> > Acesso em: 7 ago. 2007).

ETANOL: Brasil pode aumentar em 20 vezes produção de cana, diz Mantega. **O Globo**. Rio de Janeiro, 24 abr. 2007. Disponível em: <<http://agenciact.mct.gov.br/index.php/>> Acesso em 20 jun. 2007.

FADEL, Antonio Donizetti. **O potencial da mandioca para fabricação de etanol**. Paranaíba,: Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca, 2006. Disponível em: <<http://abam.com.br/revista/revista14/alcool.php>>. Acesso em: 21 out. 2006.

FERNÁNDEZ, Jesus. **¿SON LOS BIOCOMBUSTIBLES CULPABLES DEL AUMENTO DE LOS ALIMENTOS? Una apuesta por el desarrollo rural diversificado**. Madrid: El País, 2007. Disponível em: <<http://www.elpais.com/debate>>. Acesso em: 16 set. 2007.

G. F. Vasconcellos & J.W. Bautista Vidal, **Poder dos Trópicos - Meditação sobre a Alienação Energética na Cultura Brasileira**. São Paulo: Casa Amarela, 1998. 225 p.

Holanda, Francisco Ariosto. *Manifesto em Defesa da Criação de Uma Secretaria Especial de Bioenergia. Câmara dos Deputados – Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica*. Brasília, 20 abr. 2007 Disponível em<<http://www2.camara.gov.br/deputados/index.html/loadFrame.html>> Acesso em: 20 abr. 2007.

HOMEM x Máquina. **Globo Rural**. Rio de Janeiro, 26 ago. 2007. Disponível em: <<http://globoruraltv.globo.com/>> Acesso em: 28 ago. 2007.

IPEA DATA. [Produto Interno Bruto \(PIB\) Estados - agropecuária R\\$ de 2000 – Ano 2004](#). Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata>> Acesso em: 10 jul. 2007.

_____. [Produto Interno Bruto \(PIB\) Estados - indústria R\\$ de 2000 – Ano 2004](#). Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?88117187>> Acesso em 10 jul. 2007.

_____. [Produto Interno Bruto \(PIB\) Estados – indústria de transformação R\\$ de 2000 – Ano 2004](#). Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?88117187>> Acesso em: 10 jul. 2007.

_____. [Produto Interno Bruto \(PIB\) Estados - R\\$ de 2000 – Ano 2004](#). Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?88117187>> Acesso em: 10 jul. 2007.

_____. [Produto Interno Bruto \(PIB\) Municípios - agropecuária R\\$ de 2000 – Ano 2004](#). Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata>> Acesso em: 10 jul. 2007.

_____. [Produto Interno Bruto \(PIB\) Municípios - indústria R\\$ de 2000 – Ano 2004](#). Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?88117187>> Acesso em 10 jul. 2007.

_____. **Produto Interno Bruto (PIB) Municípios – indústria de transformação R\$ de 2000 – Ano 2004**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?> > Acesso em: 10 jul. 2007.

_____. **Produto Interno Bruto (PIB) Municípios - R\$ de 2000 – Ano 2004**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?88117187>> Acesso em: 10 jul. 2007.

ITURRA, Antônio René. **Histórico das Microdestilarias de Álcool no Brasil**. Brasília: MCT, 2003.45 p.

_____. **Considerações Sobre Petróleo e Biomassa no Brasil e no Mundo**. Brasília: CNPq, 2000.31p.

_____. **Producción, Uso y Comercialización de Biocarburantes: Una Oportunidad Singular para el Desarrollo Sostenible en América Latina**. Madrid: Casa América, 2007. Disponível em: <<http://www.casamerica.es/>>. Acesso em: 22 de maio de 2007.

_____. **Produção e uso de biocarburantes na Espanha**. Relatório apresentado a José Graziano da Silva, Representante Regional da FAO para América Latina e Caribe. Madri: ago. 2007. Mensagem enviada por <ariturra@gmail.com> em 23 ago. 2007.

_____. **Aspectos sociales y ecologicos de la producción y uso de biocarburantes en Brasil**. Trabalho apresentado em mesa redonda da FAO. Agrocombustibles y derecho a la Alimentación – Mitos y Realidades. Madri: out. 2007. Mensagem enviada por <ariturra@gmail.com> em 23 out. 2007

JAKOBSKIND, Mário Augusto. **Cochilos e preconceitos na cobertura da mídia**. Rio de Janeiro: Observatório da Imprensa, 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimpresa.com.br/artigos.asp?cod=313JDB003>> Acesso em: 12 mar. 2009.

LEITÃO, Miriam. **Estatizar o álcool? Fazer a Etanolbrás? Novo IAA?**. Rio de Janeiro: O Globo, 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/>> Acesso em: 24 jul.2007.

MATSUOKA, Toshikatsu. **Japão Deveria Acelerar Utilização do Etanol, diz Ministro de Agricultura**. Valor Econômico. São Paulo, 04 jul. 2007. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias>> Acesso em 12 jul. 2007.

MDA. **Selo Combustível Social**. Brasília: MDA, 2007. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=362>> Acesso em 30 jul. 2007.

MDA. **Nova linha do Pronaf apóia energias renováveis e sustentabilidade ambiental**. Brasília: MDA, 2007. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/>> Acesso em 25 jul. 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Diários de Joaquim Nabuco – 2 v**. Recife: Bem-Te-Vi, 2007. 886 p.

MINISTRO assegura que não tem preconceito contra os nordestinos. **Jornal do Senado**, Brasília, 7 fev. 2003. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/jornal/noticia>>. Acesso 12 mai. 2007.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo : Publifolha, 2000. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000127.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2005.212 p.

NETTO, J.N. **A saga do álcool–motor no Brasil – Os 20 anos do Proálcool**. São Paulo: Álcool & Açúcar, ano 15, n. 82. 1995.

O FUTURO da cana. São Paulo, **Globo Rural**, 2007. Disponível em: <<http://globoruraltv.globo.com/>> Acesso em: 20 ago. 2007.

OPORTUNIDADES e Riscos do Uso da Bioenergia para a Segurança Alimentar para a América Latina e o Caribe. Santiago, Chile:CEPAL/FAO, 2007. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/publicacoes.asp>> Acesso em: 27 jun. 2007.

OS RISCOS da expansão da cana. São Paulo: **Globo Rural**, 2007. Disponível em: <<http://globoruraltv.globo.com/>> Acesso em: 20 ago. 2007.

Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC). [S.l.], 2006. Disponível em: < www.opec.org/.../ASB2005.htm>. Acesso em: 20 abr. 2007.

PERI, Enzo Martins.**Diretriz Geral do Comandante para o Exército**. Brasília: Ministério da Defesa, 2008. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/docs/DIRETRIZ.doc>>. Acesso em: 05 fev.2009.

PETROBRAS. **Balço Social e Ambiental**. Rio de Janeiro, [2005]. Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial>>. Acesso em 20 jan. 2007.

PETROBRAS. **Energias Renováveis:Em Busca Da Liderança**. Rio de Janeiro: Petrobras, [2007] Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/portugues/index.asp>> Acesso em: 30 jul. 2007.

PORQUE tem que ser dendê. **Embrapa Amazônia Ocidental**, Manaus, 2006.Disponívelem:<http://www.cpatu.embrapa.br/publicacoes_online/livros/biodiesel-por-que-tem-que-ser-dende> Acesso em: 02 jan. 2008.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-PAC. Brasília:Governo Federal, 2007.Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/>>. Acesso em 20 fev. 2008.

PROJETO Rurbano. Campinas, SP: Unicamp, [2006]. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano>>. Acesso em: 24 jun. 2006.

PL prevê a criação do Programa Nacional de Produção de Biocombustíveis por Cooperativas. **Gestãoct**, Brasília, 21 nov. 2007. Disponível em: <http://www.gestaoct.org.br/eletronico/inov_energ/inform/IEnumero10.htm#2> Acesso em: 20 jun. 2008.

PNAD. [Moradores em domicílios particulares com insegurança alimentar moderada ou grave, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio e as Unidades da Federação - Brasil – 2004](#). Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/>> Acesso em: 12 jun. 2007.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. Rio de Janeiro: Edinova, 1965. 325 p.

RETRATO do Brasil: O Colossal Brasil. São Paulo: Carta Capital. n.1, ago. 2007. 14 p. Suplemento.

ROLLA, Luiz Alberto Alves. **Conhecimento auferidos pela 1ª comitiva militar do Exército Brasileiro ao Vietnã**. Recife: Comando Militar do Nordeste, 2005. Disponível em: <www.cmne.eb.mil.br/noticiascmne/materiavietnan.htm>. Acesso em 21 abr. 2009.

SARAMAGO, José. **O Evangelho segundo Jesus Cristo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 448 p.

SARKIS, Nicolas. **Bem-vindos ao fim da Era Petróleo**. São Paulo: Le Monde Diplomatique, mai. 2006. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2006-051307>>. Acesso em: 01 jun. 2007.

SALOMÃO, Alexa; ONAGA, Marcelo. **Etanol o mundo quer. O Brasil tem**. São Paulo: Abril.Com, 2006. Disponível em: <<http://www.portalexame.abril.com.br/>> Acesso em: 20 jul. 2006.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas:Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Economia, 1988. 211 p.

_____. **Ainda precisamos de reforma agrária no Brasil?** Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/textos.html>>. Acesso em : 27 de janeiro de 2005

_____. **Por uma Reforma Agrária Não Essencialmente Agrícola.** Campinas:UNICAMP,[2005]. Disponível em:<<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/.html>>. Acesso em : 27 jan. 2005.

_____. **A Globalização da Agricultura.** Campinas: UNICAMP,[2005]. Disponível em:<<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/textos.html>>. Acesso em : 27 jan. 2005.

_____. **Agroenergia: o compromisso da FAO.** Santiago, Chile:FAO,2007. Disponível em:<<http://www.ecodebate.com.br/.../agroenergia-e-seguranca-alimentar-compromisso-da-fao-por-jose-raziano-da-silva>>. Acesso em: 10 set. 2007.

_____. **O desafio social da agroenergia.** Santiago,Chile:FAO,2007. Disponível em:<<http://www.rlc.fao.org/pr/quienes/dg/articulos/art02.swf>> Acesso em: 20 out. 2008.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98.** Campinas: Unicamp, 2005. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos.html>>. Acesso em : 27, mar. 2006.

União Nacional da Indústria Canavieira – UNICA. **Produção e uso de etanol combustível no Brasil: respostas às questões mais frequentes**. São Paulo, UNICA, [2007]. Disponível em: <<http://www.portalunica.com.br/portalunica>> Acesso em 25 out. 2007.

VIDAL, J.W. Bautista. **A civilização da Fotossíntese I – Contribuição Brasileira para a Paz Mundial**. Brasília, 1995. 16 p. Documento escrito não publicado.

_____. **A civilização da Fotossíntese II – Contribuição Brasileira para a Paz Mundial**. Brasília, 1995. 16 p. Documento escrito não publicado.

_____. **A Energia é Nossa**. [S.l]: Casa Amarela, [2007]. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/outras_edicoes/grandes_entrev/bautista.asp> Acesso em: 20 mai. 2007.

_____. **A empresa de Bioenergias**. Brasília, 2007. 7p. Documento escrito não publicado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACORDO estratégico com a França. Brasília: **Ministério da Defesa**, 2008. Disponível em: <http://www.defesabr.com/MD/md_franca.htm>. Acesso em: 13 set. 2008.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999. 338 p.

Alcoolduto de 1.150 Km Terá R\$ 4,1 Bi do PAC. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 02 jul. 2007. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias>> Acesso em 10 jul. 2007.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **José**. São Paulo, [s.n], [19-]. Disponível em <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/>> Acesso em 20 jan. 2009.

Avanço do Etanol é Irreversível, diz Luiz Inácio Lula da Silva. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 04 jul. 2007. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias>> Acesso em 10 jul. 2007.

BASES tecnológicas da agro-indústria do dendê. **Embrapa Amazônia Ocidental**, Manaus, 2006. Disponível em: <<http://www.cpa.embrapa.br/portfolio/>>. Acesso em: 20 jun. 2006).

BOXER, CHARLES R. O Imperio Maritimo Portugues- 1415-1825. Rio de Janeiro: Edições 70, 2001. 414 p.

BRASIL. Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975. Institui o Programa Nacional do Álcool e dá outras Providências. **DIÁRIO OFICIAL [da] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**, Brasília, 14 nov.1975. Disponível em:<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=123069>>. Acesso em: 20 mar. 2005.

BUSH afirma que EUA são "viciados em petróleo". **Folha OnLine**, São Paulo, 01 fev. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u92159.shtml>> Acesso em: 03 jul. 2007.

BUSH indica 7 países para programa com etanol. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, [2006?]. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/>> Acesso em 02 mar. 2007.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo: Queroz, 1981, 2ªed. 225 p.

CASSOL, Daniel. **Bioenergia, para quem?** São Paulo: [s.n], 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/revista.php?ed=38>> Acesso em: 04, mai. 2007.

CHURCHILL, Winston. **Memórias da Segunda Guerra Mundial**. Nova Fronteira, 2005. 534 p.

CONAB. **Estimativa de áreas cultivadas – cana de açúcar – safra 2006/2007**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2007. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/geotecnologia/html_geosafras/estimativaarea.html> Acesso em 15 jul. 2007.

_____. **Código de classificação de produtos alimentares**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2006. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb.gov.br>> Acesso em 20 mai. 2008.

COSTA, Fernando Paim et. Al. **Notas sobre métodos de colheita de sorgo sacarino para a produção de álcool**. Campo Grande: Embrapa Gado de Corte, [2006?]. Disponível em <<http://www.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/bp/bp01/>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

CUNHA, Euclides da. **À Margem da História**. Belém: Núcleo de Educação à Distância – NEAD, [19-]. Disponível em < <http://www.dominiopublico.gov.br/>> Acesso em 10 jan. 2007

DIOUF, Jaques. **Los biocombustibles deben beneficiar a los pobres**. Madrid: El País, 2007. Disponível em: <<http://asovac.net/bitacora/?p=2149>>. Acesso em: 10 set. 2007.

DISCURSO de Posse do Presidente dos EUA. **Jornal De Notícias**, São Paulo, 21 jan. 2009. Disponível em <http://jn.sapo.pt/Paginalnicial/Mundo/Interior.a.spx?content_id=1074616> Acesso em: 16 mar, 2009.

DEMANDA de álcool dos EUA será 4 vezes a oferta do Brasil. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 24 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>> Acesso em 24 jan. 2007.

DOW e Crystalsev planejam a construção do primeiro pólo álcoolquímico do mundo. **Portal Fator Brasil**, São Paulo: 20 jul. 2007. Disponível em: <http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=14856> Acesso em 23 jul. 2007.

ENCONTRO Lula-Obama reduz chances de Doha, **O Globo**, Rio de Janeiro, 13.mar.2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/03/16/encontro-lula-obama-reduz-chances-de-oha754854135.asp>> Acesso em: 25 abr. 2009.

ENERGIAS Renováveis: em busca da liderança. Rio de Janeiro: Petrobras, 2007. Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/portugues/index.asp>> Acesso em: 30, jul. 2007.

ENERGIA Solar e Meio Ambiente. São Paulo: **Ambiente Brasil**, 2007. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br>> Acesso em: 7 ago. 2007).

ETANOL: Brasil pode aumentar em 20 vezes produção de cana, diz Mantega. **O Globo**. Rio de Janeiro, 24 abr. 2007. Disponível em: <<http://agenciact.mct.gov.br/index.php/>> Acesso em 20 jun. 2007.

FADEL, Antonio Donizetti. **O potencial da mandioca para fabricação de etanol**. Paranaíba, Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca, 2006. Disponível em: <<http://abam.com.br/revista/revista14/alcool.php>>. Acesso em: 21 out. 2006.

FERNÁNDEZ, Jesus. **¿SON LOS BIOCOMBUSTIBLES CULPABLES DEL AUMENTO DE LOS ALIMENTOS? Una apuesta por el desarrollo rural diversificado**. Madrid: El País, 2007. Disponível em: <<http://www.elpais.com/debate>>. Acesso em: 16 set. 2007.

G. F. Vasconcellos & J.W. Bautista Vidal, **Poder dos Trópicos - Meditação sobre a Alienação Energética na Cultura Brasileira**. São Paulo: Casa Amarela, 1998. 225 p.

Holanda, Francisco Ariosto. *Manifesto em Defesa da Criação de Uma Secretaria Especial de Bioenergia. Câmara dos Deputados – Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica*. Brasília, 20 abr. 2007. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/deputados/index.html/loadFrame.html>> Acesso em: 20 abr. 2007.

HOMEM x Máquina. **Globo Rural**. Rio de Janeiro, 26 ago. 2007. Disponível em: <<http://globoruraltv.globo.com/>> Acesso em: 28 ago. 2007.

IPEA DATA. **[Produto Interno Bruto \(PIB\) Estados - agropecuária R\\$ de 2000 – Ano 2004](#)**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata>> Acesso em: 10 jul. 2007.

_____. [Produto Interno Bruto \(PIB\) Estados - indústria R\\$ de 2000](#) – Ano 2004. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?88117187>> Acesso em 10 jul. 2007.

_____. [Produto Interno Bruto \(PIB\) Estados – indústria de transformação R\\$ de 2000](#) – Ano 2004. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?88117187>> Acesso em: 10 jul. 2007.

_____. [Produto Interno Bruto \(PIB\) Estados - R\\$ de 2000](#) – Ano 2004. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?88117187>> Acesso em: 10 jul. 2007.

_____. [Produto Interno Bruto \(PIB\) Municípios - agropecuária R\\$ de 2000](#) – Ano 2004. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?>> Acesso em: 10 jul. 2007.

_____. [Produto Interno Bruto \(PIB\) Municípios - indústria R\\$ de 2000](#) – Ano 2004. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?88117187>> Acesso: em 10 jul. 2007.

_____. [Produto Interno Bruto \(PIB\) Municípios – indústria de transformação R\\$ de 2000](#) – Ano 2004. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?>> Acesso em: 10 jul. 2007.

_____. [Produto Interno Bruto \(PIB\) Municípios - R\\$ de 2000](#) – Ano 2004. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?88117187>> Acesso em: 10 jul. 2007.

ITURRA, Antônio René. **Histórico das Microdestilarias de Álcool no Brasil**. Brasília: MCT, 2003.45 p.

_____. **Considerações Sobre Petróleo e Biomassa no Brasil e no Mundo**. Brasília: CNPq, 2000.31p.

_____. **Producción, Uso y Comercialización de Biocarburantes: Una Oportunidad Singular para el Desarrollo Sostenible en América Latina**. Madrid: Casa América, 2007. Disponível em: <<http://www.casamerica.es/>>. Acesso em: 22 de maio de 2007.

_____. **Produção e uso de biocarburantes na Espanha**. Relatório apresentado a José Graziano da Silva, Representante Regional da FAO para América Latina e Caribe. Madri: ago. 2007. Mensagem enviada por <ariturra@gmail.com> em 23 ago. 2007.

_____. **Aspectos sociales y ecologicos de la producción y uso de biocarburantes en Brasil**. Trabalho apresentado em mesa redonda da FAO. Agrocombustibles y derecho a la Alimentación – Mitos y Realidades. Madri: out. 2007. Mensagem enviada por <ariturra@gmail.com> em 23 out. 2007

JAKOBSKIND, Mário Augusto. **Cochilos e preconceitos na cobertura da mídia**. Rio de Janeiro: Observatório da Imprensa, 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=313JDB003>> Acesso em: 12 mar. 2009.

LEITÃO, Miriam. **Estatizar o álcool? Fazer a Etanolbrás? Novo IAA?**. Rio de Janeiro: O Globo, 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/>> Acesso em: 24 jul.2007.

MATSUOKA, Toshikatsu. **Japão Deveria Acelerar Utilização do Etanol, diz Ministro de Agricultura**. Valor Econômico. São Paulo, 04 jul. 2007. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias>> Acesso em 12 jul. 2007.

MDA.**Selo Combustível Social**. Brasília: MDA, 2007. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=362>> Acesso em 30 jul. 2007.

MDA. **Nova linha do Pronaf apóia energias renováveis e sustentabilidade ambiental**. Brasília: MDA, 2007. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/>> Acesso em 25 jul. 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. Diários de Joaquim Nabuco – 2 v. Recife: Bem-Te-Vi, 2007. 886 p.

MINISTRO assegura que não tem preconceito contra os nordestinos. **Jornal do Senado**, Brasília, 7 fev. 2003. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/jornal/noticia>>. Acesso 12 mai. 2007.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo : Publifolha, 2000. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000127.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2005.212 p.

NETTO, J.N. **A saga do álcool–motor no Brasil – Os 20 anos do Proálcool**. São Paulo: Álcool & Açúcar, ano 15, n. 82. 1995.

O FUTURO da cana. São Paulo, **Globo Rural**, 2007. Disponível em: <<http://globoruraltv.globo.com/> Acesso em: 20 ago. 2007.

OPORTUNIDADES e Riscos do Uso da Bioenergia para a Segurança Alimentar para a América Latina e o Caribe. Santiago, Chile:CEPAL/FAO, 2007. Disponível em: <<https://www.fao.org/publicacoes.asp>> Acesso em: 27 jun. 2007.

OS RISCOS da expansão da cana. São Paulo: **Globo Rural**, 2007. Disponível em: <<http://globoruraltv.globo.com/> Acesso em: 20 ago. 2007.

Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC). [S.l.], 2006. Disponível em: < www.opec.org/.../ASB2005.htm>. Acesso em: 20 abr. 2007.

PERI, Enzo Martins.**Diretriz Geral do Comandante para o Exército.** Brasília: Ministério da Defesa, 2008. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/docs/DIRETRIZ.doc>>. Acesso em: 05 fev.2009.

PETROBRAS. **Balço Social e Ambiental.** Rio de Janeiro, [2005]. Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial>>. Acesso em 20 jan. 2007.

PETROBRAS. **Energias Renováveis:Em Busca Da Liderança.** Rio de Janeiro: Petrobras, [2007] Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/portugues/index.asp>> Acesso em: 30 jul. 2007.

PORQUE tem que ser dendê. **Embrapa Amazônia Ocidental,** Manaus, 2006.Disponível em:<http://www.cpatu.embrapa.br/publicacoes_online/livros/biodiesel-por-que-tem-que-ser-dende> Acesso em: 02 jan. 2008.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-PAC. Brasília:Governo Federal, 2007.Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/>>. Acesso em 20 fev. 2008.

PROJETO Rurbano. Campinas, SP: Unicamp, [2006]. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano>>. Acesso em: 24 jun. 2006.

PL prevê a criação do Programa Nacional de Produção de Biocombustíveis por Cooperativas. **Gestãoct,** Brasília, 21 nov. 2007.Disponível em:<http://www.gestaoct.org.br/eletronico/inov_energ/inform/IEnumero10.htm#2> Acesso em: 20 jun. 2008.

PNAD. **[Moradores em domicílios particulares com insegurança alimentar moderada ou grave,por grupos de idade, segundo a situação do domicílio e as Unidades da Federação -Brasil – 2004.](#)** Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/>> Acesso em: 12 jun. 2007.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. Rio de Janeiro: Edinova, 1965. 325 p.

RETRATO do Brasil: O Colossal Brasil. São Paulo: Carta Capital. n.1, ago. 2007. 14 p. Suplemento.

ROLLA, Luiz Alberto Alves. **Conhecimento auferidos pela 1ª comitiva militar do Exército Brasileiro ao Vietnã**. Recife: Comando Militar do Nordeste, 2005. Disponível em: <www.cmne.eb.mil.br/noticiascmne/materiavietnan.htm>. Acesso em 21 abr. 2009.

SARAMAGO, José. **O Evangelho segundo Jesus Cristo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 448 p.

SARKIS, Nicolas. **Bem-vindos ao fim da Era Petróleo**. São Paulo: Le Monde Diplomatique, mai. 2006. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2006-051307>>. Acesso em: 01 jun. 2007.

SALOMÃO, Alexa; ONAGA, Marcelo. **Etanol o mundo quer. O Brasil tem**. São Paulo: Abril.Com, 2006. Disponível em: <<http://www.portalexame.abril.com.br/>> Acesso em: 20 jul. 2006.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Economia, 1988. 211 p.

_____. **Ainda precisamos de reforma agrária no Brasil?** Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/textos.html>>. Acesso em : 27 de janeiro de 2005

_____. **Por uma Reforma Agrária Não Essencialmente Agrícola.** Campinas: UNICAMP, [2005]. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/.html>>. Acesso em : 27 jan. 2005.

_____. **A Globalização da Agricultura.** Campinas: UNICAMP, [2005]. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/textos.html>>. Acesso em : 27 jan. 2005.

_____. **Agroenergia: o compromisso da FAO.** Santiago, Chile: FAO, 2007. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/.../agroenergia-e-seguranca-alimentar-compromisso-da-fao-por-jose-raziano-da-silva>>. Acesso em: 10 set. 2007.

_____. **O desafio social da agroenergia.** Santiago, Chile: FAO, 2007. Disponível em: <<http://www.rlc.fao.org/pr/quienes/dg/articulos/art02.swf>> Acesso em: 20 out. 2008.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98.** Campinas: Unicamp, 2005. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos.html>>. Acesso em : 27, mar. 2006.

União Nacional da Indústria Canavieira – UNICA. **Produção e uso de etanol combustível no Brasil: respostas às questões mais frequentes.** São Paulo, ÚNICA, [2007]. Disponível em: <<http://www.portalunica.com.br/portalunica>> Acesso em 25 out. 2007.

VIDAL, J.W. Bautista. **A civilização da Fotossíntese I – Contribuição Brasileira para a Paz Mundial.** Brasília, 1995. 16 p. Documento escrito não publicado.

_____. **A civilização da Fotossíntese II – Contribuição Brasileira para a Paz Mundial.** Brasília, 1995. 16 p. Documento escrito não publicado.

_____. **A Energia é Nossa.** [S.l]: Casa Amarela, [2007].
Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/outras_edicoes/grandes_entrev/bautista.asp> Acesso em: 20 mai. 2007.

_____. **A empresa de Bioenergias.** Brasília, 2007. 7p. Documento escrito não publicado.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)